



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Estudos da Linguagem

ELISÂNGELA LEAL DA SILVA AMARAL

**O(S) SENTIDO(S) DE SER BRASILEIRO PARA
INDÍGENAS TERENA**

**THE MEANING(S) OF BEING BRAZILIAN FOR
TERENA INDIGENOUS**

Campinas
2024

ELISÂNGELA LEAL DA SILVA AMARAL

**O(S) SENTIDO(S) DE SER BRASILEIRO PARA
INDÍGENAS TERENA**

**THE MEANING(S) OF BEING BRAZILIAN FOR
TERENA INDIGENOUS**

*Tese apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de
Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção
do título de Doutora em
Linguística.*

Thesis presented at the Institute of
Language Studies of the State
University of Campinas as part of
the requirements required to obtain
the title of Doctor in Linguistics.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

ESTE TRABALHO CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA:
ELISÂNGELA LEAL DA SILVA
AMARAL E ORIENTADA PELO
PROF. DR. EDUARDO ROBERTO
JUNQUEIRA GUIMARÃES.

Campinas
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Ana Lúcia Siqueira Silva - CRB 8/7956

Am13s Amaral, Elisângela Leal da Silva, 1972-
O(s) sentido(s) de ser brasileiro para indígenas Terena / Elisângela Leal da Silva Amaral. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sentidos (Linguística). 2. Brasileiros. 3. Índios Terena. 4. Descobrimento do Brasil. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The meaning(s) of being Brazilian for Terena indigenous people

Palavras-chave em inglês:

Sense (Linguistics)

Brazilians

Tereno indians

Brazil discovery

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutora em Linguística

Banca examinadora:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães [Orientador]

Taisir Mahmudo Karim

Marlon Leal Rodrigues

Águeda Aparecida da Cruz Borges

Vinícius Massad Castro

Data de defesa: 26-06-2024

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0003-1803-0603>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6982190313346180>



BANCA EXAMINADORA:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Águeda Aparecida da Cruz Borges

Marlon Leal Rodrigues

Taisir Mahmudo Karim

Vinícius Massad Castro

IEL/UNICAMP
2024

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

“Os portugueses descobriram o Brasil”. Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra. “Havia” selvagens arredios que faziam parte da terra e que, “descobertos”, foram o objeto da catequese. São, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico “transparente”: não constam. Há uma ruptura histórica pela qual se passa do índio para o brasileiro, através de um “salto”. (Orlandi, 2008, p. 66)

AGRADECIMENTOS

Chegar à finalização de um trabalho como este produz efeitos de sentidos múltiplos. Talvez o mais forte dentre eles seja a convicção da impossibilidade de tê-lo realizado sozinha.

Agradeço a Deus, criador das ciências inseridas no funcionamento do universo criado e minha inesgotável fonte de força.

Agradeço ao meu filho Lenon, que com sua vida me ensinou a romper limites e com sua presença me apoiou.

Agradeço ao meu filho Lucas, que naquele dia me fez levantar e tentar de novo; em cujo jaleco a ausência de um título marcou a espera do meu, em desafio transformado em força (Já pode escrever Dr. lá, filhote!).

Agradeço às minhas noras, Elisandra e Maisa, pelo carinho de sempre, apoio e vibração.

Agradeço aos meus pais, Newton e Geny, origem da minha história por me darem vida e os primeiros valores.

Agradeço ao meu irmão Geraldo Newton, meu apoio, literalmente um Mestre no meu coração.

Agradeço ao meu marido Sérgio, meu grande colaborador em cada etapa da pesquisa, pela parceria, presença, cuidado, apoio e ensinamentos sobre seu povo, que hoje é nosso povo.

Agradeço aos meus amigos de perto e de longe, pelo apoio, pela torcida, pela paciência, pelas orações, por acreditarem em mim, muitas vezes, vendo potencial que eu não via.

Agradeço à Nação Terena, que me acolheu e auxiliou em tudo que precisei. Agradeço aos amigos Terena, que me deram as informações necessárias, aos participantes das entrevistas, aos que me acolheram em suas casas, aos que me apresentaram pessoas, aos que me ensinaram tanto e tanto!

Agradeço à nossa comunidade Aldeia Lago Azul, ao nosso Cacique Ageu pelo apoio e amizade, na pessoa de quem agradeço a cada Cacique que me apoiou e colaborou com esta pesquisa, estendendo ainda os agradecimentos às respectivas Lideranças Tribais.

Agradeço, imensamente, ao meu Orientador, Prof. Dr. Eduardo Guimarães, por ter respondido àquele e-mail inicial de uma desconhecida, pelos conhecimentos que compartilhou, pela paciência de pai que esperava a filha crescer, pela humildade com que me tirava as dúvidas, pela grandiosidade de seu trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Angel Corbera Mori, meu Orientador da qualificação em área, pelos ensinamentos, pelo apoio e pela amizade que demonstrou.

Agradeço a Eliane do CEP pelo carinho e apoio nos auxílios prestados.

Agradeço a D. Valdirene, pelo apoio ante ao meu desespero pelo andamento do processo na FUNAI.

Agradeço ao Elvisclei Terena, Coordenador Regional da Funai em Campo Grande – MS – pelo apoio imprescindível em fase decisiva do processo.

Agradeço a um anjo chamado Rosemeire, que Deus colocou no meu caminho! Suas orientações, palavras de apoio e de conforto, soluções apontadas, competência e presteza fizeram total diferença e me ajudaram a chegar aqui!!! Junto com ela, agradeço a cada colaborador do CPGIEL – em especial ao Cláudio e a Raíça.

Agradeço ao Marlon, meu sempre-orientador, pelo apoio, pela “cobrança”, pelos ensinamentos sobre a vida acadêmica, pela parceria profissional e pela amizade.

Agradeço aos caros Professores Doutores: Águeda, Valéria, Antônio Carlos, Marlon, Taisir e Vinícius por terem prontamente aceito o convite para participação em banca e pelas ricas contribuições prestadas, bem como aos que participaram da Banca de Qualificação em Área: Wilmar e Ana Claudia, que de igual modo contribuíram ricamente.

Agradeço a UEMS, por todas as lições aprendidas, e pelo apoio recebido.

Agradeço a cada um dos meus professores, que foram plantando as sementes do saber nessa longa trajetória - desde a Escolinha da “Tia Belinha” até o IEL.

Agradeço a UNICAMP pela acolhida, pela excelência, pela humanidade e pela formação oferecida. É indescritível passar por esta casa.

RESUMO

Por meio do referencial teórico da Semântica do Acontecimento, esta pesquisa se propõe a analisar a designação de um conjunto de palavras: brasileiro, descobrimento, colonizadores, índio, terra e território, enunciados em entrevistas com indígenas Terena do Mato Grosso do Sul. A constituição desse corpus se dará por meio de entrevistas de áudio realizadas em pesquisa de campo. O objetivo de coletar e analisar esses dados sob essa perspectiva se deve ao propósito de eliminar ao máximo os equívocos de informações dadas sobre os indígenas, ao longo da história oficial do Brasil. Nossa proposta é analisar recortes das narrativas desses locutores tomados como enunciados, a partir da história que eles reconhecem como suas, daí provém a necessidade do contato mais direto possível com suas narrativas.

Palavras-chave: *sentidos; brasileiro; “índio” e “descobrimento”.*

ABSTRACT

Using the theoretical framework of Semântica do Acontecimento, this research aims to analyze the designation of a set of words: brasilian, discovery, colonizers, indian, land and territory, enunciated in interviews with Terena Indians from Mato Grosso do Sul, taking the position of the Semântica do Acontecimento. The construction of this corpus will take place through audio interviews carried out through field research. The objective of collecting and analyzing this data from this perspective is due to the purpose of eliminating as much as possible the misunderstandings in information given about indigenous people, throughout the official History of Brazil, our proposal is to analyze excerpts from the story that they recognize as theirs, hence the need for the most direct contact possible with their narratives.

Keywords: *meaning; Brazilian; Indian and discovery.*

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I	20
A configuração da Semântica do Acontecimento: um acontecimento científico brasileiro	20
I. 2. Semântica do Acontecimento: conceitos básicos	23
I.2.1. Uma breve trajetória do conceito de Enunciado	23
I.2.2. Breve abordagem sobre Espaço da Enunciação	25
I.2.3. Breve abordagem sobre Cena Enunciativa	27
I.2.4. Breve abordagem sobre Reescrituração	28
I.2.5. Breve abordagem sobre Articulação	28
I.2.6. Breve abordagem sobre Argumentação	29
I.2.7. Breve abordagem sobre Designação	30
I.3. Análise enunciativa: posicionando o enunciado, o texto, o detalhe, o recorte e o corpus	31
Capítulo II	36
Reflexão sobre a questão do trabalho de campo: do aporte teórico ao suporte prático	36
Capítulo III	41
O povo e a língua terena no espaço denominado Brasil	41
III.1. O espaço de invisibilização dos indígenas: sombras e cifras	42
III.1.1. Chaco paraguaio: uma tentativa de apagamento	53
III.2. O espaço Terena na atualidade	54
III.2.1. Uma carta de Rondon e o espaço da Terra Indígena de Buriti	61
III.3. O espaço da Língua Terena na família Aruák	64
III.4. Os Terena nas relações oficiais no espaço brasileiro	68
III.4.1. Os Terena na Guerra do Paraguai: conquistas e perdas de espaço	70
III.4.2. O Terena e a recompensa da Guerra do Paraguai: servidão ou camaradagem	72
III.4.3. Os Terena no Projeto das linhas telegráficas	73

III.4.4. SPI – Serviço de (des)proteção ao “índio”	74
III.4.5. O Relatório Figueiredo: espaço de denúncia do tratamento ao indígena no Brasil	76
III.4.6. FUNAI – Fundação Nacional do Índio	87
 Capítulo IV	89
Análises	89
IV.1. Análise da palavra brasileiro	89
IV.2. Análise da palavra “índio”	106
IV.2. Análise da palavra “Descobrimento (do Brasil)”	119
IV.4. Análise da palavra colonizador	125
IV.5. Análise das palavras terra e território.....	130
Considerações Finais	137
Referências Bibliográficas	151
Anexos	157
Anexo I. Análise de mérito antropológico.....	157
Anexo II. Autorização de ingresso em terras indígenas.....	161
Anexo III. Prorrogação de autorização de ingresso em terras indígenas.....	163
Anexo IV. Parecer consubstanciado do CEP	164
Anexo V. Parecer consubstanciado da CONEP	168
Anexo VI. Questionário para entrevista	180

INTRODUÇÃO

*“Nunca mais um Brasil sem nós!”
(Sônia Guajajara)*

Antes de falar sobre a organização do texto que compõe esta tese, bem como das questões relacionadas à pesquisa propriamente dita, considero importante comentar o título adotado: “O(s) sentido(s) de *ser brasileiro* para indígenas Terena”. Observe-se que, para a ciência que fundamenta esta pesquisa científica: a Semântica do Acontecimento, *ser brasileiro* vem predicar o indígena Terena. Diante disso, para pensar nesse predicado, é preciso analisar um conjunto de palavras relacionadas a essa predicação: brasileiro; “índio”¹; “descobrimento”; colonizador; terra e território.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a designação das palavras supracitadas, enunciadas em entrevistas com índios Terena do Mato Grosso do Sul, tomando a posição da Semântica do Acontecimento.

Dito isso, considero relevante mostrar de onde veio a motivação para tal pesquisa e algumas relações sem as quais não é possível conhecer a identidade dos povos indígenas do Brasil. Para falar do porquê deste trabalho é necessário considerar o cenário nacional, de uma sociedade capitalista (como é o caso do Brasil de hoje – com prenúncios no passado) conceitos, pessoas e valores estão diretamente relacionados ao lucro. A quanto um posicionamento pode valer ou se reverter em prejuízo. Sem me aprofundar nessas questões, nem tampouco teorizá-las, deixo-as aqui como uma sinalização do contexto que ampara as questões das quais esta pesquisa irá se ocupar, desenvolver e até mesmo se afastar é nesse contexto de quanto vale a terra do Terena que a problemática desta pesquisa se instaura.

Alguns conceitos conhecidos e que aparecerão no texto, em dados momentos, requerem novas reflexões. Por exemplo, no Registro Geral - RG, consta nossa nacionalidade, e ficamos tão acostumados com isso, que beira a obviedade. Na escola, desde as séries iniciais, aprendemos datas cívicas e os nomes dos chamados “Heróis Nacionais”, dentre eles: Quem “descobriu o Brasil?": Pedro Álvares Cabral! Antes dele, Colombo esteve na América, ou melhor: “Descobriu a América”. Quantos de nós não decoramos isso nos questionários escolares e tiramos nota máxima na disciplina de História do Brasil? Aprendemos a História do Brasil, fomos a desfiles cívicos, nos arrepiamos ouvindo o toque do Hino Nacional e tantas outras manifestais de civismo. E nos contentamos com isso.

¹ Optei colocar as palavras “índio” e “descobrimento”, entre aspas para marcar que, ao mencioná-las, não as estou adotando, apenas citando, respectivamente, um modo de dizer utilizado por alguns na sociedade. As questões conflituosas que as envolvem, em dados locais onde atuo, fizeram-me adotar essa postura.

Entretanto, o contato com indígenas Xavante e depois com indígenas Terena, ou melhor, ouvir o posicionamento deles sobre questões como essas, apontaram para um lado da História que causa certo espanto. Isso alertou-me sobre o fato de que alguns sentidos que, para a sociedade denominada brasileira, já estão postos, podem ter outros sentidos para outros e que, talvez, a unicidade desta sociedade, de modo semelhante, não seja o que se conhece.

Também aprendemos sobre a miscigenação, decoramos os nomes das raças que se originaram das misturas entre brancos; negros e índios: os mulatos, os mamelucos e os cafuzos! Mas o que de fato sabemos sobre eles? Não sabemos! Isso mesmo - a ambiguidade aqui foi proposital: não sabemos porque a História, do lugar que se enuncia, sofre atravessamentos. Quanto vale narrar de um modo? Quanto se ganha? Quanto se perde? Que valores precisam ser pintados por meio dela? Que (des)valores não podem aparecer? Surpreendentemente ou não, mesmo sabendo até os nomes dos “cruzamentos” entre as três “raças” originárias do Brasil, saltamos a história (a real) dos negros. Saltamos a história (a real) dos “índios”, como nos movimentos literários, e na ciência: para ficar dentre os “civilizados”, os mais desenvolvidos, os europeus, era preciso adotar o que eles adotam, até o ponto de vista.

Entretanto, se queremos um conhecimento mais próximo da história real do povo que vive neste território, precisamos não temer os tomates da Semana da Arte Moderna, mas encarar quem somos, na literatura, na produção, na coleta de dados, na escrita de trabalhos acadêmicos que descartem certas versões do que somos e não descobrimos ainda. É preciso descobrir o Brasil; entender que nossa pátria não é uma mãe tão gentil assim, que, em nossos bosques, já exterminaram muitas vidas e nossos lábaros estrelados já ofuscaram muitos olhos brilhantes em lágrimas, sendo roubados, expulsos de suas casas, terras e histórias.

Em 2024, os noticiários ainda denunciam casos de racismos – alguns até justificados pelo desconhecimento mesmo de pessoas graduadas, de artistas, de políticos, de empresários, de torcedores, etc. - sendo racistas “sem saber”. Isso para denunciar o atraso deste país em desenvolvimento, que já foi a sexta economia do mundo. Nesse sentido, há olhares mais atentos às questões do negro. Justíssimo!!! No entanto, a questão do “índio” ainda está muito aquém. Talvez porque “Índio não é tech; não é pop; não é tudo!”

Foi neste contexto socioeconômico que na década de 2010, conheci um grupo de indígenas Xavante - posso dizer que meu primeiro contato com “índios de verdade!”, isto é, indígenas reais; o que aconteceu no Mato Grosso do Sul (MS) – e também conheci uma grande angústia. Eles eram moradores de aldeias indígenas no Mato Grosso. Estavam no MS trazidos por um programa social de uma grande universidade - muito positivo até certo ponto – que

oportunizava a eles cursos de graduação em Campo Grande – MS, com bolsas de estudo, moradia e alimentação.

A questão que me fez conhecê-los foi que todos os benefícios mencionados eram mantidos mediante rendimentos, ou seja, notas. Entretanto, a falta de domínio da língua portuguesa impedia que entendessem os conteúdos, a fala dos professores, as aulas e talvez até as questões relacionadas à estadia deles na universidade. Diante dessa dificuldade, que era geral ao grupo, ofereci a eles aulas de língua portuguesa gratuitas, em minha casa, na tentativa de colaborar. Isso foi um divisor de águas para meu entendimento sobre a “História do Brasil”, ou, melhor dizendo, da história não contada no Brasil.

Nos contatos durante as aulas, eu fui aprendendo muito com eles. Um dia, nem lembro por que, veio a questão do adjetivo pátrio brasileiro. Um deles afirmou “eu não sou brasileiro, eu sou *“A’uwẽ Uptabi”*”. Não entendi nada, nem da afirmativa, nem da língua usada. O que seria uma mera discussão sobre vocabulário, virou um projeto de Tese de Doutorado.

Aquela conversa me conscientizou da minha ignorância sobre o Brasil e sobre sua história e me tornou pesquisadora de questões indígenas por meio da Semântica do Acontecimento. Mais tarde, em contato acirrado com o povo Terena, a questão foi estendida a essa etnia. A ideia inicial era pesquisar os dois povos, mas isso se mostrou uma perspectiva muito grande diante de questões geográficas, burocráticas e financeiras – o capitalismo também aborta sonhos e projetos (ou talvez só adie).

Entendi que o desconhecimento sobre algo, que também é parte da nossa identidade, enquanto brasileiros, nos faz desconhecer quem nós somos. E que só o conhecimento, assim como nas questões relacionadas ao racismo estrutural – que deveria abordar com a mesma veemência os povos originários – repito, só o conhecimento pode gerar condições para as transformações necessárias. Isso justifica uma pesquisa como esta.

Desse modo nasceu este projeto com alguns objetivos iniciais, que, por diversas questões, foram sendo modificados, mas o objeto central permaneceu: buscar o sentido de *ser brasileiro* e da palavra “índio” na perspectiva de povos indígenas. Para isso, palavras como “descobrimento”, colonizador terra e território não poderiam ficar de fora do *corpus*, porque elas estão relacionadas com a essência deles. No andamento do trabalho, meu principal colaborador Terena apontou outras palavras, segundo ele, parte direta da organização cidadã do povo Terena. Entretanto, novamente, mudanças aconteceram e não foi possível registrar tudo o que

foi pesquisado aqui, nem sobre a história do povo Terena, nem sobre as palavras pesquisadas². Diante do exposto, duas questões foram decisivas: não poderia encontrar os sentidos para indígenas em textos de não indígenas. Foi aí que surgiu a ideia de construir um *corpus* a partir de textos orais, ou seja, textos gravados e depois transcritos. Pelos segundos de reflexão provocada no meu então orientador, creio que ainda não havia sido feito um trabalho analisando textos dessa modalidade, neste campo teórico. O que configurou outro desafio.

Ante o posicionamento marcado pelos Xavante sobre a nacionalidade, surgiram duas perguntas: Será que o Terena se considera brasileiro e como este povo relaciona essa palavra com designações das palavras “índio”, “descobrimento”; colonizador; terra e território? Dessa reflexão decorre nossa hipótese: *as relações entre os sentidos de “índio”, “descobrimento”, colonizador terra e território incidem sobre o modo como o predicado ser brasileiro significa para os Terena.*

Diante dessa hipótese, as perguntas para o questionário de entrevista deveriam ser produzidas sob duas preocupações muito importantes, imprescindíveis para obter um resultado satisfatório: primeiro, as respostas deveriam abordar questões relevantes para a construção do *corpus* necessário, em segundo lugar, eu precisava me distanciar o máximo possível, ou seja, não colocar meu posicionamento nem de “branca”, nem de partidária da causa indígena. Afinal, disso dependia a obtenção de um *corpus* original, sem “contaminações”. Abordarei a seguir algumas questões consideradas para a formulação do *corpus*, considerando que as entrevistas são conduzidas com uma amostra de uma população, e a característica-chave que elas exibem é seu tom conversacional. Observo ainda que o questionário em anexo – anexo VI – encontra-se na totalidade da realização da pesquisa, entretanto, conforme já informado aqui, foi utilizada apenas uma parte do material coletado – até o item 04.

Sobre a estrutura das perguntas, nesse sentido, eu precisava formular questões que não apontassem diretamente o que eu queria saber ou uma tendência minha, e que também garantissem, de algum modo as abordagens necessárias. Então para assegurar que não seriam respostas aleatórias, mas que teriam uma certa relação com as vivências históricas, eu fiz um questionário no seguinte formato: uma pequena introdução usando palavras que, em certa medida, pudessem fazer lembrar de vivências, ao longo da história Terena, e na sequência formulei uma questão pedindo que dissessem o que entendiam sobre cada palavra que eu apresentaria na sequência, uma a uma.

² Registro isso aqui devido ao compromisso assumido com o povo Terena nesse sentido. Registro ainda que o material completo fora coletado, entretanto não houve tempo hábil para receber o devido tratamento e compor a tese, podendo vir a ser apresentado em momento oportuno.

Fiquei satisfeita com o resultado. Visando manter uniformidade em todas as sessões de entrevista, procurei manter os mesmos procedimentos adotados, por exemplo, não explicando perguntas. No caso de pessoas mais idosas, falante bilíngue, geralmente com mais dificuldade na conversação pela variedade da língua portuguesa do não indígena, alguém próximo ao idoso, fazia as explicações no *idioma*³ (Língua Terena).

O ambiente das entrevistas, em geral, foram as casas dos colaboradores, em suas respectivas aldeias⁴, nas Terras Indígenas de Cachoeirinha; Buriti (TIB); Terra Indígena Aldeia Limão Verde; Terra Indígena de Nioaque e Terra Indígena Taunay/Ipegue, além da Aldeia Aldeinha, uma aldeia em contexto urbano no município de Aquidauana. Algumas entrevistas foram realizadas por meio de gravações de áudio por *whats App* e houve ainda encontros em Campo Grande -MS, em locais de trabalho e/ou estudo. De todos os colaboradores entrevistados, apenas 2 não eram moradores de aldeia.

Sobre a seleção dos entrevistados, foram escolhidos homens e mulheres adultos da etnia Terena, de idades variadas, moradores de aldeias situadas nos municípios de Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia e Campo Grande (Dourados e Nioaque tiveram que ficar de fora devido ao tempo). Dentre eles há três categorias de falantes: falantes de Língua Terena e de língua portuguesa, falantes de língua portuguesa que entendem o *idioma* Terena e falantes de língua portuguesa que não falam nem compreendem o idioma nativo. Procurei variar também sobre os posicionamentos sociais: há Caciques e lideranças, anciões, professores, outras graduações e pós-graduações (pós, mestrado e doutorado), além de pessoas menos escolarizadas e sem escolarização, moradoras das aldeias.

Os recursos materiais utilizados para a realização das entrevistas foram gravadores de áudio à pilha (tendo sempre um reserva) e aparelho celular. Tentei aplicativos para transcrição, o que não ajuda muito, diante da dificuldade nas correções – o aplicativo do google, por exemplo, estranhava muito a pronúncia de certos fonemas, sobretudo dos mais velhos, transcrevendo palavras muito diferentes das que estavam gravadas, o que ampliava muito o trabalho de revisão. Outro problema eram os trechos que pulavam, paravam de gravar, causando uma dificuldade grande para localizar as respectivas partes.

As gravações foram transcritas mantendo-se a originalidade da variação linguística adotada pelas comunidades de fala dos Terena.

Os critérios para a seleção dos recortes foram outra decisão muito difícil. A primeira e grande dificuldade foi não poder usar todos. Então procurei observar aqueles que

³ Usualmente, é assim que os Terena se referem à Língua Terena.

⁴ Conforme SEI/FUNAI – 5121380 – Autorização para Ingresso em TI Pessoa Física.

condensassem o maior número de questões relacionadas às palavras que comporiam o *corpus* em recortes de tamanhos mais reduzidos. Passei a considerar o critério da repetição (as respostas, em geral, são muito parecidas), o que facilitava o critério de mais informações condensadas, entretanto, como desprezar “detalhes”, preciosidades que apareciam naqueles que seriam guardados para outro momento? Essas escolhas geraram um desgaste muito grande e muito choro (considere-se que na pesquisa científica, tem um pesquisador humano sim). É um arquivo extenso, não sei se fiz as melhores escolhas, não foram escolhas justas, mas mostram minimamente o que interessa a um semanticista no nosso campo teórico: como, ao dizer, falam de muitas coisas; muitas coisas que são parte da nossa identidade, em que o pronome *nossa* une indígenas e não indígenas.

A organização sequencial dos recortes também é um elemento que merece comentário. Como antecipado na hipótese, as respostas nas entrevistas confirmaram que as relações entre as palavras analisadas eram muito fortes, fazendo com que os “assuntos” aparecessem articulados nas respostas, ou seja, ao discorrer sobre uma dada palavra, falavam sobre outra(s). Organizar tudo isso, estabelecer uma ordem de disposição – qual palavra se analisar primeiro, já que questões postas em um conjunto, incidiam sentidos sobre outro, foi um processo complexo. Nesse sentido, a transversalidade (em oposição à segmentalidade), parte constitutiva do modelo de análise na Semântica do Acontecimento, contribuiu em boa medida.

Sobre a pesquisa de campo, etapa determinante para a formação do *corpus*, foi outro objeto que demandou considerável reflexão e crítica. Ao se tratar de pesquisa com indígenas (imagino que não seja diferente com outros povos de culturas diversas da cultura do pesquisador), estão incluídas questões que interferem muito na veracidade do corpus, na obtenção de material necessário e em muito de sua realização ou não realização. Isso não é, de fato, entendido por muitos em posição de acadêmicos. Essas questões serão detalhadas na seção sobre o trabalho de campo.

Muitos pesquisadores trabalham com o “Diário de bordo”. Considero que não seria uma boa escolha nesse contexto. Buscando resolver isso, amparada por um dos cursos ofertados na Unicamp como disciplina - Métodos de Campo em Linguística Antropológica⁵ para obtenção dos créditos necessários, resolvi acrescentar um capítulo para tratar das questões relacionadas à pesquisa de campo. Reestudando um dos textos-base da referida disciplina, resolvi dar o espaço sugerido pela autora tratando do que vou chamar aqui de “questões de bordo comumente

⁵ Uma abordagem riquíssima organizada pelo Prof. Angel Corbera Mori, possivelmente por sua vastíssima experiência em pesquisa.

não consideradas, mas imprescindíveis”. Não sabendo ao certo onde colocá-las, porque geralmente não aparecem em teses, vou colocá-las num capítulo à parte, por questão de sequenciação do entendimento e de sua razão de ser. O capítulo intitula-se *Reflexões sobre a questão do trabalho de campo: do aporte teórico ao suporte prático*.

Nesse sentido esta tese analisa enunciados em língua portuguesa produzidos por falantes Terena, num espaço de enunciação específico, no Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, cujo *corpus* se constitui a partir de recortes de entrevistas de áudio realizadas pela pesquisadora nos lugares supramencionados.

Os objetivos iniciais desta pesquisa eram: analisar como as palavras *brasileiro*, “*descobrimento*”, *colonização*, *colonizados*, *colonizadores* e “*índio*” significam nas relações de sentido estabelecidas entre elas e entre os enunciados que as comportam e integram os textos que serão o *corpus* desta pesquisa. Com o andamento da pesquisa, em contato com a cosmovisão Terena, outras palavras passaram a compor essa lista de objetivos. Eram elas: *território*; *terra*; *direito*; *educação*; *ancião e sustentabilidade*. Outras situações causaram novas reestruturações. Sendo assim, esta tese tem por objetivo geral analisar como as palavras “*descobrimento*”; *brasileiro*; “*índio*”, e *colonização* são significadas na cosmovisão do indígena Terena.

O referencial que embasa teórica e metodologicamente esta pesquisa é a Semântica do Acontecimento, desenvolvida nas obras de Eduardo Guimarães, principalmente entre 2002 e 2018. Nesse sentido, esta tese está dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo o responsável por apresentar questões teóricas que compõem a ciência na qual nos inscrevemos: a referida Semântica do Acontecimento. Trata-se de um breve histórico - envolvendo minimamente também filiações e rupturas -; de conceitos e de questões metodológicas que compõem esse saber semântico.

Em sequência, o segundo capítulo, de modo incomum, trata de questões sobre a pesquisa de campo. Conforme a leitura mostrará, optei por esse espaço de abordagem atendendo a um apelo teórico trabalhado em aulas no IEL, por considerar o quão importante para o desenvolvimento da pesquisa é a coleta de dados. E muitas questões, geralmente não abordadas em dissertações e teses, podem comprometer a qualidade do material de pesquisa no campo. Além disso, essa referida seção traz questões que considero fortalecer a credibilidade do material disposto neste texto.

Por sua vez, o terceiro capítulo trata de uma apresentação do povo Terena, cuja maior parte do texto ficou reservada para uso posterior, sendo apresentado apenas o que foi considerado indispensável para que se veja o Terena desta década, sob a ótica da história deles.

Diante da configuração de pesquisas realizadas em Semântica do Acontecimento, a extensão do terceiro capítulo causa certa estranheza. Entretanto, diante do fato de as aproximadamente trezentas etnias indígenas do Brasil serem muito pouco conhecidas, ou conhecidas de modo equivocado, considere relevante apresentar com um pouco mais de cuidado as informações sobre as quais tive acesso, convivendo com eles nesses aproximados nove anos. Se para nós, semanticistas, os sentidos das palavras têm relação com a historicidade de suas ocorrências, por sua vez, de modo mais ou menos semelhante, conhecer o povo Terena não pode ser isolado de acontecimentos ou de palavras, cujas relações de sentidos os possam designar.

Já o quarto capítulo trata da análise do corpus coletado por meio de pesquisa de campo. Este se divide em um tópico de análises para cada palavra pesquisada, sendo iniciado pela questão correspondente e seguido do recorte da resposta a essa questão. Enunciados recortados mediante as relações estabelecidas com os objetivos propostos pela pesquisa. Os detalhes sobre o tratamento dado a cada recorte serão abordados na introdução do referido capítulo.

Entendendo que as relações entre essas palavras se dão em acontecimentos de linguagem, havendo um modo como elas se inscrevem no real da história, idealizamos fazer desta pesquisa um registro científico das questões aqui dispostas. Entendemos que o modo conforme essas palavras são significadas nesse real, que é parte constituinte do cidadão indígena Terena, também é parte constitutiva da identidade de cada um de nós.

A “história” contada aqui é nossa história.

CAPÍTULO I

A configuração da Semântica do Acontecimento: *um acontecimento científico brasileiro*

O comportamento do Brasil, de maneira geral, ainda exhibe marcas do processo de colonização. Eni Orlandi, em sua obra “Colonização, globalização, tradução e autoria científica”, com uma versão inicial em 2003, publicada na obra citada aqui, em 2009, reflete sobre a dificuldade de se fazer ciência no Brasil. Segundo a autora, o funcionamento da ciência é sustentado a partir de relações de força, de poder, existindo uma hierarquização das posições. Nesse contexto, segundo ela, toda a produção científica brasileira carrega em si mesma a consideração externa da posição de colonizados, que marca a nossa história enquanto brasileiros.

Acrescenta ainda que no Brasil, as fronteiras são demarcadas de fora para dentro, o que assegura direitos aos estrangeiros, por exemplo de invadir, demarcar territórios, nomear e se apropriar de espaços. Ao passo que brasileiros têm de pagar pedágios, por exemplo, pagar pelas próprias terras muitas vezes com a própria vida – e aqui relembro a história dos Terena e dos demais povos originários.

Feitas essas considerações, Orlandi passa a transferir essas relações ao campo de produção científica, seja nas relações entre línguas, na qual a língua inglesa alcança primazia sobre as demais, seja nas relações de autoria:

Nós, cientistas brasileiros, para nos legitimarmos intelectualmente, sempre precisamos citar algum cientista estrangeiro de importância reconhecida, ou não. Mas dificilmente um estrangeiro nos cita, ainda, ou talvez sobretudo, se o que ele diz nasceu em solo brasileiro. (Orlandi, 2009, p. 183.)

E é neste mesmo cenário, que Eduardo Guimarães se posiciona, estabelecendo um trajeto acadêmico-científico marcado por desafios, filiações e rupturas.

Esse modelo de estudos da significação se consolidou no Brasil e tem se feito presente em instituições de ensino e pesquisa de todo o País, estabelecendo linhas e projetos de pesquisa configurando disciplinas, eventos e grupos de estudos; fundamentando teoricamente inúmeros trabalhos de conclusão de graduação e pós-graduação, tematizando inúmeros artigos de revistas acadêmicas; capítulos e livros. Produzindo todo um trabalho em semântica da enunciação.

Pode-se dizer que a Semântica da Enunciação, tem como pedras angulares a “Teoria da Argumentação” de Oswald Ducrot; os estudos sobre o “Enunciado”, de Emile Benveniste, que introduz o sujeito nos estudos de linguagem - a subjetividade na língua; a concepção de

“Atos de Fala”, de John Austin, e, em certa medida, a materialidade da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, na França, configurada no Brasil por Eni Orlandi.

Percebe-se Guimarães “atualizando” determinados conceitos, ou reconfigurando-os ao dar forma à teoria e método da disciplina que procura criar, organizar e desenvolver. O que por vez requer rupturas.

No campo científico, segundo Possenti (2004, p. 356), “Às vezes ruptura significa instaurar uma problemática nova (...). Às vezes, significa mais claramente a ocupação do mesmo campo de outra forma”. E é marcando rupturas que Eduardo vem, a partir do referido arcabouço teórico, configurando sua busca pelos sentidos, com métodos e conceitos próprios, inserindo a história. Um espaço científico interessado em saber como ao se dizer algo, fala-se das coisas.

Para isso, sob uma ‘identidade’ científica brasileira e inovadora, tem sido produzido um mecanismo próprio de se fazer semântica aliando inovação e consistência teórica. O próprio nome, Semântica da Enunciação – título mais adotado atualmente marca sua relação com o enunciado, seja em sua conceituação seja nos procedimentos de análise do funcionamento linguístico, que têm por função a análise das relações entre palavras ou expressões de enunciados, ou a relação entre enunciados e enunciados.

Antes, porém, de esclarecer sobre enunciado, é preciso pensar na enunciação. De um lado para Benveniste, a enunciação é a ação de colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização, ou seja, o empregar a língua é um ato de utilização que a coloca em funcionamento. Por outro lado, para Guimarães, o que coloca a língua em funcionamento é o acontecimento. Para este não é a ação de um locutor que põe a língua em funcionamento, ou seja, não é uma apropriação do locutor que faz a língua funcionar. O que marca uma ruptura com o conceito benevistiano. Quando o falante é agenciado a falar num acontecimento de linguagem, esse agenciamento afeta a língua pelo interdiscurso, isso é o que põe a língua em funcionamento. O que equivale a dizer que, para Guimarães (2010, p. 70) “A enunciação é, deste modo, um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento.” O autor ainda acrescenta que é na concomitância em que se identifica como sujeito que a língua é posta em funcionamento.

De outro modo, o autor enfatiza que:

(...) a enunciação deve ser tratada como acontecimento histórico. Deste modo, a definimos como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. (Guimarães, 1995, p. 67)

Cabe ressaltar ainda que a Semântica do Acontecimento se inscreve no domínio das ciências linguísticas que vão se interessar pela fala, o que Saussure, inaugurando a linguística moderna em seu Curso de linguística Geral, de certo modo desprezou. Entretanto e na verdade, ao longo dos anos e de um certo modo, esse “elemento” excluído sempre foi objeto de preocupação da semântica: o *sujeito*, o *objeto* e a *história*, três exclusões de Saussure.

Como sabemos, Saussure considera que o que interessa é o valor de um signo, ou seja, o que nele não é outro signo. [...] Estes signos são entidades de duas faces, o significante e significado, ou seja, a questão da significação fica posta também como uma questão das relações internas ao sistema. O significado de um signo é o que os outros significados não são. Ou seja, a significação não é uma relação de representação de um signo relativamente ao mundo, aos objetos, a significação não é, de forma nenhuma, a relação com o objeto fora da língua. O corte saussuriano é a “culminância” bem sucedida teoricamente de uma história de exclusão do mundo, do sujeito, por tratar a linguagem como um precursor só interno: a linguagem expressa o pensamento. (Guimarães, 2010, p. 19-20 – grifo do autor)

Por outro lado, a noção de enunciação de Guimarães já é uma ruptura com outras noções de enunciação que buscavam incluir a fala saussuriana como objeto da linguística, entre elas, por exemplo, a enunciação tal como concebida por Benveniste. Para Guimarães, o objeto é exterioridade constituída pela linguagem, logo ele próprio (o objeto) tem sua constituição, ou melhor dizendo, sua materialidade na relação de confronto entre discursos. Sobre a história, relaciona-se ao histórico de ocorrência de uma palavra no enunciado.

Nesse sentido, um posicionamento decisivo para a constituição da Semântica do Acontecimento é tomado:

Para nós interessa, exatamente, a inclusão da história. E é isto que buscaremos fazer agora. Ou seja, tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. (Guimarães, 2010, p. 65-66)

Guimarães constrói a sua concepção de significação a partir da sua consideração sobre o tratamento do sentido, que para ele deve se dar a partir do posicionamento enunciativo, devendo ser tratado como discursivo. Para isso passa a mobilizar os conceitos de “discurso, interdiscurso, enunciação, sujeito, posição do sujeito”. (Idem). E nesse sentido, está configurada sua filiação com a Análise de Discurso.

Após uma (re)visitação a teorias semânticas que contam a história dessa cientificidade, na sua obra ⁶“Os Limites do Sentido”, Guimarães conclui:

Mas para nós o tratamento da presença do fora não pode abandonar a especificidade da interioridade linguística. Por isso nossa filiação a Bréal, Bally, Benveniste, Ducrot

⁶ Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem

e nosso diálogo direto com a análise de discurso (Pêcheux, Authier, Henry, Orlandi). (Guimarães, 2010, p. 85)

Após essas breves considerações sobre a configuração da Semântica da Enunciação, faz-se necessário observar os principais conceitos que a compõem.

1.2. Semântica do Acontecimento: conceitos básicos

No plano das ciências, a delimitação de um campo teórico requer a combinação de teoria e método. Isso dará a identidade necessária para que se distinga dentre uma cientificidade e outra. Segundo Guimarães,

Para o conjunto das ciências em geral e das ciências humanas de modo específico, o método, os procedimentos para a produção de conhecimento, não é único e assim não há um método particular que defina a ciência. Todo método corresponde a uma posição teórica. É esta relação que caracteriza, junto com o objeto de conhecimento, o domínio científico na produção de conhecimento. Da mesma maneira, como sabemos, as categorias de análise e descrição têm a ver com a posição teórica, os procedimentos de análise e o objeto. (Guimarães, 2023, p. 118)

Nesse sentido nesta seção traremos uma síntese de conceitos importantes para Semântica da Enunciação.

1.2.1. Uma breve trajetória do conceito de Enunciado

Este que se apresenta como o principal objeto de análise da ciência em questão, foi deslocado dos estudos de Benveniste.

Pode-se dizer que, no trabalho de Benveniste, a grande questão posta no estudo da língua é o sujeito. Esse é o elemento que o afasta do sistema fechado no signo saussureano e o coloca em contato com a semântica para além do signo.

Em sua obra, “A forma e o Sentido na Linguagem”, (1967) e mais tarde, (1969) em “Semiologia da língua” ele opõe os modos de significância combinados pela língua: o semiótico e o semântico. O primeiro, no sentido saussureano, restringe-se ao signo. O segundo relaciona a língua à produção de mensagens.

Posteriormente, Benveniste passa a organizar suas reflexões sobre os dois modos de semantização: a “enunciação histórica” – que exclui o sujeito que enuncia, logo objetiva; e a “enunciação discursiva”, que considera a presença do sujeito que fala na língua.

Por outro lado ele vai apresentar o conceito de enunciação, que será formulado na medida em que ele faz suas análises nos artigos reunidos em *O Homem na Língua* dos seus dois *Problemas de Linguística Geral* e mais tarde isso aparece diretamente formulado em seu texto “Aparelho Formal de Enunciação” (publicado em 1970 na revista *Langages*, presente depois

no seu *Problemas de linguística geral II*). O autor considera que “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” ([1970]1989, p. 83).

Por sua vez, a enunciação é considerada pelo autor como a “colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1970, p. 80). Para ele, a enunciação é uma instância de passagem entre a língua e o discurso, constituída de três categorias: a pessoa, o espaço e o tempo, não do mundo exterior, mas da língua.

A Guimarães, no entanto, interessará apenas a primeira, que institui simultaneamente um *eu* e um *tu*, já que a questão do tempo, por sua vez, é entendida por este autor da seguinte maneira: “O acontecimento da enunciação constitui, a cada vez, sua temporalidade significativa: um passado, um presente e um futuro de sentidos. (Guimarães, 2018, p. 40) Já a relação com o espaço não se relaciona ao lugar estabelecido a partir do posicionamento de um *eu* da língua. Para ele, o que se refere ao espaço será entendido como espaço da enunciação, tratado mais à frente.

Na Semântica do Acontecimento, os enunciados são considerados unidades que integram o texto. Entretanto, não são restritos a segmentos do texto, mas são considerados fragmentos do acontecimento de enunciação.

Se para Guimarães (1989, p. 88) “A enunciação é o acontecimento sócio-histórico de produção do enunciado.”, relacionado a ela põe-se o conceito de enunciado:

Do ponto de vista da enunciação, o enunciado é a unidade de linguagem que apresenta, no seu funcionamento, uma consistência interna, aliada a uma independência relativa. Estas características são consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação. Ou seja, a unidade de análise é uma unidade de linguagem (que está presente) em acontecimentos específicos. (Guimarães, 2018, p.15)

A Semântica da Enunciação oferece um referencial teórico-metodológico no qual são consideradas duas categorias de descrição: a articulação e a reescrituração. São elas que oferecem os recursos pelos quais pode ser descrito o modo de funcionamento de um dado enunciado. Ambas se ocupam da descrição, organização e da consistência interna de um enunciado e das relações de transversalidade dos elementos entre enunciados que integram o texto.

Para compreender como se dão as análises na Semântica da Enunciação, faz-se necessário compreender os conceitos que fazem parte desses possíveis dispositivos de análise.

I. 1.2. Breve abordagem sobre Espaço de Enunciação

Em primeiro momento, cabe ressaltar que espaço de Enunciação são espaços de funcionamento da língua. Espaços onde ocorre uma distribuição desigual das línguas, espaço de confronto.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (Guimarães, 2002, p. 18)

Esses espaços não necessariamente situados geograficamente, assim como para esse estudo o falante não é o indivíduo do RG ou do CPF, mas é uma voz agenciada pela enunciação, pelo funcionamento da língua em sua realização. Guimarães (2013, p. 272) defende que

No espaço de enunciação, o falante não é, de acordo com minha posição, um ser psico-fisiológico, mas é uma figura determinada por sua relação com as línguas, a qual constitui o falante (Guimarães, 1997, 2000, 2002). Assim, no espaço de enunciação há línguas e falantes.

Esse espaço, dividindo as línguas de forma desigual aos falantes é um espaço político, o que, segundo Dias, tem a seguinte definição na Semântica da Enunciação:

O espaço da enunciação é concebido por Guimarães (2017) como um espaço de natureza política, tendo em vista que se diz a partir do alcance social do dizer, e o enunciado circula e é entendido segundo sentimentos, compromissos, alianças, tensões que permeiam os homens, dados os seus papéis sociais. O dizer, concebido na enunciação, é sempre pensado nesse lugar de diferenças, semelhanças, conflitos, associações, dissociações que caracteriza o espaço de enunciação. (Dias, 2018, p. 64-65 – Grifei.)

Nesse contexto, o que seria o político citado nesse *espaço de natureza política*?

Partilhamos de como Guimarães vem delineando tal conceito por meio de seus estudos e concepções teóricas:

Considero o político no sentido em que o utilizei esse termo em Guimarães (2002). Este modo de tratar o político vem da formulação que lhe dá Orlandi. O político é definido como “*relação de confronto*” (ORLANDI, 1990, p. 35). Essa concepção recebe mais especificações pela consideração do silêncio como fundamento do sentido. Segundo ela “o silêncio fundador não recorta: ele significa em si. E é ele, afinal, que determina a política do silêncio: é porque significa em si que o ‘não-dizer’ faz sentido e faz sentido determinado. É o silêncio fundador, portanto, que sustenta o princípio de que a linguagem é política” (ORLANDI, 1990, p. 51). Por outro lado, considero a formulação de Rancière (1995) que define a política como “desentendimento”. A análise de Rancière me possibilitou um modo de apresentar a questão formulando-a nos termos de uma abordagem enunciativa. E faço isso mantendo o sentido do político como confronto. Foi nessa perspectiva que disse (Guimarães, 2002, p. 12), que o político é a contradição que instala o conflito no centro do dizer. (Guimarães, 2014, p. 51- Grifei.)

Some-se a isso, uma reafirmação de Guimarães sobre a questão:

Ele (o político) se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (Guimarães, 2002, p. 17- Grifei.).

O que justifica a importância de se compreender o termo, político, para o entendimento do funcionamento do espaço de enunciação.

Para exemplificar o funcionamento dos conceitos aqui propostos por Guimarães, sobre ‘político’, analisaremos um recorte no qual se demarca o confronto trazido pela distribuição das línguas. Este recorte compõe a introdução de uma entrevista realizada para a coleta de dados desta pesquisa.

R.2 OK. Meu nome é A. C. Seizer da Silva, sou Terena. Eh eu começo já fazendo uma justificativa até do sobrenome, né? Que eu sou um Terena de sobrenome alemão; né? E isso se justifica porque anteriormente aqui no sul do Mato Grosso quando começaram os os primeiros registros indígenas os nossos sobrenomes eram para quem você trabalha, para quem você, a sua família estava ligada né? Meu vô foi.. é de Cachoeirinha, foi levado por um missionário pra trabalhar na cidade com ele, não tinha registro e foi batizado com o nome de Francisco, né? E, como era o sobrenome do missionário, meu vô herda esse sobrenome. Então meu avô é Francisco de Albuquerque Seizer. Né? E nós somos o único da comunidade indígena, com o sobrenome alemão, que não temos, não sabemos nem onde é a Alemanha direito - hoje sabemos, né? Mas a época não sabíamos. Um Terena alemão. Terena! Alemão, sobrenome.

Como é percebido, o texto está transcrito em língua portuguesa – mantidas as variedades - a língua oficial da nação brasileira, a partir de gravações realizadas com este indígena Terena.

Pelo viés do que aqui é proposto, ou seja, considerando-se o espaço enunciativo, a palavra *OK*, que inicia o enunciado faz parte do vocabulário da língua inglesa, trazendo ao espaço a presença de falantes ingleses, que espalham sua cultura e modo de fala nesse tempo globalizado.

Interessante ainda observar o confronto, característico do espaço enunciativo, travado ante a nomeação: Seizer (sobrenome de alemão) e Silva (sobrenome de falantes de Latim), entretanto, logo após ser dito o próprio nome, é assegurada a etnia: *Meu nome é A. C. Seizer da Silva / sou Terena*. O que poderia ser parafraseado por “Nem alemão, nem de origem latina, mas sim Terena!”. Observa-se no confronto das línguas a defesa da identidade Terena, menosprezada por meio do processo de nomeação.

Assim, a língua do missionário alemão, ainda que atualmente registrada no nome de família, é preterida em relação à língua Terena. E fica posto um outro confronto nisto: o preterimento da ascendência alemã marcada pelo nome *Seizer*, que é proferido em língua portuguesa, a língua utilizada na entrevista. Considere-se ainda que o falante é bilíngue.

Em *Meu nome é A. C. Seizer da Silva*, sou Terena, um curto enunciado, traz ao espaço de enunciação: língua portuguesa adotada como oficial na fala, logo os brasileiros; a língua Terena, logo o povo Terena; a língua alemã no sobrenome *Seizer*; logo há falante de alemão; e, pelo sobrenome Silva, de origem toponímica, é remetida à cena o Latim, língua mãe da língua portuguesa.

Desse modo, ilustra-se que o espaço enunciativo é um espaço de relações entre línguas distribuídas de modo desigual e seus falantes. Nesse espaço, embora o objeto da enunciação fosse a afirmação da nacionalidade Terena, a língua portuguesa prevaleceu sobre as demais.

I.2.3. Breve abordagem sobre Cena Enunciativa

É o agenciamento dos falantes a dizer, a enunciar, o que constitui a cena enunciativa. Tomando-a pelo aspecto dos elementos que a configuram, Guimarães (2013. P. 273) afirma que “a cena enunciativa constitui-se por um conjunto de figuras da enunciação que, de algum modo, “falam” no acontecimento.”. o que equivale a dizer que, ao assumir um lugar de dizer, o falante é agenciado em locutor (L). esses locutores, de acordo com o enunciado, podem posicionar-se a partir de um dos quatro lugares de dizer: *enunciador universal* – que enuncia para todos; *enunciador individual* – fala do lugar individual; *enunciador genérico* – o lugar de onde se diz os provérbios, por exemplo, uma voz que é “geral” ; *enunciador coletivo* – fala do lugar de uma voz de comunidade, que fala por um “todos” . Em Guimarães (2013. P. 274), é apresentada a seguinte configuração: consideramos que a cena enunciativa não é unívoca, ao contrário, é constituída pelas seguintes relações entre quem diz e para quem se diz:

locutor (L)	alocutário (AL)
locutor-x (l-x)	alocutário-x (al-x)
enunciador (E)	destinatário (D)

Saliente-se ainda que ao enunciar de um dado lugar de dizer, o locutor poderá dividir-se em lugares sociais de dizer. É o caso de nosso locutor-Terena, em que o x vem a ser assumido pelo lugar social de onde ecoa a posição da sociedade Terena no dizer.

Guimarães (2014, p. 58) reforça que

(..) a cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas”. Nessa medida, as cenas enunciativas “são especificações locais nos espaços de enunciação” e são um espaço particularizado de agenciamento do falante em locutor que distribui os lugares de enunciação no acontecimento.

I. 2.4. Breve abordagem sobre Reescrituração

Na Semântica do acontecimento, as análises se fundamentam em dois processos enunciativos gerais de produção de sentido, a saber a reescrituração e a articulação, também responsáveis pelo processo de integração de palavras num enunciado ou de enunciados no texto. Há uma diferença básica entre os dois processos, segundo Guimarães (2018, p.85): “Uma característica fundamental da reescrituração é que ela não se caracteriza pelas relações segmentais, ou de contiguidade, própria dos modos de articulação.

Por reescrituração entende-se o processo pelo qual uma dada palavra volta a ser mencionada em um outro enunciado ou texto. Uma reescrituração pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação, estabelecendo as seguintes relações de sentido: sinonímia, especificação, desenvolvimento, globalização/totalização, definição.

Guimarães define esses processos de relação de sentidos do seguinte modo:

- a) Sinonímia – a reescrituração (por sinonímia) apresenta uma palavra ou expressão como tendo o mesmo sentido que a outra à qual se liga. O interessante a observar é que a reescrituração por sinonímia acaba por atribuir sentido (predicar) de um termo sobre o outro, o que mostra o movimento polissêmico da reescrituração em geral e mesmo da sinonímia. As relações de sinonímia, entre elas hiponímia e hiperonímia, são constituídas pelo acontecimento enunciativo. Julgo que podemos dizer que estes aspectos podem funcionar de modo semelhante para os casos de elipse.
- b) Especificação – a reescrituração atribui sentido ao reescriturado pela expressão que o reescritura.
- c) Desenvolvimento – uma relação de desenvolvimento pode ser vista pela expansão na escrituração.
- d) Globalização ou totalização – é o caso da reescrituração por condensação.
- e) Definição – uma reescrituração por expansão a ser considerada especialmente é a que estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado. (Guimarães, 2018, p. 90/91)

I. 2.5. Breve abordagem sobre Articulação

É preciso considerar que é pelas relações de articulação que os enunciados se constituem e, em certa medida, se integram a um texto. As relações de contiguidade podem funcionar por processos que relacionam palavras, expressões ou enunciados de modos diversos na enunciação, sendo elas dependência, coordenação ou incidência, em que:

A **articulação por dependência** se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento. A **articulação por coordenação** é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se

fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes. (...) a articulação por coordenação se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade. E a **incidência** é a relação que se dá entre um elemento de uma natureza e outro de outra natureza, de modo a formar um novo elemento do tipo do segundo. (...) A **incidência** é uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida. Nas articulações de dependência e coordenação o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona elementos do enunciado, na articulação por incidência o acontecimento especifica uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com o enunciado. (Guimarães, 2009, p. 51)

Conclui-se que, nos processos de articulações de dependência e coordenação, o locutor se ocupa de relacionar elementos do enunciado. No primeiro caso dispondo elementos interdependentes e no segundo colocando lado a lado elementos que se coordenam entre si. Ao passo que na incidência a relação estabelecida se dá entre a enunciação e o enunciado, como no caso do uso de vocativos, por exemplo.

I. 2.6. Breve abordagem sobre argumentação

Argumentação para nós, tal como para Guimarães (2018), não é um empenho para o convencimento ou persuasão, mas deve ser olhada mediante a complexidade da cena enunciativa. Desse modo em sua natureza linguística a argumentação é o procedimento por meio do qual o locutor apresenta ao alocutário uma dada direção de sentidos, que por sua vez orientam a direção do que é dito, o que pode ser sintetizado como orientação argumentativa. Nesse sentido, Guimarães (2013, p. 271) conclui que é “na argumentação, um lugar social de locutor sustenta uma posição na enunciação e que o sentido da argumentação não é o da persuasão, mas o da sustentação de uma posição, adquirindo, assim, caráter político.”

Nesse contexto, segundo Guimarães (2013, p. 277) a argumentatividade linguística é significada como uma orientação própria da relação do L - AL”. É por ela que o alocutor sustenta o direcionamento de uma enunciação em defesa de um enunciado, ou seja estabelece uma direção para o dizer.

Ao ser agenciado em alocutor-x, comumente ocorre a instituição de um alocutário-x correlato. Nesse processo, próprio do lugar social do dizer, é por meio da argumentação que o alocutor-x sustenta a direção de seu dizer. Para Guimarães (2018, p. 125), “a argumentação se constitui pelo agenciamento do falante, na cena enunciativa, que estabelece uma relação eu-tu, em virtude de uma relação da enunciação com aquele de que se fala.

I. 2.7. Breve abordagem sobre Designação

Segundo Guimarães (2014, p. 60), “A designação é o sentido de um nome que estabelece a relação desse nome com as coisas tomadas como existentes, mas esta relação não é referencial”. Trata-se de um processo que se afasta do abstrato, é uma relação tomada na história, uma relação linguística, exposta ao real. A designação é o processo pelo qual os nomes identificam algo sobre o que falam, nas relações de linguagem, mas não em uma relação direta palavra-coisa, ao modelo de um rótulo. O processo de designação é produzido a partir de relações linguísticas tais como as reescriturações estabelecidas em relação a uma palavra ou expressão, ou seja, por palavras ou expressões que a predicam (lhe atribuem sentido) de algum modo.

Na Semântica da Enunciação,

O fundamental quanto à designação é pensar que ela é o sentido de um nome pelo qual ele recorta o real, o mundo das coisas. E é nessa medida que a designação possibilita falar do mundo. Relativamente à designação a distinguimos da referência, relação específica de uma expressão linguística e algo num acontecimento particular de enunciação. A referência se realiza exatamente em virtude do que o nome significa, designa. Nesta medida consideramos que a linguagem é o que dá condições para se falar das coisas, falar de algo, falar de alguém. Não porque a significação seja uma relação referencial, mas porque sua significação constitui as coisas enquanto coisas significadas. A referências não é o fundamento do sentido, é algo que resulta, necessariamente, do sentido. (Guimarães, 2018, p.154)

A noção de “Domínio Semântico de Determinação” (DSD) desenvolvida na Semântica do Acontecimento é descrita em Guimarães (2007) como um modo de analisar o sentido de palavras. Nesse processo, os sentidos das palavras são considerados e constituídos por relações delas com outras do texto, participantes da construção do sentido, o que equivale a dizer palavras ou expressões que determinam outras semanticamente. Nesse sentido, a técnica do DSD aponta para o funcionamento do sentido da palavra em determinado *corpus*.

Para isso são levados em conta os procedimentos enunciativos de reescrituração e articulação Guimarães (2007, p. 84), dando especial atenção à reescrituração, “A *reescrituração* é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si. Este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado (idem). Sendo assim, se as articulações são as operações próprias da contiguidade interna dos enunciados; as reescriturações atribuem a uma palavra sentidos de outras palavras com que têm relação no texto.

Isto é diferente da articulação de predicação, entre sujeito e predicado de um enunciado, que é, fundamentalmente, uma relação de articulação.

Nesse sentido, um DSD será considerado como a designação de uma palavra.

I.3. Análise enunciativa: posicionando o enunciado, o texto, o detalhe, o recorte e o *corpus*

Considerando que a condição para uma sequência linguística atingir *status* de enunciado é sua integração ao texto e que para um semanticista a unidade de análise é o enunciado, nesta seção apresentaremos as modalidades de análises que serão utilizadas nesta pesquisa. O que equivale a dizer que do lugar de semanticista da enunciação, cabe-nos analisar os funcionamentos de palavras e/ou expressões estando elas dentro de enunciados ou elas mesmas configurando enunciados.

Fundamentalmente, o que diferencia a análise realizada por meio do dispositivo analítico da semântica enunciativa caracteriza-se por não se pautar necessariamente na segmentalidade do texto, mas por proporcionar uma análise transversal (não segmental e não formal) do texto. Nesse sentido, as relações entre as palavras no enunciado e entre enunciados, no que se refere à atribuição de sentidos permitidas por essas movimentações, são o que interessa ao semanticista da enunciação.

Sob essa perspectiva, Guimarães estabelece algumas considerações sobre texto. Nessa reflexão o teórico mostra-se afastar de algumas modalidades de estudo e de análise ou interpretação consideradas por outros campos teóricos. Aproximando-se da posição de Spitzer⁷ e de Rifaterre, que, segundo o autor consideram o texto “como uma unidade que interessa porque significa” (Guimarães, 2010, p. 20.); considerando ainda, cada um a seu modo, que o sentido do texto não deve se reduzir a uma questão de tratamento referencial.

Despreocupada (em certa medida⁸) com a questão da forma, considerando o texto como uma unidade de sentidos e uma unidade semântica, ou seja, um todo, a análise semântica o toma pelos detalhes, não pela sequência que se inicia em uma primeira linha. O que, por si só, já demarca um distanciamento da análise ou interpretação convencional de textos.

Por influência do conceito de detalhe de Spitzer, as metodologias de análises organizadas por Guimarães permitem ao semanticista da enunciação perceber que os detalhes não são reuniões de palavras organizadas em uma dada sequência de material disperso. Ao contrário, o detalhe aponta um fio de sentidos entre palavras que incidem umas sobre as outras, significando. Ele (o detalhe) aponta a observação de uma questão que suscita investigação. Uma dada questão que se põe por meio desse dado detalhe, inicia a busca por sentidos possíveis a

⁷ Guimarães, na referida obra o menciona, em citação importante para nosso referencial teórico. Entretanto não nos estenderemos à obra do referido autor. Segundo o semanticista, “A obra aqui citada é de 1948, teve uma edição em espanhol em 1955, pelo Gredos. Utilizo a edição de 1974.” (Guimarães, 2010. P. 18)

⁸ Digo isso em afastamento ao estruturalismo e suas correntes, porém entendendo que, por vezes, faz-se necessário recorrer a questões de estrutura de certos recursos linguísticos para olhar relações estabelecidas entre palavras.

ela, então o semanticista se orienta por um fio de sentidos capaz de guiá-lo a relações (entre palavras) estabelecidas a partir do detalhe observado.

Do ponto de vista de Guimarães, é no acontecimento de enunciação, observando-se a história de enunciação de uma dada palavra, que se constitui o sentido de uma palavra.

Nesse sentido, na Semântica da enunciação, a unidade de análise é o enunciado. Sendo este um elemento linguístico que integra texto, e essa é sua condição de atingir status de enunciado. Decorre desse construto teórico a afirmação de que um semanticista da enunciação não analisa/interpreta texto, pois analisa/interpreta enunciados, embora estes, integrem textos. Há uma relação que, de certa maneira, despreza a totalidade da constituição do texto, ou pelo menos a coloca em segundo plano.

Quanto ao conceito de texto, para Guimarães (2010, p. 22), “texto é uma unidade de sentido integrada por enunciados. Ou seja, um texto não é um conjunto de enunciados, nem e uma unidade composta de enunciados.”

Nesse referencial teórico, integrar não é dispor elementos em relação de segmentalidade ou de contiguidade, mas é marcada (a integração) por meio de uma incidência de sentidos, na transversalidade, que aproxima elementos diversos e a unidade à qual se reportam. Retomando Guimarães (2010, p. 22-23) em “A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade” e em “parte-se de um recorte, chega-se a uma interpretação do texto relativamente a descrição deste recorte, volta-se ao recorte (um outro) e chega-se a uma nova interpretação do texto já levando em conta os dois recortes”.

Outro conceito caro a essa disciplina é o de recorte. Guimarães o toma à Análise de Discurso formulando-o nos termos da consideração do acontecimento de enunciação. Se para Orlandi, “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Orlandi, 1984, p.14), para Guimarães (2010, p. 23), “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação.”. no recorte mantém-se a mesma consideração sobre a segmentalidade explicitada anteriormente, tomando segmento como sinônimo de fragmento. A correlação das formas linguísticas não se dá pela sequência, mas pela relação de sentidos estabelecidas no(s) enunciado(s).

É preciso especificar que, do lugar onde nos posicionamos, não temos como objeto de análise o texto, mas nos propomos a mostrar *como*, do lugar da Semântica do Acontecimento, pode-se contribuir para a análise de texto.

Trata-se, para mim, enquanto semanticista, de dizer como um semanticista pode contribuir para a análise de texto. É preciso especificar esta questão pois um semanticista, no que é específico de seu ofício, não analisa (não interpreta) textos. Um semanticista analisa funcionamentos de expressões linguísticas e, comumente, um semanticista toma, como unidade de análise, enunciados (GUIMARÃES, 2010, p. 18)

Entendemos que a citação anterior pode gerar algumas controvérsias. Entretanto, para evitar tal equívoco, é preciso que se esclareça que Guimarães está posicionando o objeto de análise da Semântica do Acontecimento: o enunciado. Nesse sentido é preciso entender que

Na relação teoria e “método” consideramos que os acontecimentos de enunciação são produzidos pelas relações políticas dos *espaços de enunciação* e da *cena enunciativa*. No plano metodológico consideramos que a unidade de análise é o enunciado, tal como o definimos: unidade com consistência interna e independência relativamente ao texto em que se integra. As análises são realizadas sobre os modos de funcionamento dos enunciados, enquanto unidades integradas aos textos. (Guimarães, 2023, p. 118-119 – Grifei.)

De minha parte, considero ainda importante para elucidar essa questão - dada a polissemia da palavra texto e a complexidade de usos à qual é submetida, além das formas de se interpretar um texto - uma reflexão sobre o artigo “Texto e enunciação⁹”, cuja referência completa, além da nota de rodapé, encontra-se na seção referências bibliográficas desta tese.

Seguindo o modelo de análise exercitado nas aulas do Professor Eduardo Guimarães, a entrada nas análises se dá por um certo detalhe. Para ele, e agora para mim também, o detalhe é o ponto de partida para uma análise. Inspirado neste aspecto da obra de Spitzer, ele afirma que: “o que vemos é que, para Spitzer, a entrada, para se compreender um texto, não é pelo começo, mas por algum detalhe que deve ser considerado, em seguida, na relação com o todo (o texto) que o faz significar.” (Guimarães, 2010, p. 21).

Nesse sentido, tal qual para Guimarães, quatro elementos serão tomados em conjunto no funcionamento da linguagem: a língua, o sujeito, a temporalidade e o real:

Dois elementos são decisivos para a conceituação deste acontecimento de linguagem: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. [...] Trata-se de uma materialidade histórica do real. (Guimarães, 2005, p. 11)

Concebendo o texto dessa forma, como acontecimento, inscrevemo-nos num “domínio de saber que inclui no seu objeto a consideração de que a linguagem fala de algo” (Guimarães, 2005, p. 7). Além disso, como semanticista é fundamental “falar da significação linguística e mostrar como ela se “reporta a”, se relaciona a”, “diz de” alguma coisa”, ou seja,

⁹ <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29360/18050>

uma análise semântica, nesse campo teórico volta-se à relação de sentido estabelecida entre palavras em enunciados, tomando ainda as relações de sentido entre os próprios enunciados que integram um texto, em consonância com a temporalidade e com o real e a história.

Quanto ao *corpus*, em Semântica da Enunciação, considera-se que

Nosso procedimento de análise deve ser apropriado para analisar enunciados existentes (com seus modos de relação) enquanto enunciados de texto. Mas não se trata de construir um corpus específico. Trata-se de poder, a partir da análise de enunciados específicos, poder formular o modo como funcionam expressões em línguas diversas quando enunciadas (Guimarães, 2018, p. 75)

Nesse sentido, conforme já mencionado, o *corpus* desta pesquisa é retirado de um conjunto de entrevistas realizadas com indígenas Terena no Estado do Mato Grosso de Sul. Sobre os recortes, as transcrições não passarão por revisão ortográfica, ou seja, estarão apresentadas conforme o falar, ou variedade linguística adotada pelo Terena. Observo ainda que, o povo Terena, comumente, não faz as concordâncias conforme a norma culta do português no Brasil, no caso da verbal, em um ou outro verbo, talvez os mais ouvidos nas relações externas, aplicarão a concordância considerada culta; já a concordância nominal é bem particular: há uma ou outra marcação de plural ou gênero. Comumente o ele é tomado por ela ou vice-versa.

A etnia Terena apresenta um alto nível de convivência com o funcionamento da sociedade brasileira, nas entrevistas apresentou alguns conflitos que acentuaram nossos objetivos. Observa-se um litígio na relação de sentidos entre algumas palavras. Interessa-nos observar como esse litígio se dá numa etnia tão ampla, situada em aldeias e municípios diferentes.

Dentre os indivíduos Terena, há alguns indígenas desempenhando cargos ou funções políticas, professores, profissionais da saúde e trabalhadores em empresas. Ao primeiro olhar – considerando que esse primeiro vem tratar de um estágio de organização do material coletado, após aproximadamente 10 anos de convivência com grupos Terena, destes, 5 morando em aldeia – parece que os Terena estão absorvidos pela sociedade externa. Porém, ao se olhar com mais profundidade, percebe-se o quanto há diferenças entre estes e os não indígenas e quanto o processo de convivência a partir do contato com os não indígenas deixou marcas.

Sobre o método, serão adotados como procedimentos de análise o estudo das designações e modalidades de argumentação, tomando como categorias de descrição as reescrituras e articulações; considerando-se as temporalizações próprias do dizer, o conceito de cena enunciativa e de espaço da enunciação.

Em síntese, o procedimento de análise propriamente dito, conforme desenvolvido na ciência à qual nos filiamos, seguirá cinco passos:

1º) De acordo com a palavra ou expressão a ser analisada, tomaremos um dado recorte do material gravado em entrevista e transcrito, a fim de descrever seu funcionamento;

2º) feito, isso, buscaremos as relações de articulação ou de reescrituração que estabelece com outras palavras e/ou expressões no(s) recorte(s), com o objetivo de interpretar seu sentido no funcionamento dessas relações no texto em que se integra;

3º) repetiremos a operação tomando um novo recorte;

4º) faremos como no segundo passo, entretanto agora nos atentando para a interpretação realizada no primeiro recorte;

5º) repetiremos esta operação até que alcancemos o objetivo proposto para a análise, assim confirmando ou expandindo a interpretação realizada no primeiro recorte.

Feitas essas considerações, por meio do dispositivo teórico-metodológico da Semântica da Enunciação, buscaremos conhecer as significações palavras/expressões *brasileiro*, “*descobrimento*”, *colonização*, “*índio*”, *terra e território*.

CAPÍTULO II

Reflexão sobre a questão do trabalho de campo: do aporte teórico ao suporte prático para a pesquisa de campo

Esta seção trata de questões relacionadas à coleta de dados, que têm sido consideradas exteriores ao âmbito das pesquisas, mas que precisam encontrar espaço, como parte do bom, ou não, funcionamento da coleta e, logo, da pesquisa. Nesse sentido, serão aqui incluídas considerações a partir de dois lugares: o primeiro reservado a um apelo da linguista *Monica Macaulay*, sobre questões relacionadas ao trabalho de campo que muito podem contribuir ou prejudicar em um trabalho deste porte. O segundo, minhas constatações pessoais sobre a prática de coleta de dados a partir das considerações da autora.

A obra **Training linguistics students for the reality of fieldwork** (Treinar alunos de linguística para a realidade do trabalho de campo) da linguista *Monica Macaulay* (*University of Wisconsin-Madison*) trata de questões práticas relacionadas à pesquisa de campo. Há detalhes que, ao serem comentados, principalmente para quem nunca se dedicou ao trabalho de campo em outras terras, em relação direta com pessoas de culturas diferentes, parecem irrelevantes, parecem muito aquém do *status* que se atribui ao trabalho científico. É essa rica contribuição que o texto em questão vem proporcionar. Trago aqui algumas considerações sobre o trabalho da autora a partir de uma resenha que produzi numa das disciplinas cursadas para os créditos do doutorado no IEL (Amaral, 1917 – *in prelo*). Abordarei questões que *Macaulay* definiu como questões práticas e pessoais e também sobre outras questões relevantes.

Nesse sentido, mostrarei algumas questões relacionadas com as minhas experiências no trabalho de campo, algo que, segundo a autora, muitos pesquisadores da linguística não fazem, mas que deveria ser mostrado, sobretudo porque essa é uma lacuna que não deveria ser deixada, por ser determinante para a coleta de dados e para os resultados alcançados nas pesquisas da área.

Já na introdução, a autora afirma ter por objetivo, enquanto parte do grupo de linguistas, novas reflexões sobre o treinamento de estudantes de pós-graduação para o trabalho de campo. Apesar de, geralmente, ser feito pelo grupo um trabalho eficiente sobre coletar e analisar dados, muitas vezes não se atenta para a existência de um ambiente pessoal e prático, que pode ameaçar o trabalho de campo, caso o pesquisador não esteja preparado. Para

fundamentar essa tese, ela usa sua própria primeira viagem a campo, na qual trabalhou com falantes em Chalcatongo, uma aldeia remota nas montanhas de Oaxaca, no México.

A autora relata detalhes pessoais para exemplificar o próprio despreparo quanto aos aspectos práticos e psicológicos de um pesquisador de campo em outra cultura. Afirma que, diferente da linguística, a literatura antropológica e sociológica sobre o trabalho de campo é vasta. Graduada em linguística, nem tinha conhecimento da existência e da utilidade de literatura a esse respeito. Pergunta por que isso é algo meio invisível, para muitos. E responde que ao se expulsar os estruturalistas, foram com eles os vínculos com a antropologia.

Segundo a autora, o pesquisador, normalmente, não domina a língua pesquisada e não sabe bem o que deve fazer e como se comportar. Em primeira análise, parece uma informação óbvia e desnecessária, mas na prática, vai tão além. Ao reler o texto e comparar com o que vivia, deparei-me com uma questão muito relacionada ao meu trabalho com o povo Terena. Um povo super acolhedor sim, porém marcado por muitas experiências negativas com os não indígenas, de denominam *purutuye*¹⁰, tanto no sentido histórico relacionado à colonização, quanto nas relações com pesquisadores. Para fazer a pesquisa nas aldeias, solicitei uma autorização da Funai, tendo sido para isso autorizada, como consta de documento nos anexos da tese. Mas a partir daí havia um caminho a percorrer. Houve casos de aldeias, nas quais os líderes me relataram experiências dessa ordem, explicando porque havia entre eles acordos para não receberem pesquisadores, “Mas a senhora a gente recebeu por causa dele” – e apontavam para meu principal colaborador: meu marido, indígena Terena.

Para efeito de embasamento, nesse sentido, a autora relata que ocorrem ainda as relações com pesquisadores anteriores, as questões de cultura e crença que podem resultar em hostilidade pelos resquícios de relações e situações ocorridas anteriormente.

Outras situações comuns: para um povo aldeado, o tempo é outro. Há uma expressão que circula no meio religioso protestante, forte entre eles, dada por um missionário “The indian’s time”. Então os horários são extremamente flexíveis, podendo acontecer, ao ter um dia específico previamente agendado, há quilômetros de distância, por isso mobilizar toda uma logística e recursos (próprios), viajar, chegar no dado local e, por alguma razão considerada justificável para eles, o encontro ter sido suspenso.

Nesse momento, o credenciamento de pesquisadora, o conhecimento científico, o material em ordem, nada disso serve para nada. É olhar em volta, ver só o desconhecido, pensar em tudo o que esteve em questão para chegar até ali, incluindo a pressão do tempo, ter uma

¹⁰ Ou *purutuya*.

vontade imensa de chorar e muito. Então, se se tem o privilégio de ter um apoio de um colaborador inserido nesse funcionamento, disposto a encontrar soluções e o fundamental: autorizado para isso; o corpus vai ganhando forma. Não foi uma vez só, que deslocamentos de última hora aconteceram e o resultado pôde ser alcançado nessas condições adversas, com os “planos b” articulados. Por sua vez, a autora do texto relatou também experiências de trabalhos menos problemáticos afirmando crer que o mais importante para isso foi ter tido companhia. Acredita que a experiência daquela primeira viagem se deveu a estar sozinha sob um conjunto difícil de circunstâncias.

Outra questão fundamental: há relatos de situações em que, por questões como as que referi anteriormente e por outras, pesquisadores saem de aldeias – e aqui não estou especificando aldeias Terena - com dados comprometidos. É nesse sentido que considero este trabalho amparado por duas dádivas: os trabalhos desenvolvidos com e para os Terena do MS por meio do NEAD – Núcleo de estudos de Análise de Discurso - pela UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e as relações estabelecidas a partir daquele momento.

Diante disso, posso afirmar que, apesar das devidas autorizações institucionais, o que garantiu a autenticidade e a liberdade de expressão, no sentido de se sentirem à vontade e solícitos para que as entrevistas fossem realizadas, foram as relações estabelecidas com eles a partir de 2015, que se estreitaram muito a partir de quando me casei com um patricio¹¹ e me mudei para a aldeia. Em pesquisas sobre indígenas, conhecer o pesquisador faz muita diferença. Os Terena são experientes nas relações com os não indígenas.

Por sua vez, *Macaulay* relata que chegou a ficar dia inteiro sem escrever, possivelmente por excesso de trabalho no dia e noite anteriores. Teve dificuldades com obtenção de tempos verbais e não conseguia que o consultor entendesse alguns aspectos teóricos. Por vezes perdia-se quanto a tudo: a razão de estar ali, o trabalho em si, o próprio objeto, o método, etc.

Observa que durante o período inicial do trabalho de campo, a ansiedade que se acumula tende a ser exorbitante, envolve estresse na ambientação, preocupações com a saúde e autoimagem, receios de rejeição pela comunidade, sentimentos de inadequação na coleta de dados essenciais e receios de falha em completar as metas da pesquisa. Guardadas as devidas proporções, também experimentei situações dessa ordem: a dificuldade de entender o funcionamento, os sentidos das expressões, porque, ainda que falem língua portuguesa, o contexto de uso/funcionamento das expressões não são as do não indígena, há “jeitos de falar”

¹¹ Modo como os Terena se referem a si mesmos.

que significam diferente, enfim, é tudo muito complexo e amplo. Tenho certeza de que teria aprendido muito menos se tivesse passado com eles só o tempo autorizado para entrevistas, se não morasse e circulasse entre eles. Esse formato de relação, influenciou muito o *corpus* desta pesquisa, por inúmeros aspectos: quantidade, qualidade, abertura para respostas que, em outras circunstâncias nem teriam sido dadas. Registro aqui para expressar minha confiança neste material, minha gratidão ao povo Terena, por onde passei e fui acolhida, e para que seja informação útil a novos pesquisadores.

Segundo *Macaulay*, o estado civil do pesquisador de campo é de particular importância para os estudos antropológicos. A mulher adulta solteira e sem filhos não tem um lugar social legitimado na maioria das culturas. E, nesta pesquisa, o estado civil foi decisivo em diversos momentos.

Ela ainda relata sobre um episódio em que crianças correram gritando quando ela passou, alguém comentou com ela que era porque as mães lhes diziam para serem bons, senão a *gringa* os levaria. Ela brinca que se tornara o “bicho papão”, mas isso ilustra o quanto eles a consideravam estranha e o quanto ela se sentia estranha entre eles. De minha parte, por mais que tenha desenvolvido relações muito boas com os Terena, não se pode esquecer de que as marcas deixadas pelas relações com os não indígenas são muito profundas. Nesse sentido, há que se considerar que esta pesquisadora, em contato com os Terena, tem uma origem étnica, que de certo modo reflete a imagem do colonizador, que é parte da temática das entrevistas.

A autora segue reafirmando a lacuna existente no currículo dos estudantes sobre a pesquisa de campo e sugere uma passagem na "Introdução do Editor" em uma obra de Kleinman e Copp (1993) – dentre outros - que resumem muito bem essas questões. Enfatiza que o trabalho de campo é pensado como divertido e que raiva, tédio, confusão, desgosto, depressão, luxúria, desespero, frustração e embaraço, ocasionalmente, até são associados ao trabalho de campo, mas eles não são frequentemente discutidos. Segundo ela, parece que registrar essas questões, como que ameaçaria o trabalho, que deveria aportar apenas questões teóricas. Reafirmo: só as questões teóricas não teriam permitido a constituição do *corpus* necessário à qualidade desta pesquisa.

A linguista menciona ainda que Berreman (1962) também lamenta a escassez de informações sobre "os problemas práticos" ao se realizarem trabalhos de campo, de modo que a pessoa que enfrenta trabalho de campo pela primeira vez possa suspeitar que os etnógrafos tenham estabelecido uma conspiração de silêncio sobre esses assuntos. Talvez não sejam falados por acreditarem que tais problemas sejam exclusivos deles e se sentem fracos ou incompetentes, por isso os escondem ou minimizam.

A autora americana alega que, de fato, é importante aprender sobre uma cultura antes de se envolver com ela, entretanto também é fato que ler sobre uma cultura não é suficiente para alcançar esse aprendizado e ter êxito no trabalho – acrescento; mesmo que se esteja interessado apenas em como funciona a reduplicação ou a marcação de plural.

Segundo ela, cursos de pesquisa e textos metodológicos ensinam aos alunos apenas como a pesquisa deve ocorrer, em vez de como ocorre no mundo real. Defende que, como cientistas sociais, há a obrigação de compartilhar experiências com outros pesquisadores para desenvolver as habilidades de pesquisa e empresa. Em antropologia e sociologia, tornou-se padrão falar sobre todo e qualquer aspecto que envolve a pesquisa de campo. É preciso que se comece a fazer isso em linguística.

Afirma, ainda, ser óbvia a impossibilidade de se apresentar uma lista exaustiva de prescrições para trabalho de campo bem sucedidos, uma vez que cada situação é diferente. Nesse sentido, por identificação, destaco aqui dentre algumas sugestões referidas: encontrar um parceiro de trabalho (colaborador); decidir previamente em que casos ir sozinho ou levar alguém.

A autora assegura que, embora existam algumas fórmulas padronizadas para o sucesso de um projeto de trabalho de campo, o que garante esse sucesso, em última análise, são as habilidades e a experiência de cada pesquisador em relação à situação de trabalho. O sucesso do trabalho de campo é, em grande parte, o resultado da interação única entre a personalidade do trabalhador de campo, a natureza do problema da pesquisa e do ambiente sociocultural em que a pesquisa ocorre.

Ela menciona algumas poucas obras específicas sobre o trabalho de campo em linguística: Dixon (1984) e Newman (1992); Vaux e Cooper (1999) e Newman e Ratliff (2001), reforçando a necessidade de mais trabalhos nessa área.

Por fim, reforça ainda a importância de mais trabalhos que retratem as experiências reais dos linguistas em campo, nas variadas situações, a exemplo do que ela mesma fez como sua contribuição a essa área carente. De minha parte, acredito ter deixado aqui minha contribuição nessa direção.

CAPÍTULO III

O povo e a língua terena no espaço denominado Brasil

É fato que um trabalho em Semântica da Enunciação, tal como desenvolvida a partir dos estudos de Guimarães, tem como corpus enunciados que integram texto(s). Entretanto os enunciados em questão serão analisados buscando o sentido de ser brasileiro para o povo Terena. E quem é o povo Terena? Que sabemos sobre eles? Por isso, neste trabalho há duas preocupações: uma com a ciência por meio da Semântica da Enunciação; outra com as pessoas sem as quais nada disso faria sentido.

Pensando o espaço enunciativo como espaço que põe em relação línguas e falantes, observaremos alguns aspectos que trazem questões relacionadas ao espaço de enunciação do Mato Grosso do Sul e que colocam em relação a língua terena e a língua portuguesa, que é falada por eles hoje, alguns até já monolíngues, falando apenas em português.

Nesse sentido serão apresentadas mostras da presença dos Terena na região onde eles e a Língua Terena convivem com o português falado por eles, por meio de registros feitos, paralelamente, a questões de desenvolvimento do Estado.

Sendo assim, não é nosso objetivo tratar da colonização do Mato Grosso do Sul. Interessa-nos apenas relatar alguns pontos que demonstrem aspectos desse processo que se relacionem com a presença dos indígenas e que, de algum modo, apontem traços da relação entre os novos moradores e a população original. Detemo-nos no Estado de MS por ser o espaço de maior concentração do povo terena. Porém é importante ressaltar que só em 11 de outubro de 1977 houve a divisão dos territórios que, no mapa do Brasil, configuravam os limites do então Estado do Mato Grosso.

Acreditamos que o Terena atual seja produto de uma trajetória iniciada em 1500, por isso consideramos de extrema relevância apontar questões que permearam, ou mesmo determinaram o que esse povo é hoje. Considerando que este é um trabalho situado na linguística e que a língua e a relação entre línguas põem em cena o falante, entendemos ser relevante conhecer esse falante. O Terena, como os outros povos indígenas, só pode ser conhecido sob a lente do que viveram de 1500 aos dias de hoje. Não dá para fazer um trabalho relacionado a eles, ignorando essa vivência.

Afinal, segundo Guimarães (2014, p. 53), para considerar um espaço de enunciação específico, é necessário considerar fatos, que apontam para a categoria do falante de um lado e fatos de língua de outro (sabendo que os fatos de língua são constituídos por uma história de

enunciações); em que os fatos para uma teoria são a apropriação, pelo método, de dados que interessam ao cientista.

Pensando o funcionamento de uma língua na relação constitutiva com seus falantes, a meu ver, leva-me a querer saber quem é esse falante e que língua é essa.

Nesse sentido, após observar algumas obras, optamos por usar, predominantemente, uma obra que vai ao encontro dos objetivos de situar a presença deste povo neste território: *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica* de Acyr Vaz Guimarães¹². Segundo a Professora Cleonice Alexandre Le Bourlegat (UCDB), autora do prefácio da obra em questão, “Guimarães ainda se inclui entre os historiadores sul-mato-grossenses que foram, em parte, protagonistas da própria história narrada, ou tiveram familiares envolvidos na trama dos seus relatos.”. Para determinadas questões, incluindo as mais atuais usaremos outras obras selecionadas.

Acyr Vaz Guimarães (2001, p. 13) inicia seu relato sob o título de *A conquista do território*, seguido por um subtítulo *Espanhóis, portugueses, bandeirantes – exploradores*. Comenta que, se aos portugueses era difícil o acesso ao Oeste brasileiro, aos espanhóis colonizadores de Assunção era bastante viável. Essa conjuntura, ilustra bem questões que aparecerão postas no corpus deste trabalho, nas respostas dadas por entrevistados. Conhecer-las é importante para conhecer a história deste povo antes da configuração do Estado Brasileiro e ter noções menos vagas sobre o que abordam.

III.1. O espaço de invisibilização dos indígenas: *sombras e cifras*

A obra de Acyr Guimarães registra que:

Quem primeiro pisou o solo sul-mato-grossense foi o português Aleixo Garcia, que do litoral avançou para terras do Peru, com o objetivo de saquear riquezas. Trouxe-as - e bastante – mas, de retorno, foi morto com seus companheiros, exceto uns poucos, pelos índios pantaneiros. Esses índios, com o produto do saque à mostra, fez supor ao governante espanhol de Assunção que havia ouro bastante, no rio Paraguai acima. O explorador Aiolas subiu o rio em busca dessas riquezas, em 1537, mas teve a mesma sorte de Aleixo Garcia. (Guimarães. A¹³, 2001, p. 13)

A afirmativa “Quem primeiro pisou o solo sul-mato-grossense foi o português Aleixo Garcia” exemplifica bem a consideração dada aos indígenas nos registros, históricos ou

¹² Acyr Vaz Guimarães nasceu em 1919, no município de Ponta Porã. (...) Homem do Campo, formou-se em Agronomia. (...) Faleceu em Campo Grande aos 16 de dezembro de 2005. Residiu em Campo Grande. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, da Academia Sul-Mato-grossense de Letras e da Academia de Letras de Ponta Porã, foi ainda sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. (Fonte: a obra utilizada aqui – adaptada).

¹³ Informo que o acréscimo de A foi a forma adotada para distinguir Acyr Guimarães de Eduardo Guimarães, neste trabalho, evitando possíveis equívocos quanto a questões teóricas.

não, sobre a história do Brasil. No caso desta obra, os relatos, furtivos ou não, de certo modo, detalham a presença deste “não povo” sob a ótica da história.

Dois outros pontos peculiares se destacam no relato anterior: a razão que motivava os considerados heróis precursores da história do Estado de MS e a figurativização dos “índios” enquanto matadores dos precursores. Em sequência, 1543, um outro governador espanhol, Cabeza de Vaca, segue para o Oeste em busca do ouro e/ou da prata e também em busca de Aiolas. Este segue com duas comitivas, uma por terra e outra por caminhos fluviais. A primeira foi barrada pelas enchentes do Pantanal, novidade para eles. A segunda esteve próxima às minas de Cuiabá, sem localizá-las.

Entretanto, cabe aqui um relato retirado de outra obra, que por sua vez descreve a presença dos povos originários, antes dos não indígenas adentrarem o território:

Na época em que os Terena deixaram o Êxiva, a região de Miranda era desabitada. Eles foram os primeiros a ocupar a área. A ocupação da região pelos portugueses começou depois da descoberta de ouro na região de Cuiabá e em Mato Grosso, no século XVIII. Várias povoações foram fundadas pelos portugueses nessa época: Cuiabá (1727); Albuquerque e Vila Maria (1778).

Preocupados em defender suas fronteiras dos espanhóis, os portugueses também construíram vários fortes: Forte de Coimbra (1775), Forte Dourado e Presídio de Miranda (1778). (Bittencourt e Ladeira, 2000. p. 41)

Afinal, os indígenas chanés¹⁴ pantaneiros noticiaram à Cabeza de Vaca a morte de Aiolas e da passagem e morte de Aleixo Garcia, contando-lhe toda a história do ouro encontrado, que não era do Alto Paraguai, mas do Peru. Cessaram, por essa razão, as buscas do precioso metal em terras que, hoje, são brasileiras. Novamente um flash da presença de indígenas no relato dos acontecimentos remotos da Região Oeste brasileira. Outra menção do historiador se dá ao relatar as tentativas dos jesuítas espanhóis em catequizar “inumeráveis tribos indígenas existentes no Pantanal”. (Guimarães. A, 2001, p. 14).

A primeira entrada dos bandeirantes nessa história é descrita da seguinte maneira: “Com o tempo, os bandeirantes caçadores de índios penetraram nas regiões assistidas pelos jesuítas e destruíram seus aldeamentos”. (Guimarães. A, 2001, p. 14 - Grifei.). Dessas viagens dos bandeirantes decorre também a efetivação das terras como brasileiras, sendo tomadas dos

¹⁴ Guaná poderia ser ainda a forma pela qual os Mbayá-Guaicurú chamariam os Chanés (Susnik, 1978). Os grupos Aruak, denominados Guaná/Chané estariam ainda subdivididos em quatro sub-grupos: Terena, Layana, Quinquinau e Exoaladi. (...) As primeiras referências aos Guaná/Chané, são do século XVI. Elas são feitas por Ulrico Schmidl, um soldado alemão que integrou as expedições espanholas, e Alvar Nunez Cabeza de Vaca, governador do Paraguai entre 1542-1546. (FERREIRA, 2007. P. 111)

Além disso, outra referência sinaliza que Guaná, na própria língua, também era chamado de Chané, pelo significado: "Os Guaná. em seu idioma "Chané", isto é. "muita gente" – observação feita por Francisco Aguirre (p. 471),. que teria percorrido a região em 1793, segundo Bittencourt e Ladeira (2000. P. 35).

espanhóis num ato de Pedro Leme, em 1682, em Vacarias¹⁵. O capitão-mor era “Braz Mendes Paes, que saíra em busca de índios e exploração do território.” (idem). Diante do capitão espanhol Marcos de León, que induzia a comitiva paulista a assinar um documento de reconhecimento da posse espanhola das terras, Leme saca de sua arma e profere o seu discurso histórico:

V. S. pelo poder com que se acha neste lugar, será senhor da minha vida, mas não da minha lealdade; estas campanhas são e sempre foram d’El-Rei de Portugal meu senhor, e por nós e por nossos avós penetradas, seguidas e trilhadas quase todos os anos a conquistar bárbaros gentios seus habitantes; o Sr. capitão-mor e mais senhores que assinaram este documento, contrariando a verdade, estão abandonados como lesos, ou como temerários; eu não – nem os mais que aqui nos achamos, porque não havemos de assinar este papel.” (Marques, 1872, *apud* Guimarães. A, 2001, p. 15 - *sic*)

Observemos o mapa de localização da antiga Região de Vacarias: ¹⁶

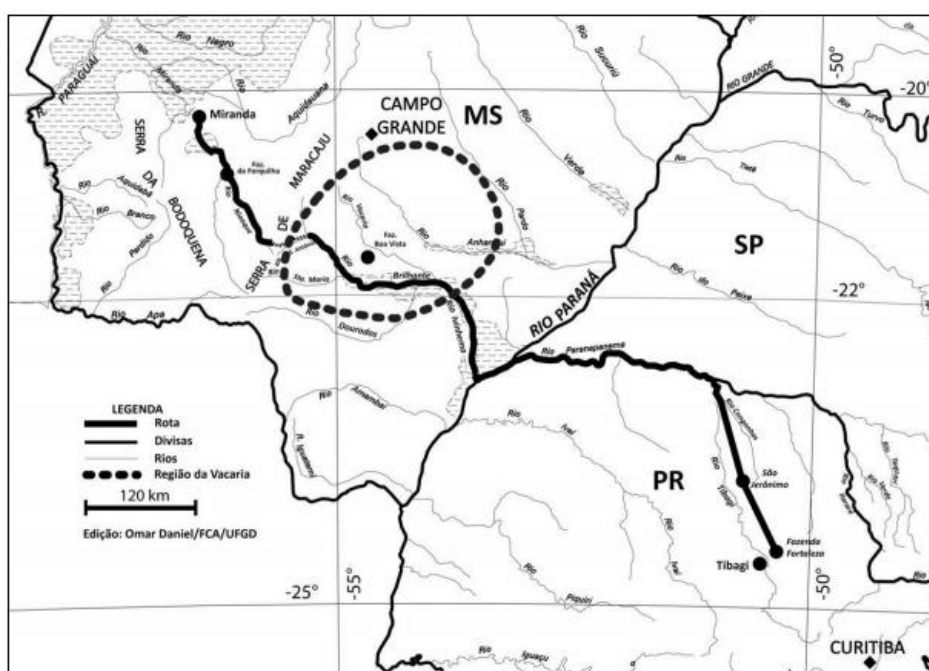


Figura 1 – Localização dos campos de Vacaria de Mato Grosso delineado em mapa com divisão político-administrativa contemporânea e editado por Omar Daniel/FCA/UFMGD. (In Brasil, 2009, p. 1)

¹⁵ Segundo Brasil (1999. P. 8) Em suas constantes incursões pela região, os portugueses nominaram essas áreas de vacaria, dada a presença dos rebanhos silvestres. Delimitava-a Pedro Taques, em meados do século 18, depois de afirmar que, nos campos assim chamados, existiam enormes rebanhos, sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, não só de gados vacuns, mas também dos animais cavallares. Segundo Brasil (1999. P. 3), passam a haver registros, ainda que escassos, a partir da década de 40, visto que “o governo Vargas [1930-1945] implantou a política de interiorização do Brasil, conhecida como *Marcha para Oeste*, cujo objetivo era povoar os espaços vazios das regiões do Oeste e da Amazônia brasileira, e expandir a abrangência da produção capitalista-mercantil do Brasil (Grifei.).

¹⁶ Figura 1 – Croqui de localização dos campos de Vacaria, sertão dos Garcia e do trajeto de Joaquim Francisco Lopes, no sul de Mato Grosso.

Outro marco da disputa entre espanhóis e portugueses pelas terras da Região Centro-Oeste brasileira, pertencentes aos indígenas que nelas já habitavam, dá-se por andanças de Manuel Dias da Silva, 1744:

Manoel Dias da Silva encontrou com sua gente *um padrão de pedra lavrado em forma de cruz*, com a inscrição; “*Viva El-Rei de Castela, senhor destas campanhas!*”, Manoel, não tendo ferramenta para derrubar a colossal pedra, escavou ao seu redor até que ela viesse ao chão em pedaços e, em seu lugar, erigiu uma cruz em madeira de lei, com a inscrição seguinte: “*Viva o muito alto e poderoso Rei de Portugal, D. João V, senhor destes desertos da Vacaria*”. (Guimarães. A, 2001, p. 15)

É fato que em 1753 fora erigido um marco na Serra de Maracaju, em consolidação do Tratado de Madri, 1750. No entanto, segundo Guimarães. A (idem), Manoel passando a levar gado e cavalgadura para Cuiabá, em seus trajetos percorria regiões ditas “sertões desconhecidos”, que, tempos depois, se tornaram os “Sertões dos Garcias¹⁷”. Mais tarde, um morgado de Mateus, capitão-general D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, também da Capitania de São Paulo foi quem erigiu o primeiro marco fronteiro em terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul, em 1767. Território à época denominado de “Colônia do Iguatemi”.

Em julho de 1767, o paulista João Martins de Barros, nomeado capitão-mor regente, atira-se para os sertões do Iguatemi, com 326 homens, viajando pelo Tietê e Paraná. Navega e se localiza o Iguatemi acima e próximo a suas cabeceiras, onde se arrancha. Em agosto desse mesmo ano, nova expedição sai para o Iguatemi, comandada pelo capitão André Dias de Almeida, em onze canoas e quatro batelões¹⁸, conduzindo 342 soldados. Ainda nesse ano, parte de Araraitaguaba (Porto Feliz), a terceira expedição, com 312 soldados em onze canoas e dois batelões, sob o comando do ajudante de ordens Antônio Lopes de Azevedo. Dava-se início à tomada de posse efetiva das terras junto ao rio Iguatemi, do atual Mato Grosso do Sul. (...) Em 13 de abril de 1769, partira para a colônia do Iguatemi, sob o comando do marinheiro sargento-mor (major) Teotônio José Juzuarte, uma grande monção para povoá-la – eram colonos para o amanhã¹⁹ da terra. (Guimarães. A. 2001, p. 16)

¹⁷ Do ponto de vista de quem entende o indígena como ser humano proprietário dessas terras, registrar essa história torna-se garimpar, entre uma obra e outra, o que escapa das informações que “não deveriam ter sido ditas”, ou seja, informações que confirmam a presença do indígena como morador ou como proprietário de terras. A exemplo disso a definição dessa região em Brasil, 1999, P. 3), estudando o que denomina de “passado histórico-pastoril da região de Sant’Ana de Paranaíba, conhecida por *Sertão dos Garcia*, e de Rio Brilhante, denominada Campos de Vacaria. Espaço rendilhado pelos rios Paraná, Paranaíba, Sucuriú, Verde, Pardo, Anhanduí Vacaria, e Brilhante, se constituiu, em diversos pontos, em pouso obrigatório para os viandantes que perscrutavam os sertões mais internos de Mato Grosso por variados motivos, entre os quais se destacavam a busca de fama, riqueza e poder. Nesses pontos de descanso os caminheiros roçavam o mato, preparavam o acampamento, arranchavam-se, ceavam, armavam redes. Alguns sertanistas permaneciam por mais tempo nos pousos, pois desenvolviam lavoura de milho, feijão e mandioca, e só depois de se colher seus frutos, prosseguiram viagem. Não raro, os pousos e varadouros mato-grossenses transformavam-se em importantes arraiais ou em áreas difusoras de populações oriundas do centro-sul brasileiro.

¹⁸ O mesmo que: barcaças, barcas, canoas, gabarras. Barca grande para carregar artilharia e carga. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/amanho/>> Acesso: maio de 2020.

¹⁹ Ato ou efeito de amanhar; preparo, arranjo. Cultivo, lavoura. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/amanho/>> Acesso: maio de 2020.

Esses fatos resultaram em protestos do governador espanhol, D. Carlos Morphy, da província do Paraguai. Por carta, manifestou sua contrariedade e a sequência das correspondências se deram sem muita diplomacia. Nessa disputa, o governador paulista trabalha na direção de comprovar o direito de posse das terras da região Centro-oeste brasileira, destacando o pioneirismo brasileiro em oposição aos espanhóis. Nesse sentido, Acyr Vaz Guimarães cita uma carta do vice-rei de Buenos Aires ao governo da província de São Paulo. Na epístola, o vice-rei reclama das empreitas do paulista Francisco Pedroso Xavier, identificados como ações ocorridas, segundo o autor, em 1675, em datas que evidenciariam o disputado pioneirismo como direito dos paulistas. A nós, interessa destacar as questões concernentes à presença dos indígenas e o tratamento a eles destinado como terceiro elemento étnico presente naquele contexto, desconsiderado, embora sendo o primeiro grupo a se fazer presente.

“Señor – El conde de Castelar, siendo vice-rei del Perú, em cartas de 23 de Diciembre del año passado de 1676 dió cuenta á V. M. de que los portugueses del Brasil llamados comumente mamelucos, que habitam la villa de S. Paulo tan vecina á la del Paraguay que una cordillera sola las divide, tubieron siempre por costumbre el passar-la com numero de gente y prevencion de aarmas para apresar índios, llevarlos ás suas haciendas y servirse de ellos como esclavos, em todos sus fines, y com este exercicio llegando hasta la poblacion de Santa Cruz de la Sierra y estendiendose por mais de 800 leguas hasta el rio rio Marañon o de las Amazonas, cevados em las numerosas presas de índios, que hacian, que estos mismos portugueses destruyeron em anos passados la ciudad de Heres [Xeres, do Rio Miranda], y la Villa Rica del Spirito Santo, com sus pueblos, dejando assolada toda la província de la Guayra, e parte de la del Paraguay, y com assaltos repetidos em le mismo tempo apresaron gran parte de la nacion de índios Guaranies que habitan la sierra del Hape [Tape-RS], em pueblos formados ya de esta nacion, y reconducidos á nuestra Santa Fé por el cuidado de los religiosos de la companhia, los cuales viendo el estrago que continuadamente recibian aquellos naturales recien convertidos, recelosos de que com sus conterrmanos sol os acabasen de llevar los portugueses, retiraron todos los que habian quedado á la provincia del Paraná y Uruguay, cien léguas distante de la dicha sierra, y em ella formaron 22 y mais pueblos de que se coponen las doctrinas, que hoy tiene á su cargo, etc.”. (In Guimarães. A, 2001, p. 18 - *sic*)

Os indígenas reclamados pelo vice-rei trabalhavam em suas terras no cultivo de erva. De acordo com Acyr Vaz Guimarães (2001, p. 19), a “presa” mencionada somava mil índios. O ex-governador, D. Juan dias de Andino perseguira a comitiva de Francisco Pedroso Xavier com quatrocentos espanhóis e seiscentos índios, em cavalaria.

Reafirmando que nosso interesse aqui não se dá na história propriamente dita, mas na presença de indígenas e outros povos, para estabelecer o espaço enunciativo desses anos. Entretanto, o modo como os indígenas, habitantes do território eram registrados, é muito vago, por isso, abordaremos aqui outros escritos nos quais eles eram referidos, tão somente para

mostrar esses registros, ou configurar elementos presentes na cena enunciativa do Brasil colônia.

Segundo Acyr Vaz Guimarães (2001, p. 24), “fácil foi perlustrar tão vasto trato de terras recém-descobertas, sem habitantes brancos”. Assim o autor demarca, mais uma vez a existência de habitantes indígenas, sem, contudo, mencioná-los. Talvez uma estratégia de tentar negar sua existência deixando-os fora do dizer.

Mais um relato pode-nos mostrar, dentre a tomada das terras do Oeste brasileiro, outra fonte de riqueza dos “heróis bandeirantes”:

Os bandeirantes, em busca do braço escravo encontrado no índio para as fainas da terra (porque difícil e caro o braço escravo africano), vendendo-o para fazer fortuna, foram àquelas paragens para sua captura.

Saíram no século XVII, Tietê abaixo, “entradas e bandeiras”, para os campos do longínquo oeste, os homens afeitos ao sertão, armados de arcabuzes, bacamartes e muita vontade de prear tribos inteiras. (Guimarães, A. 2001, p. 24)

Já em 1718, Antônio Pires de Campos, descrito como “destemido sertanista” saiu “em busca de índios. Encontrou-os – e bastante – retornando para São Paulo com suas canoas cheias do braço escravo procurado” (idem). O autor ainda narra que no caminho o sertanista encontra outros. Estes, estimulados por sua empreita, dirigem-se ao lugar da captura, “viveiro” – para não dizer *habitação*? -, de onde “não saíam sem índios” (idem).

Diante da descoberta de ouro, inicia-se um novo processo de motivação para atrair novos interessados na tomada das terras. Nesse ponto “gente afeita à mineração, de vez que ali estavam homens que só sabiam prear índios” (idem).

Curiosamente, o autor descreve a narrativa de um viajante a uma das áreas tomadas e feita fazenda da seguinte forma: “Essas casas estavam dentro de um pátio fechado (para defesa do ataque dos índios)” (Guimarães, A, 2001, p. 28). Logo abaixo, descrevendo outro episódio: “O juiz-de-fora, a cavalo, foi para a fazenda sob pesada escolta armada, por medo aos caiapós.” (idem).

Outra descrição curiosa aparece em “Negros remeiros e índios mansos²⁰ levavam às costas o mais pesado da canoada” (idem, p. 29). Em um capítulo intitulado “Os índios” (idem, p. 32), aparecem relatos de presença de caiapós: “os caiapós que tinham até ali o seu território” (idem); várias vezes os termos “atacavam”, referentes a eles; em seguida é mencionado:

²⁰ O presidente de província José de Oliveira (Relatório, 03 de maio de 1849) apresentou uma classificação da população indígena de Mato Grosso em três grupos, conforme as relações que mantinham com os não índios: “(1) aldeados perto das nossas povoações, 2) no primitivo estado de independência, mas tem algumas relações conosco, 3) hostilizam-nos e não se mostram dispostos a querer a nossa amizade”. O fragmento evidencia que a condição de independência e distância em relação aos empreendimentos coloniais era vista como indicativo de primitivismo (XIMENES, 2017, p. 52 - *sic*).

“território dos Guaicuru, índios cavaleiros” (idem); seguindo para “Como não bastassem os ataques de Caiapó e Guaicuru, a partir de 1725, os índios canoeiros paiaguás passaram a perseguir, com sucesso, os viajantes das monções.” (idem). O texto é permeado da palavra índios. Outro relato diz: “começaram a ser catequizados, mas se rebelaram e avançaram águas acima, para viver do pilhar as monções paulistas”. Outras narrativas na mesma sequência falam de caiuás e de ações nas quais paulistas “foram mortos”. O capítulo, cujo título anuncia os índios, apresenta-os como os que “atacam”, mencionou alguns “índios mansos” e os posicionou como perigos para as navegações e progressos dos paulistas. O mapa a seguir ilustra o panorama da região àquela época:

A fortificação deste ponto importante, é de necessidade absoluta para o sistema de defesa; cobre por todo aquele lado da fronteira, a comunicação com o interior da província e com a cidade do Cuiabá; serve de depósito, de resguardo a todo o nosso trem de guerra empregado naquela parte, e de base às nossas operações, quer ofensivas, quer defensivas; finalmente mantém em pé de respeito as diversas tribos indígenas, quer Guanás, quer Guaicurus, espalhadas nas suas vizinhanças. (D'Alincourt. 1953, p. 116)

Outro dado interessante reforça a presença ativa de povos indígenas na referida região, dentre eles os Terena, vivendo sua organização social, cultura e demais práticas como habitantes, para quem simplesmente observar os fatos por si. Realidade ignorada e que, nesse trecho da obra escapa ao narrador:

Pelo que se infere do que foi dito por d'Alincourt²², os criadores de gado que estavam ao redor da incipiente povoação de Miranda, em 1825, eram índios que tinham à sua disposição bastante gado bravio (alçado) para capturar e amansar – gado criado à solta, nos extensos campos pantaneiros. Não havia outros fazendeiros. (idem. p. 67)

Em sua obra “Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá” - publicada como folheto em 1825 - o militar português, Luiz d'Alincourt descreve o que viu em sua viagem a Cuiabá: “Poucos sítios há nas vizinhanças do presídio; seus donos dão-se à criação de gado vacuum, e cavalar; porém com poucas forças; assim mesmo conduzem a Cuiabá boiadas e cavalhadas, que, em grande parte, compram aos índios” (d'Alincourt. 1953, p. 118).

Em outro trecho de sua narrativa d'Alincourt relata novas atividades atribuídas ao povo Guaná.

As águas do Paraguai, quando cheio, chegam muito perto da aldeia, e das ditas casas; todo aquele terreno é muito bom para a cultura; tem, a alguma distância, boas matérias e vários moradores para o ocidente e parte do setentrão; os índios guanas ali *estabelecidos*, que chegam a 300 almas, criam galinhas e alguns porcos, fazem plantações de milho, feijão, mandioca, abóboras, batatas e outras para seu consumo, e para irem vender a Coimbra, o que é de grande proveito para a guarnição daquele forte. (D'Alincourt, 1953, p. 118-119 – Grifei.)

Uma questão linguística relacionada a esse modo de ver o indígena, destacado neste texto, também salta no dizer de Guimarães A. (2001, p. 70), em que aparece uma oposição

Várias povoações foram fundadas pelos portugueses nessa época: Cuiabá (1727); Albuquerque e Vila Maria (1778). Preocupados em defender suas fronteiras dos espanhóis, os portugueses também construíram vários fortes: Forte de Coimbra (1775), Forte Dourado e Presídio de Miranda (1778). (...) Assim, enquanto os espanhóis queriam instalar fazendas de gado para efetivar a posse na região e expulsar as populações nativas, os portugueses procuravam garantir o domínio da região da construção de fortes e acordos com os índios. Já nessa época os Guaná vendiam no Forte de Coimbra redes e panos, batatas, galinhas e porcos e, em troca, recebiam objetos de metais e tecidos.

²² Luiz D'Alincourt (1787-1841), militar e engenheiro, nasceu em Oeiras, Portugal, formando-se praça de artilharia em 1799 na Academia Militar, tendo se graduando posteriormente como Engenheiro. Veio ao Brasil em 1809, passando por São Paulo em 1818, em seu caminho até a cidade de Cuiabá, como oficial do corpo de engenheiros do Exército. Publicou alguns artigos sobre a corografia brasileira e sobre assuntos militares, alguns dos quais na Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Faleceu como major de engenheiros, provavelmente no Espírito Santo. Sua obra “Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá” foi publicado como folheto em 1825.

explícita entre o ser indígena e o ser brasileiro: “Por essa razão, os *Guaicurús* se rebelaram contra os *brasileiros*” – grifei..

Em seguida nova sinalização das atividades dos indígenas moradores na região Centro-Oeste escapa, em oposição a relatos anteriores de “terras vazias”: “os índios estavam em suas roças à margem do Sucuriú”. (idem, p 71).

E sobre os Guaná, novamente tem-se que: “encontraram índios Guaná, pacíficos, moradores na vizinhança, excelentes tecelões, com os quais fizeram trocas de presentes, colhendo informações sobre os seus trabalhos.” (Guimarães. A, 2001, p. 73). Outra informação que chama a atenção diz respeito à expressão “de fato”. Ou seja, a moradia dos indígenas não era considerada “fato”.

Começava, de fato, o povoamento das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul. Já se assentavam moradores ao redor do Presídio de Miranda; no Forte de Coimbra; nos dois povoados de Albuquerque; na fazenda Camapuã; no Sertão dos Garcias, neles levantada a Vila de Santana do Parnaíba. (Guimarães. A, 2001, p. 73)

Diante dessas informações, a configuração do espaço enunciativo na Região Centro-Oeste, em um recorte temporal aproximado de 1500 até pelo menos 1825, colocava em relação as línguas indígenas dos respectivos povos supramencionados; a língua portuguesa dos portugueses e dos brasileiros – em geral paulistas; a língua espanhola e línguas africanas, podendo-se considerar ainda línguas da Argentina (Buenos Aires); província do Paraguay e Peru, por cartas.

Localizar os Terena, especificamente, nessa região não é tarefa fácil por dois aspectos principais: primeiro sendo um povo ágrafo, presente nestes territórios antes do surgimento da nação denominada Brasil, tendo sido visto como não pessoas, não existentes, os relatos que começam a surgir sobre eles, mais tarde, já não são fontes seguras para conhecê-los. Em segundo lugar, os poucos estudos que existem sobre sua origem, por questões geográficas – como as mudanças de demarcações de fronteiras entre países da América do Sul – incertezas na localização exata do chaco – paraguaio ou brasileiro - dentre outras questões traz muito inconformismo entre os grupos Terena. Sendo assim, respeitosamente, eu não posso registrar neste trabalho um posicionamento, que não seja fundamentado em teorias aceitas por maioria dentre eles. Nesse sentido, eles, os Terena, são a minha principal fonte de pesquisa.

Os registros de Taunay também são fontes históricas proeminentes para o conhecimento desses povos originários, ao mesmo tempo vistos e ignorados pelos intentos exploratórios da região Centro-Oeste.

O militar descreveu a região de Miranda da época da Guerra do Paraguai sendo formada por duas grandes nações: a Nação Guaicuru e a Nação Chané (outra denominação para

Guaná). Segundo ele, a primeira nação era composta dos povos Kadiwéu e dos Beaquieu, que compartilhavam o espaço próximo aos rios Paraguai e Nabileque, além deles, um grupo que Taunay denominou de “guaycuru”, estes vivendo em Lalima e próximo a Nioaque.

Já a segunda Nação mencionada, Chané ou Guaná, era composta por quatro povos: os Terena, os Kinikinau, os Layana e os Chooronó – a estes, comumente, denominava de “Guaná”. Segundo ele, à época da Guerra, os Terena habitavam a região denominada Naxedaxe, além de Ipegue, Cachoeirinha e na chamada “Aldeia Grande”.

Assim descreveu os Terena:

O terena é ágil e activo: o seu todo exprime mobilidade: gente de intelligencia astuciosa propende para o mal. Aceita com diffículdade as nossas idéas e conserva arraigados os usos e tradições de sua raça, graças talvez a um espírito mais firme de liberdade.

Robusto e corpulento é em geral de boa estatura; o semblante apresenta o nariz um tanto achatado na base; sobranceiras pouco obliquas, em alguns individuos bastas e desenhadas com regularidade; às vezes é pugibarba²³, outras tem buço e barba bem apparentes.

A desconfiança se lhe transluz nos olhos inquietos, vivos; a dobrez nos gestos. Esconde com gosto os sentimentos que o agitam; fala com volubilidade, usando do seu idioma sempre que pode, e manifestando o aborrecimento por se expressar em portuguez.

São as mulheres geralmente baixas, têm cara larga, lábios finos, abelós grossos e compridos (...) e expressão de intelligência. Trazem comumente parte do busto descoberto e uma julata, tanga ou avental de algodão, cinta abaixo dos seios, com uma das pontas passadas entre as coxas e segura à cintura.

Raras dentre elas sabem falar o português: todas porém o comprehendem bem, apesar de fingirem não o entenderem. (Taunay, 1931, p. 17. *Sic*)

Entretanto, sobre sua origem, há mitos. Devido à conotação atribuída ao Chaco, à nacionalidade, dentre outras interpretações, também há aqueles que desprezam determinadas histórias, ou mitos, ou atribuições. Faz parte da tradição aceita por alguns Terena alguns mitos sobre sua origem, em versões diversas. Bittencourt e Ladeira referem um deles:

Segundo a tradição dos Terena, os professores da aldeia de Cachoeirinha, em 1995, resumiram assim a criação de seu povo:

A criação do povo Terena

Havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai e nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi.

Este homem, por curiosidade, começou a chegar perto. Viu um feixe de capim e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos Terena. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos. Aí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco.

Oreka Yuvakae, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia.

Finalmente ele convidou o sapo para fazer apresentação na sua frente. O sapo teve sucesso, pois todos esses povos deram gargalhada, a partir daí eles começaram a se

²³ Pugibarba ou pungibarba: diz-se de rapaz cuja barba começa a despontar.

comunicar e falaram para Oreka Yuvakae que estavam com muito frio. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 22-23)

Alguns Terena mais antigos se utilizam do mito para descrever peculiaridades e habilidades de seu próprio povo: “Orekajuvakái deu uns carocinhos de feijão e milho e deu mandioca também e ensinou como se planta. Deu também semente de algodão e ensinou como tecer faixa. Ensinou fazer arco e flecha, ranchinho, roçar e plantar.” (*relato oral de Antônio Lulu Kaliketê. - Traduzido para o português por Ladislau Haháoti – idem, p. 24*).

Damo-nos por satisfeitos, até aqui, no sentido de mostrar que povos estavam presentes nessa região por ocasião do surgimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Mesmo aqueles pouco ou não mencionados em outras obras, inúmeros povos, desconsiderados pelos *civilizados colonizadores*, em nome do *progresso*.

III.1.1. Chaco paraguaio: uma tentativa de apagamento

Outro problema apresentado pelos não indígenas contra a questão da terra e logo da localização geográfica do Terena, relaciona-se à questão do dito Chaco Paraguai.

Dizer que o Terena veio do Chaco, mais comumente citado como *Chaco Paraguai* é algo ainda comum na sociedade brasileira. Há severas discussões na tentativa de identificar o Terena como povo proveniente do Paraguai, o que agradaria a quem tem interesse pela posse de suas terras, por exemplo. Não obstante, Ferreira (2007), orientado pelo Doutor João Pacheco de Oliveira Filho, traz uma consideração importante para colocar a essa questão, que ultrapassa interesses de cunho geográfico, uma coerência a que se tem feito vista grossa:

Esta informação é importante porque da mesma maneira que o que hoje é território brasileiro, no século XVI era território indígena, o que hoje se considera o Chaco não corresponde ao que era o Chaco²⁴ no século XVI-XVIII. Na verdade, a definição do território do Chaco, assim como das fronteiras dos Impérios Português e Espanhol, era extremamente fluida. Veremos que esta fluidez é o produto dos processos de luta

²⁴ Sendo este assunto de grande importância para o povo Terena, reforçamos esse posicionamento com mais informações oferecidas pelo referido autor: “A região do Chaco era caracterizada pela existência de uma grande diversidade étnico- cultural, sendo sub-dividida em “áreas culturais”: a do Alto, Médio e Baixo Paraguai. O alto Paraguai ou Chaco Boreal se estenderia do Porto de Candelária até o rio Jauru, abrangendo atualmente a região de Corumbá até Cuiabá (ver Susnik, 1978, p.9). Quer dizer, o que hoje se denomina “Pantanal”, incluindo o pantanal sul mato-grossense, estava integrado no “Chaco Boreal.”, não constituindo um território distinto dele. Esta região, que mesmo hoje é em algumas partes incógnitas, foi, contudo, uma das primeiras áreas a serem conquistadas. (Metraux, 1946, p.199): “A história do Chaco no século XVI não pode ser separada daquela da conquista do Rio Plata. Assunção foi fundada em 1536 somente como uma conveniente base para a exploração do Chaco. Os principais eventos que marcaram aquele período foram: a trágica expedição de Juan de Ayolas, 1537-1539, que atravessou o Chaco até as terras dos Chané, porém no seu retorno foi massacrado próximo a La Candelária pelos índios Paiguás; a expedição de 26 dias de Domingo Martinez de Irala a partir de São Sebastião, 8 léguas sul de La Candelaria oriental, 1540; a expedição de Alvar Nunes Cabeza de Vaca contra os Mbayá Guaicuru em 1542; a expedição de reconhecimento Domingo Martinez de Irala em 1542 a Puerto de los Reyes...” (Metraux, 1946, p.200). (FERREIRA, 2007. P. 110/111)

político-militar, entre impérios e povos indígenas, ao longo de três séculos, a partir de 1540.” (FERREIRA, 2007, p. 110)

O mapa a seguir ilustra a questão da localização do Chaco:



A visão do branco desbravador/colonizador: desbravar e produzir lucro independente de qualquer outra coisa, ainda que essa coisa sejam vidas humanas, fauna, flora, organizações sociais diferentes da sua, ou seja, famílias que não sejam a sua, governantes que não sejam o seu, fé que não a própria, dentre outros valores humanos.

III.2. O espaço Terena na atualidade

Nessa trajetória de tantas andanças, Cardoso de Oliveira afirma que: “A história dos Terena, ao menos em sua fase que podemos chamar moderna, é a história da ocupação brasileira no sul de Mato Grosso”. (Cardoso de Oliveira, 1968, p. 40).

Alguns registros oficiais sobre o povo Terena informam que:

Os Terena são um povo indígena falante de língua Aruak. Atualmente, habitam Terras Indígenas em dois estados brasileiros (Mato Grosso do Sul e São Paulo). Dados do Censo de 2010 apontam para a existência de 28.845 indivíduos terena no Brasil, sendo que 985 vivem na região sudeste. No estado de São Paulo, eles ocupam, junto com

indígenas Tupi Guarani, Kaingang, Krenak, Fulni-ô e Atikum, três Terras Indígenas: Araribá, Icatu e Vanuíre, cuja população é respectivamente de 589, 155 e 225 pessoas. (SESAI, 2015)²⁵

No entanto, é fato que também há aldeias indígenas Terena no norte do Mato Grosso.

O site indigenista *Povos Indígenas no Brasil*²⁶ registra a presença do povo Terena trazendo aspectos da vida profissional deles e algumas das consequências decorrentes disso. O texto aborda a leitura superficial feita pela sociedade externa na configuração da identidade Terena, julgamentos que, apesar de baseado em senso-comum, acabam por se registrarem devido ao lugar de onde o branco fala nessa relação entre indígena e não indígena. É informado que:

Mato Grosso do Sul abriga uma das maiores populações indígenas do país. Os Terena, por contarem com uma população bastante numerosa e manterem um contato intenso com a população regional, são o povo indígena cuja presença no estado se revela de forma mais explícita, seja através das mulheres vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que periodicamente se deslocam às destilarias para changa, o trabalho temporário nas fazendas e usinas de açúcar e álcool. Essa intensa participação no cotidiano sul-matogrossense favorece a atribuição aos Terena de estereótipos tais como “aculturados” e “índios urbanos”. Tais declarações servem para mascarar a resistência de um povo que, através dos séculos, luta para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas ligadas ao antigo contato, além de mudanças bruscas na paisagem, ecológica e social, que o poder colonial e, em seguida, o Estado brasileiro os reservou.

De volta ao que se registra como formal na literatura, segundo Cardoso, a partir do final dos anos 50, muitos Terena se deslocaram para cidades em crescimento, devido à falta de “futuro” nas aldeias. Em 1960, ele registrou 418 Terena morando em Campo Grande, a capital do estado do MS. Em decorrência disso, a Cidade Morena hoje conta com várias “aldeias urbanas”.

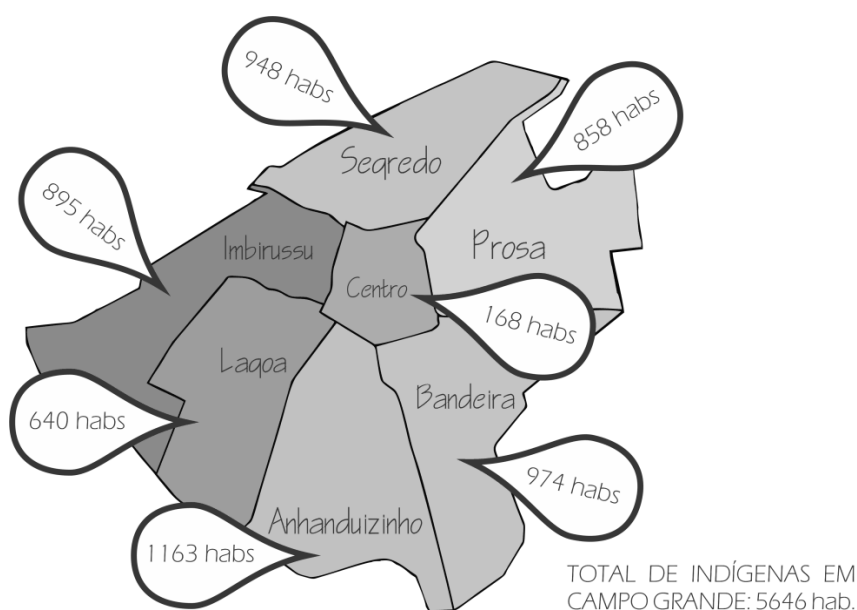
Segundo Silva e Bernardelli (2016), algumas cidades do estado do MS foram destino principal das famílias indígenas: Campo Grande, Aquidauana e Miranda. Os autores apontam que os motivos fundamentais para a ocorrência do êxodo da aldeia para a cidade se deram por problemas sócio territoriais, sanitários, de alimentação e renda, além de razões religiosas, conflitos de ordem política com produtores rurais e dificuldades de crescimento econômico dentro das reservas. (Batistoti & Latosinski. 2019)

25 <https://cpisp.org.br/povos-indigenas-em-sao-paulo/povos-indigenas/terena/#:~:text=Atualmente%2C%20habitam%20Terras%20Ind%C3%ADgenas%20em,985%20vive m%20na%20regi%C3%A3o%20sudeste.>

26 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>

Segundo o IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em Campo Grande há mais de 5 mil habitantes indígenas, o que faz da capital do MS o sétimo município do Brasil com o maior contingente de população de povos originários residindo na cidade.

A área urbana de Campo Grande/MS é dividida em sete macrorregiões e os povos indígenas estão em todas elas, segundo dados disponibilizados pela FUNAI (2016), Figura 1. Na região central é clara a segregação social e espacial, já que o número de moradores indígenas é muito restrito em relação às demais regiões do município – mesmo considerando a proporção territorial do centro e outras regiões. Todavia, a região do Anhanduizinho apresenta o maior número de habitantes indígenas distribuídos nos bairros Centro Oeste, Lageado, Aero Rancho, Guanandi, Centenário, Alves Pereira, Pioneiros, Los Angeles, entre outros. (Batistoti & Latosinski, 2019)



Número de habitantes indígenas nas sete regiões urbanas do município
Fonte: (Batistoti & Latosinski. 2019)

Como apontado, as AU27s identificadas em Campo Grande são majoritariamente, loteamentos e/ou conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura e apenas uma pelo Governo do Estado. Para a Prefeitura Municipal de Campo Grande são reconhecidas AUs aquelas construídas por meio de recursos provenientes do município ou do estado (quadro 1). Sendo assim, reconhecem quatro delas: Marçal de Souza, Água Bonita, Tarsila do Amaral e Darcy Ribeiro (Campo Grande, 2014).

Em 2013, este era o panorama:

Aldeias Urbanas reconhecidas pela prefeitura de Campo Grande – MS

Aldeia Urbana	Marçal de Souza	Água Bonita	Darcy Ribeiro	Tarsila do Amaral
Localização	Bairro Jardim Tiradentes	Bairro Nova Lima	Bairro Jardim Noroeste	Bairro Nova Lima
Órgão público responsável pela implantação	Agência Municipal de Habitação de Campo Grande	Agência de Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul	Agência Municipal de Habitação de Campo Grande	Agência Municipal de Habitação de Campo Grande
Ano de implantação	1999	2001	2007	2008
Estrutura	115 casas e 1 centro cultural	60 casas e 1 centro comunitário	98 casas	70 casas
Etnias	Guarani, Kadiwéu, Terena	Guarani, Kadiwéu, Guató e Terena	Terena e Guarani	Guarani, Terena e Kadiwéu
População	170 famílias	69 famílias	115 famílias	80 famílias

Fonte: Adaptada pela autora (PRÓ-ÍNDIO, 2013)
In (Batistoti & Latosinski. 2019).

Atualmente, na região de Campo Grande - MS, além das aldeias Água Bonita, Darcy Ribeiro, Tarsila do Amaral, há ainda os considerados assentamentos urbanos Santa Mônica e Indubrasil.

Segundo o IBGE, 2022²⁸, os povos indígenas concentram-se, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

²⁸Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em março de 2024.

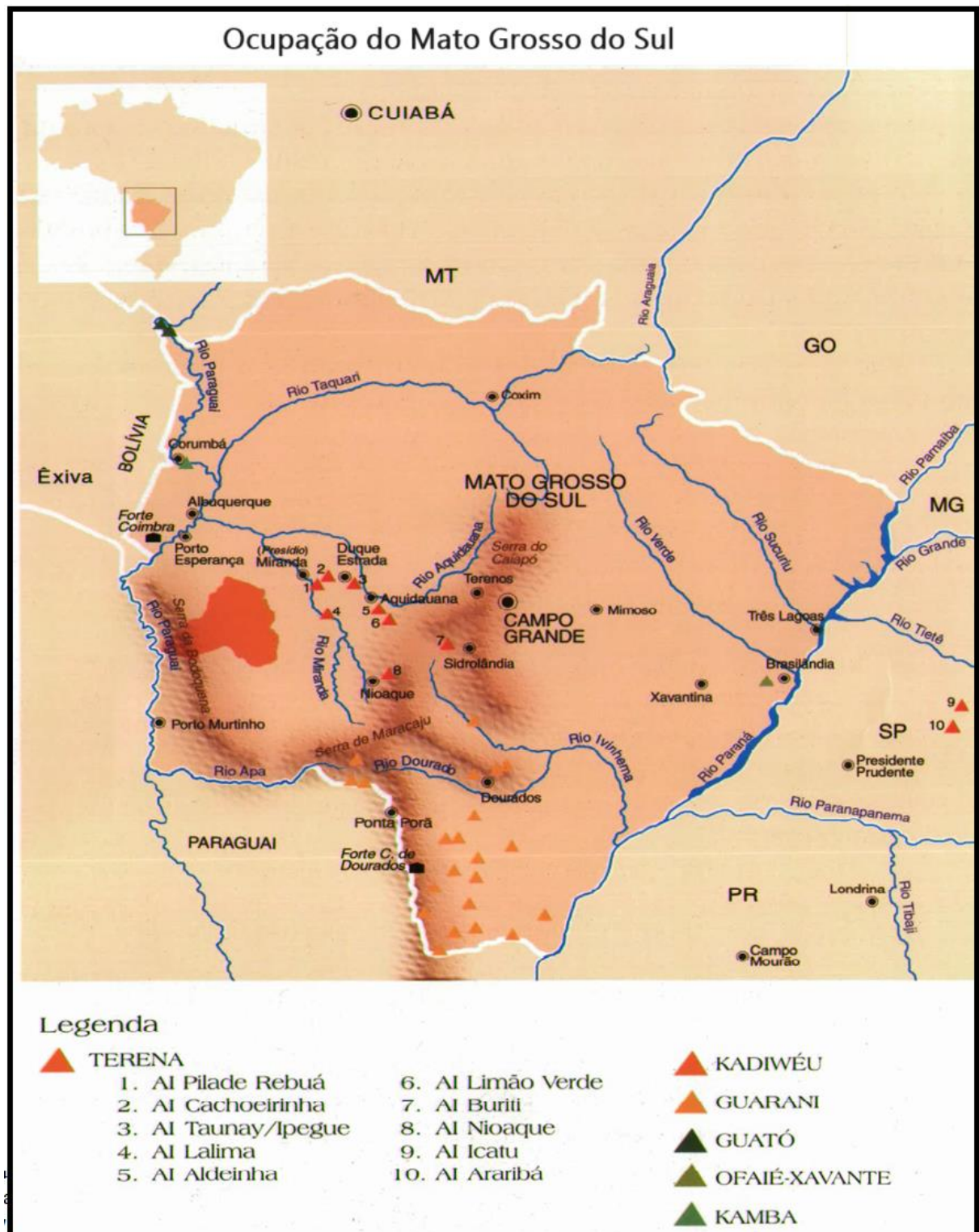
Região	População indígena	Parcela da população indígena total do Brasil
Norte	753.357	44,48%
Nordeste	528.800	31,22%
Centro-Oeste	199.912	11,80%
Sudeste	123.369	7,28%
Sul	88.097	5,20%

No quadro a seguir é possível observar a presença e o quantitativo dos Terena em relação a outras etnias do Brasil.²⁹

Alguns dos povos indígenas no Brasil		
Nome da etnia	População	Sigla dos estados em que vivem
Guarani	85.255	RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MS, PA
Ticuna	53.544	AM
Caingangues	45.620	PR, RS, SC, SP
Macuxi	33.603	RR
Yanomami	30.390	AM, RR
Terena	26.065	MS, MT, SP
Guajajara	27.616	MA
Xavante	22.256	MT
Potiguará	18.445	PB, CE, PE, RN
Pataxó	12.326	BA, MG

O mapa a seguir retrata os pontos de presença dos Terena no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:

²⁹ Idem.



BITTENCOURT E LADEIRA, 2000. P. 40 adaptado

A questão da terra continua sendo um forte conflito vivenciado por esse povo no Estado brasileiro.

Esse território, demarcado no tempo do SPI, de forma reduzida em relação à extensão já habitada, vem confirmar que “Quase todas as demais áreas Terena foram delimitadas no tempo do SPI. O tamanho das áreas demarcadas pelo antigo SPI era

muito menor do que era o território ocupado pelos Terena antes da Guerra do Paraguai. (Bitencourt e Ladeira, p. 96)

Terras comprovadamente indígenas aguardam por homologação, bem mais tempo do que a Constituição Federal postula. As famílias crescem eo espaço diminui cada vez mais, enquanto esperam.

Os Terena que encontro em aldeias hoje são pessoas comunicativas, alegres, acolhedoras e extremamente dispostos a buscar conhecimentos. Entretanto nenhum desses conhecimentos é capaz de fazê-los abrir mão de marcas identitárias difíceis de explicar porque parecem fazer parte de uma cosmovisão própria, que nós, não indígenas – ou não Terena – não alcançamos. Diante de um visitante, em primeiro momento, não vão conversar, algum ou alguns em posição de liderança se aproximarão, iniciando um diálogo aparentemente superficial, e assim conduzirão a relação. Os demais ficarão olhando, observando calados ou aparentemente desinteressados, em se tratando de alguma temática que julgarem não lhes dizerem respeito.

Do que está sendo conversado com alguns, está sendo feita uma análise do interlocutor e nem tudo que parece estar sendo dito está. Talvez um dia, se o visitante for “aprovado” para um nível mais creditado de relação, os ditos sejam um pouco mais aprofundados. Talvez nunca e pode ter certeza: o visitante sairá sem uma definição real sobre os Terena. Eu penso se isso não justifica a sobrevivência deles até hoje, com seu modo de vida, hábitos e cultura “preservados”.

Proprietários de uma alegria e senso de humor admiráveis, são originais em suas reações com familiares – lembrando que familiares, geralmente, são quase a aldeia inteira para mais! – Parece-me um povo difícil de se pesquisar - e imagino que isso não lhes afete em nada – Digo isso diante das minhas leituras, leio registros sobre questões relacionadas a eles que não traduzem o que eles são. A efeito de exemplo, hoje ainda li uma observação de uma pesquisadora atribuindo a um dado cargo uma espécie de permanência de mesma família a julgar pelo sobrenome nas assinaturas! Na aldeia de onde escrevo agora, talvez 80% seja “Reginaldo”; há “Reginaldos” que se opõe na escola, na igreja, nos postos de saúde, nas aldeias, nos partidos políticos e etc. Fora isso, é palpável a representatividade dos dois grupos identificados na organização social Terena em sua divisão endogâmica entre *sukirikionó* ou gente mansa e *shumonó* ou gente brava, dificilmente um *sukirikionó* disputará um cargo de liderança. São traços de personalidade, perfis.

Dizer que os Terena mudaram ao longo dos anos é paradoxal. Em que se pode dizer que mudaram? Nas vestimentas; em sua maioria falante de língua portuguesa; vários não falam mais a Língua Terena; muitos já moram em casa de alvenaria; dirigem veículos; formam-se nas

universidades; fazem pós; mestrado, doutorado; exercem profissões modernas; alguns praticam algum tipo de comércio urbano; utilizam maquinários agrícolas; alguns ocupam cargos políticos; votam; protestam em Brasília; organizam retomadas; muitos professam religiões cristãs – ocupando também posições de lideranças -, alguns crenças africanas; há falantes de línguas estrangeiras, etc.

Curiosamente, em meio a todo esse contexto, há uma essência neles que se conserva: as relações de parentesco; organização familiar e social – modelo de liderança e governo, por ex.; as relações com os anciãos, com a natureza, com a terra; a coletividade; as marcas identitárias de valores e tradições; o amor à língua como parte de si – como um membro em vias de ser amputado, mas com a busca de recursos para ainda recuperá-lo (não sei se essa é a melhor metáfora, mas não me ocorre outra); o deixar a casa de alvenaria lá e permanecer nas áreas cobertas com bacuri, ou nas cozinha de taboca batida, ou debaixo das árvores; o acolhimento; a agricultura familiar; o reconhecimento étnico mútuo; as histórias narrando os fatos do presente e do passado; as visitas; as aberturas de caminhos – “trieiro”; as risadas estrondosas que escuto ao longe denunciando as rodas de conversa; etc.

Talvez a melhor definição para esse sistema complexo seja a máxima de Marcos Terena: “Posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou”. Então poder-se-ia dizer que o Terena mudou pela aquisição daquilo que está presente em seu entorno e que ele consegue conquistar – ser o que você é; mas o Terena permanceceu em sua essência identitário-cultural. Eu diria que há um modo de ser Terena que o faz atravessar os tempos permitindo-lhe transitar por qualquer vereda, como um eterno estrangeiro, porém voltando para os seus como se nunca houvera saído, embora trazendo novidades na bagagem.

Para Bittencourt e Ladeira,

Os diferentes contatos que estabeleceram no decorrer de sua história com povos diversos como os Guaicuru, portugueses e brasileiros fez com que muitos costumes e hábitos de vida tenham se transformado. O trabalho e as relações com a terra e seus produtos, as construções das casas, as vestimentas, os alimentos e muitos outros hábitos do cotidiano têm mudado. Mas existem características de vida que são mantidas e permanecem comprovando a resistência dos Terena em manter a sua identidade como povo. A língua, festas, relações familiares e políticas, o artesanato, entre outras manifestações da cultura, são exemplos da manutenção das características dos Terena. Conhecer e refletir sobre as diferentes manifestações culturais da vida cotidiana é importante para o estudo da história do povo Terena. Uma história que tem sido marcada por permanências e mudanças. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 107)

III.2.1. Uma carta de Rondon e o espaço da Terra Indígena de Buriti

Alguns Terena, que não estavam em fazendas, costumavam ir sobrevivendo em grupos nos entornos possíveis próximos a fazendas, até porque há casos em que os maridos trabalhavam na fazenda, mas a esposa e os filhos ficavam nesses grupos de familiares. Foi assim

que, em 1904, por ocasião da construção das linhas telegráficas pelo então Marechal Rondon, tiveram acesso a esse meio parente, meio patrício, e puderam ter sua realidade vista por ele: “Tendo Rondon como intermediário, algumas comunidades, como Cachoeirinha e Bananal/Ipegue, tiveram suas terras demarcadas em 1905 e mais tarde, em 1911, foram reconhecidas pelo SPI.” (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 96).

Em relato, o Sr. Antônio Muchacho, da Aldeia Cachoeirinha afirma:

Meu pai foi pra lá de Nioaque, meu pai morou lá e eu e meus irmãos nascemos lá. Eu tinha seis irmãos e três irmãs. Então chegou a notícia do Marechal Rondon. O gerente da fazenda lá de Nioaque avisou meu pai que tinha notícia de que Rondon iria juntar os índios e o fazendeiro tinha que perdoar quem estivesse com dívidas. Era para juntar porque tinha um pedaço de terra para a gente. E então viemos para cá e moramos aqui. Eu tinha dez anos quando chegamos aqui e os outros que vieram comigo eram adultos. (In: Bittencourt e Ladeira, 2000. P. 96)

Já a Terra Indígena de Buriti “Anteriormente era nomeada de *Invernada*. Esse acontecimento de linguagem tem como memorável o período de batida policial local, que levou os fazendeiros a esconderem seus gados naquele lugar.” (Sol, 2018, p. 07).

Nesse lugar sobre o qual os mais antigos ainda se referem como “Invernada” nasceu a Colônia Buriti, que mais tarde originará a Terra indígena Buriti (TIB). Um território que compõe parte de dois municípios do Mato Grosso do Sul (MS): Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Segundo relatos, teria surgido na região um homem indígena, portando uma carta de Rondon. Na referida carta, o Marechal ordenava que os fazendeiros liberassem os indígenas da região, trabalhadores nas fazendas, para se organizarem com suas famílias na região da Invernada. Alguns afirmam se tratar de José Ubiratã, da etnia Bororo, trazendo a tal carta do Rio de Janeiro, então Capital da República Federativa do Brasil.

Os Terena Lúcio Sol, bem como Leonardo Reginaldo e Armando Gabriel, todos com mais de 80 anos, lembram-se de José Ubiratã que teria chegado ao Buriti por volta de 1920. Segundo eles, teria sido um índio Bororo que teria trabalhado com o general Rondon. (Oliveira e Pereira. 2012, p. 229)

Tudo estaria ligado, ainda, à instituição do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), criado em 1910.

Assim que, Segundo relatos unânimes da parte dos mais velhos ainda hoje e também passível de se confirmar por meio de obras antropológicas, teria se configurado a Colônia de Buriti. Importante ressaltar que estamos tratando aqui da nomeação e do novo formato que a região tomará, a partir da intervenção do documento emitido por Rondon, entretanto, também há relatos de famílias indígenas que, anteriormente a isso, já habitavam a região.

Segundo Oliveira, seis foram as grandes famílias que originaram a colônia:

Esse tronco, ao qual pertencia Lúcio, ainda criança na época, era composto por seis famílias nucleares, que vieram para a Terra Indígena Buriti, motivadas pelo convite de um índio identificado pelos atuais Terena como pertencente à etnia Bororo, de nome José Ubiratã, que teria sido criado pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon e trabalhado no SPI. Sua tarefa era convocar os Terena a deixarem as fazendas em que trabalhavam, em condições altamente desfavoráveis, para se recolherem nas reservas indígenas onde receberiam a proteção do governo. (Oliveira, 2012, p. 138-139)

Segundo o autor, essas famílias serão responsáveis pelo surgimento das aldeias que hoje compõem a TIB, algumas originárias da família Sol – conforme o TCC do pós-graduando Sol, cujas informações pôde comprovar junto de seus familiares - outros representados por troncos já residentes no local, são eles: Família Jorge (desde a metade do Séc. XIX); Família Sol (1920); Família Gabriel e Família Antônio da Silva Justino; Família Mamede e Família Reginaldo.

Oliveira registra o chamado “Diagrama de Lúcio Sol”, onde aparecem os nomes dos primeiros habitantes da reserva. No acontecimento de linguagem Diagrama de Lúcio sol, o real põe em contato, por meio da nomeação indígenas Terena e fazendeiros, por meio de um elo nominal:

Diagrama de Lúcio Sol

1. Amâncio Sol, faleceu por volta de 1924 na epidemia de febre amarela.
2. Carolina Jorge, faleceu na epidemia de febre amarela.
3. Lúcio Sol, 88, nasceu na fazenda Conceição, atual município de Nioaque.
4. Francisco Jorge, nasceu na área objeto da perícia, falecido.
5. João Jorge, nasceu na área objeto da perícia, também conhecido como Imoikovoti ou João Chalana, um dos antigos troncos da família Jorge em Buriti.
6. Justiniano Jorge, nasceu nas margens do córrego Cedro em 1904, falecido.
7. Helena Bueno, falecida.
8. Benício Jorge, 66.
9. Demêncio Jorge. 42
10. Basílio Jorge.
11. Venício Jorge.
12. Bento Sol, 50, filho adotivo.
13. Moisés Sol, 30, filho adotivo.
14. Lúcio Sol, 24, filho adotivo. Obs: A adoção é muito comum nos troncos em formação, como forma de ampliar o número de parentes co-residentes. Nesse caso, Lúcio Sol adotou três meninos, porque, segundo explicou, só tinha filhas mulheres.
15. Florinda Sol, 75.
16. Marlene Sol, 65.
17. Marilza Sol, 59.
18. Rute Sol, 58.
19. Dalila Sol, 55.
20. Izarita Sol, 45.
21. Eronita Sol, falecida.
22. Gersonita Sol, 34.
23. Augusta Jorge.
24. Deolinda Jorge.
25. Ambrósio da Silva Justino.
26. Vicente da Silva Justino, 74.
27. Antônio da Silva Justino (Farinheiro), falecido.
28. Teodora Sol Gabriel, falecida.

29. Armando Gabriel, 85. (Oliveira, 2012, p. 141 – 142)

Atualmente, a TIB, contemplando espaço territorial dos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, reúne 16 aldeias. Fazendo parte do primeiro, encontram-se: Água Azul; Aldeia dos André; Barreirinho; Buriti; Lago Azul; Nova Buriti; ; Oliveira; Olho d'Água e Recanto. Fazendo parte do segundo município, as aldeias: Córrego do Meio; Dez de Maio; Lagoinha; Nova Corguinho; Nova Nascente; Nova Tereré e Tereré.

III.3. O espaço da Língua Terena na família Aruák

Diante do exposto, é possível observar, as relações dos Terena enquanto parte do grupo dos Guaná, em contato com outras línguas indígenas, pelos últimos relatos, predominantemente com os Guaicuru e com portugueses e brasileiros.

Nessas relações, a Língua Terena, identificada dentre outras línguas da família Aruák, vem sofrendo suas perdas. Do ponto de vista de registros linguísticos, segundo Bittencourt e Ladeira (2000, p. 13), a língua Aruák é falada no Norte da América do Sul por povos de diferentes países. Esses falantes estão localizados próximo aos rios Orinoco, Negro e afluentes, destacando-se o rio Içama, além do Japurá, Solimões, Purus e Juruá, até as nascentes do rio Ucaiáli. Também se registram na Amazônia boliviana, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na Região do Rio Xingu. Entretanto, segundo elas, os Terena, cuja língua pertence à família Aruák, são o povo localizado mais ao Sul da América do Sul.

No mapa a seguir, é possível identificar essa localização:

Mapa da localização de povos falantes de línguas da família Aruák
– América do Sul



Segundo Bittecourt e Ladeira (2000, p. 12), “Tal como aconteceu com o nome Karib, que passou a designar aquela região, o Caribe, também o nome Aruák veio a ser usado

pelos europeus para identificar um conjunto de línguas encontradas no interior do continente sul-americano”. Elas registram a presença de povos Aruák na América por meio do seguinte mapa:



Outra questão que colocou o Terena em contato com outras línguas foi a entrada da escola nas aldeias. Do ponto de vista linguístico, esse fato traz para o espaço da enunciação além da língua portuguesa, a língua inglesa e a língua alemã.

É sabido que muito das perdas sofridas pelos indígenas é proveniente de trabalho de instituições religiosas, entretanto, entre os Terena das regiões pesquisadas, na conjuntura pós colonização em períodos paralelos às atuações do SPI e da FUNAI, alguns missionários foram

os agentes responsáveis pelos cuidados básicos e necessários a esses povos, por exemplo, na área da saúde, acesso ao conhecimento científico e no fortalecimento da própria Língua Terena. Reforçando esse exemplo, a aldeia onde a Língua Terena hoje é mais fortalecida é a Aldeia Cachoeirinha, onde, por 30 anos, duas missionárias do SIL (*Summer Institute of Linguistics*), Nancy Evelyn Butler e Elizabeth Muriel Ekdahl, estudaram, aprenderam a Língua Terena e registraram. Dentre suas obras: Aprenda Terena Vol. 1 e vol. 2.

Sobre as linguistas missionárias e professoras, Sobrinho, professora mestra Terena, falante e divulgadora da Língua Terena, que teve contato com ambas, registra:

Depois de 14 anos da promulgação da Constituição Federal, somente agora que foi implantado o ensino de língua Terena no currículo das escolas do Município de Miranda/MS. Apesar de já termos vivenciado outro momento da escrita da língua com a chegada das americanas: Nancy e Beth que trabalhou a escrita da língua na alfabetização. (Sobrinho, 2010, p.66)

Para marcar mais uma vez este feito que resultam em fortalecimento para a Língua Terena, reforçamos com a próxima citação:

A acadêmica Maria de Lourdes Elias Sobrinho, do povo Terena, incluiu na sua dissertação de mestrado em Educação pela UCDB resumos não só em Português e Inglês, mas em Terena. Seu trabalho, intitulado “Alfabetização na Língua Terena: uma construção de sentido e significado da identidade Terena da Aldeia Cachoeirinha/ Miranda/ MS”, também contou com trechos bilíngues em Terena e Português (Sobrinho, 2010). Dessa forma, Sobrinho afirmou o lugar da língua terena como instrumento para a transmissão de conhecimento. (Toliver, 2022, p. 70)

Por sua vez, na dedicatória da dissertação de Mestrado em Psicologia de Nilza Leite Antônio, indígena Terena registra-se “Dedico este trabalho à memória de Nancy Butler, sem cuja ação pioneira muitos Terena não teriam acesso ao estudo da própria língua.”.

A Mestra Terena em Psicologia, da aldeia Bananal, cuja dissertação configura um espaço enunciativo que traz a língua Terena, a língua inglesa e a língua portuguesa em pé de igualdade no registro do resumo:

RESUMU YA TERENA

Enepora itukéti yâyeke énomone ihikaxovo ne héu koeti kixoku itúkeovo ne kalivôno yoko oposíkoati kixoaku éxea ne kalivôno ya óvokuke. Áinovo kalivónohiko ituke inúxoti série ya ihikaxovokutike kóehati "general Rondon", ya aldeianake Pânana-Distrito de Taunay -Aquidauana MS. Enepora itukéti hara koyúho koeku ne kalivôno ya xapákuke iyénoxapa , loane ya héu koeti ko'óvokuti ya vípuxovokuke. Enepora kalivónohiko koyuhó kôe ya emó'uke, ya inúxoti série. Mopóaxo ihikaxovoti, koane enôe, yoko ihikaxoti, enomone itukôa ra itukéti yâyeke, enepora yutóeti. Koane maka pihóya ya óvokuke motovâti koyúhoyea ne éxone ya vemó'uke koane kixoku uti vitúkeovo. Enepora itukéti yâyeke êno discuti kéxeokono, koane ape poínuhiko material , kutêati documentos, motovâti vitúkino **visóneu** ne kixoaku uti akoyea maka inátapa vokóvo ne vânahixeova ne inámati ihíkautihiko.

Emo'úti-novókoetihiko: Véxea kixoku uti vitúkeovo, Kalivôno Terena, Ihíkauti vemó'uke, Víhikaxopeovo vemóu, kixoku uti vitúkeovo.

RESUMO

O trabalho que segue é um estudo de caso exploratório e qualitativo, cujo objetivo é compreender alguns aspectos da identidade de crianças em processo de escolarização, no contexto de sua rede social. Sua metodologia é a observação participante, completada com a análise de entrevistas selecionadas. Os sujeitos da pesquisa são crianças da primeira série da Escola Municipal Indígena Pólo “General Rondon”, na Aldeia Terena Bananal Distrito de Taunay – Aquidauana, MS, com seus responsáveis. A amostra inicia-se com observação de toda a rede e se especifica numa coleta de dados com três alunos, mais suas mães e professoras. Eles são entrevistados e têm assim a oportunidade de falar sobre a experiência da alfabetização bilíngue e sua relação com a cultura Terena. O resultado mais importante da discussão é que a alfabetização é importante para a preservação da cultura indígena, sem esquecer a negociação com a cultura letrada.

Palavras-chave: Identidade. Criança Terena. Educação Indígena. Bilinguismo. Cultura Terena.

III.4. Os Terena nas relações oficiais no espaço brasileiro

Os Guaná continuaram seu modo de vida, aliados aos Guaicuru, que eram guerreiros temidos, o que durou até 1791, quando os Índios Cavaleiros assinaram um tratado se aliando aos portugueses: “Esse tratado assegurava a proteção da coroa portuguesa e transformava os Mbayá-Guaicuru em súditos da rainha de Portugal.”. (Bittencourt e Ladeira, 2000. P. 41). Em seguida, os Guaná e os Cavaleiros foram se afastando, ao passo que os primeiros, por sua vez também foram se aliando com os portugueses – sobretudo após a Independência, em 1822.

Dentre os registros em seu diário de bordo, o viajante Langsdorff³⁰ também observou pontos que permitem conhecer marcas de alianças entre os Guaná e os portugueses, bem como os títulos que eram oferecidos nas negociações e tentativas de aproximar os indígenas dos intentos colonialistas:

No quarto: dia de parada, vimos chegar duas canoas com *Guanás*: nove homens e duas mulheres. Um já velho tinha entre os seus a. patente de *capitão-mór* que nos mostrou com grande ufania e assinada pelo antigo governador geral da província João Carlos Augusto de Oyenhausen. (Florence, 1941, p. 70/71 – Grifei.)

30 Georg Heinrich von Langsdorff, barão de Langsdorff, Nasceu em Wollstein, no condado de Nassau-Usingen, na Alemanha, em 18 de abril de 1774. Em 1822 realizou tentativa de colonização em sua fazenda, tendo custeado a vinda de famílias de colonos alemães, projeto que fracassou. Retornou à Rússia em 1821 com o objetivo de obter financiamento para realização de uma expedição científica ao interior do Brasil, aprovada e financiada pelo czar Alexandre I. A ‘expedição Langsdorff’ reuniu cerca de trinta e nove pessoas, dentre artistas renomados como os pintores Johann Moritz Rugendas, Hércules Florence e Aimé-Adrien Taunay, o naturalista Wilhelm Freyreiss, o astrônomo Nestor Rubtsov e o botânico Ludwig Ridell. Iniciada em 1821, na província de Minas Gerais, a expedição terminou em 1829, tendo seguido por São Paulo, Mato Grosso e Amazonas. O material coletado pela expedição foi enviado à Rússia, onde permaneceu guardado no Jardim Botânico por quase um século. Disponível em < <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/425-georg-heinrich-von-langsdorff-barao-de-langsdorff>> Acesso em set/2023

Interessante, ainda, observar nesses relatos as descrições que apontam para a presença e descrição dos povos Guaná presentes em todo o tempo em que alguma expedição inaugurava as terras indígenas, tomadas como livres e ou desertas, assim, prontas para sediar o progresso, enquanto os indígenas eram explorados também como mão de obra trabalhando em serviços mais desprestigiados.

Os *Guanás* moram na margem O. do rio Paraguai, um pouco acima da vila de Miranda: acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação. Usam de uma língua própria, mas em geral sabem alguma coisa de português, que falam à maneira de quasi todos os índios ou dos negros nascidos na costa d'Africa. De quanta tribu tem o Paraguai, é esta que mais em contacto está com os brasileiros. Lavradores, cultivam o milho, o aipim, a mandioca, a cana de açúcar, o algodão, o tabaco e outras plantas do país. Fabricantes, possuem alguns engenhos de moer cana, e fazem grandes peças de pano de algodão, com que se vestem, além de redes e cintas. Industriais, vão, em canoas suas ou nas dos brasileiros, até Cuiabá para venderem suas peças de roupa, cintas, suspensórios, silhas de selim e tabaco. Grande parte deles empregam-se nas plantações ou moendas a ganharem dois a três vinténs por dia, além do sustento, ou então entregam-se à pescaria, indo levar o peixe à cidade de Cuiabá, em cujo pôrto habitam numas choupanzinhas. (Florence, 1941. P. 71 - Grifei.)

Além dos relatos sobre a participação em frente de batalha, as produções agrícolas desse povo foi atrativa aos interesses do governo brasileiro para o suprimento dos soldados em campo de batalha.

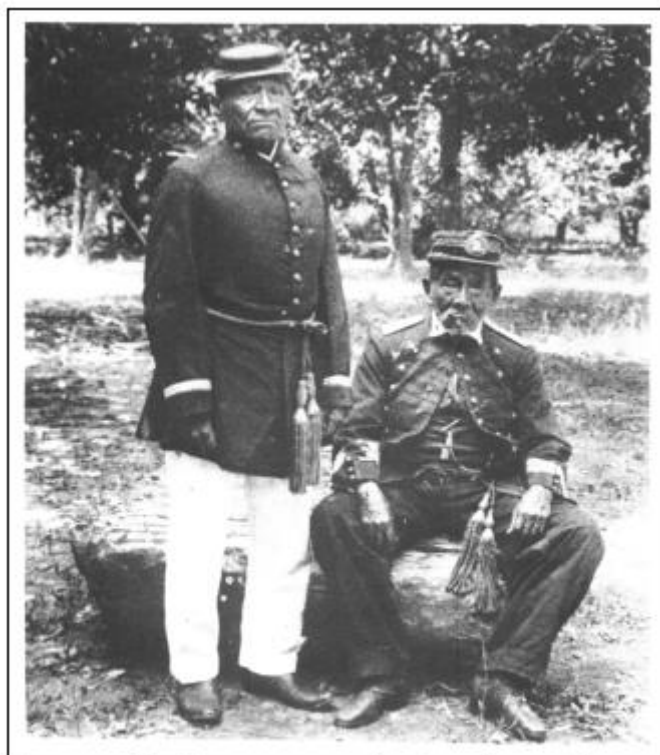
O governo brasileiro também chamou índios de Mato Grosso³¹ para combaterem os paraguaios. Os Guaicuru lutaram ao lado do exército brasileiro, enquanto os Terena, que sempre foram grandes agricultores, além de enfrentar o exército paraguaio, também participaram da guerra fornecendo alimentos para os combatentes. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 56)

Segundo Bittencourt e Ladeira (2000, p. 94), “O problema maior do governo era estabelecer o direito dos índios ao seu território. Ficou decidido que os índios teriam suas “reservas” delimitadas e controladas por funcionários do governo. (...) E os índios não podiam opinar.”.

O que configurava o tipo de relação exploratória que impunha a subserviência.

³¹ Data posterior à divisão dos estados MT e MS.

III.4.1. Os Terena na Guerra do Paraguai: e conquistas e perdas de espaço



Anciões Terena trajando fardas usadas na Guerra do Paraguai. Fonte: Carvalho, 1992. P. 470

Há pouca coisa registrada sobre a participação dos Terena na Guerra. É algo que escapa em um outro relato. E Taunay, que “alcançou” a guerra pôde confirmar: “À luz de um esplêndido amanhecer, avistávamos daí os nossos soldados a correrem pelo campo para o lugar do combate, e mais longe os índios Terena e Guaicuru que, *depois de nos haverem auxiliado valorosamente na luta (...)*” (Taunay – 2011. P. 77 – Grifei.).

Sobre a participação desses indígenas na guerra, Cardoso descreve que “(...) os Terêna teriam sofrido de modo bem violento a conjunção com a sociedade nacional, a partir do momento em que foram envolvidos na luta contra os paraguaios.” (Cardoso de Oliveira, 1968, p. 41).

Some-se ao primeiro outro depoimento de descendente Terena: “Esse vermelho do Bate-Pau é o sangue de nossos avós, dizia meu avô. Por isso nós temos essa Cachoeirinha: por causa do sangue de nossos avós” (Idem. P. 101). E mais este: Os nossos avós combateram na guerra contra os paraguaios. Os paraguaios queriam tomar esse nosso lugar, mas não conseguiram porque aqueles nossos avós de antigamente se armaram com arco e flecha.” (Idem).

E a história continuou, ecoando, na prática, que “os paraguaios não tomaram as terras”, mas o Brasil as tomou, e boa parte na figura do SPI – o serviço anunciado como organização para proteger o indígena.

Sobre isso um relato de um ancião sobre a participação dos Terena na Guerra do Paraguai e sobre a recompensa recebida, ilustra o tratamento do Estado a esses indígenas:

Uma liderança de 85 anos de idade, quando inquirida sobre qual teria sido a recompensa que os Terena receberam por participarem da guerra, atuando ao lado do exército brasileiro e assegurando os atuais limites territoriais do Brasil, disse que eles receberam do governo imperial apenas três botinas por prestarem tão relevante trabalho ao país: “duas no pé e uma na bunda”. (Oliveira e Pereira, 2007. P 17)

Isso para expor seu sentimento sobre o fato de terem servido ao exército brasileiro tanto em batalha quanto em suprimentos alimentícios, além de auxiliar como guia pelo grande conhecimento que dispunha da área. E em contrapartida ganharam o esbulho de suas terras, destinadas aos fazendeiros que se radicaram na região após a guerra. O que não foi negado à época, foi espoliado mais tarde, com atuação do governo e do SPI, conforme registro no Relatório Figueiredo na seção de crimes contra os indígenas:

Os Kadiueus (antigos Guaicurús), donos das ricas terras que lhes deu o senhor D. Pedro II pela decisiva ajuda às tropas brasileiras naquela região durante a Guerra do Paraguai, sentem-se escoraçados em seus domínios, o seu gado vendido e suas mulheres prostituídas (RF -32 - *sic*)

Situações como essas geraram deslocamentos entre os povos Terena para outras regiões, com o crescente número de indígenas estudando, pesquisando sobre seus direitos e conquistando mais visibilidade, assim, aliando-se a parceiros e segmentos que valorizam os direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, atualmente têm se organizado na busca de recuperar seus antigos territórios pelo processo por eles denominados de retomada³³.

Em outro momento histórico, durante a participação do Brasil na II Guerra Mundial, a nação também contou com a participação de alguns desses bravos guerreiros. Dentre eles há aqueles que se orgulham por terem atuado nas tropas brasileiras.

Historicamente, vários Terena fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira. Leão Vicente, da Aldeia Bananal; Irineu Mamede, da Aldeia Água Branca; e Aurélio Jorge, da Aldeinha de Anastácio, Ms, que incorporaram o Exército Brasileiro, pertencendo ao 9º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana, e participaram da Segunda Guerra Mundial nos campos da Itália. Essa epopeia ficou registrada na memória cultural dos Terena, que relembram os seus heróis no campo de batalha dos brancos. É motivo de orgulho para os Terena comprovar que sua valentia foi reconhecida pelos brancos, até mesmo no estrangeiro. (Baltazar, 2010, p. 48)

³² Página identificada no canto inferior esquerdo por *M.I. – 44 – 204*; no canto superior direito, à caneta por 4919.

³³ Sérgio Terena professor e liderança indígena explica que “*Retomada* nada mais é do que tomar de volta aquilo que tomaram de nós. Ainda que alguns fazendeiros mais novos tenham comprado, lá atrás foi tirado de nós. Por isso Alexandre de Moraes defende que, por isso, o Estado tem que indenizar esses que compraram” – em entrevista.

III. 4.2. O Terena e a recompensa da Guerra do Paraguai: servidão ou camaradagem

Após o término da guerra, retornando para suas aldeias, as famílias indígenas encontraram-nas ocupadas pelos não indígenas, segundo Amado, (2019. p. 70), “notadamente militares desmobilizados da guerra que optaram em ficar na região. Os Terena, passaram a vivenciar a situação conhecida na historiografia e na literatura etnológica como “cativeiro”, ou “camaradagem”, ou “servidão.

Cardoso vai dizer que a Guerra desorganizou as comunidades Terena, a ponto de eles precisarem buscar trabalho na agropecuária.

Várias fazendas conseguiram êsse feito, ao longo da história dos Terêna, particularmente quando da desorganização dos grupos locais em consequência da Guerra do Paraguai, época em que elas receberam considerável contingente. Ilustra isso um levantamento que realizamos, em 1957, com informantes de Aldeinha, com referência ao número de famílias Terêna residentes nas fazendas do Município de Aquidauana; computamos 57 famílias, que representavam cerca de 285 pessoas, tomando-se o multiplicador 5 como expressão do número de indivíduos componentes de cada família. Mas à medida que lhes eram garantidas terras, a partir da segunda década do século, os Terêna tenderam a se fixar mais nas Reservas. (Cardoso de Oliveira, 1968, p. 59)

O processo de trabalho nas fazendas se registra por obra a partir da coleta de depoimentos de quem o vivenciou:

Naquela época os Terena se encontravam fora de sua aldeia, trabalhando nas fazendas em condições de quase escravidão. Trabalhavam quase sem remuneração e muitas vezes os fazendeiros simulavam o acerto de contas e diziam, aproveitando-se dos índios: “você ainda está devendo, portanto tem que trabalhar mais um ano”. e a cada acerto de contas eles repetiam o mesmo.” (Genésio Farias).

O pessoal daquela época tinha medo porque ainda se lembrava do patrão que os chicoteava na fazenda. Quem se atrasava para tomar chá de manhã era surrado... foi o finado meu avô quem me contou. Como castigo o pessoal tinha que arrancar o mato com as próprias mãos. Quando a comida estava pronta, eles mediam toda a sua tarefa. Eram quinze braços de tarefa e, mesmo não terminando a tarefa do dia, de manhã mediam outra tarefa, que acumulava” (João “Menootó” Martins). (Bittencourt e Ladeira, 2000. p. 78.)

Relatos como esses são recorrentes nas rodas de conversa. Alguns medos desse tempo da servidão ou camaradagem ainda são reais, por exemplo a história de uma cachoeira existente na região de Buriti. Quando me falaram da existência dela, perguntei se passeavam por lá e a resposta foi que ninguém passava por lá porque muita gente teria sumido lá. Às vezes, pessoas que teriam recebido algum pagamento.

Entretanto, apesar de tudo isso, os Terena são dotados de uma resiliência e constância surpreendentes. Sua pacificidade não pode ser traduzida por passividade. Ele aguarda o momento e segue, bem ao ritmo de como interpreta a dança do Kipaé.

Os Terena nunca aceitaram a servidão nas fazendas e chegaram algumas vezes a se rebelar contra os fazendeiros. Mesmo vivendo fora das aldeias, espalhados pelas fazendas, os antigos nunca se esqueceram que eram Terena, continuando a falar a língua e a sonhar em voltar para suas terras. (Bittencourt e Ladeira, 2000. p. 96)

Essa foi a época, denominada de “Tempo da Servidão”, justificada pela modalidade de trabalho nas fazendas, onde os Terena acabavam submetidos a trabalho escravo, endividados pelos fazendeiros sob estratégia de mantê-los num ciclo de trabalho para supostamente pagarem as crescentes dívidas.

As dificuldades enfrentadas pelos indígenas, trabalhando como “camaradas”, nas fazendas, da região não é uma realidade tão distante e ainda são lembradas pelos anciãos nas conversas e rodas de tereré, bem como registram algumas poucas obras. Mesmo depois da referida carta de Rondon, muitos ainda permaneciam naquela situação.

Assim, apesar de em meados dos anos 1950 uma parte significativa da população Terena se encontrar aldeada, um número significativo se encontrava ainda localizadas em fazendas e outro em cidades – ou os núcleos urbanos de maior importância econômica – sendo que já existiam grupos domésticos de segunda geração, o que prova que a migração era relativamente antiga. O quadro abaixo permite ver a situação global dos Terena em meados dos anos 1950:

Quadro 30- PI's Terena – 1954 – As Diferentes localizações sociais dos Terena.							
População Nos PI's		População em Fazendas (grupos familiares)				População nas Cidades	
Cachoeirinha	834	Do Negrão	4	Piqui	3	Campo Grande	88
Bananal Ipegue ⁷²	1060	Conceição	2	Anhuma	2	Aquidauana	330
Lalima	256	Alvorada	3	Vargem Alegre	6		
Capitão Vitorino	202	Taboca	6	Bonito	15		
Moreira	130	Ambrosio	3	Chácara do Salim	1		
Passarinho	109	Mongolinho	1	Chácara do Frutuoso	1		
Buriti	483	S Pedro	1	Granja Chico Antonio	1		
Limão Verde	246	Leonel Correia	2	Leblon	7		
Total (indivíduos)	3320	364				418	

Elaborado a partir dos dados de Roberto Cardoso de Oliveira, 1976.

III.4.3. Os Terena no Projeto das linhas telegráficas

Outro momento memorável entre os brasileiros está relacionado à comunicação. Por sua vez, não deixa de estar vinculado às questões de desenvolvimento e progresso tão sonhados pelos brasileiros. Nesse sentido a Comissão liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, contou inicialmente com os Bororo, que depois cedem lugar aos Terena.

Em 1888, um ano antes da República ser proclamada, o imperador D. Pedro II criou uma Comissão Construtora de Linhas Telegráficas. O objetivo dessa Comissão era

instalar linhas de telégrafo por todo o interior do Brasil e sua primeira missão foi levantar os postes telegráficos da cidade paulista de Franca até a cidade de Cuiabá no Mato Grosso. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 81)



"O poste telegráfico vai abrindo caminho à civilização. E, neste caso, duplamente: os operários que o erguem são quase todos recrutados entre os indígenas locais."

Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 80

O projeto ambicioso, continuou pela república a fora, tendo pretensão de estender as redes telegráficas de Cuiabá às fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, o que requeria ampla mão de obra para a qual o Marechal passa a atrair indígenas das regiões. Diversas obras relatam a habilidade desenvolvida por indígenas Terena nas relações com não indígenas. talvez por isso, estes foram os que permaneceram até o final da Comissão.

Quando o finado Marechal Rondon passou por aqui. Meu tio mais velho foi com ele. Meu tio se chamava José Henrique. E tinha outro tio meu que acompanhou o Marechal Rondon quando ele passou na terra de Cachoeirinha. Ele se chamava José Marques e era cozinheiro lá onde eles acampavam. Eles passavam na região de Cáceres, Barra dos Bugres, pra lá de Cuiabá, onde meu tio passou acompanhando a medição da terra. Esse era o serviço de meu tio. Rondon gostava muito de andar com José Henrique. Meu tio mais velho, porque ele trabalhava muito bem ... " (relato do sr. Félix da aldeia de cachoeirinha In Bittencourt e Ladeira, idem.)

III.4.4. SPI – Serviço de (des)proteção ao “Índio”

As andanças de Rondon por ocasião da instalação das redes telegráficas o aproximou dos indígenas. Foi nesse contexto que entre esses povos se inseriu o nome Rondon, o Primeiro-Tenente.de Estado-Maior Cândido Mariano da Silva Rondon.

Formado em Ciências Físicas e Naturais pela Escola Superior de Guerra, que na época era uma instituição de estudos científicos voltada à formação de oficiais técnicos, ele se tornou professor de astronomia, mecânica rac

ional e matemática superior. E utilizou todos esses conhecimentos para mapear o interior do país e registrar o relevo e a hidrografia. Tudo isso foi realizado no começo do século XX. (...).

Mas como falar de Rondon sem mencionar sua grande paixão: a causa indígena? Por meio de seu rico trabalho, o país *pacificou e integrou* diversas tribos indígenas, *preservou sua cultura* e implantou uma política indigenista pioneira e reverenciada por todo o mundo. Ele foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios e assumiu a função com a proposta de integrar as tribos e não de catequizá-las. (Rossi *et al*, 2015, p. 35)

E isso me faz recorrer a Saussure, o “Pai da linguística” em sua máxima: “O ponto de vista faz o objeto”. Quem entendeu (viu) que o indígena gostaria de ser *integrado* viu de um lugar não indígena. Nas aldeias que frequento, nunca encontrei um indígena querendo ser *integrado*. *Pacificado*...

Enfim, vou me restringir a falar sobre a atuação de Rondon na implantação do SPI, e completar a biografia dele apenas informando sua origem:

Nascido em Mimoso, município de Santo Antônio de Leverger – MT, aos em 5 de maio de 1865, era filho de pai com descendência europeia e indígena, o Sr. Cândido Mariano da Silva, de ascendência europeia e indígena, e de mãe com dupla descendência indígena: Terena e Bororo, a sra. Claudina Lucas Evangelista.

Em relação à sua atuação junto ao Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910:

Rondon impôs ao SPI as seguintes linhas de atuação:

- "pacificar" o índio arredio e hostil, para permitir o avanço dos purutuyé nas zonas pioneiras, isto é, recém abertas para a colonização.
- demarcar suas terras. criando "reservas indígenas". lotes de terra sempre inferiores aos territórios anteriormente ocupados pelos índios. A justificativa é que "pacificados" não precisavam mais correr de um lado para outro".
- educar os índios. ensinando a eles técnicas de agricultura, noções de higiene. as primeiras letras e ofícios mecânicos e manuais para que pudessem sair da condição de índio bravo e serem transformados em trabalhadores nacionais.
- proteger os índios e assisti-los em suas doenças. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 95)

A instalação de postos do SPI dentro de aldeias configurava espaços enunciativos nos quais a Língua Terena cada vez mais perdia espaço para a língua portuguesa.

Fazia parte da política pensada por Rondon a organização de uma instituição voltada para o atendimento direto ao indígena. Nesse sentido, criou-se o SPI. Para atender a esse propósito, em 1918, a Aldeia Terena de Cachoeirinha recebeu um posto do SPI. Rondon ainda estabeleceu como representante Terena, no referido posto o Sr. Benedito Polidoro, conferindo-lhe o título de “Capitão”. (Ferreira, 2013, p. 148)

Entretanto a política de exploração e maus tratos aos indígenas já estava configurada no formato de funcionamento da sociedade brasileira vigente. Desse modo, em vez da proteção pretendida, os representantes do referido posto trabalharam na perda de direitos, de

terras e de autonomia política dos Terena. Após alguns anos o próprio encarregado do posto passou a escolher o “capitão”. Esse gesto, nem sempre atendia às aspirações iniciais de Rondon.

O “encarregado do posto” em pouco tempo, passou a interferir em praticamente todos os aspectos da vida Terena: da mediação de conflitos internos entre famílias, guarda dos registros das ocorrências civis (nascimento, casamento e óbitos) e até dos contratos de trabalho. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 97)

III.4.5. O relatório Figueiredo: espaço de denúncia do tratamento ao indígena no Brasil

Pode-se acreditar que as atrocidades denunciadas décadas mais tarde e investigadas e denunciadas no “Relatório Figueiredo” tenham sua gênese nas ações que passaram a ser práticas do SPI. Segundo os mesmos autores “o encarregado do posto criou até uma “guarda indígena” para a manutenção da “ordem”, para que os Terena não pudessem fazer protestos. (idem).

Nesse contexto o SPI dominava sobre os indígenas que viviam sob concessão ou



Índios Terena. Mato Grosso: Serviço de Proteção aos Índios. [1930]. 1 fotografia, 13,5 x 8,5 cm.
Legenda no verso da fotografia: Terena

favorecidos pelo governo, debaixo do controle de *purutuye*. Assim, esse povo passa a ser massa de mão de obra mediada pelos chefes de posto para trabalhar nas fazendas de agropecuária.

Com o tempo, os maus tratos aos indígenas que procuravam se proteger dos ataques de invasores passaram a ser denunciados pela

imprensa do início do século XX. Assim, o governo republicano já não podia “fazer vista grossa” para a realidade desses povos. Embora muitos já houvessem sido destruídos, fazia-se necessário, então, que providências fossem tomadas.

Nessa época, alguns dos choques entre índios e invasores de seus territórios começaram a ser denunciados pelos jornais, principalmente devido à atuação dos “bugreiros”, matadores profissionais de “bugres”, como eram chamados os índios por essas pessoas. Os matadores de índios eram contratados por agências para “limpar o terreno” para facilitar a posse das terras por fazendeiros e para especulação da terra. Esses conflitos começaram a aparecer nos jornais das capitais do país e também no noticiário internacional. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 93)



Por intermédio dos serviços prestados pela imprensa, parte da realidade vivenciada pelos povos originários passou a gerar muito incômodo: de um lado pessoas dotadas de humanidade começaram a se posicionar contra as atrocidades; por outro, os gananciosos e desumanos que agiam em função do lucro por meio da apropriação das terras e das demais riquezas do território dos indígenas se viam ameaçadas de terem suas ações reveladas e suas verdadeiras identidades expostas. Assim, foi se configurando a causa indígena.

Nesse sentido, debates e outras ações começaram a ser realizadas por intelectuais partidários da questão.

Dentre eles, alguns advogados, militares, engenheiros, cientistas e também alguns políticos e religiosos. Isso já por volta dos idos 1910. Entretanto nessa época, a sociedade ainda não tinha uma posição clara quanto ao lugar de direito do indígena como ser humano, de maneira semelhante ao que faziam com os negros escravizados. Havia os que queriam exterminar os indígenas, estorvos aos olhos dos que vislumbravam a posse das terras; aqueles que os viam como escravos em potencial para enriquecer mais as propriedades com fins agropecuárias; aqueles que queriam educá-los por meio da igreja ou por meio de entidade governamental. Duas coisas eram certas para a política da época: era preciso controlar os indígenas, e ocupar suas terras.

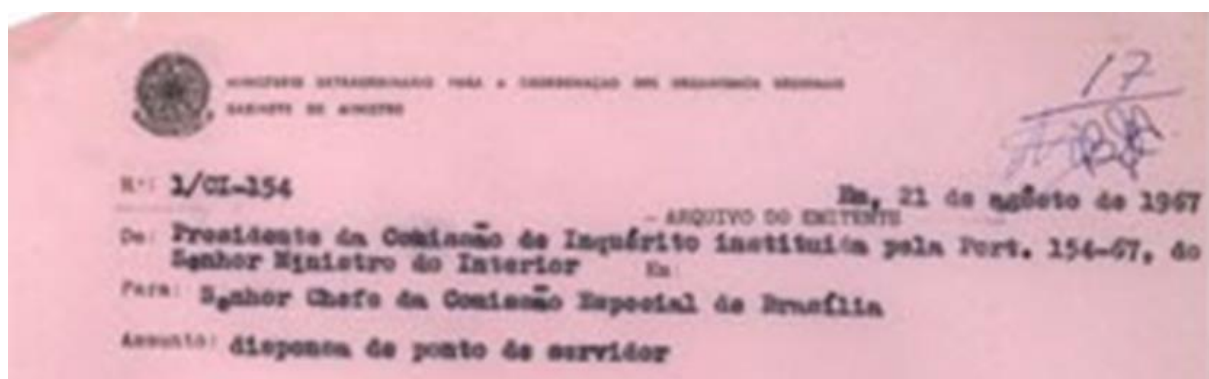
Outra complicação causada pelo SPI, além de demarcar restritamente as áreas, era que o órgão ainda não conseguia entender ou aceitar a organização territorial e cultural dos Terena (como a forma de organizar o território, ou seja, a organização do espaço das moradias, das plantações, das cerimônias e demais atividades, não foi respeitada pelos administradores do

SPI – Idem). Uma vez que o conceito de Território para o indígena é específico, diferente da mentalidade de imposição, própria do modelo colonizador em relação às nações indígenas. Comportamento que prejudicou muito a recomposição das comunidades. Esses e outros fatores levaram vários indígenas a continuarem trabalhando em fazendas, servindo de mão de obra para os fazendeiros e vivendo sob seus maus tratos.

Esta página³⁴ assinada pelo Relator Jader de Figueiredo Correa³⁵, é parte das sete mil “páginas de horror” escritas por ele. Hoje o site do Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre o documento e os links de acesso direto ao Museu Nacional, onde se encontra esta fonte de tamanha importância para se conhecer a relação do Brasil com os povos originários. Entretanto, dada a monstruosidade das ações relatadas, é um “texto de horrores”, difícil de se conhecer.

Em nota no Ministério Público Federal lê-se:

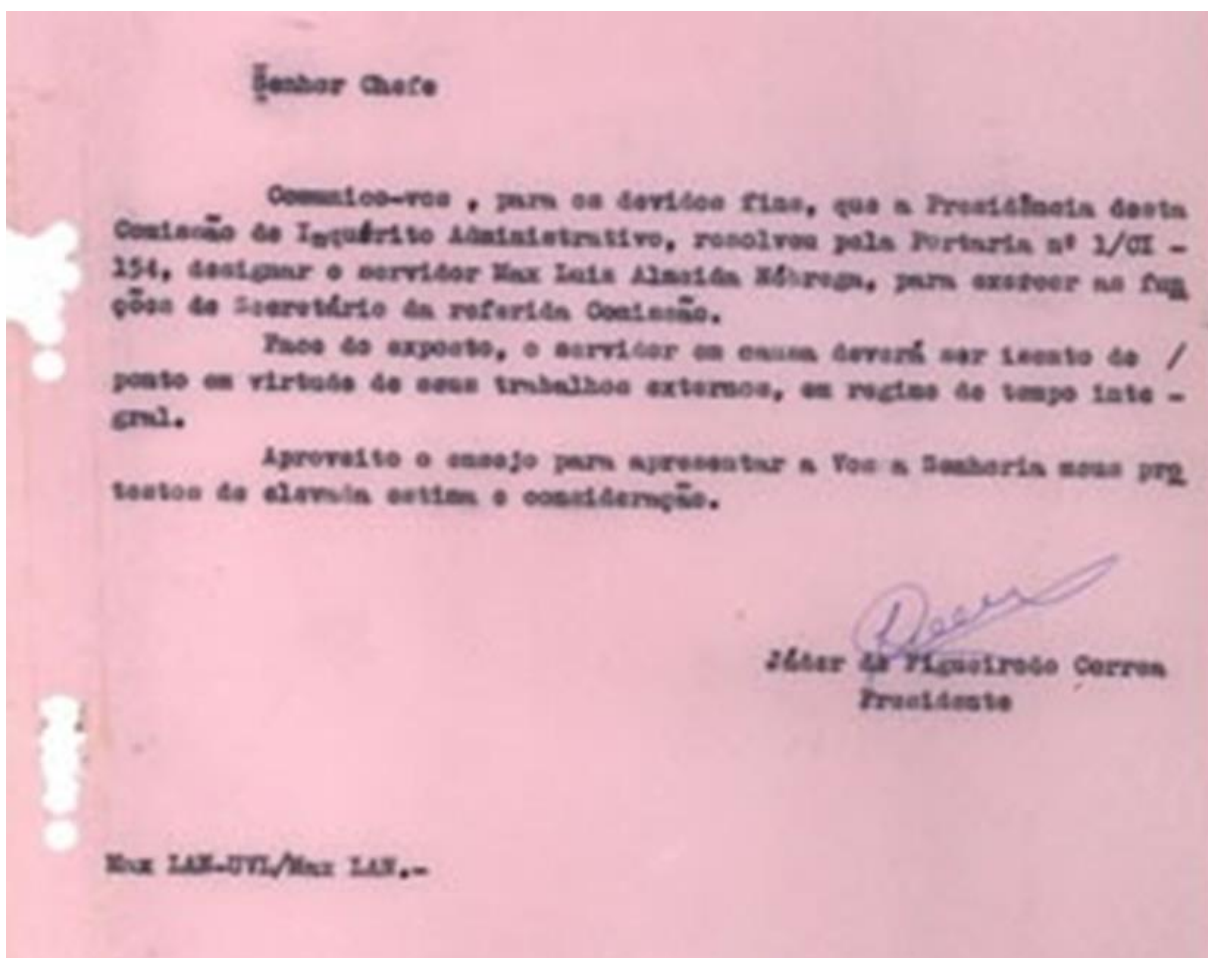
Depois de 45 anos desaparecido, o Relatório Figueiredo, que apurou matanças de comunidades inteiras, torturas e toda sorte de crueldades praticadas contra indígenas em todo o país — principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) —, ressurgiu quase intacto em abril de 2013. Supostamente eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura, ele foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais. (MPF)³⁶



³⁴“Uma das páginas do relatório recuperadas no Museu do Índio, assinada por Jader Figueiredo Correia (Foto: Museu do Índio) – Fonte – G1”. Retirado de <https://tokdehistoria.com.br/tag/jader-de-figueiredo-correia/>. Acesso em abril de 2023.

³⁵ Segundo a Revista Isto É, “Jáder Figueiredo foi uma figura ímpar, que desagradou a esquerda e a direita. Apesar de ter sido destacado para o trabalho pelo general linha-dura Albuquerque de Lima, que à época ocupava a pasta do Interior, a gravidade de suas acusações – que vão de desvio de recursos e venda de terras indígenas a assassinato, prostituição de índias e trabalho escravo –, colocaram-no contra o próprio regime militar. Foram muitos os esforços para mitigar a repercussão do escândalo no Exterior. As denúncias chegaram a ser destaque no jornal americano “The New York Times” e na revista alemã “Der Spiegel”. Um documento confidencial da Aeronáutica, de 26 de outubro de 1970, localizado pelo grupo Tortura Nunca Mais, afirma que “o fluxo de informações contra o Brasil no Exterior é constante e se faz em larga escala”. Logo abaixo, diz que “o trabalho relativo à ‘matança de índios’ foi completamente neutralizado e desmoralizado face às atividades das autoridades brasileiras”. Não é de se estranhar, portanto, que o Relatório Figueiredo tenha ficado mais de quatro décadas esquecido no arquivo da Funai, cuja criação em 1967 coincide com a extinção do SPI.”

³⁶ Disponível em <<https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacoes-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo>>



Em entrevista, Jader de Figueiredo Correia Júnior, filho do referido relator afirma: “Eu tinha certeza de que ele tinha sido queimado. Diziam na época que tinha sido proposital”, e acrescenta que o trabalho do pai “Era uma voz solitária na ditadura, contra o AI-5 e contra um regime que censurava a imprensa”.

Em 1955, denúncias contra a cessão de terras indígenas com autorização e participação do Estado e do SPI, geraram uma CPI no Senado. À época, conclusões das investigações enviadas ao procurador-geral da República culminaram com algumas anulações dos espólios praticados pelo governo. Um exemplo disso, finalizado anos depois, registra-se a seguir:

PORTARIA Nº 163, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1989

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, item VII do Decreto nº 92.470, de 18 de março de 1986, e tendo em vista o contido no Processo FUNAI/BSB/2337/86, e,

CONSIDERANDO que, o documento expedido por esta Fundação, em 28 de novembro de 1975, em favor de JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO FERRAZ; intitulado CERTIDÃO Nº 095/75, pelo seu conteúdo não se constitui em "CERTIDÃO NEGATIVA" e sim, em uma mera declaração de desconhecimento de presença indígena na área nela referida;

CONSIDERANDO que, o interessado ao receber o Ofício nº 625/PRESI, de 28/11/75, se comprometeu, a aceitar a interdição oficial da

FUNAI na área objeto da declaração, caso nela viesse a ser constatada a ocorrência de trânsito e/ou permanência de índios;

CONSIDERANDO que, após estudos efetivados foram constatados vícios com relação às coordenadas geográficas da área, na documentação apresentada pelo interessado e que fundamentou a expedição da Declaração;

CONSIDERANDO ainda, que a Declaração expedida em data de 28 de novembro de 1975, contraria as disposições contidas nos artigos 18, 22, 62 e seus parágrafos, Lei 6.001/73 Estatuto do Índio; e,

CONSIDERANDO finalmente que, incontestavelmente são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à utilização dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, nos termos do artigo nº 231, § 1º, da nova CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RESOLVE:

I - Tornar insubsistente a Certidão Negativa nº 095, de 28 de novembro de 1975, expedida em favor de JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO FERRAZ, referente ao imóvel rural com a superfície de 3.319,74.96 ha, compreendido entre as coordenadas geográficas 16º33' a 16º36' de latitude sul e 55º09' de longitude oeste, situado atualmente no Município de Santo Antônio do Leverger, Estado do Mato Grosso, tendo em vista o relatório técnico que configura incidência do imóvel no território indígena BORORO, da Colônia Tereza Cristina.

II Determinar a promoção das medidas necessárias para o competente cancelamento do Registro Imobiliário.

(Of. nº 20/89)

IRIS PEDRO DE OLIVEIRA.

O paulista Figueiredo Ferraz abocanhava mais de 3 mil hectares dos Bororo. (Imagem: Acervo/ISA)

Nesse contexto, em 1955, aconteceu uma primeira CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), cujo objetivo era anular doações de terras presenteadas pelo governo do antigo Mato Grosso. Em 1962, surge a segunda, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no então **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)**. A partir do que foi “descoberto” inicialmente, ou seja, como base comissões parlamentares de inquérito sobre os anos 1962 e 1963, CPI regulamentada pela portaria nº 154/67, concluiu-se que os abusos apontados restringiam-se a um curto espaço de tempo e a uma limitada área administrativa. Assim o então Ministro do Interior, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima (foto esquerda)³⁷, resolve pela nova CPI, constituída pela portaria nº 239/67, segundo inscrito no próprio relatório³⁸, “para

³⁷ Disponível em < <https://tokdehistoria.com.br/tag/relatorio-figueiredo/> > acesso em abril 2023

³⁸ Página demarcada no documento com a inscrição MI – 58 – 445.

apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios³⁹”. Logo essa portaria substituiu a de nº 154/67, “encarregada de apurar irregularidades naquela Repartição, apontadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito a ela referente.”.

Em outro trecho do relatório, na mesma página referida, Figueiredo relata que “a primeira comissão constatou, de início, a geral corrupção e anarquia total imperantes no SPI em toda a sua área como, também, através dos tempos.” e que “Devido às graves denúncias, ali contidas, V. Exa. Houve por bem constituir Comissão de Inquérito para cumprir o que preceitua a Lei e punir os culpados.”. Aparece ainda a indignação do relator afirmando que “Os



Ministro Afonso de
Albuquerque era cearense

criminosos continuam impunes, tanto que o presidente dessa comissão viu um dos asseclas desse hediondo crime (assassínio de Cintas Largas, no Mato Grosso) sossegadamente vendendo picolé a crianças em uma esquina de Cuiabá (MT)”.

Entretanto, segundo reportagem do site *Tokdehistória*⁴⁰,

Ao final, no entanto, o Brasil foi privado da possibilidade de fazer justiça nos anos seguintes. Albuquerque Lima chegou a recomendar a demissão de 33 pessoas do SPI e a suspensão de 17, mas, posteriormente, muitas delas foram inocentadas pela Justiça. (...) quando houve uma entrevista coletiva no Ministério do Interior, em março de 1968, para detalhar o que havia sido constatado por Jader e sua equipe. A entrevista teve repercussão internacional, merecendo publicação inclusive em jornais como o New York Times. No entanto, tempos depois da entrevista, o que ocorreu não foi a continuação das investigações, mas a exoneração de funcionários que haviam participado do trabalho. Quem não foi demitido foi trocado de função, numa tentativa de esconder o acontecido. Em 13 de dezembro do mesmo ano o governo militar baixou o Ato

Institucional nº 5, restringindo liberdades civis e tornando o regime autoritário mais rígido. (Isto É. 2013)

No próprio Relatório, Figueiredo denuncia que:

Tal era o regime de impunidade, que a Comissão ouviu dizer no Ministério da Agricultura, ao qual era subordinado o SPI, que cerca de 150 inquéritos ali foram instaurados sem jamais resultar em demissão de qualquer culpado. Contando com a boa vontade dos diversos setores da administração, do Ministério da Agricultura a CI resolveu requisitar os processos de inquéritos administrativos do SPI. Infelizmente os arquivos daquela pasta já haviam sido transferidos para Brasília e foram destruídos pelo incêndio que queimou o edifício sede, juntamente com a sede do SPI instalada no mesmo edifício. Os poucos processos salvados do incêndio dão a impressão de protecionismo, pois havia em todos uma característica comum, um traço dominante:

³⁹ Lembrando que esse órgão fora criado em 1910 para defesa e proteção dos povos indígenas; em 1910, quando várias frentes de expansão avançavam para o interior do país. O SPI era ligado ao Ministério do Interior e funcionou até 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

⁴⁰ Disponível em < <https://tokdehistoria.com.br/tag/relatorio-figueiredo/>> acesso em abril 2023.

a existência de um vício processual que determinava sua anulação e arquivamento, sem que jamais se voltasse a instaurá-lo novamente ou, depois, nem ao menos neles se falava mais. Aos que praticavam irregularidades, mais fácil se tornou obstaculizar a apuração depois do incêndio ao Ministério da Agricultura.⁴¹” (Figueiredo, 1967 - sic)

A matéria do jornalista Canêdo⁴² (2013) sobre o aparecimento do Relatório Figueiredo menciona um instrumento de tortura apontado como o mais comum nos postos do SPI à época, chamado “tronco”: “consistia na trituração dos tornozelos das vítimas, colocadas entre duas estacas enterradas juntas em um ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente”. Figueiredo introduz o capítulo afirmando ser “O “tronco”, o mais enconstrado de todos os castigos, imperando na 7ª Inspetoria.”

Durante a segunda CPI, foram percorridos mais de 16 mil quilômetros, entrevistados dezenas de agentes do SPI – criado em 1910 para defesa e proteção dos povos indígenas - e visitados mais de 130 postos indígenas. O resultado desse trabalho, entretanto, ficou desaparecido 45 anos. Desaparecimento justificado por um suposto incêndio no Ministério da Agricultura, aproximadamente um mês antes da Comissão de Inquérito que seria presidida por Figueiredo. Encontrado em abril de 2013 pela equipe da qual fazia parte o pesquisador Marcelo Zelic, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com aproximadamente 7 mil páginas preservadas, faltando apenas um dos trinta tomos originais.

Dentre as ações do serviço de proteção ao “índio”, são relatadas caçadas humanas nas quais foram utilizadas metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, contaminações por varíola, planejadas e realizadas, em povoados isolados, além de doações de açúcar misturado ao veneno estricnina. Com o seu aparecimento, o texto do procurador Jader de Figueiredo Correia, destinar-se-ia a uma análise realizada pela Comissão da Verdade, que apura violações de direitos humanos cometidas de 1946 a 1988.

O Relatório Figueiredo apurou matanças que chegaram ao extermínio de comunidades inteiras – e com elas as respectivas línguas nativas -torturas e uma gama infindável de crueldades praticadas contra indígenas em todo o território nacional — atos insanos cometidos principalmente por latifundiários e funcionários do SPI. Com seu sumiço, haviam restado como registros do relatório apenas o que era veiculado em reportagens publicadas na época de sua conclusão, por ocasião em que houvera uma entrevista coletiva no

⁴¹ Páginas identificadas no canto inferior esquerdo por *M.I.*– 44 – 204; no canto superior direito, à caneta por 4914/4915.

⁴² Jornalista de O Estado de Minas – ver referências bibliográficas.

Ministério do Interior, em março de 1968, sobre o que a equipe de Jader e ele próprio haviam apurado.

Segundo Jader Figueiredo Júnior,

O brasileiro costuma assistir a filmes de Hollywood onde caubóis matam índios e acha bonito. O que o americano fez com os índios foi brincadeira em relação ao que foi feito aqui. Lá foi uma matança, aqui foi genocídio. Uma coisa nazista, hitlerista. E o brasileiro não tem consciência disso. Isso é uma coisa que o mundo precisa saber. (*In* Cãnedo, 2015)⁴³

O pai relatara ainda que, quando chegou a uma aldeia, “encontrou a mulher amarrada entre duas estacas pelos pés, de cabeça para baixo, partida longitudinalmente ao meio por piques de facão.

Já na reportagem da revista *Isto É*, Laura Daudén e Natália Mestre escrevem que

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), representado por Flávio de Abreu, chefe da 6ª inspetoria, localizada em Mato Grosso, vendeu a pequena índia Rosa, 11 anos, em plena hora da escola. Ela e as colegas bororos foram obrigadas a parar os estudos e formar fila. Abreu estava acompanhado por um sujeito chamado Seabra, que escolheu a índia que queria para si. A vida de Rosa foi entregue a Seabra pelo funcionário público como pagamento pela construção de um fogão de barro em sua fazenda. Ao pedir clemência a Abreu, o pai da menina foi covardemente surrado. A denúncia, que expõe a institucionalização da violência contra os índios no Brasil, faz parte do Relatório Figueiredo, um documento de mais de sete mil páginas produzido pelo procurador federal Jader Figueiredo entre 1967 e 1968 a pedido do extinto Ministério do Interior. O trabalho mostra a corrupção endêmica, os métodos de tortura e escravização e a exploração do patrimônio indígena por funcionários do extinto SPI – órgão antecessor à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).” (*Isto É*, 2013)

Um dos trechos do Relatório publicado registra que “Nêsse regime de baração e cutelo viveu o SPI muitos anos. A fertilidade de sua cruenta história registra até crucificação, os castigos físicos eram considerados fato natural nos Postos Indígenas.”

Num gesto de definir a origem da Comissão final da qual fazia parte, ao justificar a extinção da portaria que a antecede, 154/67 para a 222/67, menciona que “A gama inteira de crimes ali se praticavam, ferindo as normas do Estatuto, do Código Penal e o Código Civil⁴⁴. Assim, conferindo à referida Comissão plenLinommos poderes para apurar as irregularidades cometidas. E prossegue numa seção por ele intitulada de “as provas”:

Instalada no dia 3 de novembro de 1967, conforme ata respectiva, esta CI começou a produzir prova testemunhal e documental.
Ouviram-se dezenas de testemunhas, juntaram-se centenas de documentos nas várias unidades da Sede e das cinco Inspetorias visitadas.
Pelo exame do material infere-se que o Serviço de Proteção aos índios foi antro de corrupção inominável durante muitos anos.

⁴³ Disponível em < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,373426/filho-se-emociona-ao-falar-do-trabalho-de-investigacao-feito-pelo-procurador-sobre-massacre-indigena.shtml> Acesso em fev /2023.

⁴⁴ Página identificada no canto inferior esquerdo por *M.I.* – 44 – 204; no canto superior direito, à caneta por 4911.

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

É espantoso que existe na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de descência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.

Para mascarar a hediondez desses atos invocavam-se a sentença de um capitão ou de uma polícia indígena, um e outro constituídos e manobrados pelos funcionários, que seguiram religiosamente a orientação e cumpriam cegamente as ordens.

Mas, mesmo que assim não fôsse, caberia ao servidor impedir a tortura e, na reincidência, destituir e punir os responsáveis. Tal porém jamais aconteceu porque as famigeradas autoridades indígenas eram a garantia julgada eficaz para acobertar as tropelias de fascínoras erigidos em protetores dos silvícolas pátrios.⁴⁵

Relatos como esse e outros teriam ficado fora do conhecimento das autoridades com o desaparecimento do Relatório Figueiredo. Novamente, um horrendo capítulo da história do indígena no território brasileira seria desconhecido e, logo, ignorado.

A revista Isto É produziu uma matéria por meio da qual é possível acompanhar a trajetória do Relatório Figueiredo até ser reencontrado:

OS DESCAMINHOS DO RELATÓRIO

Como o documento se perdeu e foi redescoberto no Museu do Índio

1962

Primeira CPI para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Não produz quase nenhuma documentação

1963

Instalada uma nova CPI, focada apenas em três inspetorias em Mato Grosso e no Amazonas. Ela dura até 1965. Os documentos dessas Comissões vão

para o Ministério da Agricultura e se perdem, junto com 150 inquéritos administrativos, em um incêndio em junho de 1967. A documentação era fundamental para os trabalhos da Comissão de Inquérito que seria presidida por Jäder Figueiredo um mês depois.

1968

Jäder Figueiredo apresenta em março os resultados das investigações. A imprensa internacional repercute as denúncias. Em abril,

é criada uma CPI para investigar as denúncias. O relatório de Figueiredo é publicado em junho e é arquivado na Funai. A partir de dezembro, com o AI-5, o material fica esquecido no arquivo da Fundação. Por uma confusão de datas, pesquisadores acreditam que ele também se perdeu no incêndio de 1967. O documento permanece guardado por quatro décadas. Em abril é criada a CPI do índio.

2008

A Funai envia ao Museu do Índio (RJ) 150 caixas de arquivos referentes ao período do SPI. Dois anos depois, os documentos, entre eles o relatório Figueiredo, são catalogados e digitalizados com recursos da Unesco

2012

Cria-se um grupo de estudos na Comissão Nacional da Verdade para averiguar violações contra indígenas.



2013

Ao visitar o Museu do Índio (RJ) em novembro de 2012 por conta de uma outra pesquisa, Marcelo Zelic encontra as caixas contendo os arquivos perdidos. Em abril de 2013, uma auditoria confirma que se trata do relatório produzido por Jäder Figueiredo

O pesquisador Marcelo Zelic, do grupo Tortura Nunca Mais, inicia uma pesquisa para encontrar documentos sobre essas violações – em especial, o relatório Figueiredo

Fonte: Marcelo Zelic e Museu do Índio

Sobre os recursos ou o desvio deles, uma anotação nos exemplifica tal fato:

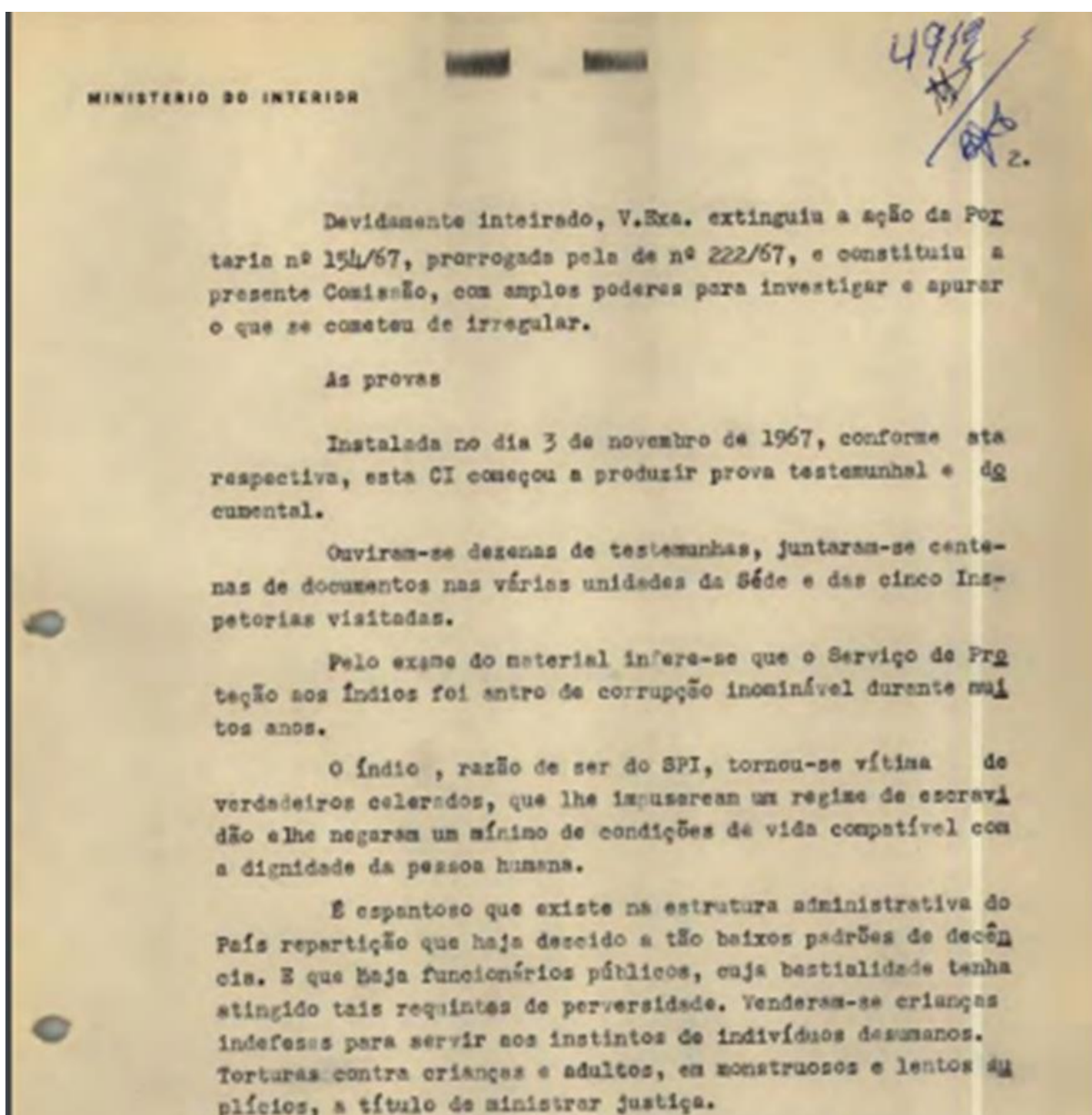
Da leitura desses expedientes, pode-se constatar a má/fé de administradores e funcionários da infeliz repartição, que procediam com tanta irresponsabilidade do trato dos dinheiros públicos e dos recursos oriundos da renda indígena, causando,

⁴⁵ Página identificada no canto inferior esquerdo por *M.I. – 44 – 204*; no canto superior direito, à caneta por 4912.

como testemunhamos, permanente estase de alerta entre os auditores designados para o exame da documentação comprobatória das despesas⁴⁶.

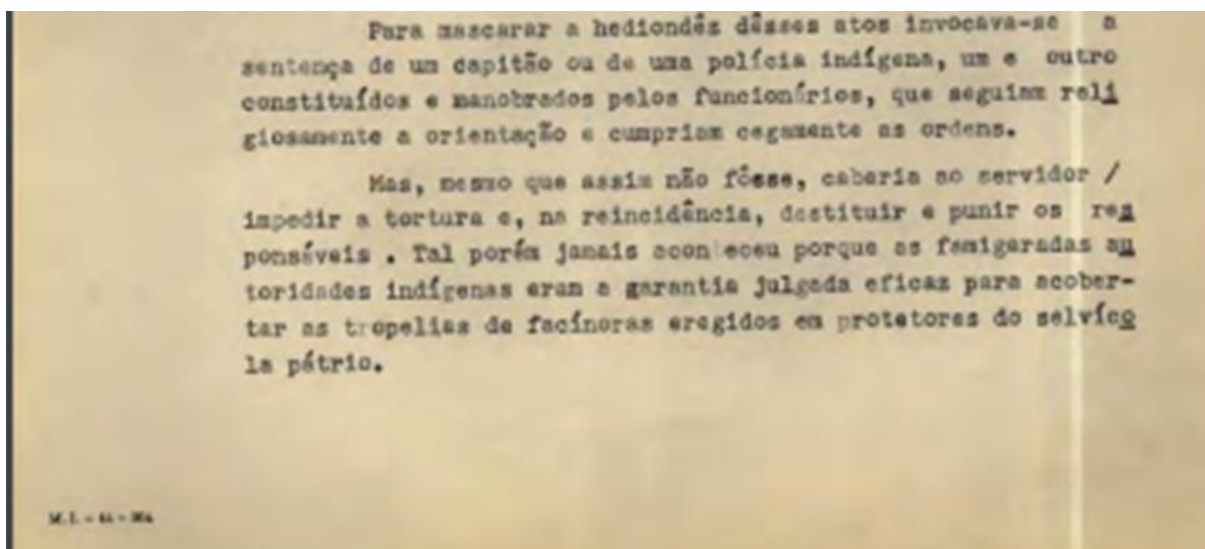
Os registros realizados no documento, são feitos de um lugar de aparente surpresa e indignação em relação ao que se via.

A seguir apresentaremos uma página que faz parte material produzido por Jader Figueiredo e consta do arquivo encontrado por Marcelo Zelic e sua equipe no Museu do Índio, abandonado em caixas.



(O documento foi dividido e continua na próxima página.)

⁴⁶ Página identificada no canto inferior esquerdo por M.I.- 44 - 204; no canto superior direito, à caneta por 4921.



O filho do relator ainda comenta sobre as preocupações do pai em relação ao seu trabalho ficar “o dito pelo não dito”, fala das violências sofridas pelo pai e, por extensão, pela família como consequência da divulgação do Relatório. Tudo isso vem evidenciar que há história do Brasil que preferem não revelar: “Ele sofreu atentados, foi perseguido por pistoleiros durante a investigação. Nossa família vivia sob segurança da Polícia Federal”. (Canêdo, 2013).

Uma Comissão Parlamentar teria sido instaurada em 1977. O objetivo seria investigar violações de direitos humanos dos índios.

Em 1977, uma comissão parlamentar de inquérito foi aberta na Câmara para investigar violações de direitos humanos dos índios. No ano anterior, o procurador que produziu o relatório morreu em acidente de ônibus, aos 53 anos. Perguntado se a morte do pai pode ter sido provocada por opositores, o filho considera: “Eu nunca tinha pensado nisso, eu tinha 14 anos incompletos na época. Pode ser. Meu pai morreu em um acidente que nunca foi esclarecido”. (Canêdo, *idem*)

Tudo isso nos faz entender que a *História do Brasil* registrada em muitas obras oficiais não contam a nossa história. Somos brasileiros sem conhecer quem somos. Muitos, patriotas, desta pátria desconhecida, pois nem ao menos sabemos o que algumas autoridades fazem em nome do país, conforme Figueiredo registra: “Reafirmamos que parece inverossímil haver homens, ditos civilizados, que friamente possam agir de modo tão bárbaro.” (Figueiredo, 49.13. 1967).

Paulatinamente, bem paulatinamente os abusos e arbitrariedades do SPI foram sendo denunciados, iniciaram-se investigações que comprovaram atitudes estereotipadas contra os indígenas. Assim, esse órgão de proteção ao indígena, que tornou-se um grande agente de prejuízo e perseguição foi substituído pela FUNAI:

No período da ditadura militar, que teve início com o golpe de Estado de 31 de março de 1964, o SPI encerrou suas atividades, havendo na época várias denúncias de corrupção, inclusive de venda ilegal de terras indígenas. O SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em 1967. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 98)

III.4.6. FUNAI – Fundação Nacional do índio

Com a extinção do SPI em 1967, graças às apurações do Relatório Figueiredo, resultado do trabalho da comissão chefiada por Jader de Figueiredo Correia, institui-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão indigenista oficial, em cinco de dezembro de 1967, vinculada ao extinto Ministério do Interior.

A Funai, foi instituída com o objetivo de exercer o monopólio tutelar, provendo os indígenas de todas as ações de Estado necessárias, consoante as ideias de proteção tutelar as comunidades indígenas, inclusive as suas terras e aos seus ritmos culturais específicos representando-as juridicamente. (Souza Lima, 2015, p. 439. *Apud* Amado, 2019, p. 84)

Com essa mudança, o poder do chefe do posto da FUNAI era semelhante ao do chefe do SPI. Com o aumento da procura por mão de obra nas usinas de cana, o chefe da FUNAI cobrava um valor individual por trabalhador indígena contratado, com a justificativa de empregar o benefício em melhorias do posto.

Desta forma, a FUNAI também não resolveu o problema mais importante da vida dos Terena: o direito à terra para que toda a população possa viver com dignidade. E autonomia.

Atualmente a busca de soluções para os problemas enfrentados pelo povo Terena é uma constante preocupação das autoridades Terena que têm consciência da necessidade de se buscar novas alternativas no relacionamento com a sociedade nacional e no usufruto pleno de seus territórios. (Bittencourt e Ladeira, 2000, p. 101)

Atualmente, ainda há questões que interferem no espaço geográfico onde se situa parte do povo Terena, o que afeta também a configuração de espaços de enunciação na medida em que o coloca em contato com outras línguas.

No Relatório Figueiredo, registra-se que “Em Mato Grosso, as ricas terras do Nabileque foram invadidas por fazendeiros poderosos e é muito difícil retirá-los um dia.” (4918). Essa é uma constatação que se estende às outras terras indígenas, invadidas por fazendeiros. Na Terra Indígena de Buriti, por exemplo das 17. 200 ha. de terras reivindicadas, apenas os antigos 2090 ha. reconhecidos por ocasião da implantação do SPI são considerados, oficialmente, indígenas. Isso, apesar de documentos oficiais comprovados por perícia estarem prontos desde décadas.

Sim, existem “elementos etno-históricos, antropológicos e arqueológicos” que caracterizam “a área reivindicada pelos índios da Terra Indígena Buriti de aproximadamente 17.200 hectares elegido pelo Grupo Técnico, constituído pela Portaria nº 1.115, de 13/11/2000” como terra de ocupação tradicional indígena. (Oliveira e Pereira. 2012, p. 249)

Sem nos alongarmos, consideramos imprescindível registrar dois pontos sobre este documento: primeiramente, em muitas conversas com diversos indígenas, durante os trabalhos de pesquisa e em momentos informais, nas narrativas deles, sempre reforçam ser muito importante lembrar que as melhorias e transformações alcançadas ao longo da história não foram doações, mas conquistas. Houve sim parceiros não indígenas nas batalhas travadas, mas a legislação conhecida hoje é resultado de confrontos, conflitos, persistência e sangue.

Hoje a FUNAI já conta com indígenas, incluindo os Terena, em sua liderança. O que já é um avanço, embora tudo ainda funcione sob a pressão da máquina administrativa brasileira.

Nos primeiros contatos com esse povo, parece que estão “conformados” com a situação atual, ou seja, que já se moldaram à sociedade externa, embora conservando hábitos característicos de sua etnia. Entretanto, observando com mais profundidade, vai se percebendo que não é bem assim. Há um quê ainda indefinido sobre qual é a real identidade deste Terena de 2023.

A partir de estudos, formações, parcerias, profissionalizações, o povo Terena vem delimitando seu espaço nas diversas áreas de atuações/funcionamentos do território denominado brasileiro, configurando, assim, sua identidade neste cenário.

CAPÍTULO IV

Análises

Como dito anteriormente, as palavras aqui analisadas, brasileiro, “índio”, “descobrimento”; colonizador e Terra, estão relacionadas ao sentido de ser brasileiro para o indígena Terena. Olhar suas designações nos ajudará a alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

Por uma questão talvez didática de organização, cada recorte é composto da pergunta (P.) seguida da numeração correspondente, mais a resposta (R.) seguida da numeração correspondente – para menção de recortes, no decorrer das análises, serão referidos pela identificação das respectivas respostas. Havendo necessidade, alguns recortes poderão ainda ter a parte composta pela resposta dividido em 1.a; 1.b e assim, sucessivamente, para então apontar as relações e funcionamentos enunciativos da palavra analisada.

A pergunta utilizada na entrevista é considerada parte inicial do recorte, ao modelo de um diálogo, porque os entrevistados, em muitos casos, seguem respondendo apenas o que seria o predicado de uma oração⁴⁷, considerando o que seria o sujeito já dito ou já posto na fala da entrevistadora. Essa consideração é importante porque interfere no processo metodológico de análise, sobretudo nas reescrituras.

Ao fim de cada recorte, é registrada a inscrição CT (Colaborador Terena seguida de um algarismo romano, que o identifica, dadas as exigências éticas de não revelação de identidade, seguida da letra inicial de identificação de gênero adotada por cada um (H: homem; M: mulher) e da faixa etária. Dito isso, passemos às análises dos enunciados.

IV.1. Análise da palavra BRASILEIRO

Por meio das relações de sentido entre as palavras e expressões analisaremos nesta seção o nome *brasileiro*, a fim de interpretar seu funcionamento enquanto palavra exposta ao real. Observemos o recorte a seguir:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P.01. a] Brasileiro (E você é? Por quê?)

[R.01.a] Ah, o.. na realidade; né? Eles falam; né?; na exploração da madeira, pau-brasil; então Brasil... e aí a gente vê: Ah - o povo que se formou aqui.. ah, não tinham um nome - vamos falar Brasil. Esse local vai chamar Brasil. Várias outras áreas se tornou vários outros nomes e aí.. chamar nós de brasileiros; né?; (risos) é o termo;

⁴⁷ Referência à composição estrutural das orações; em geral: sujeito e predicado.

comum (risos) – vamos dizer (risos) – é porque nós vivemos dentro da sociedade que entrou. [CT. II - H - 40-45]

Antes de iniciar a análise, é preciso informar que para a análise da cena enunciativa, consideraremos os três primeiros recortes que, sendo de um mesmo colaborador, foram divididos devido à complexidade de informações.

Dito isso, o primeiro detalhe que chama a atenção nesse recorte é *brasileiro* aparecer em discurso relatado, ou seja, atribuído a um *eles*, que na transversalidade das relações, em R.01.a, aparece reescriturada por aquele grupo que veio de fora, também uma rememoração de portugueses no processo chamado de “Descobrimento do Brasil”. Isso chama a atenção para os elementos que configuram esta cena enunciativa.

Observemos os elementos que configuram a cena: por meio de “*chamar nós de brasileiros*” o Locutor enuncia predicado por um lugar de dizer denominado de *enunciador coletivo*, colocando-se no lugar de dizer da coletividade do povo Terena, falando por um grupo étnico. Esse é um lugar de dizer posto como acima da história ou fora dela, diferente de um lugar social de dizer.

Nesse jogo, o Locutor, ao ser agenciado pelo dizer, “assume” um papel social de dizer, no caso em questão, envolvendo o discurso relatado. Nosso Locutor se divide em lugar social de locutor x e y, em que x representa-se pelo locutor-colonizador, que diz, por meio da utilização do discurso direto na narrativa: - *vamo falar Brasil. Esse local vai chamar Brasil*. Por outro lado, *Eles falam* evidencia a fala do outro – colonizador – sendo trazida à cena enunciativa, marcando a politopia⁴⁸ por um segundo lugar social de dizer, pois ao marcar um *eles falam* (alguma coisa), demarca-se também um outro elemento dizendo “eles falam”, um *eu* que diz isso posicionado em outro lugar social para denunciar a fala do outro, o que vem marcar a posição do alocutor-Terena na mesma cena enunciativa. Reforço se tratar do discurso relatado, e não a alocação entre um alocutor (eu) e e um alocutário (tu). Para simplificar: o enunciado *Eles falam* agencia o alocutor- Terena; ao passo que *vamo falar Brasil. Esse local vai chamar Brasil* agencia o alocutor- colonizador, trazido à cena ao ter seu suposto dizer reportado. Além disso, tomando-se a resposta do entrevistado enquanto acontecimento enunciativo, configura-se um presente no qual temos um alocutor-x (alocutor -Terena), correlato de um alocutário-x (alocutário-pesquisadora. Esse presente enunciativo, ou esse acontecimento de linguagem

⁴⁸ Esta divisão dos lugares de enunciação constitui o que chamamos aqui de politopia da cena enunciativa. A cena enunciativa não configura, nesta medida, um lugar central que subsume os outros lugares. Estes lugares relacionam-se uns aos outros, pela apresentação que o alocutor e o Locutor fazem dos outros lugares ou pela alusão de um lugar ao outro (GUIMARÃES, 2018, p.71-72)

recorta como passado rememorações do processo de colonização relacionadas à nomeação do território – Brasil.

Pela análise realizada, é possível observar ainda que o dizer desta cena enunciativa abre um confronto próprio do dizer. A presença do político nas relações também da politopia desse dizer marca o confronto entre o terena que diz *eles falam* e esse *eles*, uma vez que, por meio da transversalidade, observa-se em R.1a um *eu digo pra eles*. Explicita-se assim, a presença de um *eles falam* opondo-se a um *eu digo pra eles*. Voltaremos a falar dessa oposição em R.01.a.

Por outro detalhe de entrada na análise, pelo método da descrição, tem-se a questão da significação da palavra brasileiro. O termo é reescriturado por expansão, uma vez que o alocutor desenvolve uma breve narrativa de acontecimentos que levaram à nomeação do lugar de Brasil, para, enfim, chegar ao termo em questão: *brasileiro*. Ou seja, brasileiro é o resultado desse processo narrado pelo alocutor-Terena, com partes reportadas ao alocutor-colonizador, identificado pela temporalização. *Esse local vai chamar Brasil*, por exemplo, remete ao processo de apropriação das terras, desconsideração do que havia aqui e reestruturação por parte dos que vieram, registrado na História como “colonização”. Nesse sentido, o brasileiro é o colonizado.

Cabe aqui abrir um parêntese para ressaltar que, essa análise está considerando a palavra *brasileiro*, a partir de quando ela já se insere no vocabulário da língua portuguesa de Portugal. Entretanto temos o conhecimento do processo anterior a essa inserção. Em sua obra *Terra de Vera Cruz, Brasil*⁴⁹; publicada em 1992, Guimarães trata dessa questão. Por meio de resenha da obra, registra-se que:

Na segunda parte, intitulada *A Terra do Brasil*, o semanticista apresenta um embate sobre os sentidos que constroem as histórias do nome Brasil, um confronto determinado por lugares sociais de dizer sobre a nomeação, no qual de um lado apresenta a representação do lugar da Coroa Portuguesa e do outro, a representação do lugar dos comerciantes de pau-brasil. Guimarães mostra como a prática econômica desenvolvida no lugar vai construindo, por um processo metonímico a nomeação do lugar. (...) o Brasil é então o lugar da madeira vermelha. Ainda, o autor nos apresenta nesse texto, uma referência a Joaquim Ribeiro e João Ribeiro, a fim de mostrar que o processo de nomeação do Brasil carrega outras histórias, esta nomeação do país é fruto de uma colisão homonímica de *brasil* (que se refere à madeira) e *Brasil* (de *Braxir* ou *Hy-Bresail*, uma lendária ilha de fogo, para os celtas, e que passou para o folclore dos navegadores do Atlântico), essa consideração abre também o lugar que semantiza por um processo metafórico, a relação da nomeação pelos navegadores do Atlântico como

⁴⁹ A obra resenhada: GUIMARÃES, Eduardo. *Terra de Vera Cruz, Brasil*. In, *Origens & Identidades*, nº 4, julho agosto 1992 – Ano 86 – Volume 86 (LXXXVIII). Cultura Vozes, São Paulo, 1992.

a terra do fogo e o Brasil, a terra da madeira vermelha e a terra do fogo. (...). (Souza, 2015. p. 231/232)

Nesta cena enunciativa, o alocutor-Terena se distancia do que reporta no enunciado como discurso do europeu, os que chamaram o território de Brasil. Isso vai ser evidenciado de modo contundente no próximo recorte.

Passemos ao recorte 01.a:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P.01.a] Brasileiro (E você é? Por quê?)

[R.02] O.. os brasileiros são aquele grupo que veio de fora; mas eu sou Terena; não é? Eu sou Terena. Eu não sou.. brasileiro, eu sou Terena. Brasileiro é o.. é o que vem; né?; (riso) de fora pra dentro. Então eu vejo dessa forma; né? E..ee.. numa questão comum, é tipo assim “sou brasileiro”, mas eu não vejo isso a minha definição. Eu sou terena. E o “índio” é o termo usado por eles também, então, não sou índio, eu sou Terena; né? Eu sou Terena. Meu tronco é.. vem dos Aruak; então tem uma turma. Então eu me defino isso. É isso que eu digo pra eles. É comum isso; você saiu daqui: “brasileiro”... [CT. II - H - 40-45]

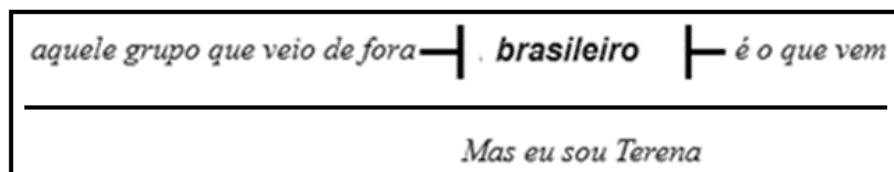
Neste recorte o brasileiro é reescriturado por substituição por *aquele grupo que veio de fora; por é o que vem; né?; (riso) de fora pra dentro*, produzindo um efeito de sentido que incide sobre dois posicionamentos: um de quem está dentro e outro de quem vem de fora.

À predicação de brasileiro, *grupo que veio de fora*, é estabelecida uma oposição por meio da articulação coordenada, fazendo-se uso da conjunção *mas* em *mas eu sou Terena*. Instaura-se assim um litígio entre ser brasileiro e ser terena. Esse litígio se expande em *E o “índio” é o termo usado por eles também*. Observe-se que a palavra também, considerada pela gramática normativa da língua portuguesa uma palavra denotativa de inclusão, atribui um sentido muito semelhante do sentido aditivo da conjunção *e*. Ou seja, poderia se parafrasear que *eles falam* (R.1) o nome *Brasil*, do qual se deriva *brasileiro* e eles falam *índio*. Isto é *eles nomeiam brasileiro e índio*, mas o enunciado agencia o alocutor-Terena em posição oposta a isso, negando tanto uma definição quanto outra:

Nesta cena enunciativa, é sustentada a fronteira entre dois posicionamentos que marcam a existência de dois grupos de população: um de *o grupo que vem de fora*, oposta ao *eu de eu sou terena*, ou seja, *já estava aqui e já tinha uma identidade*. Os enunciados mantêm essa sustentação pela repetição insistente de *eu sou terena*, reforçada pela identificação do tronco e da família linguística: *Meu tronco é.. vem dos Aruak*.

Diante do confronto estabelecido no movimento enunciativo desse recorte, optamos por não separá-los, visto que a oposição também seja um funcionamento articulatório.

Entretanto para melhor compreensão faremos a demonstração em dois DSDs. Sobre a primeira parte:



Leia-se brasileiro, é determinado por *aquele grupo que veio de fora* e por *é o que vem*. Antonimicamente, se opõe a ser brasileiro em *mas eu sou terena*. Assim fica designado que brasileiro é o que vem – não é o que já estava aqui. E nacionalidade Terena é posta como antônimo da nacionalidade brasileira. Configurando-se um litígio.

Além das respectivas considerações estabelecidas na análise de R.01 e R.01.a, há uma trama de sustentação da enunciação ou da tese construída. Os enunciados argumentam em favor de estabelecer diferenciações definidoras opondo o que veio ao que não veio. E se não veio, já estava aqui. Os que vieram são predicados por brasileiros, ou vice-versa; os que não vieram ou já estavam aqui, são Terena (e outras etnias, sustentadas por *então tem uma turma*).

O uso do determinante *aquele* argumenta sobre ser um grupo específico, ou seja, não é qualquer grupo, há um memorável sendo recortado aí: os portugueses que vieram em 1500, estes são os que inauguraram essa referida etnia que se formou aqui: *o povo que se formou aqui*. Isso é argumentado, praticamente por uma repetição em *é o (aquele) que vem*, passando-se a explicar o movimento, argumentativamente, reforçando que veio *de fora para dentro*. Isso também demarca dois lugares geográficos presentes na cena: *fora* (do território) *dentro* (do território), um lá e um aqui, para Benveniste dois dêiticos suscitados pelo sujeito do dizer. Para nós aqui, a constatação destes dois advérbios de lugar, funciona argumentativamente, à medida que sustenta a tese de que o *brasileiro* é o que veio em oposição ao *Terena* e *uma turma*, os de dentro.

Ao se opor a ser brasileiro, ocorre uma articulação por meio de coordenação, apoiada na conjunção adversativa, *mas*, para argumentar uma oposição a se identificar por aquele adjetivo pátrio, uma vez que o povo que estava aqui já possuía/possui a sua identidade em *MAS eu sou Terena* (Grifei.). Ocorre ainda a argumentação por repetições de *eu sou Terena*, articulando pela negativa em *eu não sou brasileiro*.

Por outro detalhe, observando *E o “índio” é o termo usado por eles também* - em que o termo *também* opera uma relação de adição com *chamar Brasil* e *.. chamar nós de brasileiros* (R.01) – *seguido de*; Então, não sou índio, eu sou Terena, a palavra então argumenta

para uma conclusão muito interessante: se Brasil, logo brasileiro e índio também são nomeações deles (não indígenas/colonizadores; dos que vieram de fora), isso é condição suficiente para que se neguem essas nomeações: *então eu não sou índio* (nem brasileiro) eu sou Terena, meu tronco é Aruak (grifei), o que parafraseia-se: não tenho descendência portuguesa – não sou do povo que veio de fora, nem do povo que se originou a partir deles. Tudo isso funciona como sustentação de não se submeter a esse *eles*.

Por fim, para fechar as questões de argumentação observadas, tomemos o enunciado *É comum isso; você saiu daqui: “brasileiro”...* em que o dêitico *aqui* marca uma divisão de ambientes, sejam dois lugares geográficos ou dois espaços de vivências (lembrando que *aqui*, linguisticamente pressupõe um *lá*), ou duas condições de ser Terena: uma dentro e outra fora da aldeia. O que sustenta também outra marcação: existe um conceito de nacionalidade que pode ser sustentado nas relações com os que vivem dentro da aldeia e, por outro lado, fora da aldeia, existem relações de poder que fazem necessária a submissão a certos conceitos impostos pela sociedade não indígena. Entretanto, ser brasileiro também se relaciona a uma espécie de condição para aquisição de direitos necessários, mas destinados aos brasileiros, filhos da pátria Brasil. E é essa necessidade que os faz, de certo modo, aceitar tal predicado, momentaneamente.

Observemos a direção argumentativa tomada no próximo enunciado:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”.

Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P.01.a] Brasileiro (E você é? Por quê?)

[R.01.a] Eu enfrentei isso em Dois Irmãos do Buriti: “Esse aqui é o brasileiro legítimo!” Eu falei: “Como é que é???” “Mas você é o primeiro! Eu falei: “Cê tá doido, rapaz! Que que é.. eu falei assim: (risos) “Que brasileiro, rapaz? Eu não sou brasileiro não, cara!” “Ah, o que que ce é, então? Ce é...” “Lógico que não! Você é brasileiro – eu falei pra ele –você é! – eu falei – cara, eu sou Terena.” “Ah, ce num tá aqui, ce num mora no Brasil?” Então eu fui explicar pra ele. “Ah, não, tá certo!” (risos) Na câmara, meu colega lá (risos). No meu primeiro mandato, no terceiro ano, sei o que nós távamos discutindo questão também; né?; eles estavam.. sei que chegaram.. a semana do índio, de..de.. é, dia 19 de Abril. Aí eu fui na câmara, eles estavam sentados, eles estavam falando; né? Aí ele falou: “Aqui, agora chegou o brasileiro legítimo!” Aí eu falei pra ele: “Não, senhor!” Eu falei: “Não, não.” **[CT. II - H - 40-45]**

Na cena enunciativa em questão, reportada, há a divisão do Locutor em alocutor-não indígena e alocutor-Terena. O recorte apresenta um diálogo entre duas posições sociais de dizer e narra um diálogo.

Além dessa descrição de elementos que constituem a cena enunciativa, um detalhe no recorte chama à atenção: a palavra “enfrentei” marca bem o enfrentamento, o conflito,

instaurando aí a presença do político na cena, semelhante ao que foi analisado no recorte R.01 e R.01.a.

Tomemos Dois Irmãos do Buriti como espaço político-geográfico determinado em que se evidencia o território europeizado do ponto de vista de formato de organização territorial europeu, ou não indígena. Dois Irmãos do Buriti pode reescrever, partitivamente, o *lá*, o *fora* (da aldeia), discutido nos recortes anteriores.

Toda a sequência narrativa é sustentação para atribuição de sentidos que vem sendo construída sobre o litígio de *brasileiro* contra *Terena*.

Um detalhe merece considerações em *o brasileiro legítimo! Mas você é o primeiro! Ah, ce num tá aqui, ce num mora no Brasil*: as três caracterizações atribuídas a *brasileiro*: *legítimo*; *o primeiro* e *mora aqui*. Note-se que ser o primeiro sustenta ser *o legítimo* (brasileiro – seria inferência a outro tipo de brasileiro); ao passo que *mora aqui*, por sua vez é requisito para ser brasileiro. O que sustenta a tese que vem sendo defendida sobre a relação de pertencimento ao território que até aqui era marcado por estar aqui antes do “descobrimento”; chegar ou vir (de fora) e agora *morar aqui*. Considerações feitas porque incidem sobre o(s) sentido(s) de *brasileiro*, nos enunciados recortados.

Outra situação, agora envolvendo o espaço desigual de distribuição de línguas traz questões interessantes na atribuição de sentidos a brasileiro X Terena. Retomando: *Cê tá doido, rapaz! Que que é.. - eu falei assim: (risos) Que brasileiro, rapaz? Eu não sou brasileiro não, cara!*”; *“Lógico que não! – eu falei – cara, eu sou Terena – põe-se a questão da língua.*

Uma forte marca da identidade Terena é a língua materna, o idioma – como eles dizem. E neste espaço de enunciação, a língua portuguesa, idioma oficial do Brasil, divide-se no que vou chamar aqui, para efeito de entendimento mais eficaz, de variedade Terena e variedade não indígena⁵⁰.

O que fica marcado aqui - incluindo o uso de algumas expressões de gíria: *Cê tá doido, rapaz! Que que é..; Que brasileiro, rapaz?; cara!* – é que a presença da língua portuguesa brasileira (na respectiva variedade) em oposição à variedade de língua portuguesa utilizada pelo não indígena e a ausência da Língua Terena, não abasileiraram o povo. Ou seja, o falante Terena, mesmo tendo sido distanciado de sua língua materna (em muitos casos não mais falando nem entendendo a língua étnica) mantém a atribuição de sentidos para sua

⁵⁰ Dado que, a partir dos estudos de Labov, as variedades de uma língua podem se dividir pelos critérios diatópicos, diafásicos e diastráticos, ao modelo deste último, por questões didáticas, estou dividindo em variedades linguísticas utilizadas por aqueles que estou posicionando como dois *grupos sociais* distintos. Para o que se propõe aqui, considero essa informação suficiente. Havendo necessidade, sugiro consultar: MONTEIRO, José Lemos. Para entender LABOV. Petrópolis: Vozes, 2000.

identidade negando ser brasileiro e resistindo em ser Terena. Diante disso, o sentido de ser brasileiro não inclui a língua portuguesa como língua materna – já que o Terena a fala e não adota para si tal nacionalidade - e o sentido de ser Terena não a exclui.

A enunciação *Você é brasileiro – eu falei pra ele –você é!* Sustenta a tese que vem sendo defendida em todos os recortes anteriores de que *o de fora* é brasileiro, além de ser argumentado pela repetição em *você é*.

Entenda-se que a narração reforça a percepção de um litígio entre a afirmação de que o terena é brasileiro, feita pelo alocutor-não indígena e a afirmação do alocutor-Terena de que o Terena não é brasileiro, e também funciona como sustentação desse posicionamento de negativa do adjetivo étnico brasileiro, sustentando ainda a definição de que *brasileiro é o que vem de fora*.

O próximo recorte também articula nessa direção.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.b] *Brasileiro (E você é? Por quê?)*

[R. 01.b] *Eu acho que o Terena tem.. tem um olhar, ou uma... bem claro de que esse.. esse país.. (suspiro) esse país.. não fomos nós que demos esse nome; né? Isso aconteceu há 523 anos, que colocaram o nome Brasil. Tanto é que não tinha nome, porque era indígena, porque era Terena, porque era Bororo, porque era Kinikinau, porque era Potiguara, Tamoios; Tanto é que eram várias etnias. Muitas.. muitas etnias foi dizimado pra virar Brasil. Eu tenho claro que eu posso dizer.. dizer... Eu tenho que dizer que eu sou brasileiro, porque hoje eu moro; cortaram.. ée.. me prenderam em algum lugar, com cerca, com..; porque eu tenho que ficar quieta, por causa que tenho que ficar quieto num lugar, por causa da.. da visão dum povo, que.. não.. não tem visão do bem; do bem comum. [CT. VII. M 35-40]*

Pelo conceito de temporalização, o enunciado “não fomos nós (Terena) que demos esse nome, isso aconteceu há 523 anos, que colocaram o nome Brasil”, ocorre a rememoração do chamado “Descobrimento do Brasil pelos portugueses”. Nesse sentido, a temporalização traz um dado que contribui para colocar no espaço de enunciação a confirmação de que a língua portuguesa europeia foi a língua utilizada na nomeação do país – Brasil. Elevando-a a uma posição de destaque ou à expressão do poder dessa língua em detrimento das outras presentes naquele momento, evidenciando o processo de colonização, tão relacionado à questão do nome *brasileiro*.

Na transversalidade dos enunciados as relações estabelecidas entre *não fomos nós (Terena) que demos esse nome, isso aconteceu há 523 anos, que colocaram o nome Brasil* (R.02), incidem sobre *Eles falam; na exploração da madeira, pau-brasil; então Brasil... e aí a gente vê: Ah - o povo que se formou aqui.. ah, não tinham um nome - vamos falar Brasil. Esse*

local vai chamar Brasil e aí.. chamar nós de brasileiros (R.01). Isto é: são congruentes quanto à origem do nome brasileiro, em questões que incidem sobre o sentido.

E se a posição do semanticista o inscreve num domínio científico que inclui no objeto de pesquisa considerar que a linguagem fala de algo. E a relação posta para a semântica entre a linguagem e as coisas é saber *como* ao dizer algo se fala das coisas. Ao dizer esses enunciados, fala-se do “descobrimento” e da “colonização” temporalizadas como memoráveis; argumenta-se para a oposição do Terena a todo esse processo e argumenta-se ainda para uma conclusão de que ser brasileiro é ser condizente com isso - porque já foi enunciado em R.01: *E o “índio” é o termo usado por eles também, então, não sou índio* (grifei); o que pode ser parafraseado por “os termos usados por eles eu nego/recuso”, ou: e “outros termos de nomeação usados por eles sobre mim/nós, não aceitamos”. Temos uma seção sobre o sentido de índio, mas essa congruência é representativa na designação de brasileiro tanto quanto, por isso a necessidade de colocá-la nesta análise.

Esse recorte, ao modelo dos anteriores, usa-se de uma breve narrativa de fatos que culminam na nomeação de Brasil e, conseqüentemente, de brasileiro. Isso segue funcionando como uma sustentação ante a negativa de brasileiro, ou seja, a designação de *brasileiro* é fortemente negada. Nesse sentido, em boa medida, as relações de sentidos entre as palavras *brasileiro*, “*descobrimento*” e *colonização* – que vão se mostrando à medida em que os recortes vão sendo analisados - ficam postas como parte inerente ao sentido de *ser brasileiro*. Nesse sentido, a nomeação do território – Brasil – se deu de tal modo que, diante de cada enunciação desse nome, Brasil, este é posto como um acontecimento de linguagem, que recorta como memoráveis as palavras “*descobrimento*” e *colonização*. R.03, por exemplo, traz para o espaço de enunciação as línguas e falantes presentes no território à chamada chegada dos europeus - isso será tratado na seção descobrimento.

Em *colocaram o nome Brasil* observa-se a reescrituração por elipse de eles, posto em R.01, *os que vieram de fora*. - O que rememora os europeus, os portugueses, mantendo-se o confronto postulado entre dois povos: os que estavam aqui – os não brasileiros - e os que chegaram – estes, brasileiros.

Em *Eu tenho que dizer que eu sou brasileiro, porque hoje eu moro*, é assumido o lugar do dizer de enunciador-genérico, fica apagado o lugar social Terena para dar voz ao que todos dizem, pois a língua oficial diz: quem mora no Brasil é brasileiro. Além disso, segue sustentada a tese não indígena de *brasileiro ser o que mora*, conforme analisado anteriormente.

A configuração deste espaço de enunciação põe em relação línguas e falantes pertencentes ao território considerado nacional lá no ato do “Descobrimento”: a língua

portuguesa nacional; a língua portuguesa europeia; as línguas indígenas – Terena; Bororo; Kinikinau; Potiguara e Tamoios. O que traz consigo os respectivos falantes dessas línguas, atribuindo sentido de diversidade e de supremacia tanto da língua portuguesa quanto do colonizador ao enunciar *Brasil e brasileiro*.

Prossigamos para o próximo recorte.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.a] *Brasileiro (E você é? Por quê?)*

[R.03] *Brasileiro, assim, aaa.. antes, antigamente era visto como umm.. um só; uma língua, um jeito, uma cor. Então ser brasileiro era ser isso: falar língua portuguesa. Mas pra nós indígenas, nós vemos que não é isso. Ser brasileiro é conviver com as diferenças; né?; porque o Brasil, ele é um país que tem diversas culturas, diversos modos de vida, diversas línguas; só aaa.. o indígena.. os indígenas do Brasil, nós temos 270 línguas. E antes eram mais, eram muito mais línguas, foram aí extintas. Então ser brasileiro não é um só; é ter vários. Porque existem vários tipos de pessoas, várias culturas e várias línguas. Então isso deve ser considerado. Eu sou brasileira com certeza! (risos), porque já, meus antepassados já estavam aqui; há muito tempo.*
[CT. X. M 35-40]

No recorte 03, é apresentada uma oposição entre definições de *brasileiro* do passado e do presente. O alocutor-Terena reescritura por expansão, enumerando: *um só; uma língua, um jeito, uma cor*. Em seguida, reescrituração por condensação, generalizando que *ser brasileiro era isso* (Note-se que apesar do ss utilizado na grafia do isso, trata-se de uma retomada por pronome catafórico – visto que a variedade da língua portuguesa utilizada pelo falante Terena não faz tal distinção.). Na sequência, o *isso* passa a ser reescriturado por um aposto, *falar língua portuguesa*, considerado, nos estudos gramaticais, como um aposto em forma de oração. Na medida em que *isso* é reescriturado por substituição por *falar língua portuguesa*; *ser brasileiro é predicado por falar língua portuguesa, ou seja: ser brasileiro é falar língua portuguesa*. O que não entra em desacordo com R.02, devido à questão cronológica. A questão da língua, como já mencionado, não está mais em posição de definir a etnia de um povo, ou seja, a perda da língua materna e a aquisição da língua portuguesa, imposta pelos colonizadores não integrou os Terena e não os abasileirou.

Em semelhança ao que já aconteceu em recortes anteriores, essa “fala” é reportada a alocutores-não indígenas (podendo estes serem parafraseados como europeus, ou portugueses, ou colonizadores).

O agenciamento do alocutor-Terena se faz pela introdução de *MAS*, assim pondo fronteira entre a conceituação não indígena e sua, indígena. Em segundo momento, é apresentado um lugar de dizer que fala por um grupo – marcando aí um enunciador-coletivo. Por essa enunciação, o mundo é dividido em dois: um mundo não indígena e outro indígena,

sobre este, o enunciador se posiciona num lugar de dizer coletivo, ele se coloca como um representante: *pra nós indígenas*; em que *nós* é reescriturado pelo aposto especificativo *indígenas*; na sequência reescriturado por repetição em *nós (vemos que não é isso)*. Ou seja, é apresentada uma mesma estratégia de sustentação para a existência de duas posições, uma interna (que já estava aqui) e outra externa (dos que vieram).

Em outro movimento enunciativo, *ser brasileiro* passa a ser predicado por *é conviver com as diferença*. Para isso utiliza-se do que a gramática normativa da língua portuguesa define como predicativo do sujeito oracional – *ser brasileiro*. Entendendo-se predicativo como um caracterizador do nome ligado por um verbo de ligação.

Várias articulações, por exemplo: *porque o Brasil, ele é um país que tem diversas culturas, diversos modos de vida, diversas línguas; só aaa.. o indígena.. os indígenas do Brasil, nós temos 270 línguas; e antes eram mais, eram muito mais línguas, foram aí extintas*. (dentre outras), funcionam como sustentação para a tese defendida no recorte, dirigindo-se para uma conclusão marcada por *Então* para concluir que *ser brasileiro não é um só; né?; é ter vários*.

E a sustentação segue na direção de comprovar a diversidade designativa de *brasileiro* por meio de *Porque existem vários tipos de pessoas, várias culturas e várias línguas; né?*, em que toda essa articulação segue direcionada para a conclusão *Então isso deve ser considerado; né?*

Importante enfatizar, demonstrando assim, por meio da análise que toda a argumentação, nesse sentido, era uma demonstração da modalidade do ser brasileiro: *Eu sou brasileira com certeza! (risos), porque já, meus antepassados já estavam aqui; né?; há muito tempo*. Separar cronologicamente os conceitos de brasileiro em duas etapas temporais (demarcadas pelo uso de *antes*) foi uma estratégia argumentativa para mostrar uma possibilidade de aceitação do adjetivo pátrio, dissociando-o, de algum modo, da relação com a nomeação por parte *dos que vieram (de fora)*. Entretanto, marcando o nível de resistência, volta-se à questão do já estar ou não estar aqui, no sentido de não fazer parte do grupo que veio.

Por outro viés, cabe observar um outro movimento enunciativo que produz sentidos interessantes nessas relações que constroem o sentido de brasileiro.

Em *porque o Brasil, ele... o pronome ele é reescrituração de Brasil*, que, por sua vez, recebe por predicação é um país (reescriturado por substituição pelo relativo *que*) por sua vez, recebendo ainda novas predicações: *tem diversas cultura; diversos modos de vida; diversas línguas*, ou seja, são predicações que, nas relações em questão, incidem sobre Brasil, atribuindo-lhe sentidos. Sentidos que, pela relação constitutiva da língua, na forma como os termos sendo tratados nos enunciados – em que a origem da palavra Brasil vem antecedendo o

vocabulo brasileiro e o originando - essas atribuições de sentido são estendidas a brasileiros. Logo: *brasileiro* (Também) *tem diversas cultura; diversos modos de vida; diversas línguas*.

Seguindo essa sustentação, construindo um caminho para a conclusão pretendida, o enunciado *os indígenas do Brasil* (grifei), lança luz sobre um detalhe muito relevante. Ao se utilizar do adjunto adnominal *do Brasil* como determinante de *indígenas*, suscita por inferência indígenas de outros lugares/países; o que por sua vez pressupõe que o território não seja determinante (ou pelo menos não a única) para a identificação ou nomeação da etnia. Ou seja, a divisão geográfica, que vem após a existência das etnias, não anula a nacionalidade anterior. Apesar de nosso referencial teórico-metodológico apresentar análises mais restrita às relações explícitas entre palavras, tenho observado a construção de sentidos da palavra brasileiro como uma condição para se alcançar ou preterir o pertencimento. Isso, só foi percebido após a entrevistas, percebendo o fio de sentidos sendo tecido pelo litígio instaurado na questão. E esse litígio também se estende a conceituações diferentes para a palavra em questão.

Outro detalhe, em *nós temos 270 línguas* novamente o número sobrepujando – 1 língua oficial X 270 não oficiais, mas reais (semelhante a R.01.a com *turma*). Além disso destaca-se, no uso de *antes*, a temporalização do memorável “a descoberta ou a chegada dos portugueses” e em *eram mais, eram muito mais línguas, foram aí*, tem-se a palavra *aí* adjunto adverbial de lugar, podendo funcionar como uma reescrituração de Brasil ou do memorável a situação de extermínio tanto das línguas extintas, quanto de seus falantes. Nessa cadeia argumentativa, toma ainda o conector *então*, promovendo uma articulação coordenada de conclusão sobre a argumentação contrária à argumentação dos não indígenas ao afirmar que *ser brasileiro não é um só; é ter vários*.

E, novamente, argumenta articulando explicações ao usar *porque existem vários tipos de pessoas, várias culturas e várias língua* para sustentar o posicionamento defendido. Outra vez é usada a palavra *então*, uma nova articulação por coordenação conclusiva antecedendo *isso deve ser considerado*. Note-se que o litígio aqui não se dá entre *ser indígena* e *ser brasileiro*, mas equivale ao ser brasileiro conceituado pelo não indígena e pelo indígena, duas concepções antagônicas. Some-se a isso que, no caso da concepção indígena, argumentada e defendida pelo alocutor-terena, essa sim é aceita como identificação do alocutor e de seus pares, embora o *nós* agora tenha sido substituído pelo EU diante da declaração de “*Eu sou brasileira com certeza!* (risos⁵¹). O que me levanta a indagação se isso não marcaria o respeito

⁵¹ Considero importante registrar aqui que o “riso” Terena, em diversos recortes, carecia de análise, entretanto, devido à complexidade que tal análise envolveria, não houve tempo hábil para desenvolvê-la. O que, de certo modo, fica para mim como uma lacuna a ser tratada posteriormente.

ao litígio generalizado entre muitos indígenas que se negam a adotar o adjetivo pátrio.- É característico do Terena, não afrontar opiniões contrárias de seus patrícios. E mesmo após toda a argumentação proferida, intriga-me que, para finalizar o discurso, construa nova justificativa, porém articulando de forma subordinada ou dependente por causa e consequência, em que ser brasileiro é a consequência de *já, meus antepassados já estavam aqui; muito tempo*, causa articulada pelo conector *porque*. O que equivale a dizer que a definição de *ser brasileiro* é desenvolvida por meio de explicações para contra-argumentar diante da definição não indígena, entretanto o que justifica a identificação do alocutor como *brasileiro* é sua ascendência ser habitante do território muito tempo antes da chegada dos colonizadores. E é em face desse sentido que o enunciado pode posicionar um alocutor-Terena- brasileiro.

Esta cena enunciativa dispõe de elementos que dividem a designação de brasileiro sob duas óticas opostas: a da sociedade externa e a do Terena, embora ambas estejam sendo enunciadas por um alocutor-Terena. No primeiro dos dois lados que se opõem, *brasileiro* é determinado por: *antigamente era visto como umm.. um só uma língua, um jeito, uma cor e por falar língua portuguesa*. Abaixo do traço de oposição, *brasileiro* é determinado por *é conviver com as diferenças; por não é um só; é ter vários, porque existem vários tipos de pessoas, várias culturas e várias línguas* e por *Eu sou brasileira com certeza! (risos), porque já, meus antepassados já estavam aqui; há muito tempo*.

E, para encerrar, tomando como presente do dizer *Eu sou brasileira com certeza! (risos), porque já, meus antepassados já estavam aqui; há muito tempo*. Tem-se o memorável que é recorrente nas demais cenas enunciativas sobre esse tópico, brasileiro (*já estavam aqui quando os não indígenas chegaram – “descobrimento”* – grifei).

Logo, diante do exposto na análise de R.03, percebe-se que, apesar de caminhos diferentes, a sustentação foi mantida na mesma direção dos outros enunciados analisados anteriormente: sustentou-se a posição de já estar aqui (logo ter uma nacionalidade anterior). Admite-se a identificação de *brasileiro*, “em situação de direito”, mas um *brasileiro* com conceito diferente do conceito formulado pelo não indígena. Diante disso, atribui-se uma outra forma de litígio: o conceito de *brasileiro* relacionado às ações dos não indígenas X o conceito de *brasileiro* atribuído pela visão indígena apresentada.

Passemos ao recorte 04.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.a] Brasileiro (E você é? Por quê?)

[R.04] *Olha, brasileiro é um nome que (risos) veio dentro do do dos estudos queee os estudiosos colocaram e a gente tá éee vivendo eee - não sei se a gente⁵²... às vezes não me sinto, às vezes me sinto.. brrasileiro⁵³ assim; mas assim, quando a gente se olha láaa por dentro; somos indígenas, somos Terena; entendeu?; então identificar como brasileiro; quem posso identificar brasileiro.. são os não indígena. Bom, meu ponto de vista é esse, mas eu me identifico como Terena (risos), como Terena e como indígena. [CT. XI - H – 35-40]*

Nessa cena enunciativa o alocutor-Terena apresenta marcas do litígio entre ser *brasileiro* e ser *Terena*. A palavra *brasileiro* é reescriturada por definição por meio de *é um nome*. Em seguida vão se dando reescriturações sucessivas: *nome* pelo relativo *que*. A palavra *que*, por sua vez é reescriturada por *veio dentro do.. do.. dos estudos*. Novamente um relativo reescriturando o termo anterior, desta feita *estudos*, predicado, então, por *os estudiosos colocaram*. Essa construção marca duas questões: por um lado todas essas reescriturações que vão se fazendo, acabam por incidir sobre *brasileiro*, na medida em que *brasileiro* é predicado por (é) um nome, um acontecimento de linguagem que esboça a futuridade do dizer: (*um nome que*) *os estudiosos colocaram*. Por sua vez, tomando-se como novo acontecimento *veio dentro do.. do.. dos estudos*, recortam-se como memoráveis livros de História do Brasil e livros didáticos.

Por *às vezes não me sinto, às vezes me sinto* são retomadas as mesmas situações conflitantes de enunciados anteriores frente à adoção ou recusa do termo *brasileiro*. O litígio.

Argumentativamente, o alocutor lança um questionamento em *e a gente tá éee vivendo eee - não sei se a gente*, o que pode recortar como memorável o movimento de resistência travado pelos Terena em todos esses anos.

Por outra entrada, observa-se uma articulação coordenativa por meio do uso da conjunção *mas*, em *mas assim, quando a gente se olha láaa por dentro; somos indígenas, somos Terena*. Esse configura-se ainda um movimento de sustentação para a questão do litígio associado novamente ao posicionamento marcado pelas relações de sentido atribuídas aos termos *fora* e *dentro*, desde R.01.

Sobre o mesmo recorte, olhando os elementos da cena enunciativa, em *e a gente tá éee vivendo eee - não sei se a gente... às vezes não me sinto*, tem-se, por meio de *a gente*, a presença do enunciador coletivo, opondo-se a *me sinto*, em que o uso da primeira pessoa do

⁵² Em especial, neste ponto houve muita dificuldade de “encontrar as palavras” para expressar como se posicionar ante ao tema – não por limitação vocabular, mas por uma espécie de resistência mesmo.

⁵³ Considero importante observar no tom da fala do Terena, o esforço para responder sobre esse tópico, ele buscava as palavras como que no fundo de algo que não queria mexer. A forma como pronunciou a palavra “brasileiro” marcou um misto de distanciamento com estranheza e asco.

pronome oblíquo faz identificar um enunciador individual, uma diferenciação de lugares de dizer.

No enunciado *quem posso identificar brasileiro...*, esse enunciar do que supostamente está pensando é uma atitude retórica, que argumenta. É uma formulação de sustentação que prepara a alocutária – entrevistadora e/ou leitores da pesquisa – para aquilo que ele usará para pregar brasileiro. E, na sequência, confirmando-se a estratégia, predica brasileiros por *são os não indígena*, reescrevendo o nome por definição.

Observando-se o enunciado *Bom, meu ponto de vista é esse, mas eu me identifico como Terena (risos), como Terena e como indígena*, novamente é marcado o lugar de dizer, como que de uma enunciação posicionada fora da história, o enunciador individual.

Deslocando a análise para a questão da argumentatividade na língua, esse é o ponto do ápice da sustentação do ponto de vista defendido no enunciado, em que a oposição realizada pelo uso conjunção *mas*, poderia ser parafraseada por *embora* tudo isso, ou *apesar de* tudo isso, a conclusão é *eu me identifico como Terena (risos), como Terena e como indígena*. Tal afirmação exclui o ser *brasileiro*, o que, novamente opõe *ser Terena/ser indígena* a ser *brasileiro*.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.a] *Brasileiro (E você é? Por quê?)*

[R.05] *Ee, quando eu estava fazendo a minha faculdade, primeira faculdade, em 2007, pedagogia, uma senhora veio, uma colega minha de faculdade, uma senhora, ela veio e falou: “Vocês são da onde; vocês são daqui, do Brasil?” Ai eu falei: “nós somos daqui”. Na mente dela, nós éramos bolivianos. Pensava que nós, pela aparência do do nosso fenótipo. E aí, aí, quando, quando nós, eu falei – era eu e mais um colega meu que estava estudando, da minha aldeia. – e aí, quando eu falei que era do Brasil, “Mas vocês são brasileiro ou são índio?”. Quando ela me falou aquilo: “Mas, por quê? Nós somos o mesmo, nós somos a mesma coisa (riso). Aí.. e eu já tinha aquela noção de que nós não somos índios, nós somos indígenas, mas hoje mudou, mas antes, pejorativamente falava: “índio”. E aí eu falei pra ela: “Não. Eu sou brasileiro e sou índio. Por que você tá falando que eu não sou brasileiro se eu moro aqui?” Eeu, quando eu fiz essa pergunta pra ela, ela ficou.. aí ela me indagou mais ainda. Não, mas vocês não são brasileiros, vocês são indígenas. Só que aí a conversa foi com; é, foi desenrolando ali e ela foi perguntando e eu falando, até o momento assim que ela começou a compreender. Não existe brasileiro e não existe indígena, nós somos um só. Agora nós somos sim uma.. um povo; é, que temos uma cultura ímpar, mas nós somos brasileiros. Por que que nós somos brasileiros? Se o Bra..; ée, se brasileiro; ée morar dentro desse pedaço de chão que colocaram o nome Brasil, então nós somos brasileiros, verdadeiros brasileiros, nós somos os verdadeiros brasileiros natos.*

[etnia] Eu sou da etnia Terena. Terena com muita honra!

Olha.. existe .. ooo .. oo cantor, que gos.. que gosta de roque, ele é roqueiro, existe o cantor que gosta de sertanejo, não gosta de roque, mas ele é, ele éee sertanejo, existe cantor que gosta de MPB, ele não gosta de roque, não gosta de sertanejo, gosta de MPB, mas todos eles são cantores. E existe Terena; existe o Kadiwéu; existe o

Guarani e tantos outros povos, todos são indígenas e são brasileiros. Então eu vejo assim, que independente se nós somos; ée.. ée, nós somos de etnias diferentes, eu sou terena, fulano é kadiwéu; fulano é sicrano; e assim como eu também falo, fulano é japonês, descendente de japonês; fulano, fulano é descendente de espanhol e é brasileiro, então eu vejo que nós somos brasileiros e eu sou Terena, eu sou um indígena Terena e verdadeiro brasileiro. (Grifei.) [CT. XII - M 60 -65]

Nessa cena enunciativa, se evidencia um litígio entre alocutor e alocutário. Nesse sentido, há que se considerar duas formas de significar a palavra *brasileiro* postas pelo enunciado: uma para a alocutária-não indígena, origem do litígio, outra para o alocutor-Terena.

Ao ser enunciada a pergunta que desencadeia a discussão “*Vocês são daqui do Brasil?*” em que “ser daqui do Brasil”, é “*ser brasileiro*”. Uma posição que já apareceu em enunciados anteriores em que o nome do território, morar no espaço territorial define ser brasileiro, isso na posição não indígena. (Vimos isso bem marcado em R.01b.) A diferença agora, é o aparecimento de uma visão oposta àquela. No enunciado é apresentada uma articulação em que o uso de *ou* - *Mas vocês são brasileiro ou são índio* – pressupõe uma opção. A tese defendida é que não se poderia ser as duas coisas. E as questões postas vão na direção de, por um lado, sustentar essa tese; por outro, os enunciados que agenciam o alocutor-Terena, são opostos a isso, sustentam outra tese: *Não existe brasileiro e não existe indígena, nós somos um só.*

Por outra entrada, no entanto, observe-se o enunciado *Se o Bra.. ; ée, se brasileiro; ée morar dentro desse pedaço de chão que colocaram o nome Brasil, então nós somos brasileiros, verdadeiros brasileiros, nós somos os verdadeiros brasileiros nato: colocaram o nome Brasil* rememora “descobrimento”, além de reafirmar, sustentar, pela transversalidade dos enunciados, os recortes R.01; R.01.a, enfim recortes anteriores. Observe-se ainda que a articulação de *Se o Bra.. ; ée, se brasileiro; ée morar dentro desse pedaço de chão encaminha para uma conclusão: então nós somos brasileiros.* E a palavra *brasileiro*, sendo reescriturada por repetição, vai ganhando caracterizadores numa escala ascendente, *verdadeiros brasileiros, nós somos os verdadeiros brasileiros natos.* Uma construção que traz a presença do político, marcando o conflito, o pertencimento, enquanto se sustenta um posicionamento. Note-se ainda que não se pode ignorar a discussão ocorrendo dentro de uma faculdade, uma instituição fora da aldeia, de certo modo, há a relação com o direito de estar naquele espaço.

Toda a argumentação, no entanto, culmina em *Eu sou da etnia Terena, Terena com muita honra!* Entretanto esse posicionamento no agenciamento do alocutor-Terena, é o mesmo,

semelhante ao enunciado reportado a um alocutor-não indígena em R.01.b: *Esse aqui é o brasileiro legítimo!; Mas você é o primeiro!; Ah, ce num tá aqui, ce num mora no Brasil?*

A noção de *uma turma*, também enunciada em recortes anteriores é sustentada pela repetição por meio de *E existe Terena; existe o Kadiwéu; existe o Guarani e tantos outros povos, todos são indígenas e são brasileiros*. em que *todos* opera como um aposto resumitivo reescrevendo os povos das diversas etnias.

Por sua vez, *todos* é predicado duplamente por *são indígenas* e *são brasileiros*. Uma consideração relevante se dá relacionado aos elementos que compõem esta cena enunciativa. Ao passo que toda a sustentação anterior é construída, em *Então eu vejo assim*, observa-se o assim reescrevendo por condensação todo o encadeamento argumentativo. Mas a posição de dizer é deslocada para um enunciador individual. Nova sequência e sustentação é enunciada para, enfim, concluir que, *então eu vejo que nós somos brasileiros e eu sou Terena, eu sou um indígena Terena e verdadeiro brasileiro*, mantendo-se o lugar de dizer, um enunciador individual.

Das análises realizadas nos sete recortes anteriores, tem-se que há litígios e sentidos complexos decorrentes do uso da palavra *brasileiro* em seus contextos de circulação a partir do marco “Descobrimento do Brasil”, havendo litígios até entre os litígios (*brasileiro X brasileiro; brasileiro X índio; índio X indígena e brasileiro X Terena*).

A análise de *brasileiro* é afetada pelos sentidos de Brasil; de “índio”; de indígena; de não indígena e de colonização (colonizador e colonizados) – estes últimos, muito presentes nas temporalizações como memoráveis.

Para o Terena, que se identifica por sua origem étnica – e nesse ponto não há litígio – é complexo e conflitante lidar com a expressão *brasileiro*. As análises mostraram que esse título é admitido pelo Terena sob duas circunstâncias: situações que se impõem ou relação com viver nesta terra, mapeada como Brasil.

Brasileiro então é designado, em geral, por *o que veio de fora, ou o que mora neste território*, sendo proveniente do grupo que veio de fora. Para si mesmos, em grande parte, os Terena adotam esse adjetivo quando postos em situações de direito, de necessidades de relações com instituições onde se faz necessário. Como adjetivo pátrio, continuam se autoafirmando *Terena*. O adjetivo *brasileiro* está diretamente associado ao processo de colonização, às relações com o colonizador, o que provoca o distanciamento do Terena desta caracterização.

IV.2. Análise da palavra ÍNDIO

[P.01] Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo?**

[P. 01.b]⁵⁴ “*índio*” (O que é? Você é? Por quê).

[R.01] Sendo assim, a comunidade, ela passa; né?; a submeter às atitudes, às ações imposta; né?; pelo não indígena, vivido lá fora. Então por um longo período; né?; nós vivemos assim com aquela visão; né?; de que o índio, ainda nesse período, pra sociedade, ele era um índio que ficava na oca, que; né?; que já tinha ali, vivia pelado (risos) – vamos dizer assim; né?; – era essa visão, mas, a partir do momento que se adentra; né?; o SPI, os Terena, que a gente conhece toda a História, já se adaptou; né?; ao modo da cultura, mas prevalece..prevaleceu ali o modo de ser Terena, às escondidas, mas manteram; né? (...) Então, a partir de então a gente começa a ter; né?; aquela outra visão; ée; lá dentro, que.. “Poxa, aqui tem indígena; né?; aqui; né?; não..” é aquela visão de que o índio só tava lá na aldeia; né?; Não. Tem índio aqui.” Quando eu; né?; já saiu nas redes sociais lá da própria universidade e tal - e isso já tava com um ano, em 2005, um ano no curso de História (...) não vejo que nós somos 100% discriminado, mas falta fazer a sociedade entender de que o índio faz parte da sociedade no geral, seja onde for, e é uma das coisas que a gente trouxe. [CT. II - H 40-45]

Nesta cena enunciativa *índio* é reescriturado por *comunidade* - um substantivo coletivo para o termo. Por sua vez *comunidade* é predicada *passa a submeter às atitudes, às ações imposta pelo não indígena vivido lá fora*, atribuições de sentido que incidirá sobre o termo “índio”. Há uma certa correlação de sentido, sinonímia, entre *índio; indígena e Terena*, por sua vez, a palavra *comunidade* estabelece uma relação de hiperonímia com os referidos termos.

Nesta cena enunciativa, conforme prática já observada em recortes sobre a palavra brasileiro, a enunciação se posiciona em dois lugares sociais de dizer diferentes: um atribuído à sociedade (modo como o falante Terena se dirige à sociedade externa), logo, alocutor-não indígena e outro atribuído ao pensamento indígena, à sua fala.

Nesse sentido, no enunciado atribuído à sociedade, a palavra “índio” é predicada por *que ficava na oca; por que já tinha ali; por vivia pelado e por só tava lá na aldeia*. Na transversalidade dos enunciados que integram o texto, vale destacar a análise de *E o “índio” é o termo usado por eles também (R.01)*, em que *eles* é reescriturado por *aquele grupo que veio de fora*, o que por sua vez rememora portugueses, os não indígenas presentes no processo chamado de “Descobrimento do Brasil”, sinônimo ainda de sociedade externa.

⁵⁴ As perguntas foram mantidas conforme estão no questionário, mas a sequência está seguindo a ordem em que se dispõem neste trabalho.

Em outra transversalidade que compõe o enunciado, um outro movimento enunciativo, a oposição, vem configurando o litígio, trazendo uma negativa da predicação dada pela sociedade externa ao termo. Passa-se então ao enunciar do alocutor-Terena em: *Não (só tava lá na aldeia). Tem índio aqui.*

As articulações estabelecidas na constituição do recorte funcionam como sustentação para a construção de sentido do indígena, sob a cosmovisão Terena, em oposição a conceituações da sociedade externa.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “*índio*” (E você é? Por quê?)

[R.02] Eh, na verdade nós somos vários povos; Vários povos. Eu sou Terena ée.. habitante desse espaço do Pantanal do Cerrado. Então o.. o.. nós, povos indígenas; ée; nós identificamos como esse povo, esse povo; eh que não não seria nem indígena, nem índio. Nós, vários povos dentro eh desses.. desse território. ée.. onde que foi denominado Brasil. Então a partir de a, a partir da colônia; quando se chamou ée.. que aqui ée.. seria ée.. esse país Brasil. Ai eu creio que neste.. agora, desta eh desta mistura de pessoas entre negros, ée.. indígenas, ée.. brancos se torna ée.. ée.. este povo brasileiro. O Brasil, o brasileiro. Mas que na verdade muita das vezes, ée.., nós somos negado ée.., ou até mesmo tentam tirar este lado da história aí por baixo né? Pra que não haja aí essa essa presença indígena, mas na verdade, o brasileiro é isto, né? Esta mistura de pessoas entre negros e não indígenas (grifei). [CT. III - H 65-70]

Antes de abordar necessariamente as relações da palavra *índio*, salta algo muito importante para o contexto de um objetivo que acaba por se colocar, implicitamente, nesta pesquisa: a relação entre a história oficial e a história dos povos originários, que antecede a chegada de quem registra a história. Um detalhe, pelo qual entraremos no procedimento de análise.

A expressão *na verdade* é reescriturada por repetição na 10ª linha, e reforçada pelo marcador temporal *muita das vezes*, que poderia ser parafraseado por *recorrentemente*, comumente. Ou seja, a história, comumente, é outra, o que volta a ser reescriturado novamente por repetição na penúltima linha. Aqui, repetir é argumentar, é insistir na verdade do próprio enunciado, em oposição à enunciação da outra história. É tentativa de sustentar o que se enuncia nesse recorte sobre a designação de índio.

O movimento enunciativo em R.02 aponta para relações importantes no funcionamento da palavra *índio*. Em primeira análise, destacamos a articulação da expressão *na verdade* com as demais que compõem o enunciado. Ao iniciar seu dizer assim, enuncia-se uma certa “(na) mentira. Isso infere a existência de uma outra história sobre isso, considerada não verdadeira. Ou seja: a “verdade é o que ele está enunciando” diante de um alocutário-não-indígena.

Por outro movimento de análise, a palavra *índio* é reescriturada por *nós*. O pronome, por sua vez passa a ser predicado por *somos vários povos*; por *esse povo, esse povo*. *Esse povo* é reescriturado pelo relativo *que, por sua vez predicado por não.. não seria nem indígena, nem índio*. Então ocorre algo muito interessante de se observar: diante da questão “Diga o que você entende por índio”, é iniciada uma argumentação para culminar na conclusão da negativa da palavra *índio* e de sua correlata *indígena*.

Por outro detalhe tem-se a reescrituração por repetição *de Vários povos*.

É posta uma questão peculiar na transversalidade integrativa do texto: a questão relacionada ao lugar. Em enunciados sobre *brasileiro*, um fio de sentidos designava a palavra pela habitação no território denominado Brasil. Neste enunciado, uma substituição da palavra *índio*, em *Eu sou Terena*, predica *Terena*, reescrituração de *índio*, por *habitante desse espaço do Pantanal, do Cerrado*. Novamente a reescrituração inicial de *índio*, *nós*. Porém o pronome agora aparece predicado por *vários povos dentro ée.. desses.. desse território. Eh.. onde que foi denominado Brasil*. O que equivale a um aposto do pronome *nós*. Sustenta-se no enunciado a não alteração identitária étnica por causa da nova denominação do território.

A nomeação do território é mencionada. Território é reescriturado pelo pronome relativo *onde*, por sua vez predicado por outro relativo, *que*, iniciando a adjetiva *que foi denominado Brasil* – (em *que foi denominado Brasil* traz outra observação relevante: o predicado em questão está na voz passiva. Seria exagero dizer que o agente da passiva, oculto, por sua elipse, rememora o colonizador?) Esse acontecimento recorta a rememoração da colonização. Logo são mantidas semelhanças com os anteriores na questão da colonização, da nomeação de Brasil, porém o lugar deixou de ser condição para a caracterização como brasileiro. Brasileiro agora é reescriturado por expansão por *desta mistura de pessoas entre negros ée indígenas, ée.. brancos se torna ée.. ée.. este povo brasileiro*.

Uma articulação de dependência sustenta a presença do indígena como composição de brasileiro, isto é, se existe *brasileiro* é porque três povos se misturam, reciprocamente - ou não -, logo o indígena, apesar de negado, vem se afirmar nessa miscigenação, uma história negada, mas passível de confirmação: há povos originários no próprio DNA do Brasil. Enquanto *índio*, que já fora posto em pé de igualdade de brasileiro em – *E o “índio” é o termo usado por eles também*- neste enunciado sofre negação, recusa, apagamento, por meio da reescrituração por substituição por *vários povos*.

Note-se ainda que a menção da mistura que forma o brasileiro, reescriturada por O Brasil, o brasileiro, faz parte de uma sustentação do que vem enunciado em: *nós somos negado*

éé... ou até mesmo tentam tirar este lado da história aí, por baixo, pra que não haja aí essa essa presença indígena. Como recurso argumentativo a repetição da mistura vai se repetir.

Entretanto, sustentando o litígio, mesmo após a afirmação de *não seria nem indígena, nem índio* (grifei), a palavra apagada/negada, volta a aparecer em *mistura de pessoas entre negros éé indígenas, éé.. brancos.*

Por outro viés *nós*, marca um enunciador coletivo, falando pela coletividade dos vários povos originários. Entretanto, vai desse extremo, plural, à redução para a 1ª pessoa do singular, eu, predicado por Terena, reescriturado por definição pela expressão *habitante desse espaço do Pantanal do Cerrado*. Ou seja, ocorre o deslocamento do enunciador coletivo, que enuncia pela totalidade dos povos originários, para o enunciador individual.

E aí observa-se um movimento cíclico em que o alocutor reescritura por hiperonímia (*nós > eu; vários povos > Terena*) e, na sequência, reescritura por hiponímia (*eu > Nós; Terena > povos indígenas*), voltando a demarcar sua coletividade, enquanto alocutor-indígena. Sustentação para a presença de *vários povos dentro eh desses.. desse território.*

Nesse sentido, a história do povo indígena é um movimento de deslocamento do geral para o específico e do específico para o geral, num espaço em que o indígena opõe essa história própria à história contada pelo branco. Além disso, reconhece que foi/é excluído, seja enquanto indivíduo, seja enquanto povo.

Há ainda uma negação funcionando como reescrituração da palavra *índio* (presente na pergunta feita) como identificação: *nem indígena, nem índio*. Tomando o funcionamento da língua em uso (língua portuguesa) como mecanismo de análise à semelhança do que tem sido feito com outros recursos de reescrituração, “esse povo que não *seria* nem indígena, nem índio”, o uso da forma verbal “*seria*” – futuro do pretérito – é um futuro que pressupõe um pretérito, que no enunciado em questão, pode ser considerado como um memorável da enunciação ocultado pela elipse: ao que se leria “esse povo que não *seria* nem indígena, nem índio *se os europeus não os tivessem denominado assim*, em passado imperfeito para todas essas etnias.

Esses memoráveis são rememorações do acontecimento dos enunciados do nosso alocutor – tomados como presente da enunciação- um presente que projeta futuridades, ou seja, torna esse movimento interpretável.

Desta análise, tiraria a seguinte conclusão, parafraseando os termos analisados: “*nós, vários os povos indígenas (na identificação do outro), porque na nossa identificação nós, não seríamos nem indígena, nem índio, ao contrário, nós somos vários povos dentro (e não fora*

como eles quiseram/querem) desse território (sem fronteira nos nossos memoráveis, sem nome de país), um lugar que, por força de outros (que não nós), foi denominado Brasil.”

No próximo enunciado:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “*índio*” (E você é? Por quê?)

[R.03] *Ele acha que nós somos.. nós não somos nada. Acho que.. assim.. ninguém apaga... o índio não tem valor; não tem direito; então é isso que eu vejo. E eu vejo os branco, principalmente fazendeiro; ele acha que nós não temos assim.. valor. Ele acha que nós estamos assim vivendo sem.. sem valor; né? Não tem direito, não tem direito de nada; mas para mim o maior direito tá em nós; né? como índio Terena; E vários índios, etnia, tem direito; né? E esse direito, negócio de nossa cultura, nosso viver na casa, criar nossas crianças. [CT IV - H - 80 -85]*

Reportados ao lugar social do não indígena, alguns enunciados apresentam relações com o termo *índio*, predicado por *não tem valor; não tem direito*. O enunciado é construído marcado por sustentação dessas atribuições consideradas provenientes do não indígena.

O “branco” é reescriturado por definição por *fazendeiro*. A quem se reporta o discurso: (*acha que*) *nós estamos assim vivendo sem.. sem valor; (nós-índios) não tem direito, não tem direito de nada*.

Observe-se ainda que na última e na penúltima, “índio” é reescriturado por elipse, ao passo que na antepenúltima, por substituição, usando o pronome pessoal de primeira pessoa, *nós*.

Em outro movimento enunciativo, porém, o alocutor-Terena enuncia por meio de uma articulação de forma contrária à designação do que ele afirmara perceber do não indígena sobre si mesmo e sobre seu povo. Nessa enunciação, além de marcar a oposição ao dizer não indígena, ele articula de forma retificadora à visão do “índio sem direitos” presente no imaginário não indígena – segundo o enunciado. Ou seja, pelo uso do conector coordenativo *mas*, articula a oposição ao dizer não indígena; por meio do uso da expressão *para mim* vem substituir o dizer reportado ao não indígena pelo dizer indígena, designativo de si mesmo como um cidadão de direito para o qual: o maior direito *tá em nós, como índio Terena* (que pode ser parafraseado por: mais forte do que o direito que eles - os não indígenas nos negam é a força que temos ao reconhecer nossos direitos e não abrir mão deles. Ao que acrescenta a força da unidade étnica por meio de *E vários índios, etnia, tem direito*; passando à determinação de direito, primeiro por repetição (lembrando que repetir é argumentar).

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas

palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”.
Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P. 01.b] “índio” (E você é? Por quê?)

[R.04] *O indígena é tudo; né?. Ela é tudo quanto; ée.. na vivência; quanto seus valores. Ée.. nós, enquanto indígenas; parece que.. parece que a gente.. nós não fazemos nada dentro da nossa comunidade; mas aqui nós temos os nossos trabalho; enquanto dona de casa, que trabalha na casa, cuida do filho, às vezes as senhoras vão pra roça ajudar os.. os marido, até na carpida mesmo; né?; ajuda e em outros dia ainda levar as.. as plantações colhida pra pra feira; né? Então o indígena ele é um povo trabalhador; né? o povo Terena é é um povo trabalhador; né?; Até porque hoje nós vemos quee, a maioria dos homens, sempre saem pra trabalhar pra fora; né?. Saem pra cidade longe... cidades grandes; né?; pra poder trabalhar. Ée hoje tem a colheita de maçã, como é conhecida; né? [CT. V – M - 25-30]*

Observemos que os movimentos enunciativos desta cena se compõem de algumas situações contundentes: primeiramente, apesar de a pergunta ser sobre ‘índio’, o alocutor enuncia indígena, demarcando uma negação do termo índio, reescrevendo-o por substituição, substituindo-o por *indígena*, num gesto de enunciação sem nem mencionar que fazia uma substituição. Poder-se-ia dizer uma substituição automática.

Por outra entrada, o acontecimento de linguagem que traz o detalhe da descrição de tipos de trabalho dentro e fora da aldeia vem contradizer um estereótipo histórico, recortando-o como memorável: ‘índio preguiçoso’, temporalizando como presente “*parece que a gente.. nós não fazemos nada*”, projetando uma futuridade de atualização da identidade indígena no imaginário da sociedade externa.

Um terceiro ponto a ser considerado é a reescrituração de indígena pela repetição do termo; por *ela*; por *nós*; por *a gente* e, enfim, por *povo Terena*.

Nessa cena enunciativa, “índio” é predicado ainda por *trabalho* e *trabalhador*. Nesse sentido, o termo *indígena* é reescriturado por substituição, atribuindo-se definição em: *indígena é tudo*; em *Ela é tudo quanto na vivência; quanto seus valores*; em *Nós, enquanto indígenas, parece que.. parece que a gente.. nós não fazemos nada dentro da nossa comunidade; nós (temos os nossos trabalho)* – em que nós, que reescritura indígena, é predicado por *temos os nossos trabalho*, logo fazendo incidir esse sentido a *indígena*, nessa relação.

Também é possível dizer que toda essa articulação argumenta para a conclusão *Então o indígena ele é um povo trabalhador*, argumentada por repetição em *o povo Terena é.. é um povo trabalhador* – em que *povo terena* é reescrituração de *indígena*, conforme já detalhado.

No movimento enunciativo em que se articula índio ao trabalho, caracterizando-o como *trabalhador*, *trabalho* é reescriturado por enumeração: *enquanto dona de casa, que trabalha na casa, cuida do filho; às vezes as senhoras vão pra roça ajudar os.. os marido, até na carpida mesmo; ajuda e em outros dia ainda levar as.. as plantações colhida pra.. pra feira*.

O que vem a se repetir para *trabalhador* em: *Até porque hoje nós vemos quee, a maioria dos homens, sempre saem pra trabalhar pra fora; Saem pra cidade longe... cidades grandes; pra poder trabalhar. Ée hoje tem a colheita de maçã, como é conhecida.* Todo esse processo são argumentações contra a designação de *índio* reportada ao não *indígena* pelo alocutor-Terena. A articulação na qual predomina a dependência também é sustentação para se concluir que *indígena* é *trabalhador*.

Observemos o enunciado R.4.a:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “*índio*” (E você é? Por quê?)

[R.04.a] O “*índio*” eu.. eu.. não utilizo muito dizer assim “eu sou *Índia*”; né?; Porque quem é *índia* é lá da *Índia*; né?; Eu sou *indígena*. Eu posso dizer que eu sou *indígena*; eu sou *aldeada*; eu tenho *Cultura*. [CT. XII - M - 25 - 30]

Nesse movimento enunciativo é articulada uma negação ao termo *índio* por meio de reescrituração por expansão em “*índio*” eu.. eu.. não utilizo muito dizer assim “eu sou *Índia*”. Nisso, mais uma vez, se confirma o litígio.

Argumenta-se em favor da negativa por meio de uma reescrituração de *índia* (podendo se estender ao masculino *índio*), por substituição: (*quem é índia*) é lá da *Índia*. Em oposição ao termo negado, enquanto marca uma relação antonímica fortalecida por quatro expressões tomadas como sinônimas entre si. São elas: *Eu sou indígena*; *Eu posso dizer que eu sou indígena*; *eu sou aldeada*; *eu tenho Cultura*.

O próximo enunciado, R.04b toma uma direção semelhante.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “*índio*”. (E você é? Por quê?)

[R.04.b] A gente não fala mais *índio*. Hoje a gente fala *indígena*; né? A gente se identifica como *indígena*. Eu sou *indígena*; né? Antigamente eu falava *índia*; né?: “eu sou *índia*”, mas não sou da *índia*... eu sou da.. aqui do Brasil, povo brasileiro. Então a gente, pra se identificar, a gente fala *indígena* hoje; né? Ée; quando os nossos parentes chegaram lá em Brasília, conseguiram mudar totalmente essa palavra; né? E hoje a gente já fala “povos *indígenas*”; né? E não fala mais “o *índio*”, dia dos povos *indígenas*. Então eu acho que correto é isso. Entender; ée; o que nós somos; né?; professora, e nós somos *indígenas*; né? Somos *indígenas*. Palavra *índia* hoje é desconsiderado para para.. nós *indígena*. [CT. VI - M - 70-75]

Nesse recorte, é reafirmado o litígio sobre a *palavra índio* articulado pela negação de sua existência, digamos uma atualização do termo (*índio* > *indígena*). O que por sua vez é confirmado por meio de reescriturações que expandem as razões para a negação por meio de: *A gente não fala mais índio*; por *Hoje a gente fala indígena*; por *A gente se identifica como*

indígena; por Eu sou indígena; por Antigamente eu falava índia: “eu sou índia”, mas não sou da índia... eu sou da.. aqui do Brasil, povo brasileiro; por a gente, pra se identificar, a gente fala indígena hoje; por e quando os nossos parentes chegaram lá em Brasília, conseguiram mudar totalmente essa palavra; por E hoje a gente já fala “povos indígenas”; por não fala mais “o índio; por, dia dos povos indígenas; por Então eu acho que correto é isso. Entender; ée; o que nós somos; por e nós somos indígenas; por Somos indígenas e por Palavra índia hoje é desconsiderado para para.. nós indígena.

Importante considerar que as relações estabelecidas neste enunciado, orientam argumentativamente na direção da conclusão sobre uma significação ofensiva atribuída a *índio*, por isso seu desuso ou negação, sobre a utilização da palavra *indígena* como substituição a *índio*, culminando⁵⁵ com a apresentação da nova expressão identitária que vem sendo estabelecida: *povos originários*. Observe-se ainda que, esse acontecimento de linguagem, ao ser temporalizado no presente do dizer, recorta um memorável: o movimento de resistência indígena, que vem sendo bastante fortalecido com a chegada de representantes desses povos a cargos políticos, por exemplo.

Pelo detalhe de entrada *quando os nossos parentes chegaram lá em Brasília*, em que *parentes* reescritura por substituição *indígenas* (os de outras etnias), um presente de enunciação que que rememora a Deputada Federal Joênia Wapichana, especificamente em seu Projeto de Lei 5466/19⁵⁶, aprovado em 2022, após tentativa de veto do então presidente Bolsonaro. (Importante salientar que, na cosmovisão indígena, marca-se a coletividade entendendo-se, por exemplo, que aquela pessoa está lá, mas por trás dela tem todo um movimento de toda uma coletividade a partir dos ancestrais.).

Por outra entrada, analisando o enunciado *Antigamente eu falava índia: “eu sou índia”, mas não sou da índia...* na transversalidade com *a gente, pra se identificar, a gente fala*

⁵⁵ No meio indígena, discute-se a questão da modalidade adequada de nomeação para as diversas etnias existentes. “Povos originários”, nas relação de nomeações apresentadas desde as referências iniciais, vem a ser o último nome. Por isso usei “culminando”, ou seja, chegou ao último estágio possível no âmbito da nomeação utilizada.

⁵⁶ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que muda o nome do “Dia do Índio”, celebrado em 19 de abril, para “Dia dos Povos Indígenas”. A proposta é de autoria da deputada federal **Joenia Wapichana**. (Fonte: Agência Câmara de Notícias: <<https://www.camara.leg.br/noticias/840049-ccj-aprova-projeto-que-muda-nome-do-dia-do-indio-para-dia-dos-povos-indigenas/>>).

No dia 19 de abril de 1940, aconteceu um evento no Pátzcuaro, México, onde se reuniram autoridades de quase todas as nações americanas, a fim de recomendar mais atenção ao povo indígena, resultando no *Dia do Aborígene Americano*. No governo de Getúlio Vargas, Estado Novo, em 1943, estabeleceu-se o decreto-lei nº 5.540, que ficou conhecido como “O dia do Índio”. Muitos indígenas contestam a data, pois 19 de abril teria sido escolhido em homenagem ao dia do aniversário do então presidente. Para a então deputada, atual presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, a atualização do nome valoriza a diversidade dos povos indígenas, o que não era considerado pelo termo unificador “índio”.

indígena hoje; com *e* quando os nossos parentes chegaram lá em Brasília, *conseguiram* mudar totalmente essa palavra e com *E hoje a gente já fala* “povos indígenas”; por *não fala mais* “o índio” (grifei), observa-se a relação temporal atribuindo sentidos às respectivas nomeações. Tanto as formas verbais, em seus respectivos tempos, quanto os advérbios e conjunção marcam uma dada sequência de fatos, o que incide sobre a significação da palavra “índio” e das que a vêm substituindo, ou configurando seu apagamento. Registra-se um antigamente em *Antigamente eu falava índia*, seguido de uma forma verbal do passado imperfeito; articulada por coordenação, marcada pela conjunção MAS, estabelecendo uma oposição tanto temporal, quanto de uso na qual se articula “mas *não sou da índia*”, e a partir daí o presente da língua incide sobre a nova tomada de consciência e forma de identificação. Tudo isso, conforme já dito, para sustentar a mudança, a substituição do termo “índio”.

Por fim a passagem da primeira pessoa singular - *eu falava* - para a primeira pessoa do plural - *a gente já fala* “povos indígenas”; (*a gente*) *não fala mais* “o índio” tem relação com o lugar de dizer na cena enunciativa. Ocorre o deslocamento de um enunciador individual para um enunciador coletivo. Vimos na seção “análise de brasileiro” que a questão quantitativa, plural funciona como um argumento na cultura Terena. Logo, esse deslocamento do singular para o plural sustenta a aceitação da mudança.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “índio” (*E você é? Por quê?*)

R 05] *o.. atualmente o povo Terena tem trabalhado muito; por exemplo pela.. pela missão; né?; missão de evangelização. O que que significa isso? Quando você fala.. a gente fala na autoestima, autovalorização do ser humano. Então isso a gente precisa falar com os nossos filhos, do valor de cada um, porque as pessoas não se valorizam, automaticamente ela não quer.. ela não vai querer ser índio; né?; porque não conhece os seus valores. (CT V - M 25-30)*

Esse recorte acrescenta ao termo identitário aqui analisado um dado interessante, por fazer parte de uma parcela expressiva da população Terena.

Falar de um tópico como evangelização dentro do subtítulo **Análise de Índio**, à primeira vista pode parecer desconexão, entretanto, dado o conteúdo do que se enuncia, esse acréscimo traz significações relevantes para o que se tem alcançado pelas análises sobre uma reconfiguração que tem sido estabelecida.

Por esta cena enunciativa, é sustentada a tese de que a baixa autoestima é condição para o abalo identitário sofrido pelos indígenas⁵⁷. Em que o enunciado *não se valorizam*

⁵⁷ Considero importante mencionar que a obra “Do Bugre ao Terena”, aborda esse aspecto. Também o documentário “Do Bugre ao Terena”, disponível no *youtube*, traz depoimentos sobre isso, no endereço eletrônico

coordenado com *não conhece os seus valores* funciona como orientação argumentativa para uma conclusão: *não querer ser índio*.

Nesse sentido, a parte inicial do recorte: *o povo Terena tem trabalhado muito; por exemplo pela.. pela missão; né?; missão de evangelização. O que que significa isso? Quando você fala.. a gente fala na autoestima, autovalorização do ser humano*, funciona como uma escala argumentativa que sustenta a tese: *tem trabalhado muito + a gente fala na autoestima, (na) autovalorização do ser humano = autoestima elevada (senso de valor)*, portanto *querer ser “índio”*.

Por fim, ressalta-se que o litígio permanece marcado pela utilização da palavra “índio”.

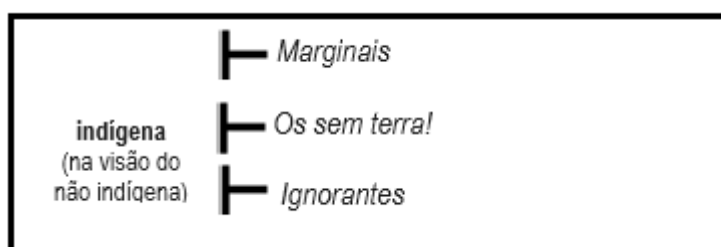
Passemos aos próximos recortes, em que o alocutor apresenta o termo indígena reportando-o à visão do não indígena e na própria visão.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “índio” (E você é? Por quê?)

[R.06] Na visão do não indígena: Marginais. Os sem terra! Ignorantes! [CT. VII – M - 60 -65]

Nesta cena enunciativa, o enunciado é reportado ao não indígena, ou seja, segundo o alocutor-Terena, os não indígenas veem os indígenas desta forma. O que pode ser representado por meio de DSD da seguinte forma:



O DSD da palavra *indígena (como discurso relatado ao não indígena)*, que vem substituindo a palavra “índio”, na reconfiguração do termo identitário para o povo Terena, é lido da seguinte forma: *indígena* é determinado por *marginais*; por *Os sem terra!* E por *ignorantes*.

O próximo recorte, R.06.a, compõe-se de enunciados reportados ao Terena.

<https://www.youtube.com/watch?v=ctRicNW-vxc>. Além destes, a monografia XXX de Sérgio Terena aborda questões como essa, em que o indígena negava a identidade, os pais até mesmo ensinavam os filhos a dizer que não eram indígenas.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P.01.b]. *índio (E você é? Por quê?)*

[R.06.a] *Ah, o Terena ée.. são pessoas que.. que.. que lutam. São pessoas ée.. teimosas ; né?; são pessoas que avançam mesmo, mesmo.. mesmo não.. talvez até pode se frustrar, mas.. mas mesmo assim; ée..eu vejo que o Terena quando ele se frustra - eu pelo menos, assim, eu vejo meus parentes – quando a gente frustra, os nossos pais dizem assim: “Uoi, tenta de novo, cê não vai morrer, vai tentando!” Né? Meu pai.. meu pai e minha mãe diziam: “Tenha medo não, vai pra frente!”; né? E a gente resiste dessa forma. E a gente conquista os nossos espaços assim; né?; e aos poucos a gente vai conseguindo. Felizmente nós tivemos esse privilégio de estudar; né?; e a gente tá.. ainda continua lutando; né? Lutando pelo espaço, lutando pela.. por exemplo a demarcação de terra... Tá lá. A demarcação de terra.. cê vê o.. o.. os Terena.. a gente só.. sempre fala aproximadamente a quantidade de Terena, mas é muito mais que aquilo que a gente sempre ouve; né?; mas eu classifico o Terena assim.. é.. é.. uma pessoa assim que.. que luta pra sobreviver, luta pra.. que ele resiste mesmo. Ele não se afasta; né?; e, talvez essa política de não desistir, talvez seja essa que nós todos, como etnias poderia ter; né?; mas é difícil não é fácil não; né? Até hoje a gente passa por isso, mesmo sabendo falar um pouco do português, mas a gente ainda tem problemas. [CT. VII – M - 60 -65]*

Na cena enunciativa em questão, índio é reescriturado por substituição por *Terena*; por *pessoas* e pela repetição deste termo por meio de *[pessoas]que lutam; pessoas teimosas e pessoas que avançam mesmo, mesmo.. mesmo não.. talvez até pode se frustrar.*

Por outra entrada, o alocutor traz para si a responsabilidade sobre a identificação por meio do uso da 1ª pessoa em *eu classifico o Terena assim* e segue trabalhando o termo *Terena* reescriturado por expansão: *uma pessoa assim que.. que luta pra sobreviver, luta pra.. que ele resiste mesmo. Ele não se afasta.* Essa utilização da primeira pessoa marca um lugar de dizer atribuído ao enunciador individual. Em oposição, em *nós todos, como etnias poderia ter* e em *Até hoje a gente passa por isso*, o lugar de dizer desloca-se a um enunciador coletivo.

O recorte reescritura o termo “índio” por substituição: *pessoas*, em *pessoas que lutam, pessoas que avançam pessoas teimosas*. Por sua vez, a palavra *pessoas* é substituída pelo relativo *que*, que inicia uma oração adjetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que essas respectivas orações adjetivas, incidem sobre o nome *pessoas*, caracterizadores lutadoras e ativas. Nesse fio de sentidos, *Terena* (reescritura de “índio”) é caracterizado por resistente. Sustentações para dizer que o indígena é lutador; avança; é teimoso e é resistente. E então aparece uma articulação marcada pelo valor de *embora*, que equivaleria a dizer: *embora tudo isso, é difícil não é fácil não. Até hoje a gente passa por isso, mesmo sabendo falar um pouco do português, mas a gente ainda tem problemas* (grifei). Em que isso recorta como memorável as designações de “índio” no discurso reportado ao não indígena. Rememora o desvalor, os estereótipos, as dificuldades impostas pelo tratamento dado ao indígena pela sociedade externa.

Tudo isso sustenta o que poderia ser parafraseado por: *apesar das qualidades e da resistência, ser “índio” é viver dificuldades (não é fácil não).*

No próximo enunciado, volta a confirmar-se o litígio pela negação do uso do termo *índio*.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.b] “*índio*” (E você é? Por quê?)

[R 08] Não. Não sou índia, eu sou Terena! Tenho uma etnia chamada Terena; né? Eu acho que essa palavra chamada “índia” já tinha que ter saído fora; né? (CT VII – M - 60 -65)

A palavra *índio* é negada enquanto tratamento ou identificação. Em seguida, marcando a oposição a essa identificação, apresenta a reafirmação da negação, em *Não. Não sou índia, eu sou Terena!*.

A parte inicial, *Não. Não sou índia, eu sou Terena! Tenho uma etnia chamada Terena*, orienta a discussão para a conclusão: (portanto) *Eu acho que essa palavra chamada “índia” já tinha que ter saído fora*.

No próximo recorte, mantém-se o litígio.

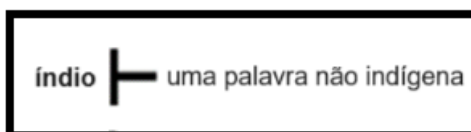
[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P.01.b] *índio* (E você é? Por quê?)

[R. 09] Índio? Índio, assim; ée.. é..é uma palavra, assim, não indígena; né?; que foi colocada em nós essa palavra “índio”; né? Nos chamaram de índio; né? Nós.. nós, assim, não tivemos opção de como nós seríamos denominados; né? (riso). (CTX – M - 60 -65)

Em análise por descrição palavra **Índio** está reescriturada pela indagação argumentativa *Índio?* (um argumento para abalar o conceito atribuído à palavra), seguindo-se a reescrituração por expansão por meio de *é uma palavra, assim, não indígena; que foi colocada em nós essa palavra “índio”*.

Nesse enunciado, o DSD de “índio” seria:



Em que lê-se “*índio*” é determinado por *uma palavra não indígena*.

Por outra entrada, tomando como acontecimento de linguagem *foi colocada em nós essa palavra “índio”*, temporaliza-se um passado que rememora o processo da colonização.

Tudo isso sustenta a conclusão de que *Nós.. nós, assim, não tivemos opção de como nós seríamos denominados*. Parafraseado por “*índio*” *foi uma imposição do colonizador, logo não nos representa*.

Em relação ao espaço de enunciação, a distribuição desigual das línguas portuguesa europeia opõe-se à língua Terena, negada aí pela atribuição de um termo não indígena a um indígena, no dizer *uma palavra não indígena*. Se na relação do espaço de enunciação a distribuição das línguas põe o falante em cena e vice-versa; porque o falante indígena aí não colocou em cena a língua indígena? A resposta é o apagamento da língua indígena pela língua portuguesa.

O próximo recorte, além de seguir o mesmo posicionamento de sustentação, traz um acréscimo interessante:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P.01.b] *índio (E você é? Por quê?)*

[R. 10] *Ée.. então você vê essa diferença. Agora mesmo com essa palavra, ela foi extinta aí, mas ela vai perdurar por muitos anos, porque querendo ou não eu sou indígena, mas lá atrás ainda continuo sendo índio (risos) porque a sociedade lá atrás, ela engasgou com aquilo lá, que ele já vem lá do século passado: índio, índio; pode vim indígena, povos originários, mas quando ele vai para arrogância ele é índio. (riso) Então, essa palavra índia aí ela.. é.. ela, na verdade, ela.. é carregado de muita coisa - e não é bem para identidade do indígena - então a palavra indígena eu acho que ela veio - um bom momento para inclusive os estudantes indígenas levantar com isso dentro dos espaços universitário, que ele é um cidadão indígena de um povo; por exemplo hoje nós usamos muito as nossas etnias como sobrenome; né? isso também é um outro método que nós começamos há um tempo para cá, para amenizar essa palavra índio. Então se alguém pergunta: “Você é índio?”; “Não, eu sou terena.”*
(CTI – H - 50 -55)

Essa cena enunciativa apresenta um litígio entre a nomeação dada pela sociedade externa e a nomeação dada pelo indígena a si mesmo. Argumenta-se para as relações de sentido entendidas pelo indígena: *índio, índio; pode vim indígena, povos originários, mas quando ele vai para arrogância ele é índio*. Para ele, ocorre uma insistência da sociedade externa em continuar utilizando o termo “*índio*”, o que se demarca pela articulação de coordenação, por meio do conector *mas*, em oposição (da sociedade externa) a *sou indígena* – termo aceito pelos Terena - em *mas lá atrás ainda continuo sendo índio (risos) porque a sociedade lá atrás, ela engasgou com aquilo lá, que ele já vem lá do século passado*. Duas expressões são usadas como argumento para sustentar tal posicionamento: *(porque a sociedade lá atrás) ela engasgou com aquilo lá* e a repetição em *índio, índio*. Todo esse posicionamento para sustentar o que é apresentado como razão para a nomeação de índio: arrogância da sociedade em relação aos

indígenas, chegando à conclusão: *Então, essa palavra índia aí ela.. é.. ela, na verdade, ela.. é carregado de muita coisa - e não é bem para identidade do indígena.*

Nesse sentido, as palavras *indígena* e *povos originários* são reescrituras que substituem a palavra *índio*, porém, ante a politopia apresentada, segundo o que é enunciado pelo alocutor-Terena, a palavra *índio* é posta pela sociedade externa numa relação de oposição às substituições e com objetivos diferentes da pura identificação.

E, de modo semelhante a enunciados anteriores, a identificação adotada pelos Terena segue sendo sustentada em “*Você é índio?*”; “*Não, eu sou terena.*”; em que se mantém a negativa do termo “*índio*” e a afirmação da etnia enquanto termo identificatório.

Pode-se concluir que o litígio entre a palavra *índio*, *indígena* e *Terena* se justifica, basicamente, pelo confronto que fora travado contra os povos originários a partir do chamado “Descobrimento do Brasil”. Assim, por parte destes, configurou-se uma resistência, cuja conservação da identidade é o principal objetivo.

IV.3. Análise da palavra **DESCOBRIMENTO** (do Brasil)

Pretendemos por essas análises observar como o termo “*Descobrimento do Brasil*” ou “*descobrimento*” significa para os Terena. Para isso, selecionamos alguns enunciados que trabalham posicionamentos interessantes. Estão dispostos na sequência abaixo. Temos observado ainda que os sentidos dessa expressão, de certo modo, tem relação com os sentidos atribuídos a outras palavra, em relações articulatórias, por exemplo.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”.

Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P. 01.c] **Descobrimento do Brasil.**

[R.01] O *Brasil* - boa pergunta - quem que dividiu? quem que manda nisso tudo? Como é que é o nome do outro país? e o Brasil? Essa história do *descobrimento* fala que veio o barco; né?; Caravelas, os barcos dos europeus e chegaram nessa terra e descobriu como se tivesse tudo vazio e eles chegaram igual quando vieram para a Região aqui. Centro-Oeste; né?; vieram para trazer civilização como se aqui tivesse vazio, mas a gente quer saber: e o povo que tava aqui não era dono? Tava passeando? Tava morando? Tava fazendo o quê aqui antes deles? E essa que é a pergunta que a gente quer descobrir; né? [CT. IV- H - 80 – 85]

Este recorte sustenta a argumentação de que o Brasil não pôde ser descoberto porque já estava ocupado. Nesse caso, *como se tivesse tudo vazio* pode ser parafraseado por *não estava vazio*, portanto: *não descobriu*. Assim, estar vazio é pressuposto, é condição para

“descobriu”, palavra correlata de descobrimento pela semelhança de radical. Não estar vazio é pressuposto, é condição para não descobriu.

Nesse sentido, as perguntas enunciadas têm o funcionamento de perguntas retóricas no direcionamento articulado.

Observa-se, então, um novo litígio, desta vez sobre não haver o feito heroico – registrado na História como “*Descobrimento do Brasil*”, logo não há *Brasil*, portanto não há *brasileiro*.

Por um outro detalhe, entramos numa próxima questão. Em “*Como é que é o nome do outro país?*”, *outro país* é reescriturado por antecipação/generalização por [n]isso tudo; nessa terra e por [como se tivesse] tudo vazio. Ironicamente, reclama-se uma parte da “história” que não foi registrada, não foi contada. Outro país rememora o território onde viviam, com seu nome e, conseqüentemente, com sua organização social, antes da invasão.

A cena enunciativa, em *mas a gente quer saber* posiciona o lugar de dizer enunciadador coletivo.

Nessa relação em que se articulam perguntas lançando luz ao *povo* em diversas possíveis atuações, numa articulação argumentativa insistente, que opõe *vazio ao povo que estava aqui*, é desconstruída a condição para descobrir, bem como para civilizar. A chamada civilização da Região Centro Oeste – um lugar que já tinha uma organização social, pessoas com costumes e prática de viver – é posta em condição de igualdade com a “descoberta”; de um lugar habitado. Ou seja, ambas as situações são duas incoerências, duas impossibilidades, duas situações que não se sustentam pela própria realidade dos fatos usados como argumentos nessa desconstrução. Isso sustenta a inconsistência da História do Brasil contada pelo não indígena e sua veracidade. Em ambas as considerações, o principal argumento é o *povo que estava aqui*, ou a presença daquele povo.

Para uma melhor compreensão, preencheremos as elipses com seus respectivos termos que foram ocultados, como recurso linguístico para se evitar a repetição e completar o sentido. Assim, leia-se: o povo é determinado por *que estava aqui*, por *antes deles*, por (*o povo que estava aqui*) *Tava passeando?* (*o povo que estava aqui*) *tava morando?* (*o povo que estava aqui*) *Tava fazendo o que aqui?*

Por outra entrada, observa-se em *que estava aqui*, o relativo que, reescriturando *povo* é predicado por *estava aqui*, podendo ser parafraseado por *população local*. Essa parte é base para a direção argumentativa que segue se articulando por perguntas retóricas, que lançam luz sobre as vivências já estabelecidas no local. Outra questão interessante se põe por meio da enunciação de *antes deles*, o termo marca cronologicamente a ordem de ocupação, podendo

tanto funcionar como “estava antes deles”, por isso um advérbio temporal, quanto como “povo anterior a eles” (ocupante anterior). Tratando-se da variedade da língua portuguesa utilizada pelo Terena, fico com a segunda opção. O que permite dizer que o povo que estava aqui era anterior a eles, logo anterior a eles predica o povo que estava aqui.

Apesar de ter deixado *E essa que é a pergunta que a gente quer descobrir*; como parte constituinte do enunciado R.01 por ele fazer parte do fechamento daquele acontecimento de linguagem, como articulação argumentando para uma conclusão de lacuna na história, consideramos importante retomá-lo como um enunciado “separado”, para destacar algumas relações de sentido.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”.

Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P. 01.c] **Descobrimento do Brasil.**

[R.01.a], *mas a gente quer saber: e o povo que tava aqui não era dono? Tava passeando? Tava morando? Tava fazendo o quê aqui antes deles? E essa que é a pergunta que a gente quer descobrir.* [CT. IV- H - 80 – 85]

Ocorre uma articulação muito interessante nesta cena enunciativa - a gente quer saber. Enunciada do lugar de dizer enunciador coletivo, inscrevendo-se como ‘a gente’. A expressão *quer saber* traz, por si só uma incompletude de sentidos que passa a ser reescriturada, por uma articulação enumerativa de quatro perguntas. Em sequência, o alocutor reescritura por condensação esses 4 questionamentos em uma expressão: *a pergunta*. Por sua vez, *pergunta* é reescriturada pelo relativo *que* operando a reescrituração por repetição – *lá* no complemento do verbo: *a gente quer descobrir*.

Considerando, pela transversalidade, que esse texto se inicia com uma pergunta sobre “o que foi o Descobrimento do Brasil”, e que, ao responder, ao se enunciar uma resposta, a pergunta passa a constituir parte dessa resposta ou enunciado, na medida em que ela está no limite do que deve ser dito, ou seja, ela é o mote do que será enunciado, tendo ele já respondido, argumentando para a conclusão de que o descobrimento nunca existiu – o que fora demonstrado pelas análises anteriores, neste tópico – pode-se parafrasear: “para aquela pergunta nós já temos a resposta, estamos esperando que ‘essa história’ ou a história de vocês nos responda aos nossos questionamentos”.

E mais: ao fazer isso, ele se posiciona como um EU coletivo (*a gente*) na construção de uma história nova (outra), com um novo descobridor: *E essa que é a pergunta que a gente quer descobrir*.

E essa [que] é a pergunta / a gente quer descobrir a pergunta.

Essa insistência sobre a pergunta é argumentativa, pois é a resposta a ela que sustenta a conclusão parafraseada: “espaço ocupado não pode ser descoberto, assim como sociedades organizadas não pode ser civilizada”.

Acrescente-se ainda que a sequência de questões *e o povo que tava aqui não era dono?; Tava passeando?; Tava morando?; Tava fazendo o quê aqui antes deles?* é reescriturado por condensação em (E essa que) *é a pergunta que a gente quer descobrir, que por sua vez substitui a pergunta da entrevista: essa (e não aquela) que a gente quer descobrir.*

Observemos o próximo enunciado.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.c] **Descobrimento do Brasil.**

[R.02] Ée; pra mim é *uma palavra que não deveria nem existir; porque descobrimento do Brasil não houve, não aconteceu. Simplesmente os portugueses chegaram aqui e disseram que descobriram o Brasil, desconhecendo já nossos parente que já estavam aqui; [CT. VI - M 70-75]*

Nessa cena enunciativa, segue-se a mesma direção de argumento para a negativa do “descobrimento”: *porque descobrimento do Brasil não houve, não aconteceu.*

Em que *não houve* é reescriturado por substituição por *não aconteceu*. Firmando-se na direção argumentativa dessa negação, é introduzida outra versão para a história por meio de uma marca do modo como isso acontecera: *simplesmente*, articulando em seguida a narrativa: *os portugueses chegaram aqui e disseram que descobriram o Brasil*. Nessa construção, a elipse da pessoa gramatical dos verbos reescritura *portugueses*. Note-se que o recorte, iniciado por uma circunstância de modo é encerrado também por uma circunstância de modo: *desconhecendo já nossos parente*, em que parente é predicado por *que já estavam aqui* (à semelhança do recorte anterior). Acrescente-se que por meio do primeiro *já*, que atribui caracterização ao verbo *desconhecendo*, pode ser parafraseado por “de início”. Assim, tem-se o registro de que os povos originários foram ignorados pelos colonizadores desde o início.

Observemos o próximo enunciado.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.c] **Descobrimento do Brasil.**

[R.02.a] “Descobrir o Brasil”, pra mim não existe, isso aí é do livro, que inventaram; O livro que inventaram que.. Cabral descobriu o Brasil. E hoje a gente debate isso na escola. Com toda a nossa experiência, com toda a nossa discussão, debate com relação à história do Brasil, a gente já discorda isso na escola, com todos os nossos

*projetos, com nossas produções da.. do livrinho dos Saberes Indígenas*⁵⁸. [CT VI M 70-75]

Nesta cena enunciativa, “*Descobrir o Brasil*”, é predicado por *não existe*; reescriturado por substituição por *isso aí*. Por sua vez, *isso aí é do livro*, em que livro é caracterizado por uma adjetiva: *que inventaram*.

Até aqui tem-se, por meio das articulações estabelecidas na variedade linguística utilizada as seguintes informações: a descoberta (cognato de descobrir) do Brasil não existe / [a descoberta do Brasil] (reescriturada por *isso aí*) é do livro.

Por outra entrada, em (*isso aí é do livro*), *que inventaram*, articula-se ao livro uma caracterização por meio da adjetiva *que inventaram*, correlata do adjetivo invenção. Logo, pela transversalidade, tem-se as seguintes predicções para o descobrimento do Brasil: (o descobrimento do Brasil) não existe; (o descobrimento do Brasil) é (história) do livro inventado.

Em outro detalhe: *E hoje a gente debate isso na escola, isso é* reescrituração por condensação de *o descobrimento do Brasil não existe; o descobrimento do Brasil é (história) do livro inventado*. O que pode ser parafraseado por *E hoje a gente debate na escola que o o descobrimento do Brasil não existe, que o descobrimento do Brasil é (história) do livro inventado*.

Note-se ainda que *o descobrimento do Brasil não existe; o descobrimento do Brasil é (história) do livro inventado* é reescriturado por história do Brasil. Em *a gente já discorda isso, isso reescritura por substituição* história do Brasil.

Nesta cena enunciativa, do lugar social enunciador coletivo, marcado por *a gente*, enuncia que o Terena discorda da história do Brasil, logo discorda do livro inventado que diz que Cabral descobriu o Brasil.

E essa discordância, os debates, têm formas materiais concretizadas em Com todos os nossos projetos, com nossas produções da.. do livrinho dos Saberes Indígenas.

Na cena enunciativa em questão, manteve-se a negativa do “descobrimento”.

O próximo enunciado apresenta uma relação semelhante.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.c] *Descobrimento do Brasil.*

[R.02.b] *A gente já debate essa questão de.. de que o Brasil não foi descoberto. Ele foi invadido pelo.. por portugueses, essa é a nossa linguagem hoje com o professor indígena nas escolas: invasão dos portugueses. Nós já estávamos aqui, professora, e*

⁵⁸ Projeto da UFMS que desenvolve produções de materiais de professores indígenas sob alguns critérios.

com isso não houve descoberta; porque a gente já existia aqui. O livro conta totalmente errado. [CT VI M 70-75]

Em R.02.b, é mantido o posicionamento de negativa do descobrimento, acrescido de que o Brasil, reescriturado por ele, vem predicado por *foi invadido*, ou seja, a gênese histórica deste território, oficialmente conceituada como *descoberta*, é substituída pela versão testemunhada pelo Terena como *invasão*. Essa é a conclusão sustentada por Nós já estávamos aqui.

Nesse sentido, o acontecimento de linguagem R.02 vai ao encontro de R.01. A cena enunciativa em questão apresenta *descobrimento do Brasil* reescriturado por definição como *uma palavra que não deveria nem existir; por não houve, e por não aconteceu*.

Além disso, é enunciada uma oposição ao conceito oficial de descobrimento por meio de uma reescrituração por expansão do que ocorrera: *simplesmente os portugueses chegaram aqui e disseram que descobriram o Brasil*. O que passa a ser modalizado por: *desconhecendo já nossos parente que já estavam aqui*.

Observemos o próximo recorte.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.c] Descobrimento do Brasil.

[R.03] ... *quando fala do descobrimento do Brasil, eu fico rindo; né?; que como esse povo tem cabeça, mas num.. num pensa; né? Como que vai descobrir um país que já tinha gente? Fico indignado com essas coisas! Eu fico pensando como que esse cara era.. seeem vergonha; né?, XX (risos; risos; risos). Falar que descobriu o Brasil, é pra acabar um negócio desse!!! Eu fico indignada!!! Pensa numa situação! Eu queria ter conhecido esse cara para mim dá.. dar um pau nele!! (risos; risos) – desculpa, é brincadeira, mas é de indignação mesmo! [CT VII - M 60 -65]*

Este recorte segue na mesma direção argumentativa dos anteriores. O enunciado *como esse povo tem cabeça, mas num.. num pensa; né?, por exemplo sustenta*, transversalidade, incoerências discutidas em R.01, que atribuem sentidos ao descobrimento ao modo como a história oficial registra.

Por outro movimento de análise, em *esse cara era.. seeem vergonha*, esse cara é predicado por *seeem vergonha*, ao passo que, pela temporalização, o presente do acontecimento de linguagem, *esse cara* é rememoração de Pedro Álvares Cabral – como representante dos *descobridores*.

Por outra entrada, *Falar que descobriu o Brasil* sustenta a orientação argumentativa para a conclusão: (Pedro Álvares Cabral – como representante dos *descobridores*) é sem vergonha.

Pode-se concluir que, para o alocutor, o descobrimento do Brasil é uma piada (motivo de tanto riso), mas uma piada que causa indignação a tal ponto, que seu autor não seria digno de respeito (*dá.. dar um pau nele!*).

Novamente, uma boa justificativa para não haver Brasil e, por consequência, não haver brasileiro.

Passemos ao novo enunciado:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.c] Descobrimento do Brasil.

[R.04] *Então, o descobrimento do Brasil, pra nós é uma história que livro narra; né? É uma história que livro narra; é uma história que o.. os professores nos contaram. na verdade, quando essas pessoas brancas chegaram aqui no Brasil, o índio tava aqui já; né?; então na verdade ninguém descobriu o Brasil, porque já.. Brasil já tinha dono, era os próprios indígenas, que tava aqui já; né?; então.. mas agora o livro didático apresenta, ele relata isso; né?; que foi descoberto... mas pra nós a expressão “Descobrimento do Brasil” não existe, porque nós.. o índio já estava aqui já; né? Ah, eu ia, porque, na verdade, o professor, ele tem que trabalhar, fazer.. fazendo.. olhando por essa expressão, por exemplo, “Descobrimento do Brasil”; né?; eu diria que.. pro meu aluno que; ée.. São narrações pra nós falsa, porque o Brasil não foi descoberto, o Brasil é do índio, o Brasil é.. agora é composta de várias.. várias raças, etnias; mas o Brasil.. eu acredito assim também que, a nível mundial.. a nível internacional outros países, quando fala do Brasil, primeira coisa que vem na mente deles é.. é indígena; de cocar, pintura; e por aí vai. Aí vem a Floresta Amazônica, Pantanal... Então não tem como falar do Brasil sem apresentar no quadro o indígena, pintado, com sua característica. [CT. VIII - H 60 – 65]*

Esta cena enunciativa sustenta o mesmo direcionamento argumentativo trabalhado nos recortes anteriores. A conclusão já vem marcada logo no início do texto, por *Então, o descobrimento do Brasil, pra nós é uma história que livro narra; né? É uma história que livro narra; é uma história que o.. os professores nos contaram.* (grifei). Ou seja, o restante do enunciado vai se colocando como sustentação desse posicionamento discursivo.

Por outro movimento enunciativo, em “*Descobrimento do Brasil* é predicado por *São narrações pra nós falsa*. Os argumentos utilizados para a sustentação disso são muito semelhantes aos utilizados em recortes anteriores.

E segue:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.c] Descobrimento do Brasil.

[R.05] *Éee, quando a gente estava lá.. estudávamos lá no Ensino Fundamental, nas séries iniciais, não sei se a gente era obrigado a concordar com tudo isso, que o Brasil*

foi descoberto em 1500; né?; mas hoje a gente já tem uma ideologia crítica a respeito disso e o Brasil não foi descoberto, porque nós já estávamos aqui, os índios já estavam, então para nós não houve descobrimento em 1500, mas houve ali o início de uma exploração dessa terra hoje chamado Brasil. [CT. IX - H 65 – 70

Nesta cena enunciativa, o alocutor trata da questão *que o Brasil foi descoberto em 1500*. Ele divide a abordagem em dois tempos: um passado e um presente cronológicos: *quando estávamos no Ensino Fundamental*, (parafraseadamente, quando iniciávamos a aquisição de conhecimentos científicos) e *mas hoje a gente já tem uma ideologia crítica a respeito disso*.

Em *não sei se a gente era obrigado a concordar com tudo isso, tudo isso* reescreve por condensação a sequência exposta anteriormente, que vai ser marcada pela articulação de oposição em *mas hoje a gente já tem uma ideologia crítica a respeito disso* – em que disso, novamente reescreve o processo de “Descobrimento” registrado no livro didático e ensinado na escola. Por outra entrada, uma nova articulação vem marcar a negativa do “Descobrimento” em *então para nós não houve descobrimento em 1500*. Além da negativa, há uma articulação que substitui o conceito da escola e da História do Brasil por outro conceito em: *houve ali o início de uma exploração dessa terra hoje chamado Brasil* e em *o Brasil não foi descoberto*; que por sua vez passa a ser articulado por dependência na justificativa *porque nós já estávamos aqui e por os índios já estavam (aqui)*.

Observe-se a coerência em se negar o descobrimento do Brasil argumentando-se em um posicionamento muito semelhante mantido pelos enunciados.

IV. 5. Análise da palavra COLONIZADOR

Observemos o recorte inicial:

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] Colonizador.

[R. 01] *Existe; E tá, essa..essa luta. Ainda quer vim ainda pra nos colonizar; ainda; né?. Porque a nossa luta ela não acabou, não encerrou as lutas dos nossos antepassados, anciões; E hoje continuamos.. nós continuamos com essa luta, porque nós não queremos ser colonizado; né? Nós, enquanto indígena, nós temos muitos valores; né?; que nós temos a nossa cultura, nós temos a nossa identidade; né? Então nós temos que manter; né?; .. a nossa língua, a nossa tradição, a nossa crença; né?*
[CT V - M 25-30]

Nesta cena enunciativa, três palavras cognatas são articuladas na construção da argumentação que encaminha a direção argumentativa para uma conclusão: colonizador, colonizar e colonizados.

Logo no início do enunciado, *colonizador* (que aparece na pergunta da entrevista) é reescriturado pela elipse da pessoa gramatical (ele) em *existe*; o que vai se repetir em relação à locução verbal *quer vim*.

Por outra entrada, a enunciação se articula por dependência, sustentando uma orientação argumentativa contrária à ação do colonizador; *nós continuamos com essa luta, porque nós não queremos ser colonizado* (grifei). No enunciado anteriormente citado, o objeto da colonização é representado pela palavra nós, em seguida reescriturado por repetição em *Nós, enquanto indígena*, em que *indígena*, por sua vez, reescritura nós, e vice-versa. A construção argumentativa passa, então, a enumerar por substituição, expandindo por enumeração os valores que predicam o indígena (nossa cultura, nossa identidade, o que se estende pelo modo de fala utilizado para: nossa língua, nossa tradição, nossa crença), para enfim chegar à conclusão: *Então nós temos que manter; né?; a nossa língua, a nossa tradição, a nossa crença*. Nesse sentido, *manter* marca uma posição antonímica em relação a ser colonizado. O que permite a paráfrase: o colonizador é o que vem tirar os valores do indígena: cultura, identidade, língua, tradição e crença.

Observe-se ainda que em nós, enquanto indígena, enuncia-se do lugar de um enunciador coletivo.

Observando o próximo enunciado:

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] *Colonizador.*

[R. 01.a] *Colonizadores? Ée.. são esses que querem ferir os direito; né? Os direitos; ée; nosso enquanto indígenas [CT V - M 25-30].*

Nesta cena enunciativa, palavra *colonizador* é predicada por *são esses que querem ferir os direito*, em que *direito* é caracterizado por *nosso, enquanto indígenas*.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] *Colonizador.*

[R. 02] *Éee.. colonizador pra mim são pessoas que não.. não respeitam a diferença; né; professora? E principalmente a nossa diferença enquanto indígena; né?; ée..É.. ter uma ideologia forte naquilo que ele pensa; não reconhecendo o índio, o povo indígena, com seus direitos, com sua cultura, sua língua, esse pra mim é o povo colonizador professora, os político principalmente como eu estou falando, né? E os nossos deputado, nossos representantes lá da.. lá da câmara, lá do.. do.. lá do.. lá em Brasília, são totalmente colonizador. As pessoas que são do agronegócio, são pessoas colonizadoras. Não quer.. não quer nem entender de respeitar a diferença do.. do indígena. [CT VI - M 25-30]*

Nesta cena enunciativa se mantém a direção argumentativa observada nos recortes anteriores. *Colonizador* é predicado por: *são pessoas que não.. não respeitam a diferença* (em que diferença é caracterizada por *E principalmente a nossa diferença enquanto indígena*); por *É.. ter uma ideologia forte naquilo que ele pensa; não reconhecendo o índio, o povo indígena com seus direitos, com sua cultura, sua língua*; por *os político principalmente como eu estou falando e os nossos deputado, nossos representantes lá da.. lá da câmara, lá do.. do.. lá do.. lá em Brasília*; por *As pessoas que são do agronegócio* e por *Não quer.. não quer nem entender de respeitar a diferença do.. do indígena*. Todas essas predicções se articulam, de certo modo, reescrevendo a palavra colonizador, atribuindo-lhe uma ampla designação, que pode ser sintetizada pela paráfrase feita sobre o recorte anterior, acrescentando-se a palavra direito: “o colonizador é o que vem tirar os valores do indígena: cultura, identidade, língua, tradição, crença e os direitos.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] *Colonizador.*

[R.02.a] *Da época da da da vinda dos portugueses ao Brasil; mas, pensando no contexto atual, os colonizadores são essas pessoas; né? Pessoas que continuam; ée; tentando impor sua ideologia sobre nós; né? Tanto na.. na cultura, na escola; né? A escola por exemplo; ée; vamos dizer que a política educacional hoje continua os colonizadores, continua no meio da educação; né? Impondo seus.. seus livros, impondo suas metodologias, impondo seu regimento. Ah, os livros tem que seguir do jeito que eles querem e não do nosso jeito... Então, entendo que os colonizadores ainda são presentes; ée; pelas secretarias municipais, estaduais, estadual; né? Continua professora, os político, como eu já disse, são colonizadores. Colonizadores pra mim são aquelas pessoas que não procuram entender a nossa diferença enquanto povo indígena.*

Por exemplo, tem o tal de; ée; BNCC hoje; né?; que Ministério da Educação disse; né? Chegou e disse “Oh, tem que seguir; né?; a.. o calendário, tem que metodologia a partir do BNCC. Tem que fazer planejamento a partir do BNCC. ninguém fala, ninguém chega e fala pra nós “Oh, tem que seguir BNCC a partir da sua cultura. Ninguém. BNCC nem cita nenhuma vez, nem.. nenhum dos itens, pelo que eu entendo, que.. que fala de diferença da educação escolar indígena. Então coitado de nós, professores, nós vamos ter que.. nós estamos seguindo o BNCC conforme o que está escrito lá, e não conforme a nossa cultura. Ée; é o modelo colorizador. São colonizadores, professora. . [CT VI - M 25-30]

O R.02.a se inicia caracterizando colonizador por *da época da da da vinda dos portugueses ao Brasil*. Em seguida, por meio de uma articulação coordenada, abre uma divisão cronológica em *mas, pensando no contexto atual*. Passa-se então a se articular a construção de um direcionamento argumentativo para mostrar a presença do colonizador nos dias atuais, à semelhança dos recortes anteriores. Entretanto, expandem-se as enumerações sobre as ações do

colonizador para a área educacional, por meio do que é reportado ao funcionamento da Base Nacional – BNCC.

Toda a sequência argumentativa desse recorte, a partir do ponto que se enuncia BNCC, sustenta a conclusão: *(BNCC) é o modelo colonizador*. Já o recorte, em sua totalidade, retoma todos os sujeitos de enumerações utilizadas, argumentativamente, no seu desenvolvimento por meio da elipse de *eles* em *(eles) são colonizadores*. Por fim, o recorte é encerrado marcando uma articulação por incidência, por meio do uso do vocativo *professora*.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] *Colonizador.*

[R.03] - *quando os portugueses chegaram como colonizadores de um território. Eu acho que começa por ali. E tudo tinha de ser de acordo com aquela.. com aquele povo que chegaram, dando uma vida nova, dando.. tudo novo. E se for olhar pela história também; crença.. não tinha rei, nem rei, nem lei. Essa é uma boa expressão que eu sempre uso, ou seja, o índio era sem alma, sem isso, sem aquilo. Então essa palavra colonização ela veio nesse negócio aí: tudo que eles achavam, que era bom para aquele povo que tava lá eles iam introduzindo neles, ou seja, tirar a identidade, tirar isso, tirar aquilo, a língua, o modo de vida, tirar a caça, a pesca... Porque, a partir do momento que o índio daquele tempo caçava e pescava...(eram livres, mas) acabou pra eles, porque tinha que comer daquilo lá (alimentos dos brancos), porque eram escravizados também. Então tudo tinha... tirou do seu habitat natural - vamos dizer assim. Eu acho que colonizar chega a isso: coloca dentro do quadrado e faz aquilo que o outro quer. [CT. I – H - 50 – 55]*

Em R.03, colonizador é reescriturado por portugueses. Nesta cena enunciativa é mantida a direção argumentativa sustentada nos recortes anteriores. O que articula para a conclusão da ação do colonizador, nesse sentido uma reescrituração cognata em, *ou seja, tirar a identidade, tirar isso, tirar aquilo, a língua, o modo de vida, tirar a caça, a pesca*. O que equivale a *[colonizar é] tirar a identidade, tirar isso, tirar aquilo, a língua, o modo de vida, tirar a caça, a pesca*. Por fim, enuncia-se um fechamento para a reflexão estabelecida: *Eu acho que colonizar chega a isso: coloca dentro do quadrado e faz aquilo que o outro quer*. Em que *outro* rediz *colonizador* e a elipse em *(ele)* faz reescritura *colonizado*.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] *Colonizador.*

[R.03.a] *Ah, colonizador a todo tempo tem; né?; desde o início do século, se você não tomar cuidado; ée; ele está nos nosso.. ao redor, porque Mato Grosso do Sul, por exemplo, é um dos estado brasileiro que é mais difícil dos indígenas viver, porque a todo lugar que vai; ée; querendo ou não; ée.. é discriminado. Até porque o estado aqui ele é oo.. o estado que produz soja e gado de corte. Então teve anos aqui, em 2002, por exemplo, você falar que era índio aí nos município, era caso de assassinato. Nós temos aqui a região, aa.. a Grande Dourados aí, tem muita coisa que aconteceu*

com isso, muita morte, muito isso; por que? Porque você é um atrapalho, segundo eles, ao o crescimento do Estado. [CT. I – H - 50 – 55]

Nesta cena enunciativa mantém-se a direção argumentativa da presença do colonizador na atualidade. Articula-se ainda para um certo perigo em *se você não tomar cuidado; ée; ele está nos nosso.. ao redor*, em que ele reescritura *colonizador*. É estabelecida uma sequência argumentativa sobre a necessidade de se tomar cuidado expandindo-se para a discriminação, para a agropecuária, e para assassinatos.

Cabe aqui abrir um parêntese para a temporalização deste acontecimento de linguagem. Este recorte rememora os conflitos por terra em Mato Grosso do Sul. Casos que culminaram com mortes de indígenas.

Nesta cena enunciativa, as articulações sustentaram o direcionamento argumentativo que sustenta a conclusão de que: *você é um atrapalho, segundo eles, ao o crescimento do Estado*, em que você é reescrituração de *indígena*, nesta modalidade de fala.

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] Colonizador.

[R.04] *É.. colonizador seriam as pessoas que sempre.. sempre detinham o poder,. seja através de. de forças políticas ou através de recursos financeiros. Tinham um poder aquisitivo maior. Eu acho que existe [colonizador hoje]; né?; [CT. IX - H 65 – 70]*

Neste recorte, *colonizador* é predicado por *seriam as pessoas que sempre.. sempre detinham o poder,. seja através de. de forças políticas ou através de recursos financeiros*; por *Tinham um poder aquisitivo maior* e por *existe*.

Observemos o próximo enunciado:

[P. 01]: *Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.*

[P. 01.d] Colonizador.

[R.05] *Assim, eu entendo que.. que o colonizador; né?; elee.. ele sempre massacrou. Então nós.. chegou um ponto de que nós, assim, despertamos para isso; né? “Por que? Né? Por que que o índio sempre tem que ficar aqui sendo escravizado? Sempre servindo? Né? Então por que que ele sempre está ali?” Por exemplo: “Eu sou o empregado e ele é patrão. Por quê? Por que que as coisas não podem se inverter?” Né? Então chegou um ponto hoje que nós pensamos assim: “Não! Eu posso ser também o que ele é. Mas eu também não vou deixar quem eu sou. Então esse superior, assim; é; no nosso pensamento não existe; né? Nós somos todos iguais. E até a própria lei diz; né? Nós somos iguais nós somos diferentes iguais perante a lei, - mas isso na prática... o que tá acontecendo; né? - então foi um.. um novo olhar, um olhar nosso, assim, que vem pra nos manter vivos; né?; na questão de resistência mesmo. O Brasil aí, os governantes, os colonizadores; né?; eles tinham a intenção de acabar com o povo indígena, mas nós decidimos que não; né?; nós estamos aqui. [CT. X- M 35-40]*

Nesta cena enunciativa, toda a articulação funciona para sustentar a posição de resistência do povo Terena ante os confrontos vivenciados com o colonizador.

Este, por sua vez, é predicado por sempre massacrrou; reescriturado por *patrão* e por *superior*.

O acontecimento de linguagem: *Então chegou um ponto hoje que nós pensamos assim: “Não! Eu posso ser também o que ele é. Mas eu também não vou deixar quem eu sou”*⁵⁹ rememora uma frase clássica entre os Terena, enunciada por um respeitadíssimo líder Marco Terena. - Importante ressaltar que essa frase é tomada por eles como um marco nos movimentos de resistência. A história de usos desse enunciado está sempre relacionada à capacidade desse povo em desempenhar papéis advindos da sociedade moderna, sem abrir mão de suas origens e configurações tradicionais.

IV. 6. Análise das palavras TERRA e TERRITÓRIO

O povo Terena faz uma peculiar distinção entre Terra e Território. As relações de sentido a partir destas palavras são relevantes, sobretudo, para melhor entendimento sobre a temática pesquisada, nas relações com as outras palavras analisadas. Devido à disposição do aparecimento destes dois termos nas respostas, optamos por não os separar em dois tópicos. Dito isso, passemos às análises.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.e] Terra e território.

[R.01] *A terra é tudo; né?; é vida! Sem a terra a gente não consegue viver. Sem a terra não há educação, não há saúde, não há vida.. a vida. A terra ela é.. ela é tudo*

59 Marca de estratégias de líderes Terena em busca de promover o fortalecimento dos povos originários para, assim, fortalecer a resistência. Esta frase de Marcos Terena tornou-se uma máxima entre os demais Terena. Sobre esse referido líder, em Brasília conheceu 15 jovens indígenas, formando a equipe de futebol UNIND - União das Nações Indígenas, incomodando o governo militar, principal mentor, o General Golberty do Couto e Silva, exigiu a expulsão imediata do grupo para suas aldeias por “dois motivos oficiados: Brasília seria uma terra atípica para o índio e, se o grupo de jovem continuassem vivendo na capital se tornariam cobras venenosas para picar o indigenismo oficial” <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcos_Terena>. O time de futebol tornou-se o primeiro movimento indígena político do País. Marcos Terena foi Piloto de Selva, escritor e comunicador indígena, com textos em revistas ou jornais nacionais e internacionais. Publicou dois livros: “Índio Aviador” e “Cidadãos da Selva”. Criou o roteiro do curta-metragem Cidadão Jatobá. Teve vários textos usados em Vestibulares de Universidades Públicas Privadas.

A partir do grupo UNIND, reuniu chefes indígenas e lideranças espirituais para lutarem pelos direitos constitucionais, o que resultou em um Capítulo na Constituição brasileira de 1988.

Em 1992, a convite da ONU, organizou o tema indígena para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro.

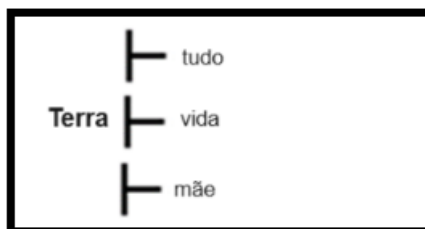
pra nós . É como se fosse pra nós uma mãe. Com certeza [é diferente de território⁶⁰]!. Território é o nosso lugar, é onde estamos. [CT V – M - 25-30]

A palavra *Terra* está reescriturada por substituição, atribuindo-se sentido de definição em *(A terra) é tudo*, em *(A terra) é vida* e em *É como se fosse pra nós uma mãe*. A predicação é tudo, é reescriturada por repetição.

Por outra entrada, os enunciados sustentam a importância da terra por meio de articulações por dependência - de causa e efeito - que funcionam como argumentos para a necessidade nutrida em relação à terra. O que poderia ser parafraseado da seguinte maneira: *Sem a terra não: (se não temos terra) não há educação, (se não temos terra), não há saúde, (se não temos terra) não há vida.*

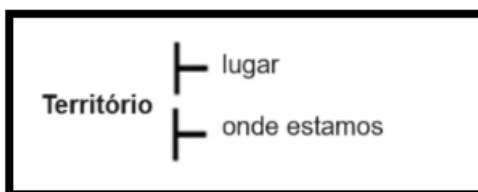
Em outro movimento de análise, aparece a oposição entre *terra* e *território*: *Com certeza [é diferente de território]*, sendo este predicado por *é o nosso lugar* e por *é onde estamos*, em que lugar é reescriturado por substituição pelo advérbio onde.

Pelo viés do domínio semântico de determinação, pode-se representar, em primeiro momento, o DSD de Terra.



Ao que se leia: a palavra *terra* é determinada pelas palavras: *tudo; vida e mãe*.

Em segundo momento, a representação de território se faz da seguinte maneira:



Em que se leia: a palavra *território* é determinado por *lugar* e por *onde estamos*.

O próximo enunciado expande a relação do Terena com a *Terra*.

Observemos o próximo recorte, a fim de prosseguir com as análises.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

⁶⁰ Apesar da tentativa de manter a uniformidade do questionário, sobre esse item foi necessário acrescentar a pergunta: “Terra e território são diferentes?”, devido às colocações feitas no decorrer das respostas.

[P. 01.e] Terra e território.

[R.02] *Terra.. terra é uma.. ée.. é, pra os indígenas, ela é muito importante, muito importante. Eu ouvia a minha avó dizer ; né? Ela sentava no chão, eu saía com ela a campo atrás de raízes, folhas, pra fazer remédio; sabe? Eu ainda era criança, eu devia ter uns 7, 8 anos, eu me lembro que ela mandava eu cavar até encontrar o final da raiz pra poder arrancar e ela pegava; né? Ela sentava ali perto no chão e ela dizia: “você tá cheirando a terra? Você está sentindo o cheiro da terra? Ela é a nossa vida! Ela que nos dá vida.” - ela dizia; né? Eu custei pra entender isso, mas eu vejo; né?; depois que eu comecei a entender, eu vi que a terra.. é dali que nós tiramos tudo; né?; a água principalmente; né?; as plantações; né? Quando a gente ée .. minha mãe colhia ou plantava; né?; eu me lembro que eu tinha uns 16 anos, quando eu morei em Campo Grande, eu estudava, quando eu ia pra chácara lá em Imbirussu, aqui na.. em Taunay, eu ia pra chácara, a minha mãe tinha uma plantação de abóbora, moranga, ela tinha uma plantação de quiabo, machiche; ée.. meu pai plantava muito cana, muita mandioca, feijão miúdo; né? E a minha mãe dizia assim: “vamos lá na roça?” “Vamo.” Eu ia com ela. “Ela falava vai descalço.” Que que era aquilo? Era para sentir a terra de onde vem tudo que a gente precisa. [CT VII M 60-65]*

Nesta cena enunciativa, que também argumenta para relações de sentido semelhantes às do recorte anterior, a palavra *Terra* é reescriturada por repetição e em seguida é predicada por: *é muito importante, muito importante; Ela é a nossa vida! Ela que nos dá vida.”; a terra.. é dali que nós tiramos tudo; a água principalmente; as plantações.*

Em R. 02.a, a abordagem passa a ser sobre território:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.d] Terra e território.

[R.05] *Na concepção Terena, território é um todo; como eu já falei. É um todo, não tem um espaço delimitado, não tem; ée; não tem cerca [CT VII - M 60 -65]*

Território, nesse recorte, é predicado *por um todo, não tem espaço delimitado, não tem cerca.*

Já no próximo recorte é apresentado um dado novo.

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**

[P. 01.e] Terra e território.

[R.03] *A terra, eu tenho a terra, eu tenho um pedaço dele, nós temos a nossa terra. Só que as nossas terra, dentro do do do da lei 6001, isso aqui é meu; Tá fechado ali e ali, é meu. Só que eu não tenho – ela é meu pra mim viver o tempo que eu quiser, desde que não cometa fato grave, criar meus filho, meus filho viver, plantar, colher... só que elas, ela não.. no papel, ela é do governo federal, no papel ela é do governo federal. Então, quando se fala terra, ela é muito importante; porque daqui eu tiro o sustento. Hoje a minha companheira tá na cidade vendendo: feijão miúdo, abobrinha, mandioca... vai vender, vai trazer o que não tem aqui, vai buscar lá. Então a terra, a gente fala é a nossa vida, é a nossa vida, tanto no espaço para a nossa sobrevivência, também no espaço da vida no futuro dos meus filhos. Então a terra é muito importante pra nós. A terra é prioridade, porque sem a terra, nós vamo, nós corremos risco de não subsistir ao sistema que tá aí. Então a terra é importante pra nós. [CT XIII - H - 55-60]*

Nesse recorte, a palavra *terra* é reescriturada por substituição pela palavra *ela*. Por sua vez, por repetição, por outro movimento de análise, a mesma palavra, *terra*, é reescriturada por expansão, sendo desenvolvida por meio de: *só que elas, ela não.. no papel, ela é do governo federal, no papel ela é do governo federal*.

Novamente, reescriturada por substituição por *ela*, é predicada por *é muito importante*, o que será redito pela repetição.

A conclusão que relaciona a palavra *terra* à *vida* é mantida. Em torno disso há construções que funcionam como sustentação desse ponto de vista em articulações por dependência, por exemplo em: *ela é muito importante; porque daqui eu tiro o sustento*. Por sua vez, nessa estratégia de sustentação argumentativa, a palavra *sustento* (argumento utilizado para garantir que terra é vida) é reescriturada por expansão por meio de *Hoje a minha companheira tá na cidade vendendo: feijão miúdo, abobrinha, mandioca... vai vender, vai trazer o que não tem aqui, vai buscar lá*. Por meio disso desenvolvem-se dois processos de sustento utilizados pelo povo Terena, provenientes da terra: plantação de alimentos produzidos para consumo próprio; plantação de alimentos excedentes para venda e geração de recursos para outras aquisições necessárias.

A argumentação tratada anteriormente, é direcionamento estabelecido para as conclusões: *Então a terra, a gente fala é a nossa vida, é a nossa vida, tanto no espaço para a nossa sobrevivência, também no espaço da vida no futuro dos meus filhos. Então a terra é muito importante pra nós. A terra é prioridade*

No enunciado seguinte, argumenta-se para uma conclusão do tema, marcada pela utilização de *então*, concluindo assim, tudo o que fora dito anteriormente sobre a palavra *terra*:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”.

Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P. 01.e.] Terra e território.

[R.04] Então terra pra nós é tudo! Terra é vida! [CT X - M 35-40]

Desse modo, pode-se sintetizar então que a relação do Terena com a terra é de sobrevivência, de subsistência, ou seja, a terra é o espaço gerador das condições de vida e de identidade, o que vai se confirmando nos recortes a seguir, em que grifaremos as respectivas reescriturações que já apareceram anteriormente, tomando-as como repetições do ponto de vista no qual repetições são argumentos. Observemos, pois, a sequência:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”.

Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.

[P. 01.d.] Terra e território.

[R.04.a] Então terra pra nós é tudo! Terra é vida! Território? Os nossos territórios hoje; eles foram tão confinados; que.. assim, território ée.. é uma questão mesmo de.. da gente manter as nossas tradições; Manter aquilo que nós realmente somos. É você ter o seu território; né?; ter a sua terra; né?; é.. é você.. você ser o que você é. Território então é.. ée.. é uma maneira de você manter.. se manter a sua essência, manter a essência dos nossos antepassados. [CT X - M 35-40]

Por meio de R. 04.a, considerando a transversalidade entre enunciados, pode-se dizer que ocorre uma repetição de predicados de *terra*: *é tudo*; *é vida* – utilizados anteriormente. Lembrando que repetir é argumentar, R. 04.a, reescritura por repetição R. 01 e R. 04.

Por sua vez, território é reescriturado por substituição por *eles*, passando a ser predicado por *foram tão confinados*. Em seguida é reescriturado por repetição, recebendo novas predicções: *é uma questão mesmo de.. da gente manter as nossas tradições; (de) Manter aquilo que nós realmente somos; por É você ter o seu território; por ter a sua terra; por é você ser o que você é*. E toda essa predicação, conjuntamente, é desenvolvida para sustentar uma conclusão iniciada por *então* – após nova reescrituração por repetição de *território* em *território então é.. ée.. é uma maneira de você manter.. se manter a sua essência, manter a essência dos nossos antepassados*.

Diante do exposto nesta seção, o próximo enunciado, cumpre o papel de sintetizar o que fora analisado até aqui tanto sobre Terra, quanto sobre território. Observem-se os DSDs a partir deste:

[P. 01]: Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo.**
[P. 01.d.] Terra e território.
[R.05] (Terra) é a mãe, sobrevivência. É tudo.
 (Território) É o lugar onde a gente vive com a nossa família, com a nossas crenças, costumes, um modo de viver. **[CT XI - H – 35-40]**

Nesse recorte, a palavra Terra é definida por *é a mãe*, por *é sobrevivência*; e por *É tudo*. Por sua vez, Território é definido por modo de viver, o que leva aos seguintes DSDs:



Em que se leia: Terra é determinada por *mãe*, *sobrevivência* e por *tudo*. Enquanto território é determinado por modo de viver.

Em outro processo analítico, em relação a explanações anteriores sobre território, aqui, vem a ser reescriturado por condensação como lugar (espaço) *lugar onde a gente vive com a nossa família, com a nossas crenças, costumes*, o que, por sua vez, é ainda condensado como *um modo de viver*.

Desse modo, pode-se sintetizar então que a relação do Terena com a terra é de sobrevivência, de subsistência, ou seja, a terra é o espaço gerador das condições de vida e de identidade.

A linha que separa a diferenciação dos conceitos de Terra e Território é muito tênue para o entendimento do não indígena. Por vezes, parece haver uma certa tomada de terra por território e vice-versa, o que parece produzir uma relação de sentidos divergentes dos conceitos organizados no primeiro recorte, que mostrava uma diferenciação conceitual entre os dois termos no sentido de soma de valores e conceitos e não de restrição. Um exemplo disso está em R. 05: *lugar onde a gente vive com a nossa família, com a nossas crenças, costumes, um modo de viver*. Talvez a utilização da palavra *lugar* gere essa percepção equivocada de semelhança ou sinonímia entre Terra e Território. O uso da palavra ambiente, por exemplo, eliminaria o entendimento de sinônimo. Minha convivência com o povo Terena me permite entender se tratar de uma limitação de vocabulário. Observe-se haver uma espécie de gradação entre as partes que compõem a construção do enunciado, gradação que parte do *lugar*, inicialmente podendo ser tomado por “espaço físico”, pela reescrituração feita por uso de onde (advérbio de lugar), mas que, na sequência da construção vai se aproximando mais de noções de vivência, de ambiente.

Observemos a possível paráfrase incluindo-se a substituição de *lugar* por *ambiente*: “*ambiente de vivências com a nossa família, com as nossas crenças, com os nossos costumes, ou seja, um modo de viver*.” Esse entendimento sustenta o posicionamento deles na diferenciação dos sentidos relacionados aos dois termos, tomados como diferentes na cosmovisão Terena.

Essa conclusão é reforçada por outra, que ocorre em R.04.a, cuja primeira parte do enunciado traz elementos para a designação de Terra, e a segunda parte, bem mais trabalhada, argumenta para a conclusão de que *território então é.. ée.. é uma maneira de você manter.. se manter a sua essência, manter a essência dos nossos antepassados*. Logo, território está diretamente relacionado a ambiente de vivências que envolvem o universo indígena em sua organização identitária, pessoal, social, cultural, tradicional e ancestral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada a partir da análise de um *corpus* constituído por meio de entrevistas a indígenas Terena de aldeias situadas no Mato Grosso do Sul. Tendo por hipótese que o(s) sentido(s) de ser brasileiro para o indígena Terena estivesse relacionado aos sentidos das palavras brasileiro, “índio”; “descobrimento”; colonizador; terra e território, foi preciso formular um *corpus* que permitisse as análises necessárias.

Para isso, foram coletados dados por amostragem, buscando abordagens que me assegurassem consistência quanto às informações resultantes, tanto em qualidade na elaboração das respostas no que diz respeito ao nível de informatividade, quanto à quantidade de aspectos abordados relacionados ao tema e aos objetivos propostos.

A questão desta pesquisa envolveu um fato histórico antigo, a chamada “Descoberta do Brasil”. O posicionamento social do indígena Terena hoje, em grande medida, é proveniente de questões que se estabeleceram a partir desse fato histórico. Nesse sentido, havia uma preocupação dupla: se por um lado não poderia sugerir sentimentos “cívicos” relacionados a essa ocorrência, por outro, precisava observar se havia/há efeitos desses fatos nas relações de sentido entre palavras relacionadas à vivência do Terena enquanto cidadão brasileiro. O que de certo modo está relacionado ao que o Terena se constitui hoje, em sua relação com o Brasil.

Importante ressaltar que houve uma dificuldade extra, ou melhor dizendo: duas. A primeira diz respeito à pandemia de COVID-19. Uma fatalidade por conta da qual se fez necessário o fechamento das entradas nas aldeias. Logo a impossibilidade de qualquer trâmite para aquisição de autorizações necessárias para a coleta de dados. A segunda grande dificuldade está relacionada às respectivas autorizações. Da parte da Funai, com a agravante de troca de governo, o que refletiu em trocas de funcionários responsáveis pelos processos. Enfim, não fossem contatos insistentes com alguns servidores, eu não teria conseguido realizar as entrevistas e cumprir os prazos. Digo isso porque, diante dessas questões, uma grande parte do material não pôde ser tratado, por falta de tempo hábil, o projeto inicial da tese teve de ser reduzido e isso foi um prejuízo grande diante que estava proposto a ser feito.

O lado positivo dessa morosidade foi, que durante o tempo de espera, os laços do convívio com as comunidades foram se estreitando, eu pude compreender melhor o funcionamento da variedade de língua portuguesa utilizada pelas pessoas, as resistências naturais das relações entre indígenas e não indígenas foram sendo diminuídas e eu pude aprender bem mais sobre o funcionamento desse povo de cultura ímpar.

Sobre os objetivos propostos, é muito interessante lidar com as “surpresas” que se colocam no decorrer de um trabalho deste porte. Logo de início, ficou evidente que as relações entre os Terena e a nação brasileira são bem mais tensas e conflituosas do que eu vinha supondo. A questão da comunicação, do entendimento entre o que se diz e o que é compreendido é muito complexa. Apesar de todos os entrevistados falarem língua portuguesa, em variedade específica, principalmente os mais velhos, têm bastante dificuldade de compreenderem certas expressões que para a sociedade externa são bem comuns. Algumas vezes, os mais jovens precisaram auxiliar com explicações no idioma (LT) ou na variedade de língua portuguesa mais comum a eles.

Nesse sentido, entendo que a língua tenha sido um obstáculo contornável. Além disso, a proximidade criada pela convivência gerou certa confiança e apreço, o que também colaborou no sentido da dedicação com que respondiam as perguntas, procurando se certificar de haverem entendido bem o que eu queria saber. Outro ponto positivo relacionado a isso foi que, nesse tempo de convivência, desenvolveu-se uma certa proximidade, gerando liberdade na hora de elaborar as respostas, ou seja, sentiam-se à vontade para falar do que quisessem e do modo como quisessem.

Ouvi muito a respeito de tantas questões que envolvem as relações entre indígenas e não indígenas neste território, acontecimentos que os livros de História, em geral, não mencionam. Houve várias ocasiões em que era desumano conter a emoção. Houve um desgaste muito maior no sentido emocional que no físico diante de questões relatadas. O aprendizado foi muito grande. Há uma riqueza de sabedoria muito grande dentre esse povo, tanto em conhecimentos, quanto em interrelações humanas.

Quando enfim pude iniciar as entrevistas, duas coisas foram se destacando: primeiro, fortes litígios no trato com as palavras pesquisadas e com outras que se colocaram em questão por uma espécie de rede de sentidos – na verdade, como já disse, algumas delas não aparecem aqui, devido ao fator tempo. Colonizados; educação; saúde; direito estão dentre elas. Procurei, com o que pude apresentar e usar, mesmo em face dessa ausência necessária, manter a coerência com as temáticas abordadas. Nesse sentido, o que se perde são riquezas de abordagens e detalhes que se complementam. Em segundo lugar como o Terena se habituou a reportar o discurso do não indígena para se fazer entender. É preciso ficar atento para perceber quando ele fala o que diz e quando ele se reporta à fala do outro.

Feitas essas considerações de âmbito mais geral, sobre os resultados das análises, vou procurar estabelecer considerações na ordem em que as palavras foram analisadas. Para a realização das análises das relações entre as palavras nos enunciados e entre enunciados na

transversalidade das relações observadas, foram utilizadas as duas categorias de descrição: a articulação e a reescrituração, haja vista pertencerem a elas os recursos pelos quais pode ser descrito o modo de funcionamento de um dado enunciado. Observou-se ainda recorrente presença de argumentação, ou seja, em diversos recortes o que se dava era que as articulações estabelecidas funcionavam como sustentação para uma dada conclusão a se chegar.

As análises mostraram que o nome *brasileiro* é objeto de um grande litígio. De modo mais geral, isso se deveu à origem do nome próprio Brasil. Fato que trouxe a presença dos europeus em diversas análises, seja pela presença da língua portuguesa européia no processo de nomeação de Brasil, seja como constituinte de um elemento da cena enunciativa. O nome Brasil foi apresentado como tendo sido constituído pelos europeus que vieram para este território a partir do século XVI, principalmente os portugueses. Diretamente ligado à designação de *descobrimento*, o nome Brasil está relacionado a uma negação, da qual procede a negação do termo *brasileiro*. Essa negativa se manteve nos diversos recortes sobre ambas as palavras, *brasileiro* e *descobrimento*. O conflito mostrou-se um argumento para defesa da etnia Terena enquanto marca identitária. Os enunciados mostraram fazer parte da designação de Brasil – logo, de brasileiro - o processo de “*descobrimento*” e de *colonização*.

Nesse sentido argumentar contra o “*descobrimento*”, foi um modo de resistir à colonização – e aos *colonizadores* – e de manter a identidade étnica Terena. Nos acontecimentos em que funcionavam, as palavras analisadas mantinham uma certa relação com o chamado “*Descobrimento do Brasil*”, diversas vezes trazido como rememoração, por meio do processo de temporalização. O que pode ser observado, por exemplo, pelas análises de *brasileiro* (em R. 01; R.01.a e R2); de “*índio*” (R. 08) e de *colonizador* (R. 02.a).

Isso confirma não se tratar de ter o “*descobrimento*” como um referente no mundo, mas se trata de uma relação complexa na qual, ao ser trazido à cena enunciativa pelo processo da temporalização (temporalizado como memorável), de algum modo, a designação desta palavra traz, em seu processo analítico de composição, um conjunto de atribuições que acabam funcionando como razões para a negativa de *ser brasileiro*. Dito de outro modo, as atribuições de “*descobrimento*”, trazem em si sustentação para o Terena negar o referido adjetivo pátrio. Uma paráfrase possível seria: *ao aceitar ser brasileiro, eu (Terena) estaria aceitando que meus antepassados não estavam aqui quando os portugueses chegaram; estaria concordando com cada situação de tentativa de extermínio da minha língua, da minha cultura; do meu modo de vida e da minha própria existência.*

Essa relação argumentativa foi observada em relação à negação do termo *brasileiro* não enquanto um significado referido, mas enquanto uma relação de historicidade. Esse

posicionamento se manteve também por meio da redundância, ou seja, foi repetido insistentemente. Nesse sentido, pode-se dizer que as palavras Brasil e brasileiro, ao serem tomadas como acontecimento de linguagem, recortavam como memoráveis “*descobrimento*” e *colonizador*.

A partir do litígio estabelecido, outra questão um tanto quanto litigiosa se colocou: para corresponder às necessidades impostas pela vida em sociedade, há situações nas quais os Terena se identificam como brasileiro, situações que poderiam ser tomadas como relações jurídicas, aquelas que se relacionam ao exercício dos direitos conquistados ou ao processo de conquista, entretanto, nos casos de se identificarem etnicamente, adotam o adjetivo étnico *Terena* e, em segundo momento, *indígena*. Por meio das enunciações, pôde ser observado o confronto próprio do político. Há que se levar em conta, ainda, algo próprio do dizer por meio de uma dada língua. Há que se considerar a realidade de que o Brasil é uma nação que foi sobreposta às diversas nações indígenas, que habitavam este espaço geográfico. E um adjetivo pátrio, em seu funcionamento pela língua, põe em questão a relação com a nação. Nesse sentido *ser brasileiro* argumenta para a existência do Brasil, (tomando-se aí todo o processo envolvido a partir do “*descobrimento*”); não ser brasileiro, mas ser Terena argumenta tanto para a oposição a esse feito – que, enquanto acontecimento de linguagem, traz consigo rememorações de muitas palavras ligadas a ações prejudiciais aos povos originários -, quanto argumenta para o apagamento da etnia, ou das nações originárias, o que inclui a Terena.

Isso pode se sustentar, por exemplo, pelas análises dos recortes (em Análise de brasileiro): R. 04: *às vezes não me sinto, às vezes me sinto.. brrasileiro⁶¹ assim; mas assim, quando a gente se olha láaa por dentro; somos indígenas, somos Terena; entendeu?; então identificar como brasileiro; quem posso identificar brasileiro.. são os não indígena (grifei); R.02: mas eu não vejo isso a minha definição. Eu sou terena* (paráfrase possível: *Eu não me defino assim.*); R. 01.a: *e aí a gente vê: Ah - o povo que se formou aqui.. ah, não tinham um nome - vamo falar Brasil. Esse local vai chamar Brasil.* A releitura desses enunciados, autorizados pela transversalidade própria da Semântica do Acontecimento, dispostos aqui de modo aproximado por uma questão didática, sustenta que *ser brasileiro*, para o Terena, põe em cena três questões peculiares: a primeira vou chamar de essência. Está ligada à relação com a ancestralidade, com a etnia, com as nações anteriores à chegada dos portugueses, com o

⁶¹ Considero importante observar no tom da fala do Terena, o esforço para responder sobre esse tópico, ele buscava as palavras como que no fundo de algo que não queria mexer. A forma como pronunciou a palavra “brasileiro” marcou um misto de distanciamento com estranheza e asco.

sentimento Terena, o que R. 04 situa ou descreve como *quando a gente se olha láaa por dentro* e R. 02 em *eu não vejo isso a minha definição*.

A segunda, vou chamar de geográfica, por sua relação com as fronteiras da porção de terra denominada Brasil. Essa questão leva o Terena a se posicionar como brasileiro devido ao pertencimento ao espaço geográfico, o que está relacionado aos direitos inerentes a esse pertencimento – como em R. 05. Essa conclusão se sustenta pela recorrente repetição de (mas) *Eu sou terena*, mesmo em situações de admissão do adjetivo pátrio – a essência, o sentimento não permite aceitar o termo brasileiro, dissociado do ser Terena.

Por sua vez, a terceira está relacionada à utilização do adjetivo pátrio relativo ao nome Brasil, juntamente com todo o processo, que se inicia com a chegada dos portugueses. Nesse sentido o brasileiro é o povo descendente desses que vieram de fora – como exemplificado em R. 01.a.

Nesse sentido, os embates foram caracterizados pelo modo como uma nomeação era preterida por uma outra forma de nomeação. Interessante ainda observar que, nesse caso, a língua em si não era o elemento da disputa, se considerarmos a diferença entre brasileiro e indígena – ambos enunciados em língua portuguesa. Entretanto as marcas aqui se diferenciam também no formato das variedades linguísticas: a variedade linguística não indígena X a variedade linguística adotada pelo Terena, falante de língua portuguesa. Já no caso do litígio entre brasileiro X Terena, a língua Terena, embora ceda espaço à língua portuguesa, prevalece pelo termo de origem, Terena, apontando para a existência da língua materna - original.

Outro aspecto a se considerar sobre o adjetivo pátrio *brasileiro*, é que comumente o reportam a um *eles*, explícito ou em elipse. (A figura do sujeito indeterminado é muito recorrente por meio da elipse de eles antes dos verbos). Ao construírem argumentações para sustentarem seus posicionamentos, foi muito utilizado *falam; disseram; contam*, em construções nas quais tais ações eram reportadas a um não indígena, em geral na posição do que foi significado como colonizador, como não indígena e como europeu. Nesse sentido, as configurações específicas do agenciamento enunciativo eram, repetidas vezes, marcadas pela introdução dessa figura, desse *eles*, que colocava em cena a figura dos não indígenas, por vezes como os portugueses do descobrimento, por vezes como os não indígenas da atualidade.

Outro fator que se relacionava ao litígio entre as designações de Terena e/ou brasileiro eram os locais de posicionamento marcados pelos advérbios *fora* ou *dentro; aqui* e uma oposição a *aqui* usada repetidas vezes: *saiu daqui* (equivalendo a *lá*), como critério relacionado às caracterizações étnicas. Várias enunciações marcaram dois lugares geográficos: fora da aldeia - o que apareceu nos recortes explicado como *numa questão comum*, tomando

aqui a palavra *comum* semelhante a *o que acontece corriqueiramente*, são *brasileiros*. Ou seja, trata-se de uma relação argumentativa para garantir o direito de circular nos espaços sociais pretendidos e/ou de direito.

Por outro lado, situado na posição geográfica dentro da aldeia, ele se identifica por sua etnia: Terena. O que fica posto, por exemplo em: “*Então eu me defino isso. É isso que eu digo pra eles. É comum isso; você saiu daqui: “brasileiro”... em que aqui*⁶² marca uma divisão de ambientes, duas condições de ser Terena: uma dentro e outra fora da aldeia.

As análises sobre brasileiro marcaram ainda uma questão muito interessante nessa constituição de sentidos: existe um conceito de nacionalidade, que pode ser usado livremente dentro da aldeia, mas, fora da aldeia, o conceito de nacionalidade, conforme já mencionado, estabelece relações com outros fatores. Isso envolve estratégias de garantia de direitos e de resistência, o que fica marcado nos processos de argumentação também pelas inúmeras repetições de afirmação da identidade étnica, algumas acompanhadas de modalizadores, relacionados ao orgulho de ser Terena.

Nesse sentido, as articulações constituintes dos enunciados argumentam contra uma definição e a favor de outra. Pelas enunciações, é recusada a definição da sociedade externa - representante dos ocidentais, daqueles que vieram - e se adota a definição tomada pelo próprio povo, que ao mesmo tempo nega a identificação imposta pelo outro - os que vieram - e se auto afirma, buscando a ancestralidade - o tronco Aruak: que o legaliza ser Terena; ainda que isso não seja discutido em “questões comuns”, o alocutor segue sendo o que já era antes da colonização: Terena - o que argumenta em favor da resistência e da negativa do *descobrimento*.

Sobre a palavra *índio*, ocorre algo muito semelhante. Para explicar o que acontece sobre essa nomeação, tomamos como exemplo um enunciado analisado: “*E o “índio” é o termo usado por eles também; Então, não sou índio, eu sou Terena; né? Eu sou Terena. Meu tronco é.. vem dos Aruak*”. É seguida praticamente a mesma sustentação argumentativa de ter sido um nome dado pelos “*que chegaram aqui*”, o que justifica a recusa à imposição do não indígena, às nomeações por meio da língua portuguesa não indígena

Nesse recorte, que reporta a cenas enunciativas específicas em instituições específicas, o eu Terena continua em confronto com um tu não indígena, nos enunciados reportados a um (*eles*) oculto antes de verbos. Por outra entrada, retornando a “*Então, não sou índio, eu sou Terena*”, lembrando que o mesmo aconteceu com brasileiro, o conector *então*

⁶² Reforço que o dêitico *aqui* fora recorrentemente utilizado por colaboradores em referência às respectivas aldeias onde estavam no momento da realização das entrevistas. Do mesmo modo, recorrentemente usavam o dêitico *lá* em oposição a “dentro da aldeia”; ou seja, *aqui* (dentro da aldeia), *lá* (fora da aldeia).

marca a conclusão sustentada por articulações utilizadas na construção de argumentações para sustentar uma paráfrase possível: *não sou índio (ou brasileiro) porque isso foi a imposição dos não indígenas que chegaram*. Observe-se que se submeter à nomeação é se submeter a quem nomeia, logo a resistência está marcada pela não submissão.

Nos recortes analisados, questões como essas também são estendidas às outras etnias. Ou seja, as enunciações põem em cena outros elementos. Por exemplo, em *então tem uma turma*, em que as análises mostraram ter ficado temporalizadas as outras etnias, como memoráveis. De certo modo, pode-se dizer que turma é uma expressão argumentativa, utilizada para sustentar a ideia de povos que já se encontravam no território – uma recorrência utilizada contra a condição para haver *desobrimento* – *estar vazio o território*.

Todas as questões postas nas análises das palavras *brasileiro* e *índio*, por uma ótica cronológico-histórica, mostram um empoderamento do povo Terena – talvez até mesmo dos povos originários em geral. Por ocasião da chegada dos portugueses, o título *índio*, por exemplo, foi “assimilado” – óbvio que resultado do tratamento recebido; com o passar do tempo, houve litígios entre esse nome e ocorreram transformações: *índio* > *indígena* > povos originários e, paralelamente a isso, a própria etnia como adjetivo pátrio. Observo ainda que esse empoderamento também é marcado pelo nível de escolarização e pelo *status*. É o que podemos observar nos recortes R.1a e R.1b, da seção *análise de brasileiro*, no qual é repudiado o caracterizador *brasileiro* até mesmo em uma chamada “situação comum”. E é aí que se estabelece o político, como Guimarães o concebe.

Essas relações enunciativas configuram espaços enunciativos permeados por sentimentos, compromissos, alianças e tensões presentes, sensíveis aos falantes ao serem tomados pela língua - confrontos. Vejamos que mesmo os falantes sendo estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam, uma língua relativamente comum a ambos os lados: indígenas e não indígenas, os memoráveis temporalizados ao dizerem *brasileiros* significam diferentemente. Para os primeiros, são recortados: invasão de território; extermínio - seja por morte física, seja por morte identitária - imposição; silenciamento; etc.; para os segundos: supremacia; domínio; força.

Nesse sentido, pelas enunciações, ao se aceitar temporariamente, enquanto duram as referidas cenas enunciativas “é tipo assim “sou brasileiro” o Terena tem silenciada sua verdadeira identidade. O que evidencia estar travado aí um confronto. Esse silenciamento significa, é estratégico. Para confirmar o que foi dito, observe-se que nas relações jurídicas relacionadas a compromissos e relações externos, na pressão do confronto estabelecido na relação com o não indígena, embora no mesmo espaço enunciativo delimitado pelo uso língua

portuguesa – em suas variedades: do Terena e do não indígena – enuncia-se: *É comum isso; você saiu daqui: “brasileiro”...* Estabelece-se aí uma relação de pertencimento imposta como condição para. E diante dessa condição, há uma ressalva. Entretanto, a negativa desse pertencimento aparece sustentada novamente em *mas eu não vejo isso* (em que isso retoma o litígio relacionado à nomeação e à tentativa de se fazer pertencer ou ser brasileiro) *a minha definição (a definição étnica)*. Observe-se que o conector *mas*, articula uma espécie de cancelamento do que fora enunciado anteriormente. E novamente são sustentadas a posição e a identidade por meio de *Eu sou terena*.

Em particular, a enunciação em R.1b exemplifica o confronto institucional vivenciado na cena enunciativa. Na discussão, o lugar social de dizer, reportado como enunciação do não indígena: *“Esse aqui é o brasileiro legítimo!”*. A resposta do alocutor-Terena, *“Como é que é???”*, argumenta negativamente à afirmação do primeiro, a entonação que represento na escrita pela sequência de pontos de interrogação foi concomitante a uma expressão de espanto e até uma certa inclinação de corpo na enunciação – reportada no ato da entrevista. Um conjunto de expressões que sustentaram a oposição às imposições e identificações por parte da sociedade externa. No confronto, o alocutário-não indígena contra-argumenta. A enunciação se constrói por argumentação, por meio de uma articulação coordenativa iniciada por uma conjunção adversativa, *mas*: *“Mas você é o primeiro”*. É notável que a situação era adversa. Era um embate no qual o que se debatia era o pertencimento.

Pelo viés da temporalização, observa-se que o presente enunciativo de *o primeiro* temporaliza um memorável equivalente a *“você já estava neste território quando os descobridores chegaram”*. Entretanto, as análises mostraram que, a negativa envolve negar tudo que se relaciona à história oficial sobre o descobrimento. Era assim que as enunciações sustentavam por um lado, ser quem se era – Terena; e por outro lado a negativa da história oficial do “descobrimento”. Em se aceitando as novas nomeações, está-se aceitando a história do “descobrimento”.

Tudo isso num espaço de falantes de língua portuguesa, mas de um real diferente para cada um, genuinamente estamos diante da constituição do político pela contradição entre o conjunto de normas de instituições da cidade, organizando desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos, nesse caso, um indígena se recusando a um pertencimento imposto.

Essa configuração, tanto da cena-enunciativa, quanto do espaço enunciativo sediam o litígio vivenciado entre ser brasileiro ou ser Terena. A cena retrata enunciações entre

não indígena tentando inserir o Terena num todos em que o alocutor-Terena se recusa a caber, a ser integrado.

Um elemento que se fez presente em diversos enunciados, e marcou um problema ainda não solucionado neste trabalho - o riso - eram críticas ao dizer do outro, ao dizer da história. Marcava um posicionamento de um dizer irônico, a enunciação de críticas. Diante da pressão do tempo, do cronograma a ser cumprido, ainda não tive condição de trabalhá-lo, mas isso será feito. Tem de ser feito, porque assim como o uso da pontuação nas transcrições está diretamente ligada ao sentido do enunciado produzido, em muitos enunciados presentes no corpus, o riso também está e, nesse sentido, desconsiderá-lo é desconsiderar parte constitutiva do texto.

Outra questão posta pelas análises de R.03, na seção análise de brasileiros, diz respeito ao tratamento dado aos Terena e em geral aos povos originários na configuração do Brasil.

As relações semânticas também designam uma História do Brasil, que o Brasil, oficialmente, não contou - embora haja historiadores que procurem fazê-lo. Pelas enunciações aqui registradas, de certo modo, essa história passa a ser contada pelos povos originários debaixo das árvores, na configuração das entrevistas para este trabalho, pelas enunciações de falantes Terena, nesse registro, que os documenta.

Confirmando a questão da negativa do nome Brasil, o enunciado *Eu acho que o Terena tem.. tem um olhar, ou uma... bem claro de que esse.. esse país.. (suspiro) esse país, não fomos nós que demos esse nome, ao recortar como memorável a exclusão dos povos originários por três aspectos. Em primeira análise, exclusão porque o objetivo era o extermínio mesmo – rememorando-se etnias que “desapareceram”; os envios de roupas contaminadas às aldeias; o arroz envenenado e tantos outros maus tratos hoje parcialmente conhecidos.*

Em segundo lugar, não dar o nome, remete ao silenciamento ao qual os povos originários foram submetidos, ficando de fora da “formação nacional”. Marginalizados; invisibilizados; negligenciados; negados. E um terceiro aspecto, o modo como, apesar da resistência e sobrevivência dos povos originários, as verdades sobre eles e sobre muito do processo da gênese do Brasil, que os envolve diretamente, não conta com sua participação, nem se relatando os fatos – digo os fatos, os reais. Talvez porque essa parte da história do Brasil, seja “o lixo que deveria permanecer embaixo do tapete”; talvez porque crimes não pudessem ser expostos em museus e nem pudessem render medalhas, títulos e propriedades. Entretanto renderam, embaixo do tapete, mas renderam.

Essa consideração é importante, não para evidenciar que, embora o Brasil e sua História tenham tentado silenciar os povos originários e até convencer – a eles e a nós - de outras ‘verdades’, eles se mantêm lúcidos e conscientes da História Real. Cabe reforçar ainda que ele diz *antigamente*, uma palavra classificada por nossa gramática normativa como marcador temporal. Entretanto ao buscar interpretar os sentidos pela Semântica do Acontecimento, buscamos como as palavras fazem sentido no texto por suas relações integrativas. Nesse sentido, vemos que o marcador temporal mencionado tem como marca de oposição não um *atualmente*, pelo menos não de forma direta, porém sim um *mas pra nós indígenas*. Assim reforçamos que o memorável desse *antigamente* pode ser parafraseado como o tempo em que o indígena não encontrava na sociedade externa o seu lugar de fala, ao passo que ao enunciar *mas pra nós indígenas* já evidencia ou presentifica um *agora conquistamos um lugar de fala*.

Pode-se concluir que os enunciados mostraram o povo Terena não se inscrevendo como *brasileiro* por assimilar essa nacionalidade como posta pela História do Brasil (oficial), como pertencente ao que é postulado por essa História. Por outro lado, seu vínculo real com esse território se dá sempre pelos laços com a ancestralidade, ou, melhor dizendo, pela realidade da posse de seus ancestrais não do Brasil, mas do território anterior a essa nominalização⁶³. Logo a posição defendida seria a de não ser brasileiro porque o Brasil é um pacote de ações com as quais não pactuou e não pactua.

Assim se mantém Terena, usando o título de brasileiro apenas por razões necessárias, não por pertencimento a essa história com a qual não concorda. Desse modo, não abandonando a história que o compõe, a própria identidade. No entanto, pode-se parafrasear que, se considera-se como Brasil um lugar onde se possa aceitar conviver com as diferenças; porque o Brasil, ele é um país que tem diversas culturas, diversos modos de vida, diversas línguas... Se isso for considerado (Se a história de seus antepassados que já *estavam aqui; há muito tempo for reconhecida*, então serão brasileiros com certeza, conforme assegurado no enunciado *Eu sou brasileira com certeza! (Porque meus antepassados já estavam aqui.)* - novamente marcado o conflito.

Pelas análises apresentadas, observa-se que relação de sentidos entre ser brasileiro e morar aqui permanece sustentada como um sentido possível para o termo *brasileiro*. Também

⁶³ Usei essa palavra para expressar o ato de reduzir o território indígena e tudo que a ele se inseria a um mero nome. Claro que com esse nome novas configurações se deram, mas o que neste trabalho tem se apresentado, por meio das análises dos enunciados, atesta que uma rica História original - de povos que ainda estão aqui (e de outros que não subsistiram)- veio a ser substituída por um nome novo, o que ainda hoje muitos insistem em sustentar.

se mantém a sustentação de que a nomeação do território – *Brasil* – exclui, segundo o material analisado, a participação dos povos originários – (eles) *colocaram o nome Brasil*. Outra questão fortemente sustentada nos recortes diz respeito à ancestralidade, ao já estar aqui: *nós somos os verdadeiros brasileiros natos (R.05); porque já, meus antepassados já estavam aqui; há muito tempo*; por exemplo.

Mesmo em situações nas quais se admite o adjetivo pátrio *brasileiro*, construções dependentes ou coordenadas, articuladas por conectores de oposição marcam a supremacia com que é tratada a nacionalidade étnica indígena, por exemplo: *temos uma cultura ímpar e sou Terena com muito orgulho*. O termo “índio”, também identificado como nomeação por parte dos que vieram de fora – rememoração de colonização ou “descobrimento” – é recusado com veemência.

Considerando outro detalhe: E *existe Terena; existe o Kadiwéu; existe o Guarani e tantos outros povos, todos são indígenas e são brasileiros* em que a própria utilização da palavra *existe* já significa algo muito interessante: esse presente de dizer recorta como memorável as tentativas de extermínio, o silenciamento, o apagamento, mas os enunciados vêm agenciar o alocutor-Terena, uma posição social de dizer, para fazer ecoar que os povos originários – pelo menos parte deles continua existindo. Some-se a isso que repetição também é argumento, e esse grito é ecoado por três vezes.

Configurando-se os espaços de enunciação, pondo-se em confronto a língua portuguesa na variedade Terena, na variedade do não indígena brasileiro e ainda na variedade do europeu, marca os conflitos próprios das relações de confronto, de distribuição desigual. Embora rejeitando palavras reportadas ao falante europeu: Brasil, índio – substituído por indígena – e brasileiro, por vezes o próprio falante terena “se trai” utilizando-se desses termos, o que marca a prevalência da língua portuguesa, em primeiro momento europeia, sobre a língua portuguesa do Brasil, também na variedade utilizada pelo povo Terena. Outra relação do político nesse conflito diz respeito ao pertencimento: o povo terena vive o litígio entre ser Terena e/ou ser brasileiro, aceitando o segundo adjetivo pátrio diante da necessidade de marcar seu pertencimento e seus direitos no Estado Brasileiro.

As análises sobre *brasileiro* mostraram ainda que, dentre os brasileiros não indígenas também não há um consenso sobre a identificação identitária dos povos originários, por exemplo em *Mas vocês são brasileiro ou são índio?* Isso aponta ainda permanecer a relação de colonizador X colonizado, em que um precisa se sobrepor ao outro, logo não sendo possível se acomodarem os dois lados em um mesmo espaço. Isso pode ser ilustrado no MS pelas disputas de terra, pelas áreas comprovadas por perícias como terras indígenas há décadas

permanecendo sem homologação. O território brasileiro, mesmo legalmente⁶⁴ ainda não conseguiu se organizar nesse sentido. Na prática, o indígena ainda é um “corpo estranho”, não cabe na configuração do Brasil - há um confronto entre os posicionamentos *fora e dentro* permanecendo aí.

O enunciado *Não existe brasileiro e não existe indígena*, nós somos um só também fez parte de litígios. E nisso, percebe-se a relação estabelecida entre enunciadores - um EU e um TU – na qual, colocando-se o Terena como um EU, marca a sua resistência contra o que o outro tenta lhe impor, diplomaticamente, ao modo Terena de ser.

As considerações feitas sobre “índio” se iniciam ressaltando duas movimentações muito interessantes: por um lado a configuração reportada à sociedade externa e, por outro, a desconstrução dos conceitos externos atribuídos a eles, seguida de uma nova construção ou a retomada da identidade Terena enunciada.

Sobre o(s) sentido(s) da palavra “índio”, percebe-se ainda um outro litígio. Em geral é negada, sofre um processo de apagamento sendo substituída por *indígenas* e, mais recentemente, por *povos originários*. Observamos mesmo como ao dizer, fala-se das coisas. Coisas como valor ou desvalor; aceitação ou exclusão; contribuição ou imposição; “descobrimento” ou invasão, são situações vivenciadas (ou não), cujas significações incidem sobre os sentidos tanto da palavra “índio”, quanto das outras aqui analisadas.

Nessa referida sessão, os recortes, em geral, são sustentações em torno da identificação Terena (seja por ele mesmo, seja pela sociedade externa). A divisão das línguas, trazendo o político, em sua relação com o contraditório, com o confronto opõe coisas das quais ao se dizer a palavra identificatória, fala-se. Junto desta ou daquela nomeação, são postos por meio do político, sentimentos e reações, muito relacionadas à questão do (des)valor indígena.

Nesse sentido, o implícito dos enunciados trouxe algumas etapas a se pensar: um povo situado em seu território sofre uma invasão; tem atacado seu modo de vida e sua identidade; na sequência é submetido a diversas práticas de desconfiguração de sua identidade e modo de ser, o que abala sua estrutura, sua autoestima, dentre diversos outros fatores. Nesse processo, exterminaram-se povos e, dos vivos, dentre outras coisas, atacaram a autoestima.

Em R.04. essa questão da autoestima fica muito marcada pelos enunciados que integram o texto. É enunciado que a prática do Evangelho - *missão de evangelização* – vem

⁶⁴ Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição. Brasília, 5 de outubro de 1988. In: OS ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (Estes e outros descumprimentos poderão ser conferidos no documento em anexo ao final do trabalho). <https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/leis/1988/Lei%20-%20Os%20indios%20na%20Constituicao%20Federal%20de%201988.pdf>

sendo muito trabalhada pelo Terena, o que abre uma grande interrogação. Primeiro porque isso vai na contramão de todo o mal que a academia, os antropólogos e demais representações do que se tem como protetores de povos originários postula. Segundo, porque a questão é trazida por enunciação que responde a uma pergunta sobre ser “*índio*”. Fica posto por meio da análise que o valor do indígena Terena é fortalecido por meio do trabalho de evangelização de uma missão. O que o deixa em condições de posicionar-se sobre sua própria identidade em ser indígena. Por meio dessa prática, ele “se descobre” importante.

Qualquer opinião sobre esse ponto desconsideraria a cientificidade utilizada nesta pesquisa de doutorado e seu objetivo principal: analisar o que o indígena Terena fala sobre si mesmo e sobre sua história.

Nesse sentido, à semelhança da escola - que entra como agente integracionista e vai se tornando uma ferramenta na resistência indígena por meio do fortalecimento de sua língua e cultura, além do acesso aos conhecimentos científicos – a chamada religião evangélica, ou Evangelho de Cristo, está sendo utilizada pelos Terena, conforme posto no enunciado, como ferramenta de valorização da pessoa indígena e do fortalecimento da autoestima, capaz de combater o desvalor que impede o “*não vai querer ser índio; porque não conhece os seus valores*” (R.04). Isso sustenta ainda a relação de negação do nome pelas relações com o que o designa: os maus tratos dos colonizadores, opostos no enunciado pelo valor encontrado na evangelização parece ter tirado a recusa do nome “Índio”.

Sobre o “descobrimento do Brasil”, no primeiro recorte na seção “análise de “Descobrimento do Brasil” a sequência de perguntas que seguem o nome Brasil, já de início opera uma direção argumentativa que poderia ser parafraseada por “O Brasil é uma sequência de dúvidas; ou; o Brasil é uma sequência de incógnitas, de questionamentos, ou de respostas que ainda não foram dadas, ou que, ainda, o Terena está esperando.

Sobre a palavra Terra, as análises mostraram que existe uma relação de dependência entre o Terena e a *terra*. Nessa relação a *terra* é designada por mãe, por aquela que sustenta. Por sua vez, *território* é o espaço do ambiente que abriga as vivências, que guarda a história vivida de geração em geração.

Por fim, as análises mostraram que, além de todas essas considerações sobre os termos pesquisados, sobretudo, *brasileiro* e “índio”, é importante considerar que o povo Terena usa o adjetivo pátrio *brasileiro* ou o substitui por outro ao se tratar de um discurso mais reportado ao não indígena. Diante do exposto, O sentido de ser brasileiro, para o indígena Terena é carregado de historicidade. Há fortes relações conflituosas com as palavras “*descobrimento*”, *colonizador*, “*índio*”, que, em certa medida, também se estendem para *terra*

e território. Pelas análises, *ser brasileiro* envolve questões muito complexas, *ser brasileiro* assume sentidos bem definidos: por um lado há a relação étnica; por outro a relação com os direitos.

Nesse sentido, enquanto identificação étnica, os Terena, em sua maioria, não assumem para si mesmos essa classificação. Há uma relação muito forte entre *ser brasileiro* e a chegada ou invasão dos europeus ao território que eles dividiam com os povos originários das outras etnias; a nomeação deste território está relacionada com o apagamento da história que eles viviam antes desse referido evento; com a aceitação da história a partir dos registros europeus (uma história sobreposta à realidade que eles, os Terena, viviam no mesmo espaço territorial, à mesma época e antes dela); com as monstruosidades sofridas, dentre elas, algumas registradas no Relatório Figueiredo; com as expropriações; com as tentativas de extermínio. Enfim, o adjetivo *brasileiro* tem uma história de enunciações muito opostas ao bem-estar indígena.

Pode-se dizer que o acontecimento de linguagem *ser brasileiro*, é um presente enunciativo que recorta um passado de enunciações contrárias à permanência do indígena: brasileiro, rememora invasão; apropriação de território, sofrimento; invisibilização de um povo *que já estava aqui* – conforme várias vezes apareceu nos recortes, sobretudo da palavra “*descobrimento*”. Em sua essência, ele continua marcando sua identidade por *Eu sou terena*. *Eu sou terena com muito orgulho!*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÔNIO, Nilza Leite. *Raízes na língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilíngue da Aldeia Bananal/ MS/*. Orientadora: Sônia Grubits. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UCDB, Campo Grande, 2009
- AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 2, n. 1, p. 61-111, jul. 2005.
- BACELAR, Jonildo. *Os nomes da terra que chamamos de Brasil*. In Jonildo. Os nomes da terra que chamamos de Brasil In <http://www.historia-brasil.com/nomes-brasil.htm> Acesso: julho de 2015.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. *Frege e Russel: a questão do pressuposto* In Línguas e instrumentos linguísticos 23/24 / Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2011 : Unicamp, 1997-2009 <http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/artigo1.pdf>
- BALLY, C. (1932). *Linguistic Générale et Linguistique Française*. Francke Berne, 1965.
- BARBISAM, L. B. *O que é Semântica Argumentativa?* In FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. (Orgs) *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013.
- BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. *O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS*. Revista Rua, 329-355, 2019.
- BENITES, Tonico. 2014. *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BENVENISTE, É. 1966. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988. _____ 1974. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1988.
- BRAZIL, M. C. *Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso. Considerações sobre terra e escravidão [1830-1889]*. In: MAESTRI, Mario & BRAZIL, M. C. *Peões, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. 1 ed. Passo Fundo: Editora de Passo Fundo, 2009, v. 1000, p. 219-250.
- BRASIL. Ministério do Interior. *Relatório Figueiredo*. In: Brasil Doc. Belo Horizonte: UFMG, 1967. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo>.
- BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A História do Povo Terena*. MEC: Brasília, 2000.
- BRAND, Antonio Jacó. 1993. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá*. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.
- _____. 1997. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre, Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.
- BALTAZAR, Paulo. *O Processo Decisório dos Terena*. Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- CAMPOS. Claudia Mendes. *O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua*. Revista da ABRALIN, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2007.
- CANÊDO, Felipe. *Documento que registra extermínio de índios é resgatado após décadas desaparecido*. O Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 abril. 2013. Política. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,373440/documento-que-registra-extermínio-de-índios-e-resgatado-apos-decadas-desaparecido.shtml#.UXLaF7Vx4h0.facebook> Acesso em abril de 2023
- _____. *Filho se emociona ao falar do trabalho de investigação feito pelo procurador sobre massacre indígena*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 abril. 2013. Política. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,373426/filho-se

emociona-ao-falar-do-trabalho-de-investigacao-feito-pelo-procurador-sobre-massacre-indigena.shtml> Acesso em abril de 2023

<https://tokdehistoria.com.br/tag/relatorio-figueiredo/>

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica – Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A _ Indústria e Comércio. 1984. 7ª edição, revista.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins, 1953.

DAUDÉN, Laura e MESTRE, Natália. *A verdade sobre a tortura dos índios*. Isto É, Rio de Janeiro, 26 abril. 2013. Comportamento. Disponível em

<https://istoe.com.br/294080_A+VERDADE+SOBRE+A+TORTURA+DOS+INDIOS/

Dias, L. F. (2020). *Um olhar para as articulações linguísticas na constituição de uma Semântica da Enunciação. Traços De Linguagem - Revista De Estudos Linguísticos*, 3(2). <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2019v3n2id4353>

DUCROT, Oswald. *Argumentação e topoi argumentativos*. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 2008. p.13-38. Edição original: 1989.

_____. (1972). *Princípios de Semântica Linguística*. São Paulo. São Paulo, Cultrix, 1977.

_____. (1973). *Provar e Dizer*. São Paulo, Global. 1981.

_____. (1984). *Esboço de uma teoria Polifônica da Enunciação*. In: O Dizer e o Dito. Campinas, Pontes. 1988.

_____. *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*. In: DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1988. p. 161-218. Edição original: 1984.

_____. *Escalas argumentativas*. In: DUCROT, Oswald. Provar e dizer. São Paulo: Global, 1981. p. 178-228. Edição original: 1973.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Trad, de Le dire et le dit, de 1987.

_____. 'Os internalizadores', *Letras de Hoje*, 37 (129): 7-26. 2002.

_____. 'O Sentido y argumentación', in ARNOUX, E. & M. M. GARCIA NEGRONI (eds.). *Homenaje a Oswald Ducrot*. Buenos Aires: Eudeba. 2004.

DO BUGRE ao terena. Direção de Aline Espíndola e Cristiano Navarro. Salvador:

Docdoma Filmes, 2012. 1 vídeo (26 min.). Disponível em: <https://vimeo.com/103543674>.

Produzido com o apoio do Edital de Apoio à Produção de Documentários Etnográficos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial (Etnodoc). YouTube, data da publicação. Disponível em: link do vídeo. Acesso em: junho de 2023.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. *Governo ilegítimo quer fazer um bota fora nas terras indígenas*. Disponível em <https://midianinja.org/luizhenriqueeloy/governo-ilegitimo-quer-fazer-um-bota-fora-nasterras-indigenas/>, acesso em 19 de março de 2020.

_____. *Poké'xa Úti: o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

_____. *Povos indígenas e o Estado brasileiro: a luta por direitos em contexto de violações*. *Vukápanavo* – Revista Terena. Disponível em www.vukapanavo.com. Campo Grande, 2018.

_____. *Vukápanavo: o despertar do povo Terena para os seus direitos: mobilização indígena e confronto político*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional – UFRJ. Rio de Janeiro, 2019. EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y*. *Cultura e sociedade*, Goiânia, 2003, 10 (1) :95-113.

_____. *Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória*. *Prosa*, Campo Grande, 2003, 3 (1):39-47.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul*. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, 2007, 2 (1):1-20.

_____. *Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª vara da 1ª subseção judiciária de Mato Grosso do Sul, 2003.

FIALHO, Celma Francelino. *O percurso histórico da língua terena e cultura terena na aldeia Ipegue/Aquidauana*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 410f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. GADET, F.; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. 15

FERREIRA NETO, Edgard. *História e etnia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1941.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

HAESBAERT, Rogério. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: SANTOS, Milton et. al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

GUIMARAES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

GUIMARÃES. E. (1). *Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil*. Signo Y Seña, (1), 103-114. <https://doi.org/10.34096/sys.n1.5574>.

_____. *A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009.

_____. *Análise de texto: um Estudo Enunciativo*. Conferência na 60ª. Reunião Anual da SBPC, Campinas: Unicamp, 2008.

_____. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. *Análise de Texto. procedimentos, análises, ensino*. São Paulo: Hucitec, 2013.

_____. *Argumentatividade e argumentação* In Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul./dez. 2013. Fonte: www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/3847/2514 Acesso em julho de 201.

_____. *Domínio Semântico de Determinação* In A Palavra: forma e sentido. MOLICA, Maria Cecília. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes RG, 2007.

_____. *Enunciação e história*. Em: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Espaço de enunciação, Cena enunciativa, Designação*. Fragmentum (UFSM) , v. 40, p. 49-76, 2014.

_____. *Língua e enunciação*. In: Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, (30), p.99- 103, Jan./Jun. 1996a.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 4ª. ed. Campinas – SP: Pontes, 2010.

- _____. *Política de línguas na lingüística brasileira*. In: ORLANDI, E.P.(org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007c.
- _____. *Semântica do acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *Semântica do Acontecimento: um estudo designativo da enunciação*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.
- _____. *Sobre teoria e método em semântica da enunciação*. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116–134, 2023. DOI: 10.20396/lil.v26i51.8671816. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8671816>.
- _____. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, Pontes, 2007.
- _____. *Texto e enunciação*. In: Organon. Volume 9, n. 23, p. 63-67, Porto Alegre, 1995a.
- HOLANDA, Sérgio Buarque . *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, II. Macaulay. Monica. *Training Linguistics Students for the Realities of Fieldwork*. *Anthropological Linguistics*, Vol. 46, No. 2 (Summer, 2004), p. 194-209.
- MARQUES, M. E. de Azevedo. *A província de São Paulo*, vol. 1. 1872, reed. Itatiaia.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot*. Delta, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 169-183, fev. 1998 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000100008>.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA FERREIRA, A. B. de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.
- ISAAC, Paulo Augusto Mário (2004). *Modo de existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências sociais na Área de Etnologia Indígena. (Mestrado na PUC de São Paulo).
- LEOTTI, Odemar. *Corpos Violentados: os índios e Guerra do Paraguai (1860-1870)*. In. JANUÁRIO, Elias Renato da Silva et al. *Fronteira, memória e linguagem*. Cáceres: Unemat, 2001, p. 31-47.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *Desigualdades jurídicas – povos indígenas, favelados e sem-terras*. In: Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: ESMPU, Ano I, n.º 5, out./dez., 2002. Disponível em <http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/boletimcientifico/boletim5>. Acesso em 10 de junho de 2009.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real : os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. 2011.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
- MITHUN, Mariana. *Field methods in syntactic research. Continuum Companion to Syntax and Syntactic Press Theory*. In Silvia Luraghi and Claudia Parodi, eds. London and New York: Continuum. 2012 .
- MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/Ipegue no século XX*. 2009. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norteamericano pelos Terena (1972-1993)*. 2001. 136f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.
- OBERG, Kalervo. *A economia Terena no Chaco*. In. *Terra Indígena*. UNESP, Araraquara, n.55, p. 20- 39, abr./jun. 1990. OLIMPIO, José Carlos Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

- OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. *O percurso teórico de Oswald Ducrot na defesa de uma argumentação linguística*. Revista contextos linguísticos. Nº 4. Vol. 1. Vitória. 2010 [http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5232_20130624%20\(1\).pdf](http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5232_20130624%20(1).pdf)
- OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques. *Terra indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2012.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Ponte, 2006.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. *Terra à vista – Discurso do Confronto: Velho e* HALL, Stuart. *Colonização, globalização, tradução e autoria científica* In Língua Brasileira e Outras Histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009. 203 p.
- PÊCHEUX, MICHEL. *Análise Automática de Discurso (AAD-69)* In Por uma Análise Automática do Discurso.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. & ROCHA FREIRE, Carlos Augusto *A Presença Indígena na Formação do Brasil*– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.
- PLATÃO - *O Sofista* Tradução: Carlos Alberto Nunes Créditos da digitalização: Juscelino D. Rodrigues. UFB 1980. Versão para eBook eBooksBrasil.org Fonte Digital Site “O Dialético”. Disponível em < www.odialetico.hpg.ig.com.br/ > © 2003 — Platão.
- POSSENTI, Sírio. *Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v.3. São Paulo: Cortez, 2004.
- RODRIGUES, Aryon Dall’igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo. Edições Loyola, 2002
- SANTILLI, Márcio. *Os direitos indígenas na Constituição brasileira*. In: *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, 1991.
- SEARLE, J. (1969). *Les Actes de Langage*. Paris, Hermann, 1972.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SEARLE, John R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.
- _____. *Expressão e significação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.
- SILVA, Ayalla Oliveira. *Ordem imperial e aldeamento indígena: Camacãs, Guerens e Pataxós no Sul da Bahia* /. In AYALLA OLIVEIRA SILVA (org.). – Ilhéus, BA: Editus, 2017.
- SILVA, Claudiene Diniz da. Glossário de Semântica da Enunciação. UFMG. Relatório de Estágio pós-doutoral, 2019. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/nucleos/enunciar/>
- SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. *Alfabetização na Língua Terena: uma construção de sentido e significado da identidade Terena da Aldeia Cachoeirinha/ Miranda/ MS*. Orientadora: Adir Casaro Nascimento. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UCDB, Campo Grande, 2010
- SOL, Joel Reginaldo. *História e sentidos da aldeia água azul*, Trabalho de Conclusão de Curso – Pós-Graduação em Língua e Cultura Terena – UEMS -Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – MS. 2018.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um grande cerco da paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes: 1995.
- SOUZA, Sandra Cristina de. *De perda à telhado: lideranças indígenas terena em instituições públicas e a questão territorial*. In.: III Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes locais, educação e autonomia. – Campo Grande: UCDB, 2006.
- _____. *O indigenismo no Brasil: migrações e reapropriações de um saber administrativo*. In.: L’ESTOILE, B. et al. (org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro:

Relume Dumará. 16 SUSNIK, Branislava. Los aborígenes del Paraguay : etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII). Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

SOUZA, R. G. de. (2015). Terra de Vera Cruz, Brasil . Revista de Estudos Acadêmicos de Letras. Agnaldo Rodrigues da Silva, Taisir Mahmudo Karim, Jocineide Macedo Karim e Rodrigo de Santana Silva (Orgs.). Cáceres-MT; UNEMAT Editora, 2015.

TOLIVER. G. W. *Políticas linguísticas para línguas indígenas: normas, leis e práticas em Mato Grosso do Sul*. Orientadora: Prof. Dr. Rogério Vicente Ferreira. 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, UFMS, Campo Grande, 2010.

Viagem Fluvial Do Tietê Ao Amazonas : Hercules Florence : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive Disponível em: <[PHL © Elysio - Museu do Índio \(museudoindio.gov.br\)](http://www.archive.org/details/museudoindio)>

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramento, 1931.

_____. *Memórias*. Vol.VI. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

_____. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: TYP. Ideal, 1930.v.1

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. *Aplicação do marco temporal pelo Poder Judiciário e seus impactos sobre os direitos territoriais do povo Terena*. In: ALCÂNTARA, Gustavo K.; TINÔCO, Livia N.; MAIA, Luciano M. (Org.). *Índios, direitos territoriais e territorialidade*. Brasília: Associação Nacional dos Procuradores da República, 2018. p. 227-64. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-epublicacoes/artigos/docs_artigos/indiospdf.pdf.

XIMENES, Lenir Gomes. *A retomada terena em Mato Grosso do Sul: oscilação pendular entre os tempos e espaços da acomodação em reservas, promoção da invisibilidade étnica e despertar guerreiro*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

ANEXOS

Anexo I

Análise de mérito antropológico do projeto de doutorado da pesquisadora Elisângela Leal da Silva Amaral

Parecerista: Carla Costa Teixeira, UnB

Brasília, 6 de março de 2023

Considerando a PORTARIA CNPq Nº 941, DE 11 DE JULHO DE 2022, no que se refere à exigência de um parecer ad hoc da área de Antropologia para autorização de ingresso em área indígena a fim de realizar pesquisa científica, destaco que:

1. A documentação do processo está completa;
2. A proponente, de acordo com o currículo lattes anexado ao processo, possui experiência na investigação e orientação de indígenas na UEMF, em especial, com os Terena;
3. A solicitação de ingresso em T.I. é justamente em aldeias desse povo, ou seja, os Terena;
4. Seu orientador tem currículo lattes robusto em "semântica do acontecimento", área da linguística que a proponente apresenta como central às orientações teórico-metodológicas de seu projeto;
5. O projeto considera os "RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA";
6. O projeto apresenta preocupações com a necessidade de obter conhecimento antropológico para adequadamente atingir seus objetivos, assim resumidos:
 "estudar as palavras brasileiro, descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio, no campo teórico intitulado Semântica do Acontecimento. Essa disciplina oferece os mecanismos de análise necessários para se compreender as relações de sentido estabelecidas entre as palavras citadas. O corpus a ser analisado constituir-se-á-se (sic) de textos produzidos por locutores indígenas Xavantes e Terena, inicialmente estudantes universitários em Campo Grande, MS, na sequência, outros indígenas de Mato Grosso do Sul"; e
7. Por fim, o projeto assume o compromisso de: "conhecer a identidade desses brasileiros a partir da análise de suas próprias narrativas; oferecer a essas comunidades ainda consideradas de cultura oral uma oportunidade de se apresentarem e se registrarem como protagonistas de uma história que eles ajudaram a construir".

Todos esses destaques são abonadores da qualidade do projeto.

Contudo, avalio ser fundamental que a proponente faça redefinições nos três últimos destaques listados acima, a saber:

- No item 5: A avaliação dos riscos se reduz a: "Não haverá riscos morais para a saúde, resultantes da participação nessa pesquisa". Considerando que o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso são fortemente atravessados por conflitos de terras entre povos indígenas e grandes proprietários rurais, é central refletir sobre outros riscos

envolvidos nos registros orais fornecidos (principalmente tendo em mente a temática dos registros).

- Nos itens 6 e 7: A preocupação com o conhecimento antropológico e com o protagonismo indígena não se expressa na bibliografia de referência, na qual não consta nenhuma produção antropológica e tampouco dos antropólogos indígenas sobre o campo de interesse do projeto.

Com o objetivo de contribuir para as redefinições exigidas acima, apresento algumas sugestões de bibliografia em antropologia pertinentes ao projeto:

Luiz Henrique Eloy Amado (Terena)

Doutorado em Antropologia Social, 2015 - 2019

MENÇÃO HONROSA CATEGORIA TESE DE DOUTORADO, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). 2020

[Universidade Federal do Rio de Janeiro](#)

Título: Vukapanavo: o despertar do povo Terena para os seus direitos - movimento indígena e confronto político

Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

Tonico Benites (Guarani-Kaiwoá)

Doutorado em Antropologia Social, 2009 - 2014

[Universidade Federal do Rio de Janeiro](#)

Título: Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico do Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guaraní pela recuperação de seus tekoha

Orientador: [JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO](#)

Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL, 2007 - 2009

[Universidade Federal do Rio de Janeiro](#)

Título: A ESCOLA NA ÓTICA DOS AVA KAIOWÁ: IMPACTOS E INTERPRETAÇÕES INDÍGENAS , Ano de Obtenção: 2009.

Orientador: JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO.

Graduação em PEDAGOGIA, 2001 - 2004

[Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul](#)

Título: FAZENDO O PAPEL FALAR E PRODUZINDO SUA FALA

Orientador: [FABIO MURA](#)

Gersem José dos Santos Luciano (Baniwa)

Doutorado em Antropologia, 2007 - 2011

Prêmio Capes de Tese 2012, CAPES/MEC.

[Universidade de Brasília, UnB](#)

Título: Educação para Manejo e Domesticação do Mundo: Entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no rio Negro.

Orientador: Stephen Grant Baines.

Mestrado em Antropologia, 2004 - 2006

Universidade de Brasília, UnB

Título: Projeto é como branco trabalha: as lideranças que se virem para ensinar

Orientador: Henyo Trindade Barretto Filho

Sugiro também que a proponente consulte o currículo lattes de autores e dos orientadores e a própria bibliografia das teses, dissertações e monografia de autoria dos antropólogos indígenas, para prosseguir na apropriação das reflexões acumuladas mais recentemente por antropólogos indígenas e não indígenas. Todos esses antropólogos são referências nos estudos dos povos indígenas dentro e fora do Brasil.

Com relação aos riscos que o projeto pode trazer para os indivíduos entrevistados e para a coletividade indígena em que se inserem, recomendo enfaticamente que a proponente consulte as publicações sobre ética em pesquisa produzida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) disponível em www.portal.abant.org.br.

E, sobretudo, dialogue com as lideranças das aldeias e das articulações indígenas (ver [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil | APIB \(apiboficial.org\)](http://Articulacao.dos.Povos.Indigenas.do.Brasil.I.APIB.apiboficial.org)) para avaliar adequadamente as dimensões políticas envolvidas nos riscos que sua pesquisa pode gerar para os envolvidos direta e indiretamente. Dessa perspectiva, é fundamental que a pesquisa incorpore a dimensão coletiva da autorização para realização da pesquisa e as reflexões que têm sido feitas pelos próprios indígenas.

Trata-se de uma recomendação que não tem como foco a dimensão formal dos procedimentos éticos exigidos pela CONEP, mas efetivamente as consequências danosas que podem advir da investigação em tela.

Com base, nas ponderações feitas ao longo deste parecer, minha recomendação é favorável à realização da pesquisa desde que o projeto incorpore as redefinições exigidas.

Sem mais, coloco-me à disposição para esclarecimentos que o CNPq julgue necessários.

Ref: Parecer sobre o projeto O(S) SENTIDO(S) DE SER *BRASILEIRO* PARA
INDÍGENAS XAVANTE E TERENA

Pesquisadora Responsável: Elisângela Leal da Silva Amaral

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Ilmo. Srs.,

O projeto referenciado acima tem como objetivo geral analisar como significa o adjetivo pátrio brasileiro nas relações que estabelece com as palavras descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio, do lugar social do locutor indígena Xavante e Terena, “dando” voz, ou melhor, ouvindo esse povo, segundo Orlandi (2008), apagado, silenciado. Trata-se de projeto que tem potencial também para contribuir para a preservação e revitalização de aspectos importantes da língua e da cultura desses povos.

A proponente tem currículo com diversas ações e publicações na área temática do estudo, que substanciará sua tese de doutorado, sob a orientação de professor experiente do IEL/Unicamp. A pesquisadora propõe desenvolver a investigação em Áreas Indígenas Terena localizadas em: Terra Indígena (T.I.) de Buriti dos municípios de Sidrolândia-MS e Dois Irmãos de Buriti-MS; Cachoeirinha do município de Miranda-MS; na T.I. Limão Verdedo município de Aquidauana-MS; na T.I. Nioaque do município de Nioaque-MS e na Aldeia Urbana Marçal de Souza do município de Campo Grande-MS, todas sob Jurisdição da Coordenação Regional da FUNAI de Campo Grande-MS. Tendo, ainda, em vista a necessidade urgente de se desenvolverem estudos com impacto positivo para diferentes populações indígenas brasileiras, meu parecer é o de que o projeto tem mérito e pode ser implementado, devendo-se autorizar as viagens de pesquisa às áreas indígenas solicitadas.

Anexo II

Autorização de ingresso em terras indígenas

28/04/2023, 14:30

SEM/FUNAI - 5121380 - Autorização de Ingresso em TI Pessoa Física



5121380

08752.000030/2023-20



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

Autorização de Ingresso em Terra Indígena n° 37/AAEP/2023

IDENTIFICAÇÃO			
NOME:	Elietangela Leal da Silva Amoral	PROCESSO Nº:	08752.000030/2023-20
NACIONALIDADE:	Brasileira	IDENTIDADE:	2071913 - SEJUSP/MS
INSTITUIÇÃO/ENTIDADE:	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP		
PATROCINADOR:			
OBJETIVO DO INGRESSO			
Realizar projeto de pesquisa científica intitulado: "O(s) sentido(s) de ser brasileiro para indígenas Xavante e Terena".			
EQUIPE DE TRABALHO			
NOME	NACIONALIDADE	DOCUMENTO	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
LOCALIZAÇÃO			
TERRA INDÍGENA:	Cachoeirinha, Buriti, Limão Verde e Nioaque	POVO INDÍGENA:	Terena
COORDENAÇÃO REGIONAL:	Campo Grande	CTL:	
VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO			
INÍCIO:	Abril de 2023.	TÉRMINO:	Junho de 2023.
Autorizo. Brasília-DF, 19 de abril de 2023.			
RESSALVAS: - Esta autorização não inclui licença para uso de imagem, som e som de voz dos indígenas, para além do objeto desta autorização; - Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado a biodiversidade; - Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético;			

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Autorizacao_de_Ingresso_em_TI_Pessoa_Fisica_5121380_(2).html

28/04/2023, 14:30

SEI/FUNAI - 5121380 - Autorização de Ingresso em TI Pessoa Física

- Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência/Funai, mídia digital contendo: relatórios, artigos, livros, gravações audiovisuais, imagens, sons, outras produções oriundas do trabalho realizado e informações sobre o acesso na internet.



Documento assinado eletronicamente por Joenia Wapichana registrado(a) civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente, em 26/04/2023, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 5121380 e o código CRC 638F3AD6.

Referência: Processo nº 08752.000030/2023-20

SEI nº 5121380

Anexo III

Prorrogação de autorização de ingresso em terras indígenas

29/01/2024, 08:45

SEI/FUNAI - 6235676 - Autorização de Ingresso em TI Pessoa Física



6235676



08752.000030/2023-20



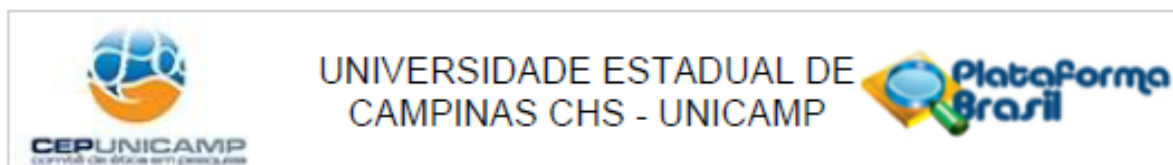
MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

Autorização de Ingresso em Terra Indígena n° 7/AAEP/2024

IDENTIFICAÇÃO			
NOME:	Elisângela Leal da Silva Amaral	PROCESSO Nº:	08752.000030/2023-20
NACIONALIDADE:	Brasileira	IDENTIDADE:	RG nº 2071913 - SEJUSP/MS
INSTITUIÇÃO/ENTIDADE:	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP		
PATROCINADOR:			
OBJETIVO DO INGRESSO			
Realizar projeto de pesquisa científica "O(s) sentido(s) de ser brasileiro para indígenas Xavante e Terena" - (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) -			
EQUIPE DE TRABALHO			
NOME	NACIONALIDADE	DOCUMENTO	
*****	*****	*****	
LOCALIZAÇÃO			
TERRA INDÍGENA:	Cachoeirinha, Buriti, Limão Verde e Nioaque	POVO INDÍGENA:	Terena
COORDENAÇÃO REGIONAL:	Campo Grande (CR-CGR)	CTL:	
VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO			
INÍCIO:	30 de janeiro de 2024	TÉRMINO:	30 de agosto de 2024
Autorizo.			
RESSALVAS:			
- Esta autorização inclui licença para uso de imagem, registro fotográficos, sonoro e audiovisuais e som de voz dos indígenas, para o objeto desta autorização; - Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade; - Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético; - Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência/Funai, mídia digital contendo: relatórios, artigos, livros, gravações			

Anexo IV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O(S) (DES)SENTIDO(S) DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Pesquisador: ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 3

CAAE: 26718819.0.0000.8142

Instituição Proponente: Instituto de Estudos da Linguagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.559.788

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Linguística – IEL – UNICAMP, como tese de doutorado. A coleta de dados se realizará em Aldeias Terena do Mato Grosso do Sul e na capital com universitários Xavante. A população a ser estudada será composta de Indígenas terena de Mato Grosso do Sul e acadêmicos Xavante no mesmo Estado. Este projeto de tese se propõe a estudar as palavras brasileiro, descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio, no campo teórico intitulado Semântica do Acontecimento. Essa disciplina oferece os mecanismos de análise necessários para se compreender as relações de sentido estabelecidas entre as palavras citadas. O corpus a ser analisado constituir-se-á de textos produzidos por locutores indígenas Xavantes e Terena, inicialmente estudantes universitários em Campo Grande, MS, na sequência, outros indígenas de Mato Grosso do Sul. A construção desse corpus, se dará por entrevistas de áudio realizadas por meio de pesquisa de campo. O objetivo de coletar e analisar esses dados sob essa perspectiva, se deve ao propósito de eliminar ao máximo os equívocos de informações dadas sobre os indígenas, ao longo da História do Brasil, nossa proposta é analisar os textos informativos desses locutores a partir da história que eles reconhecem como suas, daí provém a necessidade do contato mais direto possível com suas narrativas.

Objetivo da Pesquisa:

Ao modelo daqueles que tomam a materialidade da língua, no processo de funcionamento da

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

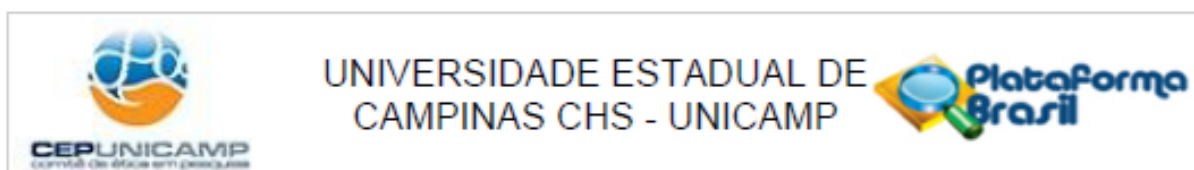
CEP: 13.083-865

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 6.559.788

linguagem, este projeto de pesquisa tem como objetivo geral observar como significa o adjetivo pátrio brasileiro nas relações que estabelece com as palavras descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio, do lugar social do locutor indígena Xavante e Terena, "dando" voz, ou melhor, ouvindo esse povo, segundo Orlandi (2008), apagado, silenciado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a equipe de pesquisa: "Não haverá riscos morais para a saúde, resultantes da participação nessa pesquisa. O participante tem liberdade para recusar a dar respostas a determinadas questões durante as entrevistas, bem como para retirar seu consentimento e terminar sua participação durante o tempo de elaboração do trabalho, sem penalidades, principalmente, sem prejuízos de qualquer natureza. O participante terá a oportunidade de perguntar à entrevistadora sobre qualquer questão que desejar e todas essas questões deverão ser respondidas a contento."

Não há benefícios diretos aos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este protocolo de pesquisa se refere a pesquisa de doutorado O(S) (DES)SENTIDO(S) DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA da pesquisadora ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL sob orientação de Eduardo Roberto Junqueira Guimarães. A instituição proponente é o Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. O orçamento com financiamento próprio. A pesquisa prevê início da pesquisa de campo em 01/11/2023 com término em 20/12/2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: Foi apresentada devidamente preenchida e assinada.
- 2 - Projeto de Pesquisa: Foi apresentado.
- 3 - Orçamento financeiro e fontes de financiamento: Foi apresentado.
- 4 - Cronograma: Foi apresentado.
- 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Foi apresentado.
- 6 - Currículo do pesquisador principal e demais colaboradores: Foi apresentado.
- 7 - Outros documentos que acompanham o Protocolo de Pesquisa: Foi apresentado cópia de Registro Acadêmico
- 8 - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ: Foi apresentado

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

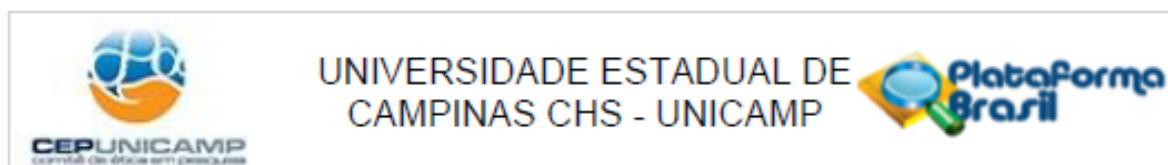
Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

CEP: 13.083-865

UF: SP Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-8836

E-mail: cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 6.559.788

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências sanadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não estão sob o escopo deste parecer:

- Eventuais alterações documentais realizadas sem aviso prévio e/ou não solicitadas pelo CEP em forma de pendência ou de recomendação;
- Dados coletados em data anterior a este parecer.

A responsabilidade de obtenção de registro de consentimento, bem como o de sua guarda adequada, é de inteira responsabilidade da equipe de pesquisa. Tais documentos podem ser solicitados a qualquer momento pelo sistema CEP-CONEP para fins de auditoria, bem como servem de proteção para os próprios pesquisadores em caso de eventuais reclamações ou denúncias por parte dos participantes.

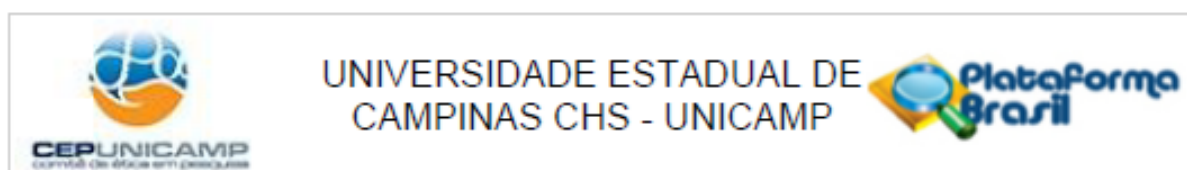
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa.
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.
- As declarações preenchidas na Plataforma Brasil são feitas sob pena da incidência nos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro sobre a falsificação de documento público e falsidade ideológica, respectivamente.
- Caso a pesquisa seja realizada ou dependa de dados a serem observados/coletados em uma instituição (ex. empresas, escolas, ONGs, entre outros), essa aprovação não dispensa a autorização dos responsáveis. Caso não conste no protocolo no momento desta aprovação, estas autorizações devem ser submetidas ao CEP em forma de notificação antes do início da pesquisa.
- Cabe enfatizar que, segundo a Resolução CNS 510/16, Art.28 Inciso IV, o pesquisador é responsável por "(...) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa".

O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	17/11/2023		Aceito

Endereço: Av. Betrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" CEP: 13.083-865
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8838 E-mail: cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 6.559.788

Básicas do Projeto	ETO_1485720.pdf	13:49:05		Aceito
Parecer Anterior	PARECERCONSUBSTANCIADO.pdf	17/11/2023 13:43:18	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	TERMOCOMPROMISSO.pdf	17/11/2023 13:21:29	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	CARTARESP.pdf	17/11/2023 13:19:20	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOMODIFICADO.pdf	17/11/2023 13:12:41	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	24/10/2023 10:48:15	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	TermoImagemVoz.pdf	24/10/2023 10:46:51	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/10/2023 10:15:12	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	REGISTRO_ACAD.pdf	05/12/2019 21:25:31	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Sim

CAMPINAS, 06 de Dezembro de 2023

Assinado por:

Thomaz Eduardo Teixeira Buttignol
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Betrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

CEP: 13.083-865

UF: SP Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-8838

E-mail: cepchs@unicamp.br

Anexo V

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O(S) (DES)SENTIDO(S) DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Pesquisador: ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 4

CAAE: 26718819.0.0000.8142

Instituição Proponente: Instituto de Estudos da Linguagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.658.151

Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas dos documentos contendo as Informações Básicas sobre o Projeto de Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1485720.pdf de 03/01/2024) e do Projeto Detalhado.

RESUMO

Este projeto de tese se propõe a estudar as palavras brasileiro, descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio, no campo teórico intitulado Semântica do Acontecimento. Essa disciplina oferece os mecanismos de análise necessários para se compreender as relações de sentido estabelecidas entre as palavras citadas. O corpus a ser analisado constituir-se-á de textos produzidos por locutores indígenas Xavantes e Terena, inicialmente estudantes universitários em Campo Grande, MS, na sequência, outros indígenas de Mato Grosso do Sul. A construção desse corpus, se dará por entrevistas de áudio realizadas por meio de pesquisa de campo. O objetivo de coletar e analisar esses dados sob essa perspectiva, se deve ao propósito de eliminar ao máximo os equívocos de informações dadas sobre os indígenas, ao longo da História do Brasil, nossa proposta é analisar os textos informativos desses locutores a partir da história que eles reconhecem como suas, daí provém a necessidade do contato mais direto possível com suas narrativas. Dentre nossos objetivos estão: ter nossa história, enquanto brasileiros, significada a

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

partir de um outro lugar social, de onde, até então, não se tem ouvido enunciar a história desta nação; conhecer a identidade desses brasileiros a partir da análise de suas próprias narrativas; oferecer a essas comunidades ainda consideradas de cultura oral uma oportunidade de se apresentarem e se registrarem como protagonistas de uma história que eles ajudaram a construir; resgatar parte da nossa história, que foi silenciada. Nesse sentido os resultados esperados são a concretude dos objetivos expostos; a construção de parte do patrimônio imaterial desta nação com o registro da participação desses nativos, nossos ancestrais. Partimos do pressuposto de que sem conhecer a identidade de nossos ancestrais, estamos equivocados no que acreditamos conhecer da nossa.

HIPÓTESES

Diante de nossas leituras e relações com povos indígenas, surgiu uma hipótese generalizada de que o apagamento e/ou silenciamento dos indígenas interfere no acontecimento da História do Brasil, e, conseqüentemente, dos brasileiros. A partir daí foram surgindo hipóteses mais específicas sobre a questão. Tais como:

- Os registros históricos podem significar os indígenas Xavante e Terena do século XXI de modo diferente de como eles próprios se significam.
- Pode haver equívocos nos registros sobre como esses indígenas são significados/identificados enquanto habitantes desta nação outrora invadida por estrangeiros;
- Podemos não ter tido acesso à real cena enunciativa que comporta os acontecimentos de linguagem que se estabelecem entre indígenas e não indígenas neste início do século XXI.
- É possível que não conheçamos ainda memoráveis, que funcionem ou não como argumentos aos acontecimentos de linguagem do locutor Xavante do século XXI.
- É possível que as latência(s) de futuro projetadas pelos acontecimentos de linguagem enunciados pelo locutor Xavante e terena do século XXI nunca sejam conhecidas.
- É possível que não seja conhecido o sentido de brasileiro em sua relação com descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio.
- Talvez nos deparemos com algo que comprove a necessidade de reescrituras das palavras brasileiro, descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio nos textos que constituirão o corpus desta pesquisa.

METODOLOGIA

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

Esta pesquisa está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Linguística – IEL – UNICAMP, como tese de doutorado. A coleta de dados se realizará em Aldeias Terena do Mato Grosso do Sul e na capital com universitários Xavante.

POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

A população a ser estudada será composta de Indígenas terena de Mato Grosso do Sul e acadêmicos Xavante no mesmo Estado.

GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Devido à natureza da pesquisa, e modalidade de coleta de dados, não há riscos previsíveis, entretanto se você considerar que alguma das respostas causam algum prejuízo ao seu emocional ou o coloca em situação de constrangimento ou de conflito social, reserve-se o direito de não responder. Segundo A Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXV, define-se risco da pesquisa como “a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente”. Entretanto para minimizar os possíveis riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, as entrevistas se darão de modo voluntário em ambientes seguros, escolhidos pelo entrevistado. Além disso, para resguardar sua integridade física e emocional, o entrevistado tem a opção de se negar a responder qualquer pergunta cujo assunto possa lhe causar qualquer tipo de insegurança e/ou dano. O participante tem liberdade para retirar seu consentimento e terminar sua participação durante o tempo de elaboração do trabalho, sem penalidades, principalmente, sem prejuízos de qualquer natureza. Ainda assim, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido já assegura que você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente. O participante tem liberdade para recusar a dar respostas a determinadas questões durante as entrevistas, bem como para retirar seu consentimento e terminar sua participação durante o tempo de elaboração do trabalho, sem penalidades, principalmente, sem prejuízos de qualquer natureza. O participante terá a oportunidade de perguntar à entrevistadora sobre qualquer questão que desejar e todas essas questões deverão ser respondidas a contento. Não poderá participar deste estudo aqueles que não forem considerados maiores de idade. Tendo em vista a natureza e os objetivos desta pesquisa, não há necessidade de identificação dos colaboradores, entretanto, por questão de respeito à autoria ou de outra natureza particular de cada colaborador, por exigência do colaborador, não haverá sigilo. Nos casos de o indígena preferir ou fizer questão de inserir imagens, ou alguma identificação, será anexado o Termo de Licenciamento de Uso de Voz e Imagem. Além disso, apesar de não prevermos gastos para você participar desta pesquisa, se necessário você será

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

ressarcido. Você terá a garantia ao direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente.

MÉTODO A SER UTILIZADO

A metodologia escolhida para a coleta de dados na pesquisa de campo está fundamentada no texto *Field Methods in Syntactic Research*, de Marianne Mithun. No tópico denominado "dados", a autora trata da possibilidade de coletas provenientes de diversas fontes: introspecção, análise de gramática, questionários, elicitación de sentenças, observação informal, corpus histórico e moderno, entre outros, atendendo a finalidades específicas. O trabalho em questão se pauta em dados provenientes da colaboração. Já em "Methodologia", assegura que as metodologias de campo são bem variadas, de acordo com as personalidades dos indivíduos envolvidos, suas culturas, atitudes em relação à linguagem, sua vivência, suas áreas de complexidade e os objetivos do projeto. A autora também trabalha com gravações. Defende que os dados coletados em conversas espontâneas podem muito bem explicar as implicações semânticas e sociais de certas estruturas escolhidas. Além disso, esse modelo, pode mostrar, outros tipos de informações, como as que organizam a interação e as relações interpessoais. Outro texto que colaborou muito para a escolha do método de pesquisa foi *Training linguistic students for the reality of fieldwork* de Monica Macaulay. A autora ressalta a importância do que denomina de "material" antropológico. Conta que na primeira viagem de campo, em sua ignorância, não considerou precisar de conhecimento da cultura e dos colaboradores, queria conhecer apenas os dados. O que lhe causou muitos problemas em sua tentativa inicial, a pesquisadora se desgostava a cada segundo. Estudando esses textos e tendo algumas experiências com as duas etnias em questão, percebi que, sem a proximidade, com essas pessoas, jamais chegaria a resultados reais. Daí decorre a escolha do método de coleta de dados por gravações e contatos diretos com os indígenas para a possibilidade das conversas espontâneas sobre os tópicos necessários. Nesse sentido, será necessário obter consentimento dos indivíduos a serem entrevistados. No caso das etnias em questão, indígenas que moram na aldeia, mas já circulam na cidade para trabalho e/ou estudo, serão necessárias autorizações individuais e/ou coletivas. Ou seja, para o acesso às aldeias, é necessária autorização da FUNAI, do cacique e do indivíduo, para os que estão na cidade, autorização individual. Para a entrada em terras indígenas, aguardamos a prorrogação do prazo da autorização emitida pela FUNAI, a qual já foi solicitada, logo que o CEP solicitara alteração de data. Somado a isso, para a Semântica do Acontecimento, o campo teórico que oferece a metodologia de análise a ser utilizado, o sentido se dá a partir das relações estabelecidas entre palavras nos enunciados, mas também entre enunciados integrados num texto, além de adotar

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

que o sentido de uma palavra passa por seus históricos de significações inscritos em outros textos. A adição desses elementos resulta na organização da metodologia adotada: coleta de dados gravados por entrevistas direcionadas da elucidação para a conversa espontânea, em campo, para análise de enunciações a partir da relação das palavras, dos enunciados e dos textos produzidos por Terena e Xavante, em situação real de fala.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Maiores de 18 anos.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Menores de 18 anos.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Observar como significa o adjetivo pátrio brasileiro nas relações que estabelece com as palavras descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio, do lugar social do locutor indígena Xavante e Terena, "dando" voz, ou melhor, ouvindo esse povo, segundo Orlandi (2008), apagado, silenciado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Quem é o indígena Xavante e Terena do século XXI: como a sociedade brasileira o tem significado e como ele se significa?
- Como esse indígena é significado/identificado enquanto habitante desta nação outrora invadida por estrangeiros?
- Como se dá a cena enunciativa que comporta os acontecimentos de linguagem que se estabelecem entre indígena e não indígena neste início do século XXI?
- De que modo a rememoração de enunciados, o memorável, funciona ou não como argumentos aos acontecimentos de linguagem do locutor Xavante e Terena do século XXI?
- Que latência(s) de futuro são projetadas pelos acontecimentos de linguagem enunciados pelo locutor Xavante e Terena do século XXI?
- Como as palavras brasileiro, descobrimento, colonização, colonizados, colonizadores e índio significam nas relações de sentido estabelecidas entre elas e entre os enunciados que as comportam e integram os textos que serão o corpus desta pesquisa?
- Como se dão as possíveis reescrituras das palavras brasileiro, descobrimento, colonização,

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

colonizados, colonizadores e índio nos textos que constituirão o corpus desta pesquisa?

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Não haverá riscos morais para a saúde, resultantes da participação nessa pesquisa. O participante tem liberdade para recusar a dar respostas a determinadas questões durante as entrevistas, bem como para retirar seu consentimento e terminar sua participação durante o tempo de elaboração do trabalho, sem penalidades, principalmente, sem prejuízos de qualquer natureza. O participante terá a oportunidade de perguntar à entrevistadora sobre qualquer questão que desejar e todas essas questões deverão ser respondidas a contento.

BENEFÍCIOS

Os benefícios desta pesquisa, para os indígenas e para suas comunidades, será o espaço para contarem e registrarem sua história em uma tese de doutorado. Após a finalização do trabalho, cada aldeia receberá um exemplar para disponibilizar à comunidade esse registro de sua História.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional e unicêntrico.

Caráter acadêmico submetido como requisito parcial para obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – UNICAMP/SP.

Orçamento: financiamento próprio, com previsão de gastos no valor de R\$ 40.340,00.

Previsão de encerramento do estudo: 03/06/2024.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise das respostas ao Parecer Consubstanciado nº 6.590.963 emitido pela Conep em 26/12/2023.

1. Quanto ao documento "PROJETOMODIFICADO.pdf", submetido na Plataforma Brasil em 17/11/2023:

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

1.1. Na página 8 de 14 lê-se: "A coleta de dados se realizará em Aldeias Terena do Mato Grosso do Sul e na capital com universitários Xavante" (...) "No caso das etnias em questão, indígenas que moram na aldeia, mas já circulam na cidade para trabalho e/ou estudo, serão necessárias autorizações individuais e/ou coletivas. Ou seja, para o acesso às aldeias, é necessária autorização da FUNAI, do cacique e do indivíduo, para os que estão na cidade, autorização individual" (página 10 de 14). Solicita-se explicar se haverá entrada em terra indígena. Se houver previsão de entrada em terra indígena, solicita-se a autorização da Presidência da Funai, conforme estabelecem a legislação brasileira e a Instrução Normativa nº 001/PRESI/1995 – Funai, ou a declaração da pesquisadora de que esta autorização será obtida antes do início da pesquisa.

RESPOSTA: Sim, haverá entrada nas terras indígenas identificadas pelo documento de autorização emitido pela FUNAI – e que fora anexado junto à Plataforma Brasil, para apreciação ao CEP. Conforme orientação do referido órgão (CEP), já que os trâmites burocráticos se estenderam e o prazo da autorização da FUNAI se expirou, já fora solicitada a prorrogação do prazo para FUNAI. Informo que anexarei a esta resposta a autorização expirada, bem como a solicitação de prorrogação com print do email enviado e o termo de compromisso enviado ao CEP me comprometendo a enviar a nova autorização logo que a receba da FUNAI.

ALTERAÇÃO FEITA NO REFERIDO DOCUMENTO: Para a entrada em terras indígenas, aguardamos a prorrogação do prazo da autorização emitida pela FUNAI, a qual já foi solicitada, logo que o CEP solicitara alteração de data.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2. Na página 12 de 14 lê-se: "tratando-se da produção de uma tese em programa de Pós Graduação, nível Doutorado, com prazo para finalização em dezembro de 2020, o prazo para o encerramento desta pesquisa equivale ao mesmo prazo". Solicitam-se explicações e adequação, conforme Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.1.9, e que nos documentos do protocolo seja apresentado o mesmo cronograma de forma padronizada, com o máximo de detalhamento possível sobre as fases do estudo, organizado da data inicial até a previsão de final do estudo, com o compromisso expresso da pesquisadora de que não iniciará a coleta de dados antes da aprovação final do Sistema CEP/Conep.

RESPOSTA: ALTERAÇÃO DO REFERIDO DOCUMENTO: Tratando-se da produção de uma tese em programa de Pós-Graduação, nível Doutorado, com prazo para finalização em dezembro de 2020, o prazo inicial para o encerramento desta pesquisa equivale ao mesmo prazo. Entretanto

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conepe@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

devido à COVID-19 e aos trâmites burocráticos envolvidos, foram necessários dois trancamentos de curso, estendendo-se a data para junho de 2024. Informo ainda que junto ao CEP, já havia atualização do cronograma, para a obtenção do parecer favorável concedido. Logo informo ainda que a data de início apresentada no cronograma a seguir teve os meses de novembro e dezembro, destinados a sequentes "Resolução de pendências burocráticas" realteradas.

CRONOGRAMA

Observo que por questões burocráticas, além das relacionadas à pandemia COVID-19, o cronograma original de nosso trabalho sofreu algumas alterações.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto ao documento "TermoImagemVoz.pdf", submetido na Plataforma Brasil em 24/10/2023:

2.1. Nesse documento lê-se: "permito que o pesquisador obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para realização de entrevista e da construção da tese para fins da pesquisa de doutorado intitulada Q(S) SENTIDO(S) DE SER BRASILEIRO PARA INDÍGENAS XAVANTE E TERENA". Solicita-se que as informações descritas na AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E/OU VOZ sejam incluídas no registro do consentimento livre e esclarecido. Deve ser explicado ao participante o objetivo da gravação de imagem ou voz (se para o registro e de gravação ou para divulgação) e os usos previstos pela pesquisa. A partir dessas informações, poderão ser propostas, de acordo com a pesquisa, opções excludentes (por exemplo: "sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz"; "não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz"; "autorizo a gravação, mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz"), em consonância com os preceitos éticos dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º, Inciso VII.

RESPOSTA: Foram realizadas as devidas alterações nos respectivos documentos, bem como o termo de autorização encontra-se reportado ao TCLE, conforme orientação recebida por e-mail, após consulta por dúvida.

ALTERAÇÃO NO TEXTO DO DOCUMENTO: Fui informado de que tenho liberdade para me recusar a responder qualquer pergunta. As entrevistas serão realizadas na minha casa (na aldeia) ou no local que preferir. Estou ciente de que os áudios serão transcritos e divulgados nos trabalhos como textos escritos. Esses registros poderão constar do relatório final da tese, bem como de textos escritos para serem apresentados em congressos e demais eventos acadêmicos. As gravações permanecerão arquivadas sob a responsabilidade da pesquisadora para eventuais comprovações

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

riscos envolvidos em um estudo, a pesquisadora não transmite as informações necessárias para que o indivíduo tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa. Dessa forma, solicita-se que os RISCOS DA PESQUISA sejam expressos objetivamente e sem o uso de adjetivos (como risco mínimo, baixo, moderado, elevado etc.), no CAMPO "RISCOS", bem como a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições que possam vir a causar algum dano ao/à participante de pesquisa, adequando também o projeto detalhado.

RESPOSTA: Foram realizadas as devidas alterações nos respectivos documentos.

A saber: "Segundo a Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXV, define-se risco da pesquisa como "a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente". Entretanto para minimizar os possíveis riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, as entrevistas se darão de modo voluntário em ambientes seguros, escolhidos pelo entrevistado. Além disso, para resguardar sua integridade física e emocional, o entrevistado tem a opção de se negar a responder qualquer pergunta cujo assunto possa lhe causar qualquer tipo de insegurança e/ou dano. O participante tem liberdade para retirar seu consentimento e terminar sua participação durante o tempo de elaboração do trabalho, sem penalidades, principalmente, sem prejuízos de qualquer natureza. Ainda assim, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido já assegura que você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.2. Na página 2 de 4 lê-se: "após a finalização do trabalho, cada aldeia receberá um exemplar para disponibilizar à comunidade esse registro de sua História". Considerando os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 3º, Inciso IV), solicita-se reescrever esse trecho do registro do consentimento livre e esclarecido com a "garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa" e o compromisso da pesquisadora de divulgar os resultados da pesquisa em formato plenamente acessível e compreensível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso VI).

RESPOSTA: Foram realizadas as devidas alterações nos respectivos documentos.

ALTERAÇÃO NO REFERIDO DOCUMENTO: Após a finalização do trabalho, cada aldeia receberá um exemplar para disponibilizar à comunidade esse registro de sua História, ou seja, considerando os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Resolução CNS nº 510 de 2016,

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

Art. 3º, Inciso IV), a pesquisadora garantirá aos participantes o acesso aos resultados da pesquisa, bem como assegura seu compromisso de divulgar os resultados da pesquisa em formato plenamente acessível e compreensível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, Inciso VI), informando ainda o link de registro da Tese após seu arquivamento pelo programa de pós-graduação ao qual se inscreve.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.3. Considerando que o estudo foi analisado pela Conep, solicita-se, para melhor informar aos/às participantes de pesquisa, que seja incluída no registro do consentimento livre e esclarecido uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h].

RESPOSTA:

a) SOBRE O ITEM SUBLINHADO ACIMA: Creio ter havido algum equívoco, pois tal breve descrição já consta do TCLE, conforme print a seguir (Pág 4 de 4).

b) Foram realizadas as devidas alterações no documento.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

4. Quanto às informações básicas do projeto referente ao arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1485720.pdf", submetido na Plataforma Brasil em 17/11/2023, na página 4 de 6 a pesquisadora definiu uma amostra de 100 indivíduos, entretanto, na divisão de grupos, estabeleceu "40 Terenas" e "10 Xavante", que vivenciarão uma "gravação de áudio", sem haver nenhuma menção às entrevistas. Solicita-se explicar o N amostral (100 ou 50?), as intervenções que serão promovidas pela pesquisadora (entrevistas gravadas em áudio) e uniformizar seu registro nos documentos do protocolo.

RESPOSTA: Foram realizadas as devidas alterações no referido arquivo.

Diante do tempo consumido pelas questões burocráticas, entendemos não haver tempo hábil para o que se pretendia: entrevistar 100 indivíduos, por isso reduzimos o número de participações para 50.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

5. Conforme a terminologia da Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 2º, Inciso XXII, solicita-se

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conepeg@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

alterar o nome "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para "Registro do Consentimento Livre e Esclarecido".

RESPOSTA: Foram realizadas as devidas alterações no documento.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Projeto eticamente adequado. Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1485720.pdf	03/01/2024 18:38:27		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CONEP.docx	03/01/2024 18:35:34	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	Termo_Imagem_Voz_DESTAQUE_CONEP.doc	03/01/2024 18:30:45	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	Termo_Imagem_Voz_CONEP.doc	03/01/2024 18:28:28	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DESTAQUES_CONEP.docx	03/01/2024 18:27:07	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CONEP.docx	03/01/2024 18:26:53	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TESE_CONEP.docx	03/01/2024 18:14:18	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TESE_DESTAQUE_CONEP.docx	03/01/2024 18:12:14	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Parecer Anterior	PARECERCONSUBSTANCIADO.pdf	17/11/2023 13:43:18	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	TERMOCOMPROMISSO.pdf	17/11/2023	ELISANGELA LEAL	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 6.656.151

Outros	TERMOCOMPROMISSO.pdf	13:21:29	DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	CARTARESP.pdf	17/11/2023 13:19:20	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOMODIFICADO.pdf	17/11/2023 13:12:41	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	24/10/2023 10:48:15	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	TermoImagemVoz.pdf	24/10/2023 10:46:51	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	24/10/2023 10:15:12	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito
Outros	REGISTRO_ACAD.pdf	05/12/2019 21:25:31	ELISANGELA LEAL DA SILVA AMARAL	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

BRASILIA, 23 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
Laís Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br

Anexo VI

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Título inicial do Projeto de Pesquisa: O(s) sentido(s) de ser *brasileiro* para indígenas Xavante e Terena

O objetivo de coletar e analisar esses dados por meio de entrevista, se deve ao propósito de eliminar ao máximo os equívocos de informações dadas sobre os indígenas, ao longo da História do Brasil. Por isso, nossa proposta é analisar as informações dos Terena a partir da história que eles reconhecem como suas, daí provém a necessidade do contato mais direto possível com suas narrativas, ou seja, ouvir deles mesmos.

Sabendo que sua identidade será preservada nesta pesquisa, preencha os dados abaixo, apenas para meu controle. Em seguida, responda as perguntas abaixo como preferir: por áudio de *whatsapp* ou por escrito.

Nome: _____

Nacionalidade: _____ **Data de nascimento** ____/____/____

Aldeia: _____ **Terra Indígena:** _____

PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS POR ÁUDIO OU ESCRITAS:

- 1- Como a sociedade brasileira “classifica”/define o indígena? Por quê?
- 2- Como você “classifica” /define o indígena? Por quê?
- 3- Os indígenas já estavam aqui, viviam aqui e os colonizadores chegaram. A partir daí muitas coisas aconteceram. O que você pode falar em relação a tudo isso? Como você contaria essa história a um filho⁶⁵ seu?
- 4- Desde seus antepassados, muitas coisas aconteceram na vida de vocês. Muitas histórias foram contadas; né? Por isso, agora vou pedir que você fale sobre algumas palavras que fizeram parte dessas histórias, tanto do “branco”, como do “índio”. **Preciso que você me explique como entende as palavras abaixo?**
 - A) *Brasileiro* (E você é? Por quê?);
 - B) *“Descobrimento do Brasil”* (O que foi isso?);
 - C) *Colonização* (O que foi isso? Acabou? Por quê?);
 - D) *Colonizados* (O que foi isso? Acabou? Por quê?);
 - E) *Colonizador* (O que foi isso? Acabou? Por quê?);

⁶⁵ Quando o colaborador era idoso, trocava para neto.

F) Índio (O que é? Você é? Por quê).

Para encerrar, preciso que você me explique o que significa para o Terena cada uma dessas palavras:

- a) Direitos;
- b) Terra;
- c) Território;
- d) Sustentabilidade;
- e) Educação;
- f) Saúde;
- g) Ancião;
- h) Tronco.